

**UNIVERSIDADE ESTADUAL “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

QELLI VIVIANE DIAS ROCHA

**LEVANTADAS DO CHÃO: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE
GÊNERO NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS
PÚBLICAS AGRÁRIAS PARA MULHERES**

FRANCA

2012

QELLI VIVIANE DIAS ROCHA

**LEVANTADAS DO CHÃO: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE
GÊNERO NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS
PÚBLICAS AGRÁRIAS PARA MULHERES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social: trabalho e sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Santos Sant’Ana

FRANCA

2012

Rocha, Qelli Viviane Dias

Levantadas do chão: a construção da identidade de gênero no processo implementação das políticas públicas agrárias para as mulheres / Qelli Viviane Dias Rocha. – Franca : [s.n.], 2012
232 f.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Raquel Santos Sant'Ana

1. Serviço social - Mulher - Trabalho. 2. Mulheres – Reforma Agrária. 3. Políticas públicas e sociais. I. Título.

CDD – 362.8105

QELLI VIVIANE DIAS ROCHA

**LEVANTADAS DO CHÃO: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE
GÊNERO NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS
PÚBLICAS AGRÁRIAS PARA MULHERES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Serviço Social, da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social: trabalho e sociedade.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Profa. Dra. Raquel Santos Sant’Ana

1ª Examinadora: _____

Profa. Dra. Israild Giacometti - Unesp

2ª Examinadora: _____

Profa. Dra. Maristela Dal Moro - UFRJ

Franca, _____ de _____ de 2012.

DEDICO

À todas as mulheres que entregam suas vidas, a de seus filhos e familiares na luta pela Terra.
À todas as mulheres que na luta pela Reforma Agrária apreendem a Ser Mulher, reencontram
novas identidades... Ao movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (da regional de
Ribeirão Preto), que tem propiciado este espaço e ao Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA)
que tem aproximado a academia da realidade de luta e transformação ao lado dos
trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra. Pátria Livre !

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar quero agradecer à minha orientadora, Dra. Raquel Santos Sant'Anna que, mesmo sem saber, me fez permanecer no curso de Serviço Social. Assim que ingressei no grupo de Extensão Núcleo Agrário Terra e Raiz, pude conhecer o povo com o qual me identifico e com quem me solidarizo na luta pela Terra. Sem a oportunidade de ser extensionista e estagiária ficaria apenas com uma perspectiva da formação em Serviço Social. Espero que compreenda que o trabalho que vem desenvolvendo na UNESP, não só tem formado profissionais, mas pessoas. Agradeço pela oportunidade, pelo carinho e enorme paciência... Pela contribuição teórica, política e de militância. Admiro sua coragem em se posicionar conosco, trabalhadores!

Agradeço minha família, sem a qual não poderia ter chegado aqui, especialmente à minha mãe, exemplo de luta e perseverança. Aos meus irmãos, em especial, Valério e Fabinho...

Agradeço a minha irmã Érika que, pelo telefone ou e-mail, me aguentou e aguenta sempre que *"fujo um pouco da casinha"* e que vem construindo um caminho lindo, tanto em sua vida particular, quanto em sua vida profissional... Você me faz crer no futuro e numa possibilidade de vida melhor....

Às minhas amigas Taiana, que me enviava mensagens de otimismo e perseverança. Que seja abençoada com o passarinho que está a caminho (Estevão). À minha amiga de longa data, Elaine Narciso, agradeço pelas discussões, apontamentos e sugestões para este trabalho, pela acolhida e carinho. À Ana Paula Herminelli, companheira de luta, de trabalho e de militância, agradeço pela escuta e carinho, além das contribuições.

À minha querida amiga Priscila Oliveira (sem a qual não poderia ter vindo assistir as aulas do mestrado), por ter me acolhido em sua casa quando estava de Lua de Mel (agradeço ao Leandro, seu companheiro sorridente e acolhedor).

Às minhas amigas de Uberaba, Thalita e Suely, que me acompanharam durante estes quase três anos de surto. Obrigada por tudo meninas! Adoro Uberaba porque, por meio de vocês, me senti acolhida, em casa....

Agradeço às mulheres que participaram desta pesquisa. À Kelly Monfort, representante Estadual do MST. À Letícia e ao Fabetz, representantes da Regional de Ribeirão Preto. À todos os Assentados do Mário Lago. Espero que de alguma forma este trabalho possa

contribuir com a luta dos sem terra. À todas as mulheres assentadas que nos deram comida, água e pouso durante a realização da pesquisa de campo.

Aos meus colegas professores da FAF, em especial, aos professores Wanderley, Fabrícia, Glauciene e Cláudio que fazem agora parte de minha vida.

À FAF pela oportunidade de trabalho na área da educação.

À Laura pela correção técnica deste trabalho.

À Professora Onilda Alves por acreditar em mim, me apoiando na FAF, por ter me dado esta possibilidade e por ter participado, por meio da banca de qualificação, para a melhoria deste trabalho. Professora, Muito Obrigada!!!!

Ao Núcleo Agrário Terra e Raiz, por ser muitas vezes a voz daqueles que cotidianamente são silenciados objetiva e subjetivamente.

À CAPES pelo financiamento, mesmo que parcial, desta pesquisa.

À Capitu, minha gatinha, que me acompanhou noites e noites em frente ao computador (desculpa não ter podido brincar...).

Por último, agradeço à Ana, minha companheira. Amanhã faremos 07 anos de casamento. Este que teve início na segunda série do curso de Serviço Social... Minha linda flor de laranjeira, deixei para lhe agradecer por último, porque buscava, enquanto agradecia a todos que de modo indireto ou direto contribuíram para a realização desta pesquisa, acalmar meu coração que de tanto amor, admiração, orgulho e gratidão me sufocava, sempre que pensava em você, em seu nome, em tudo que se doou para que eu materializasse este sonho... que não é só meu, é nosso!!!! Me desculpa a ausência, a falta de paciência, o abandono ao qual te expus durante a elaboração desta dissertação. Perdoa o cansaço, a irritação, a implicância... Nesta reta final sua contribuição foi o que me fez findar este trabalho... Não fosse seu apoio, companheirismo, atenção e solidariedade na correção deste trabalho, não sei o que seria. Quero te dizer que este é um trabalho nosso, porque desde que mandei o projeto para seleção do mestrado tem me acompanhado... Quase desfaleceu com a pesquisa de campo (com o sol e a andança e falta d'água), tudo isto faz parte de um amor que também é partilhado na luta por dignidade, respeito e igualdade. Ana, minha flor, Obrigada!!! TE AMO!!!! *“mulheres e homens conscientes: na luta permanente!!!”*

ROCHA, Qelli Viviane Dias. **Levantadas do chão:** a construção da identidade de gênero no processo de implementação das políticas públicas agrárias para mulheres. 2012. 232 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2012.

RESUMO

Historicamente, tratar a questão da mulher em relação à luta pela terra no Brasil significa remeter ao predomínio das relações patriarcais/paternalistas, à sociedade agrária colonial e à estrutura familiar que assumia o papel de organização fundamental, desempenhando as funções econômicas e políticas num sistema em que a concentração fundiária era característica. Na proposta de reforma agrária do Estado, a desigualdade entre trabalhadores e trabalhadoras se apoia principalmente nos hábitos culturais e no direito positivo que, por muito tempo, se orientou pela salvaguarda da propriedade privada e pelo liberalismo. Neste contexto, a mulher também é compreendida como elemento que compõe a família e, nessa perspectiva, sua individualidade cai no plano da invisibilidade, do privado, sem expressão na esfera política. Destarte, a dissertação que ora se apresenta objetiva contribuir para análise da construção e/ou fortalecimento da Identidade de Gênero (feminino) no processo de implementação de Políticas Públicas Agrárias. Para tanto, compreende-se que esta estrutura fundiária tem por base a organização do modo de produção capitalista e a exploração do homem pelo homem. Neste sentido, verifica-se que no processo de produção e reprodução social, por meio da sociabilidade capitalista, as relações entre gêneros (masculino e feminino) são construídas de forma bipolar de modo que estabeleçam relações dicotômicas. Ao homem destina-se o espaço público (político) e valorizado e, à mulher, o espaço privado (lar) e desvalorizado. Malgrado, compreende-se ser a divisão social do trabalho a instância ideológica sob a qual homens e mulheres se constroem e constroem sua representação do mundo. Na sociedade capitalista verifica-se que a classe hegemônica dominante, para manter seu poder, lança mão sobre os aparelhos ideológicos do Estado a fim de criar mecanismos que operem a penetração de sua concepção de homem e de mundo no interior das camadas sociais e, assim, homens e mulheres, desde que nascem, são educados de modo que cumpram os papéis sociais que a sociedade capitalista burguesa estipula, tecendo identidades femininas e masculinas que rompem com a subjetividade de cada ser e com as singularidades das categorias sociais. Dessa forma, a dissertação que ora se apresenta analisa a construção da Identidade de Gênero no processo de implementação de Políticas Públicas Agrárias a partir da realidade das mulheres do assentamento Mário Lago de Ribeirão Preto, SP. Com isto pretende contribuir para desnaturalização e estranhamento da dicotomização das relações de gênero, além de analisar como o Estado, enquanto espaço de luta, confronto e antagonismos, tem respondido às reivindicações dos movimentos sociais, em específico àqueles que, na luta pela terra, inscrevem também a luta pela emancipação feminina.

Palavras-chave: identidade. gênero. políticas públicas. questão agrária.

ROCHA, Qelli Viviane Dias. **Levantadas do chão: a construção da identidade de gênero no processo de implementação das políticas públicas agrárias para mulheres.** 2012. 232 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2012.

ABSTRACT

Historically, treat the issue of the woman in relation to the fight for land in Brazil means to refers to the predominance of the patriarchal/paternalistic relations, to the agrarian society and the familiar structure that assumed the function of primary organization, making the economical and political functions in a system that the agrarian concentration were characteristic. In the purpose of land reform of the State, the inequality between men and women workers is based mainly on the cultural habits and in the positive right that, for a long time, was guided by the protection of the private property and by liberalism. In this context, the woman is also comprehended as an element that makes part of the family and, in this perspective, your individuality drops on the invisibility plan, of the private, without any expression on the political round. Thus, the following text aims to contribute for the analysis of the construction and/or empowerment of the Genre Identity (Female) in the implementing process of Public Agrarian Politics. For that, is comprehended that its agrarian structure is based on the organization of the capitalist mode of production and exploration of man by man. In this sense, it turns out that in the production process and social reproduction, through the capitalistic sociability, the relations between genres (males and females) are constructed as bipolar in order to establish dichotomous relations. The public (political) and valorized space are destined to the men and, to the women, the private (home) and devalued space. That social divisions of labor ideological proceedings under which men and women are constructed and construct their representation of the world are considered as disrespect. In capitalistic society is verified that the hegemonic ruling class, to maintain its power, goes to a State's ideological instruments to create mechanisms that operate the penetration of its conception of man and world inside the social strata, thus, men and women, from birth, are educated in a way that they perform what the social roles states in a bourgeois capitalist society, making male and female identities that break with the subjectivity of each individual and the peculiarities of social categories. In this way, the following text aims to analyze the Genre Identity construction in the process of Public Agrarian Politics, so that contribute for the denaturalization and unfamiliarity of the dichotomization of genre relations, in addition to analyze how the State, as a fight land, confrontations and antagonisms has answered to the social movements claims, specifically those, in land fight, also enroll the struggles for female emancipation.

Keywords: identity. genre. public politics. agrarian issues

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
AEGRE	Associação Especial de Gênero Raça e Etnia
AGRIANUAL	Anuário da Agricultura Brasileira
ALFASOL	Alfabetização Solidária
AMAPRE	Associação de Mulheres Produtoras Rurais
CEPIA	Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CONTAG	Confederação dos Trabalhadores na Agricultura
CPFL	Companhia Paulista de Força e Luz
DATALUTA	Banco de Dados da Luta pela Terra
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ETR	Estatuto do Trabalhador Rural
FGTS	Fundo de Garantia de Tempo de Serviço
GINI	Índice ou Coeficiente que mede a Desigualdade Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
ITESP	Instituto de Terras do Estado de São Paulo
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Modelo de Desenvolvimento Sustentável
MLST	Movimento de Libertação dos Sem Terra
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NATRA	Núcleo Agrário Terra e Raiz
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNPB	Programa Nacional de Produção e uso de Biodiesel
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PROÁLCOOL	Programa Nacional do Álcool
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista do Brasil
SAF	Sistema Agroflorestal
SPM	Secretaria Especial de Políticas para Mulheres
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UDN	União Democrática Nacional
UDR	União Democrática Ruralista
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UMESP	Universidade Metodista de São Paulo
UNIFEM	Fundo de desenvolvimento das Nações Unidas para Mulher

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 TEMPO DE SILÊNCIO	19
1.1 A Sociabilidade do Capital e a Construção da Identidade de Gênero.....	19
1.1.1 O Trabalho como Elemento Fundante da Sociabilidade	19
1.1.2 A Sociabilidade na Órbita da Sociedade de Classe	31
1.1.3 Reprodução Social e a Opressão de Gênero	42
1.1.4 Dicotomização Público – Privado: Bipolarização dos Gêneros?	55
CAPÍTULO 2 TEMPO DE PERGUNTAS	63
2.1 A Construção Social da Categoria Gênero.....	63
2.2 Identidade Subvertida?	70
CAPÍTULO 3 TEMPO DE LUTA.....	80
3.1 As Diferentes Perspectivas na Análise da Política Pública	80
3.2 As Políticas Sociais na Configuração da Sociedade de Classes	89
3.3 A Relação entre Questão Agrária e Trabalho na Sociedade Brasileira	95
3.3.1 A Configuração da Questão Agrária Brasileira.....	112
3.3.2 Questão Agrária e Gênero	122
3.3.2.1 <i>Mulheres e Homens Conscientes: Na Luta Permanente! A Proposta do MST</i>	131
CAPÍTULO 4 LEVANTADAS DO CHÃO	142
4.1 Procedimentos Metodológicos	142
4.1.1 Caracterização do Universo da Pesquisa	147
4.1.2 Caracterização dos Sujeitos da Pesquisa	151
4.2 A Construção da Identidade de Gênero por Parte das Mulheres do Assentamento	
 Mário Lago de Ribeirão Preto	162
4.2.1 A Identidade Estranhada.....	174
4.2.2 O Processo de Trabalho	184
4.2.3 O Papel do Movimento (MST) na Reversão da Identidade de Gênero	188
4.2.4 A Construção de Políticas Públicas Agrárias e a Relação com o Estado	201

CONCLUSÃO.....	208
-----------------------	------------

REFERÊNCIAS	217
--------------------------	------------

INTRODUÇÃO

A dissertação que se apresenta é resultado de um processo iniciado em 2003, quando da transferência desta pesquisadora da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Campinas/SP para a Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho” na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais em Franca que, na ocasião, ingressou no Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA) sob a orientação da professora Dra. Raquel Santos Sant’Ana. O ingresso neste grupo de extensão contribuiu, por meio do Estágio em Serviço Social, para maior aprofundamento no conhecimento sobre a questão agrária e aproximação política e ideológica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Cabe destacar, que esta aproximação não se deu por meio da política de militância, mas por meio da política apreendida como tal, como analisada em Lessa (2007) em relação à Lukács. Para o autor, a política se relaciona ao modo pelo qual o homem transforma a natureza e, portanto, decorre da base material da sociedade. Entretanto, esta base material encontra-se em descompasso entre a produção e reprodução material da vida nas sociedades de classes, cuja base de organização é a exploração do homem pelo homem. Neste sentido, a aproximação política se deu em decorrência da própria proposta de formação em Serviço Social.

Assim, esta apropriação política do movimento dos trabalhadores rurais sem terra possibilitou, por meio da experiência vivenciada no assentamento Mário Lago, questionar sob quais perspectivas se caracterizava a identidade das mulheres assentadas, buscando, por meio desta dissertação, verificar como a construção da identidade de gênero influía no processo de implementação de políticas agrárias para este segmento específico.

Por meio da revisão bibliográfica, a procura se deu no sentido de aprofundar o conhecimento acerca das categorias trabalho, gênero e políticas sociais e, através da pesquisa de campo, verificar qual a contribuição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para o fortalecimento da identidade de gênero e o processo de implementação de políticas agrárias para mulheres. Utilizou-se, para tanto, a entrevista com aplicação de questionário semi-estruturado, pois o objetivo foi apreender, através das falas das mulheres, a realidade na qual estas estavam inscritas.

Participaram desta pesquisa, 22 mulheres do Assentamento Mário Lago das quais uma amostra intencional fora retirada, pois se acreditou com isso, ser possível a aproximação de maior representatividade das mulheres do assentamento.

A dissertação está organizada em quatro capítulos que foram organizados a partir da realidade apreendida no Assentamento Mário Lago. Em relação à sua nominação, tomou-se por referência a divisão organizativa do romance *Levantado do Chão* do escritor português José Saramago. Neste, percebe-se a experiência de luta no campo por três gerações e, dessa forma, acredita-se ser inevitável a utilização dos tempos da narrativa, tenha visto a verossimilhança com a pesquisa ora apresentada.

No primeiro capítulo, *Tempo de Silêncio*, discorre-se sobre o trabalho enquanto categoria fundante do Ser Social e como, na sociedade capitalista atual, este tem sido organizado de modo que negue a sua potencialidade de elevação ao humano genérico.

Neste sentido, aponta-se como o processo de sociabilidade fora utilizado para dicotomização das relações de gênero e também como no processo de divisão sexual e social do trabalho, o trabalho da mulher é inferiorizado e marginalizado em relação ao trabalho masculino e, isto, quando esta tem acesso ao trabalho. Acredita-se, que o trabalho na órbita do capital tem silenciado a todos (homens e mulheres), uma vez que escamoteia as relações sociais e de produção ao fetiche da mercadoria.

No segundo capítulo, *Tempo de Perguntas*, discute-se como, nos processos de sociabilização, a estrutura e a superestrutura têm bipolarizado homens e mulheres. Aponta-se como historicamente os papéis dicotômicos de gênero foram atribuídos aos homens e às mulheres e como, por meio desta atribuição, coube à mulher o espaço privado. Malgrado, se questiona: qual identidade, ou identidades, compõem o Ser Mulher? Parte-se, portanto, para análise de como os complexos sociais, representando a ideologia hegemônica burguesa, tenta por meio disto incutir o que é ser homem e o que é ser mulher e, como as mulheres, por meio dos movimentos sociais, passaram a questionar sua cidadania e ampliação do espaço para fazerem política e, dessa forma, envolverem-se na luta por emancipação política.

No terceiro capítulo, *Tempo de Luta*, discorre-se sobre a estrutura agrária no Brasil e como as políticas públicas têm sido construídas e implementadas, verificando assim, sua intersecção com a política econômica. Foram analisadas a participação política dos trabalhadores rurais e a inscrição das mulheres neste processo organizativo e político.

No quarto capítulo, *Levantadas do Chão*, a análise se deu sobre a pesquisa de campo relacionando as falas das entrevistadas que, tais como as mulheres narradas por Saramago, tomaram para si o protagonismo de suas vidas. Neste sentido, verificou-se a contribuição do MST e a resposta do Estado frente a esta organização.

O que se buscou, por meio da literatura e dos autores analisados, foi demonstrar como o tema é pertinente ao Serviço Social. Essa dissertação é consoante com o código de ética do

Serviço Social, cujos princípios reconhecem a liberdade, autonomia e emancipação como direitos fundamentais e reconhece ser necessário ampliar e consolidar a cidadania com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos, empenhando-se na eliminação de todas as formas de preconceito.

Assim, de acordo com Sant'Ana (apud CEFSS, 2012, online):

O Serviço Social entende que a defesa dos direitos humanos, da equidade e da justiça social passa necessariamente pelo acesso à terra. Em um país transnacionalizado e oligopolizado como o Brasil, o desenvolvimento não é pensado como plena expansão dos indivíduos sociais e, sim, a partir dos interesses do capital e, a partir desta lógica, é organizada a produção e a sociabilidade no campo e na cidade.

Diante do exposto, entende-se que a atuação do profissional do Serviço Social junto aos movimentos sociais (de luta pela reforma agrária) remete ao seu compromisso enquanto categoria no campo de atuação política e da militância, pois acredita-se que os movimentos sociais sejam um campo imprescindível e fortalecedor para a profissão, posto que a intervenção direta sob a segurança dos direitos incida indiretamente sob a questão social e, esta por sua vez, possibilita a compreensão maior da luta popular. Entende-se ainda, que a ação profissional do Assistente Social junto aos movimentos sociais se dê no campo político. Este atua com as diversas representações e categorias da sociedade, surgindo daí, a necessidade de se desenvolver especificidades de atuação política.

Assim, acredita-se também que a dissertação contribua para o fortalecimento do projeto ético-político da profissão, uma vez que coaduna com as orientações das diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), código de ética da profissão, lei orgânica da Assistência.

Dessa forma, espera-se contribuir teórica e metodologicamente com a prática profissional que tem exigido da categoria uma abordagem fundamentada na teoria contemporânea e no compromisso com a execução e acompanhamento das lutas do movimento social.

O título da dissertação que ora se apresenta faz analogia ao livro (romance) *Levantado do Chão* do escritor português José Saramago, publicado em 1979. De acordo com Martin e Tesche (2007), o autor conseguiu neste romance desenvolver uma forma discursiva que reproduzisse a diversidade conflituosa da realidade retratada pela narrativa através da incorporação da tradição oral dos camponeses alentejanos.

Para as autoras, o título da obra simboliza com perfeição, a vida e a produção literária de Saramago. Numa epopéia da vida dos trabalhadores alentejanos, Saramago narra a dor e o sofrimento de três gerações, acompanhando entre o passado do século XV e o tempo do presente, os personagens *Domingos Mau-Tempo*, seu filho *João* e seus netos *António e Gracinda*, esta, casada com *António Espada*.

No romance, o universo criado por Saramago é filtrado pelo imaginário e pelo sonho e olhar que lança para as muitas possibilidades deixadas pelos espaços em branco da historiografia portuguesa. Por ter feito parte da história da qual tratou na obra, Saramago imprime a sua subjetividade que,

[...] ao desregular o tempo das experiências social e individual, oferece-se como uma visão alternativa do passado; atitude que, em última análise, significa integrar uma outra significação para os fatos que já estavam solidificados na mentalidade portuguesa e apontar a precariedade de qualquer conhecimento previamente instituído.” (MARTIN; TESCH, 2007, online, grifo nosso).

Para Martin e Tesche (2007, online), o entrecruzamento dos fatos narrados e dos fatos históricos abordados pelo romance adquire um estatuto de verdade e é capaz de justificar e produzir condutas. Entretanto, este discurso que se constrói, se ocupa, primordialmente, pela descrystalização daquilo que se conhece da história e estabelece-se, intratextualmente, como uma verdade possível e, portanto, provisória, que não tem como objetivo negar os saberes anteriores.

De acordo com os autores:

Ciente daquilo que não é competência dos historiadores, José Saramago se serve de suas lacunas e de suas afirmações para revisita-la e tecer críticas a respeito de sua construção, para criar uma outra ficção que se apóia, duplamente, na existência de figuras históricas reais e na de homens sem história e sem lugar na documentação para, no somatório das duas, criar um discurso – por isso, precário – que seja capaz de abranger e explicar as relações humanas e sociais. (MARTIN, TESCHE, 2007, online).

Assim, de relevância histórica, literária, cultural e social, esta obra expõe um tema atual e complexo (Questão Agrária) e faz emergir no leitor uma inquietação que o leva à procura da constituição da sua subjetividade e dos processos sociais que fizeram com que a história de Portugal se assemelhasse a história Brasileira. Para além de ser uma obra de ficção, *Levantado do Chão* retrata a saga de uma família de camponeses pobres, os *Mau-Tempo*, escolhidos pelo autor para relatar a difícil relação do homem português com a terra e com o desenrolar dos acontecimentos por ela motivados.

Destarte, a analogia do título desta dissertação ao romance de Saramago se deu porque a pesquisadora fora íntima e profundamente tocada pela leitura no processo de elaboração e análise da pesquisa. O universo retratado por Saramago se assemelha em muito com o processo de ocupação da terra e a formação do campesinato no Brasil, também retratado por Martins (1986) em *A Formação do Campesinato no Brasil*, dentre outros.

Além da perspectiva apontada, o processo de tomada de consciência (enquanto trabalhador rural), quer dizer, do processo de exploração da força de trabalho, opressão e subordinação aos grandes latifundiários é um registro da história acoimada por meio da obra relatada.

O romance evidencia uma realidade concreta e objetiva que é a apropriação da força de trabalho (do trabalhador rural) e, assim, entende-se que a trajetória da família *Mau-tempo* expresse a relação com a situação de expropriação. Martin e Tesche (2007, online) aponta que:

Na prisão que é o Latifúndio, a relação do trabalhador com o seu espaço é extremamente árida. Para ele, a lida com a terra se dá de maneira esgotante, causando amargura e sofrimento. Não existe amor na execução mecânica de tarefas que farão o solo frutificar para um maior enriquecimento de seus donos.

Contudo, no “[...] espaço ficcional criado por Saramago, o trabalhador rural, cuja condição por séculos apresentou-se imutável, pôde transformar a sua situação.” (MARTIN; TESCHE, 2007, online, grifo nosso). Verifica-se, portanto, que, no processo de organização e luta dos trabalhadores do campo (camponeses, assalariados, meeiros, foreiros, sitiantes, dentre outros), tal como os *Mau-Tempo*,

A consciência de que as terras que ele cultivava pertencem à homens que exploram seu trabalho é muito forte. Tão forte que, mesmo sem ter o que comer e o que dar de comer aos seus filhos, fá-lo resistir à pressão dos latifundiários para que a colheita seja feita mediante um pagamento miserável. (MARTIN; TESCHE, 2007, online, grifo nosso).

Não obstante, são a mobilização dos trabalhadores e a resistência contra a exploração dos patrões, que demarcam e afirmam seus direitos de serem respeitados e dignamente pagos pelo seu trabalho. O romance, ao se utilizar da metáfora “o latifúndio é um mar interior”, alude às seculares relações sociais existentes no espaço conformado pelo latifúndio e à ininterrupta mobilização que incansavelmente operam os trabalhadores rurais.

Divididas em três gerações, a narrativa expõe três tempos que, de acordo com Martin e Tesche (2007, online) são:

1ª geração: Tempo de silêncio. São pessoas acuadas pela religião, pela opressão do governo e exploradas pelos donos das terras. A vida é marcada pelo conformismo em que não vêem nenhuma perspectiva de mudança.

2ª geração: Tempo das perguntas. Os homens passam a questionar sua situação e a ver que algo pode mudar e que a mudança depende deles, da coragem para enfrentarem os donos das terras, o governo e se revoltarem contra a Igreja.

3ª geração: Tempo da luta. Os homens passam a fazer greves e a lutar pelas mudanças que desejam. Nesse período, muitos são presos e outros tantos morrem. *Manuel Espada* é o personagem revolucionário que marca essa época.

Para Martin e Tesche (2007, online), Saramago faz reflexões sobre a questão agrária: “[...] o que mais há na terra é paisagem”, e a importância do dinheiro: “[...] o lugar do dinheiro é um céu, um alto lugar onde os santos mudam de nome quando vem a ter que ser, mas o latifúndio não.” Propõe-se, então, a contar uma história diferente de toda a situação de amargura e desespero do homem do campo: - cresci e multiplicaí-me, diz o latifúndio. Mas tudo pode ser contado de outra maneira.

Em relação à posição da mulher, de acordo com Martin e Tesche, percebe-se que esta também se levanta do chão. As personagens *Sara, Faustina e Maria Adelaide* marcam os processos sociais e históricos que percorreram as mulheres até se enxergarem como categoria (processo este ainda em construção). Este processo é o que motivou a pesquisa que ora se apresenta, pois as falas das personagens concretizam a realidade desigual e opressora sob a qual objetiva-se desnaturalizar os papéis atribuídos:

"De mulheres nem vale a pena falar, tão constante é o seu fado de parideiras e animais de carga" (Sara).

"De homens se continuará a falar, mas também cada vez mais de mulheres... é que os tempos vêm aí..." (Faustina).

"... afinal, não é tão grande a diferença assim entre mulher e homem, a não ser o salário." (Gracinda).

"... ela sabe, percebe que a vida mudou." (Maria Adelaide).

Neste sentido, *Levantadas do Chão* é uma analogia e referência à obra de José Saramago, porém com olhar e perspectiva mais particularistas acerca da construção da Identidade de Gênero das Mulheres no campo. É uma afirmação destas enquanto categoria social e política, constituintes e constituídas como sujeitos coletivos construídos por meio da

participação política em torno da Questão Agrária e que buscam viver uma realidade sem a exploração do próprio trabalho e da exploração de gênero. É referência à uma história contada em forma de romance (ficção), mas parte de uma realidade que se objetiva e se expressa por meio das formas/maneiras que desenvolve-se a sociabilidade.

CAPÍTULO 1 TEMPO DE SILÊNCIO

“O silêncio dos pobres não vem apenas da clausura cultural em que vivem. Vem também da usurpação da palavra, do querer e do esperar por parte daqueles que, ao pretenderem generosamente ser solidários, acabam impondo-lhes um novo e mais grave silêncio, o da fala postiça e inautêntica, anônima.” (MARTINS, 2000, p. 69).

1.1 A Sociabilidade do Capital e a Construção da Identidade de Gênero

1.1.1 O Trabalho como Elemento Fundante da Sociabilidade

Por entender que o trabalho é uma categoria fundamental no processo fundante do Ser Social, ele será aqui analisado como categoria estruturante do processo de compreensão das relações de gênero na sociedade capitalista burguesa.

Compreender o trabalho enquanto categoria fundante das relações de produção e reprodução das relações sociais de homens e mulheres é entender como, no processo histórico do desenvolvimento da sociedade, as diferenças biológicas foram transformadas em desigualdades sociais.

Para expor em termos ontológicos, as categorias específicas do Ser Social, o seu desenvolvimento a partir das formas de ser precedentes, sua articulação com estas, sua fundamentação nelas, sua distinção em relação a elas, é preciso começar pela análise do trabalho. É claro que não se deve esquecer que, qualquer grau do ser, no seu conjunto e nos seus detalhes, tem um caráter de complexo, isto é, que as suas categorias, até mesmo as mais centrais e determinantes, só podem ser compreendidas adequadamente no interior e a partir da constituição complexa do nível de ser de que se trata. E é suficiente um olhar muito superficial ao ser social para perceber a inextricável imbricação em que se encontram suas categorias decisivas como o trabalho, a linguagem, a cooperação e a divisão do trabalho e para perceber que aí surgem novas relações da consciência com a realidade e, em decorrência, consigo mesma, etc. (LUKÁCS, 2010a, online).

Embora o debate acerca do trabalho na atualidade tenha ganhado contornos complexos e diferenciados, este ainda permanece como processo fundamental na manutenção e compreensão da sociedade capitalista. De acordo com Iamamoto (2008), na cena atual o debate sobre o trabalho é complexo e, muitos autores que produzem conhecimento na contemporaneidade como André Gorz, Claus Offe, Habermas, Kurz e outros, têm denunciado sua falência ou morte.

Entretanto, cabe destacar que se entende que não houve, nem tão pouco há, perda da centralidade do trabalho e do proletariado na contemporaneidade. De acordo com Antunes e

Alves (2004, p. 335, grifo nosso), as transformações no modo de produção refletiram em transformações na classe trabalhadora, “[...] *esta já não é idêntica àquela existente em meados do século passado, ela também não está em vias de desaparecimento, nem ontologicamente perdeu seu sentido estruturante.*”

Assim como Araújo e Tavares (2004, p. 2, grifo nosso), postula-se a tradição marxista que “[...] *analisa as transformações presentes na atualidade como produto de terminações histórico-concretas, que afirma a centralidade do trabalho como eixo fundante da vida social, e ineliminável necessidade humana.*”

Afirma-se, assim como Marx (1996), que a práxis transformadora exercida pelo trabalho funda o ser social, dota-o de racionalidade, de liberdade, consciência, funda a sua sociabilidade e a sua historicidade. Esta relação dialética de transformação do meio condiciona sua autotransformação, possibilita a este, por meio da aquisição de novos conhecimentos, desenvolver novas habilidades, tendo como consequência uma tendência à universalização da sua ação transformadora, ou seja, da objetivação do seu trabalho.

Entretanto, destaca-se que esta confusão no entendimento do que seja o trabalho se dê devido à complexidade e à diversidade em que a classe (trabalhadora) se encontra, isto é, pelo fato desta hoje ser perpassada ou circunscrita por diversos segmentos sociais, tais como gênero, etnia, imigrantes, etc. Estes também são inscritos por diversidades e complexidades próprias e de outros segmentos, o que leva alguns teóricos a acreditarem que exista uma subpolitização da produção, ou seja, uma fragmentação da categoria trabalho.

Assim, Antunes e Alves (2004, p. 336) aponta:

[...] a classe trabalhadora hoje compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho – a classe-que-vive-do-trabalho, conforme nossa denominação (Antunes, 1995 e 1999) – e que são despossuídos dos meios de produção. Mas ela vem presenciando um processo multiforme [...].

De acordo com o autor, com a reestruturação reprodutiva (formas mais desregulamentadas de trabalho), reduziu-se o conjunto de trabalhadores estáveis e os empregos formais, decorrendo disto uma redução do proletariado tradicional (fabril, manual). No mesmo bojo, mais em contra tendência, há aumento do novo proletariado que se caracteriza pelos empregados temporários, terceirizados e subcontratados. “*Com a desestruturação crescente do Welfare State nos países do Norte e com a ampliação do desemprego estrutural, os capitais transnacionais implementam alternativas de trabalho*

crecientemente desregulamentadas, ‘informais’, de que são exemplo as distintas formas de terceirização.” (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 337).

Associa-se a estes fatores o incremento da participação feminina na produção da força de trabalho que, de acordo com Antunes, tem aumentado em torno de 40% em todo mundo e se caracteriza pela precarização e desregulamentação. Cabe ressaltar que se por um lado há inserção significativa da força de trabalho feminina, por outro este trabalho não é reconhecido, a remuneração é inferior à do homem e os direitos sociais e trabalhistas são também desiguais.

Muitos estudos têm apontado que, na nova divisão sexual do trabalho, as atividades de concepção ou aquelas de capital intensivo são realizadas predominantemente pelos homens, ao passo que aquelas de maior trabalho intensivo, freqüentemente com menores níveis de qualificação, são preferencialmente destinadas às mulheres trabalhadoras (e também a trabalhadores (as) imigrantes, negros (as), indígenas etc.). (Hirata, 2002 apud ANTUNES; ALVES, 2004, p. 338).

A absorção da força de trabalho feminino, bem como de outros segmentos sociais pelo setor de serviços, também tem sido um dos fatores que determinaram a reestruturação produtiva. Ricardo Antunes e Alves (2004) aponta que a racionalidade do capital e a lógica do mercado, acrescidas das mutações organizacionais, tecnológicas e de gestão, também afetaram o mundo do trabalho. Além disso, o autor aponta a exclusão daqueles considerados idosos (contingente da população com idade superior a 40 anos) e dos jovens. *“O mundo do trabalho atual tem recusado os trabalhadores herdeiros da “cultura fordista”, fortemente especializados, que são substituídos pelo trabalhador “polivalente e multifuncional” da era toyotista.”* (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 339, grifo nosso).

Ricardo Antunes e Alves (2004, grifo do autor), afirmam que o desdobramento da reestruturação produtiva desenvolve no mundo do trabalho uma crescente expansão do trabalho desenvolvido pelo **Terceiro Setor**. Este se caracteriza por atividades desenvolvidas em empresas sem fins diretamente mercantis ou lucrativos, predominando sobre estas instituições formas de trabalho voluntário de caráter assistencial.

Assim, destaca o autor:

A expansão desse segmento é um desdobramento direto da retração do mercado de trabalho industrial e de serviços, num quadro de desemprego estrutural. Esta forma de atividade social, movida predominantemente por valores não-mercantis, tem tido certa expansão, por meio de trabalhos realizados no interior das ONGs e de outros organismos ou associações similares. Trata-se, entretanto, de uma alternativa extremamente limitada para compensar o desemprego estrutural, não se constituindo, em nosso

entendimento, numa alternativa efetiva e duradoura ao mercado de trabalho capitalista. (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 339-340).

Ainda dentro desta perspectiva, Araújo e Tavares (2004, p. 1) afirma que para aqueles que decretam a morte do trabalho enquanto categoria ontológica e fundante da sociabilidade humana, também:

[...] as categorias defendidas por Marx, principalmente no cerne de seu método, o materialismo histórico-dialético, não seriam a chave para desvendar e compreender as atuais transformações no mundo do trabalho. Em sendo assim, o trabalho não constituiria mais a categoria fundante do ser social, a luta de classes não possuiria materialidade diante da pretensa inexistência do conflito entre capital e trabalho e a lei do valor não se aplicaria às novas formatações de trabalho que são praticadas na contemporaneidade.

Todas essas tendências que objetivam escamotear o trabalho e fazer entender que na sociedade contemporânea não há conflitos e antagonismos de classes, oriundos do modo de produção capitalista, têm se refletido na academia numa produção teórica sobre o mundo do trabalho que, tendencialmente, tem confundido as categorias/conceitos de classe e movimentos sociais. De acordo Gohn (1999), a organização e ascensão dos movimentos sociais dentro da perspectiva do mundo globalizado “*tem alterado as teorias sobre a sociedade*”. Os sujeitos dos movimentos sociais têm partido da reflexão, discussão e do conflito em torno dos problemas de identidade cultural em detrimento da ênfase que era dada a luta de classes.

Isto pode ser verificado em relação ao movimento feminista. Neste, é possível averiguar que há uma forte tendência em negligenciar o mundo do trabalho (produção). De acordo com a perspectiva feminista, da qual se destaca aqui a produção de Benhabib e Cornell (1987) em *Feminismo como Crítica da Modernidade*, constata-se um enorme equívoco em relação aos estudos de Marx e a interpretação deste a partir da perspectiva da análise de gênero. Para a autora, há nos escritos de Marx uma ruptura entre produção e reprodução social onde se verifica a “supervalorização da produção em detrimento da reprodução”.

Na medida em que os marxistas interpretam ‘produção’ como algo necessariamente distinto de ‘reprodução’, os aspectos da sociedade são falsamente universalizados e as relações de gênero, tanto nas sociedades capitalistas, como pré-capitalistas, ficam obscurecidas. (NICHOLSON, 1987, p. 34, grifo nosso).

Todavia, a autora compreende a reprodução estritamente relacionada à biologia, ou seja, a reprodução biológica da espécie humana, desconhecendo a produção Lukatiana¹ que, de forma profunda, muito bem analisou as relações de reprodução social na sociedade capitalista, contribuindo para análise sobre as relações de gênero.

Para Iamamoto (2008), se por um lado os teóricos acima citados anunciam a subpolitização da produção, por outro, eles anunciam a sobrepolitização do Estado. Esta perspectiva nega, portanto, a relação dialética da sociedade, pois de acordo com Buromay (1990 apud IAMAMOTO, 2008, grifo nosso), “*A política estatal não está suspensa nas nuvens. Ela nasce do chão da fábrica e, quando este treme, ela é abalada.*” A produção, embora não tenha diretamente presença no Estado é quem estabelece limites e precipita suas intervenções, da mesma forma que o Estado fixa os limites para os aparelhos fabris.

Neste sentido, Iamamoto (2008) retoma Braverman (1977), uma vez que este estuda os processos de trabalho no capitalismo e como se constituem as relações que têm por base a propriedade capitalista, ou seja, como o processo de trabalho é dominado e modelado pela acumulação do capital e a forma que atribuiu à estrutura de classe.

Ficam evidentes, na análise que Iamamoto (2008) faz de Braverman, as limitações deste em relação ao processo de trabalho capitalista, uma vez que o autor tem uma visão *objetivista e determinista do processo social* (nas palavras de Iamamoto) que privilegia a estrutura em detrimento da ação do sujeito e a economia em detrimento dos momentos políticos ideológicos, o que também faz Branca Moraes (1980 apud IAMAMOTO, 2008) ao associar a discriminação e a opressão de gênero aos momentos políticos e ideológicos (superestrutura). Para a autora, a discriminação de gênero não tem por base apenas a estrutura da sociedade. Fundamentalmente, a superestrutura age de forma mais determinante sobre as questões de gênero.

Estas priorizações, ora da superestrutura, ora da estrutura, negam o movimento histórico e dialético da sociedade porque negam aos indivíduos “[...] *reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas, como as produzidas por sua própria ação.*” (Marx e Engels 1977^a: 26-27 apud IAMAMOTO, 2008, grifo nosso).

Para Marx e Engels (2008), o primeiro pressuposto é a condição de existência humana. Em toda a história verifica-se esta condição, mas para *fazer História* é preciso, antes de tudo, comer, vestir, ter moradia, dormir, etc. Este pressuposto prescinde a condição de poder produzir a vida material. Satisfeita essa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o

¹ Mais adiante e partindo-se das análises de Lukács, se discutirá como a reprodução social influencia as relações de gênero.

instrumento de satisfação já adquirido conduzem às novas necessidades e a produção das novas necessidades é o primeiro ato histórico. Por fim, há uma terceira relação que intervém no desenvolvimento histórico das relações sociais que irá se desenvolver a partir da primeira relação (relação de intercâmbio para sobrevivência) e se complexificará tanto mais desenvolvida a sociedade, ou seja, desenvolvida a capacidade de suprir as necessidades materiais e de gerar novas necessidades.

Cabe destacar, que quanto mais complexos os meios de produção, tanto mais complexos os meios de reprodução da vida social. Esta complexidade tende a criar uma falsa “consciência”, embora esta seja a capacidade do homem de se relacionar com outro de sua mesma espécie de modo racional (ontologicamente e teleologicamente) e, por isto, diferenciá-lo de outros animais da natureza. Ademais, esta consciência suscita a divisão do trabalho, sendo que esta tem início mesmo dentro da própria família (ENGELS, 1979).

Assim, de acordo com Maria Aparecida Silva (1999), a categoria trabalho não deve ser apreendida a partir das expressões da pseudo-realidade. Esta cumpre função de apresentar as relações sociais de produção e reprodução numa construção de “*vazio social*” (*grifo nosso*). Citando Bourdieu (1990), Moraes aponta sua posição em relação à compreensão da realidade e também como esta se expressa para o trabalhador.

Mas este mundo também não se apresenta como totalmente estruturado e capaz de impor a todo sujeito perceptivo os princípios de sua própria construção. O mundo social pode ser dito e construído de diferentes maneiras de acordo com diferentes tipos de visão e divisão – por exemplo, as divisões econômicas e as divisões étnicas. (Bourdieu 1990, 159 apud SILVA, M. A. M., 1999, p. 175).

É possível notar que Moraes destaca a complexidade da sociedade capitalista atual e como as expressões da Questão Social incidem e são apreendidas de diversas formas, de acordo com as particularidades de cada segmento social. Quando em seu livro *Errantes do Fim do Século* a autora aborda a questão das relações de gênero, evidencia-se que a dominação do gênero masculino sobre o gênero feminino se expressa para além da estrutura econômica e que o apoderamento masculino sobre o corpo² feminino se dá numa relação

² De acordo com Foucault, o corpo só se torna força de trabalho quando trabalhado pelo sistema político de dominação característica do poder disciplinar. Pensando na família como um aparelho ideológico do Estado capitalista, do qual se ratifica a divisão social do trabalho, constitui-se as diferenças biológicas em desigualdades sociais, refletindo-se sobre a “disciplina” do corpo feminino. Este sofrerá modelagem e engessamento de modo que será estipulado como natural aquilo que é orientado como papel feminino. Desta forma, uma ação biológica (capacidade de gerar) será tomada como uma referência (social e cultural) desigual. Esta disciplina estipula uma pirâmide de olhares: um vigia o outro. O PODER DISCIPLINAR não destrói o indivíduo, ao contrário, ele o fabrica. Assim, a sociedade capitalista não visa em si a desconstrução da

dialética de velamento – desvelamento e desconhecimento – reconhecimento da opressão, dominação e exploração a qual se inscrevem as mulheres.

Esta perspectiva não nega a centralidade do trabalho, mas avança na discussão deste em relação aos complexos sociais. Assim, entende-se que a autora, tal como Iamamoto (2008, p. 39, grifo nosso), entende que “[...] o pressuposto é o Homem, criatura natural, dotado de uma base orgânica, em que se encontram inscritas infinitas capacidades e possibilidades” e são essas capacidades e possibilidades infinitas que fazem com que o Homem, numa relação dialética, transforme a natureza e, ao transformá-la, torna a se transformar, suprimindo necessidade e criando outras. No entanto, esta transformação não é dada por indivíduos sozinhos, mas por meio da cooperação³. O trabalho, enquanto categoria fundante do Ser Social, só se objetiva socialmente de modo determinado. Respondendo à necessidades históricas, produz formas de interação humana, como a linguagem, as representações sociais, os costumes, criando necessidades e formas de satisfação, do que decorre a relação (homem/natureza).

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços, pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. (MARX, 1983, p. 149-150).

Além de supor a sociabilidade e a universalidade, o trabalho implica um dado conhecimento da natureza e a valorização dos objetos necessários ao seu desenvolvimento. Segundo Barroco (2008), “[...] por ser consciente, o homem age teleologicamente; transforma suas necessidades e formas de satisfação em novos questionamentos.”

inferioridade feminina, antes o contrário, objetiva a construção desta inferioridade. “A disciplina ao mesmo tempo em que exerce o poder, produz um saber”. Por outro lado, é somente a partir da constituição deste corpo desigual (feminino/mulher), a consciência desta sobre este corpo, que serão criados mecanismos de luta e de resistência. Porém, é preciso entender que este movimento deve ser para além da perspectiva da derrubada do sistema capitalista, pois a opressão de gênero, etnia e de orientação sexual está presente também em outros tipos de sociedades. Para Foucault, embora o movimento revolucionário marxista, a partir do final do século XIX, privilegie o aparelho de Estado como alvo de luta. “... o poder não está localizado no aparelho de Estado e que nada mudará na sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo, ao lado dos aparelhos de Estado a um nível muito mais elementar, cotidiano, não forem modificados.” (SILVA, M. A. M., 1999, p. 150).

³ Esta cooperação é aqui entendida como mecanismo que também diferencia os homens dos animais. De acordo com Marx (2004) nos *Manuscritos Filosóficos e Econômicos*, somente o homem é capaz de produzir para o seu gênero, pois a atividade de produção é um ato universal em que o homem faz de sua atividade vital um objeto de sua vontade e consciência. A ação humana de transformar a natureza e suprir suas necessidades não é algo particular e restrito a este ou aquele indivíduo, mas um ato genérico. Isto porque, nesta relação laborativa, “a natureza se revela como sua obra e sua realidade.”

Para Marx (1983, p. 149-150, grifo nosso), “[...] ao atuar por meio deste movimento sobre a Natureza Externa a ele e modificá-la, ele modifica ao mesmo tempo sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio.”

Para Iamamoto (2008), a capacidade teleológica é a capacidade do homem de projetar antecipadamente na sua imaginação o resultado a ser materializado pelo trabalho. Assim, antes mesmo de materializar o objeto, este já existia na cabeça do homem.

Nas palavras de Marx (1985, p. 149):

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colméias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da abelha é que ele construiu o favo de mel em sua cabeça, antes de construí-lo em cera.

De acordo com Lukács (1981 apud LESSA, 1996), deste modo é enunciada a categoria ontológica central do trabalho: através dele realiza-se, no âmbito do ser material, uma posição teleológica que dá origem a uma nova objetividade. Assim, o trabalho se torna o modelo de toda práxis social, na qual, com efeito — mesmo que através de mediações às vezes muito complexas — sempre são transformadas em posições teleológicas, em termos que, em última análise, são materiais.

A este processo de materialização da ideação, Lessa (1992) irá chamar de objetivação – exteriorização. De acordo com o autor, objetivações são atos que transformam a prévia ideação em produto objetivo. Pela objetivação, o que antes estava apenas nas idéias se consubstancia em objeto. Lessa diz que, para Lukács, a objetivação é a mediação que articula teleologia com a gênese de um novo objeto. Isto porque, ao transformar a natureza, o indivíduo também se transforma. Assim, toda objetivação resulta em novas habilidades (e novas necessidades) e, neste processo, não só é exteriorizado o objetivo, como também o homem, pois a transformação do real se dá a partir do desenvolvimento alcançado pela individualidade, esta historicamente determinada, ou seja, a exteriorização da individualidade é também uma exteriorização de um determinado desenvolvimento social.

Lessa (2007c, p. 125, grifo nosso), referenciando Lukács, diz que é por meio da exteriorização (*Entäusserung*) que o homem constrói o Ser Social. Esta construção “[...] corresponde precisamente à afirmação prática da crescente capacidade do homem modificar o real processo de sua reprodução.”

Entretanto, de acordo com Lukács (apud LESSA, 2007c, p. 126, grifo nosso) esta exteriorização nem sempre possibilita ao Homem desenvolver suas capacidades plenamente, pois este desenvolvimento pode encontrar obstáculos, tal como o desenvolvido pela alienação (*Entfremdung*). A alienação, na perspectiva de Lukács, não significa a negação do ser social, mas a negação da “[...] *essência humana socialmente posta, é uma negação do Homem pelo próprio Homem*”. Para Lukács, “[...] *o que particulariza a sociedade capitalista é o fato de ela ser a primeira formação socialmente pura*”.

Cabe salientar que esta afirmação feita por Lukács objetiva esclarecer que é apenas com o advento da sociedade capitalista que o local ocupado pelo indivíduo na ordem social é determinado apenas pela dinâmica econômica. A literatura sobre o tema⁴ pode esclarecer que no feudalismo, escravismo e nas sociedades asiáticas, o nascimento era o que determinava o local e/ou estrutura social que o indivíduo ocuparia.

Para Lukács (apud LESSA, 2007c, p. 127):

O significado do nascimento é socialmente posto. O fato de, ao nascer um nobre feudal, deve-se morrer um nobre feudal, é uma determinação socialmente construída, nada tendo de natural. Nenhuma lei biológico-natural poderia ser portadora de qualquer determinação semelhante. Na vida cotidiana, porém, ao confrontar-se o indivíduo com uma situação que, em medida, não pode ser alterada por um ato de sua vontade, a realidade assume, para ele, a aparência de uma “segunda natureza”.

Desta forma, há nas relações sociais na vida cotidiana uma tendência de no confronto entre a consciência individual e a exterioridade o Ser Social, de modo imediato, criar semelhanças entre a exteriorização natural e a social, noutras palavras, uma tendência no feudalismo de naturalizar aquilo que era puramente determinação social.

É com o advento da sociedade capitalista que este caráter natural das relações sociais desaparecerá, mesmo que de modo limitado historicamente. Na “[...] *arena capitalista os indivíduos não cessarão de lutar entre si por seu lugar ao sol*” (LESSA, 2007c, grifo nosso).

Para Lessa (2007c, p. 129), é esta possibilidade de ascensão/ mobilidade social que desenvolverá na consciência humana a oposição entre indivíduo e sociedade.

Para o pensamento moderno, os indivíduos se constroem em permanente confronto com a estrutura social global e com os outros indivíduos, numa dinâmica de disputas pelas quais cada individualidade, ao se constituir enquanto egoísta e competitiva, constrói também uma sociedade desumana, concorrencial.

⁴ Estado, Classe e Movimento Social (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Diante disto, pode se perceber que as relações sociais serão na sociedade capitalista moderna permeada pelo individualismo. Este interferirá na constituição da individualidade de modo a colocar sua constituição em permanente oposição à realização de sua genericidade. Nas palavras de Lessa (2007, grifo nosso), “[...] *na disputa pela acumulação privada de riquezas, cada indivíduo é o terno ‘lobo’ a ameaçar os outros.*” Na sociedade capitalista, o homem é rebaixado às condições desumanas.

De acordo com Lukács (1979, p. 87, grifo nosso), “*O trabalho é, antes de tudo, em termos genéticos, o ponto de partida da humanização do homem, do refinamento de suas faculdades, processo do qual não se deve esquecer o domínio sobre si mesmo.*”

Este processo, de acordo com Iamamoto (2008, p. 49, grifo nosso), “*São distintivos de épocas econômicas, pois não o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz, é o que distingue as épocas econômicas.*”

Enquanto categoria ontológica, o trabalho prescinde da natureza, pois ela é a base da relação de transformação do homem (sociedade) e do homem enquanto Ser Social. Nesta relação, a sociedade não pode existir sem a natureza, porque é dela ou através dela que o homem estabelece o intercâmbio que possibilitará sua transformação, mas a natureza não prescinde da sociedade e/ou do homem, quer dizer, não necessita da sociedade ou do homem para se manter, antes ao contrário, é a própria existência da sociedade e do homem que explora, degrada e extingue a natureza.

De acordo com Lessa (2007c, p. 132), “[...] a sociedade não pode dispensar a natureza, esta em troca, pode manter-se (ainda que profundamente afetada) sem aquela.”

Isto posto, deve-se destacar que não significa que há nesta relação uma relação de continuidade, quer dizer, embora o homem necessite da natureza para se “desenvolver” e para se “transformar”, ele não é um ser apenas natural (biológico). “Enquanto na natureza, a mera reprodução biológica determina o desenvolvimento dos seres vivos, a reprodução da sociedade é um processo que incluiu condições que sequer existem na natureza como luta de classes, ideologia, trabalho, etc.” (LESSA, 2007c). Para além de seres biológicos, os seres humanos são, sobretudo, uma constelação de complexos (linguagem, trabalho, relações sociais, arte, religião, filosofia, etc.) e, portanto, constituídos como seres racionais, cujas relações não são derivadas da natureza, mas das relações sociais.

Destarte, as relações dos homens não derivam da natureza, mas das características históricas da sociedade, “[...] do fato de a materialidade social ser apenas tão somente conseqüências dos atos humanos, estes historicamente determinados” (LESSA, 2007c).

Como anteriormente mencionado, esta relação de transformação da natureza não prescinde da idéia e da imaginação⁵ do homem. Ela nasce da necessidade em suprir as carências materiais mais imediatas, como alimentação, vestuário, abrigo, etc. É este caráter ativo dos indivíduos, dado pelo ato de produzir os meios de suprir as necessidades vitais, que se constitui como condição fundamental de toda história, porque até nos dias atuais necessita-se suprir essas necessidades fundamentais.

A fome é fome, mas se satisfeita com carne preparada e cozida e se é ingerida com a ajuda do garfo e faca é diferente da fome que é satisfeita devorando a carne crua, destrocada com as mãos, as unhas e os dentes. Não se trata somente do objeto de consumo, mas também do modo de consumo, criado pela produção, tanto em sua forma objetiva como subjetiva. (MARX, 1996, t. 1, p. 31)

Diante disto, verifica-se que as relações sociais são constituídas pela base material dos homens entre si, quer dizer, condicionadas pelas necessidades e pelo modo de produção, variando tanto as necessidades, quanto os meios e instrumentos de supri-las de acordo com a sociedade e vice-versa.

Isto significa que, por um lado, a produção material da vida coincide com a produção do próprio homem (sociedade) e é na compreensão desta relação dialética que o trabalho se assenta como elemento fundante da sociabilidade⁶, pois na produção da vida, o trabalho exhibe sua real significação para além da relação homem/natureza, como nas relações sociais, para as quais estabelece a base. Revela, portanto, a forma de ser dos homens. Em sua forma negativa, o trabalho, em modos de produção determinados como o capitalismo em que se sobrepõem a dicotomização das condições objetivas de produção e produtor, estabelece uma relação antagônica e de estranhamento em que de um lado estão os donos dos meios de produção e, do outro, os trabalhadores que vendem a sua força de trabalho numa relação de exploração do

⁵ Para Lukács (1979), a constituição da teleologia enquanto categoria ontológica objetiva não é mera causalidade, pois enquanto a causalidade é um princípio de automovimento que repousa sobre si mesmo e que mantém este caráter, mesmo quando uma série causal tenha o seu ponto de partida num ato de consciência, a teleologia, ao contrário, por sua própria natureza, é uma categoria posta: todo processo teleológico implica numa finalidade e, portanto, numa consciência que estabelece um fim. Neste caso, não significa simplesmente assumir conscientemente, como acontece com outras categorias e especialmente com a causalidade; ao contrário, aqui, com o ato de *por*, a consciência dá início a um processo real, exatamente ao processo teleológico. Assim, o *por* tem, neste caso, um ineliminável caráter ontológico. Em consequência, conceber teleologicamente a natureza e a história implica, não somente em que estas têm um fim e estão voltadas para um objetivo, mas também que a sua existência e o seu movimento no conjunto e nos detalhes devem ter um autor consciente.

⁶ De acordo com Netto, o desenvolvimento da sociabilidade humana se deu através do trabalho e, este, significou um salto histórico no desenvolvimento do homem e nos meios de produção. *O surgimento do Ser Social foi o resultado de um processo mensurável numa escala de milhões de anos* (PAULO NETTO; BRAZ, 2007). O trabalho como mediação possibilitou a um ser natural, sem deixar de participar da natureza, que se transformasse em algo diverso da natureza. Tratando-se, portanto, de uma forma de se auto-produzir.

homem pelo homem, em que produção e fruição de riqueza não coincidem, o homem perde sua auto-atividade e atrofia-se.

Para Marx:

As forças produtivas são resultado da energia prática dos homens, mas esta própria energia está determinada pelas condições em que se encontram os homens, pelas forças produtivas já adquiridas, pela formação social pré-existente que eles não criaram que é produto das gerações anteriores. O simples fato de cada geração posterior encontrar forças produtivas adquiridas pela geração precedente, utilizando-as como matéria-prima para nova produção, cria na história dos homens uma conexão, cria uma história da humanidade, que é tanto mais a história da humanidade, quanto mais desenvolvidas estiverem as forças produtivas dos homens, por consequência, as suas relações sociais. (MARX; ENGELS, 1987, p. 15).

Com isso, evidencia-se que a base do desenvolvimento humano está no desenvolvimento das forças produtivas e que o trabalho exercido pelas gerações precedentes é sempre imprescindível àqueles que ainda estão por vir. Segundo Maria Aparecida de Moraes Silva (1999), isto evidencia que a realidade da totalidade social não se inscreve num vazio social, ou seja, não é porque não apreendemos a ‘totalidade’ de um fenômeno que ele não existe e/ou existiu. Não é a apreensão ou compreensão do objeto que o torna material e sim a própria essência material que possibilita sua apreensão objetiva. Evidencia-se também o ininterrupto movimento de produção e auto-produção humana, ou seja, a história da humanidade deve ser estudada e compreendida em conexão com a história dos meios de produção, neste caso específico, da sociedade capitalista industrial à base de “troca”, pois é nela que os complexos sociais como a família, linguagem e arte se desenvolveram de forma mais fruída.

Nas palavras de Paulo Netto e Braz (2007, p. 43):

O desenvolvimento do Ser Social implica o surgimento de uma racionalidade, de uma sensibilidade e de uma atividade que, sobre a base necessária do trabalho, criam objetivações próprias. No Ser Social desenvolvido, o trabalho é uma das suas objetivações. Quanto mais rico o Ser Social, tanto mais diversificadas e complexas são as suas objetivações. O trabalho, porém, não só permanece como objetivação fundante e necessária, como ainda pressupõe as características constitutivas do trabalho (a atividade teleologicamente orientada, a tendência à universalização e a linguagem articulada).

Diante disto, cabe ressaltar que é por meio do trabalho que o homem funda a sociabilidade e, quanto mais desenvolvido o trabalho, mais complexos os processos de

sociabilidade. Ao referenciar Marx, Lessa (1999) afirma que a vida social alicerça-se nos modos de produção que o homem historicamente desenvolveu para atender às suas necessidades. Assim, ao longo da história dos homens, o processo (re) produtivo das sociedades se complexifica à medida que ocorre o desenvolvimento das forças produtivas, proporcionando um complexo processo que termina dando origem a relações entre os homens que não mais se limitam ao trabalho enquanto tal, ou seja, constitui a reprodução social.

Todavia, verifica-se que na sociedade capitalista do monopólio, o homem se distanciará cada vez mais do trabalho ontológico e, logo, também de si. Porém, o trabalho permanecerá como categoria fundante dos processos de produção e reprodução da vida (sociabilidade). O próprio trabalho se põe como mediação entre o homem e a natureza, entre ele mesmo e os outros homens, sendo, por isto em si, um complexo de sociabilidade humana e social. Embora o trabalho adquira configurações distintas em cada momento histórico, este é o ponto axial da vida social.

1.1.2 A Sociabilidade na Órbita da Sociedade de Classe

Discutir a centralidade do trabalho é também discutir a constituição das classes sociais e sua conformação na sociedade capitalista madura, esta, como se verifica, alarga os antagonismos sociais e torna desiguais as relações que tem por base as relações de produção, fetichizando as relações entre os Homens. Neste sentido, como se verifica com Antunes e Alves (2004), embora na atualidade se aluda à perda da centralidade do trabalho, tal como a centralidade de Classes, estas ainda se configuram como cerne da Questão Social.

Esta perspectiva está relacionada intimamente às idéias de perda da centralidade do trabalho. Entende-se que estas são tentativas de respostas a uma série de transformações pelas quais vem passando a economia capitalista mundial nos últimos 40 anos. Verifica-se, portanto, que são tentativas de escamotear as crises estruturais⁷ do capital.

Entretanto, como neste trabalho já mencionado e, reafirmando Araújo e Tavares (2004, p. 3):

Ao analisar os modos de produção da vida social, desde o período comunal/primitivo, passando pelo modo asiático, feudal, até o atual sistema capitalista, percebe-se que as análises da tradição marxista quanto à centralidade do trabalho na constituição do ser social, não deixam dúvida. O

⁷ De acordo com Mattos (2005), a utilização da palavra crise estrutural é utilizada, pois não é algo estagnado e definitivo, referenciando Chesnais. Mattos diz que o termo demonstra quase que cotidianamente como algumas economias entram em choque com a própria estrutura do capital, ou seja, são manifestações mundiais de um modo de produção que, em si, se constitui e se expressa por contradições econômicas e políticas profundas.

trabalho embora adquira configurações distintas em cada momento histórico, alicerça-se como categoria indispensável à sociabilidade humana, eterna necessidade do homem.

Assim, a autora destaca que mesmo o trabalho tendo passado por diversas transformações, este, longe de perder sua centralidade na constituição do Ser Social e da Sociabilidade, expressa sua barbárie na sociedade capitalista.

Destarte, afirma a autora: “*As interpretações que negam a centralidade do trabalho e as categorias marxianas não são neutras nem inocentes. Ao contrário, além de obscurecerem a exploração capitalista, têm implicações práticas que aprofundam a questão social.*” (ARAÚJO; TAVARES, 2004, grifo nosso)

De acordo com Montaño e Duriguetto (2011), é por meio do trabalho que o Homem pode desenvolver racionalmente sua capacidade teleológica. Ao articular a linguagem e a sociabilidade, o trabalho se põe como categoria fundante. Por ser racionalmente consciente, o homem tem a liberdade de escolher com que materiais e ferramentas irá exteriorizar/materializar seu trabalho. Entretanto, no modo de produção capitalista, o trabalho passou a ser realizado como atividade criadora de valor passando, portanto, à subsunção⁸ do capital.

De acordo com Marx e Engels (1987, p. 4), a sociedade burguesa moderna que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Não fez senão substituir novas classes, novas condições de opressão e novas formas de luta as quais existiam no passado.

De acordo com Lessa (2007c), se nas sociedades pré-capitalistas as desigualdades e o pauperismo estavam atrelados à escassez de produtos, na sociedade capitalista madura estão relacionados ao próprio modo de produção e circulação.

De acordo com Marx e Engels (1987), a produção de excedente impulsionou a burguesia a procurar novos meios de expandi-lo e escoá-lo da produção/trabalho. A descoberta da América, a navegação pela África, os mercados da Índia e China, o comércio colonial e os incrementos dos meios de troca impulsionaram o processo revolucionário

⁸ De acordo com Antunes e Alves (2004, p. 343-344) o termo subsunção poderia, à primeira vista, ser substituído pelo termo “submissão”, já que se trata de expressar a relação que surge quando o trabalhador vende sua força de trabalho ao capital, a ele se submetendo. No entanto, *subsunção* expressa que a força de trabalho vem a ser, ela mesma, incluída e como que transformada em capital: o trabalho constitui o capital. Constitui-o negativamente, pois é nele integrado no ato de venda da força de trabalho, pelo qual o capital adquire, com essa força, o uso dela; uso que constitui o próprio processo capitalista de produção. O termo “submissão” não ressalta a relação por ter em seu conteúdo certa carga de “docilidade”. Na verdade, nas relações trabalho/capital, além e apesar de o trabalho “subordinar-se” ao capital, ele é um elemento vivo, em permanente medição de forças, gerando conflitos e oposições ao outro pólo formador da unidade que é a relação e o processo social capitalista.

burguês e de decomposição do sistema feudal. À medida do crescimento que articulou desenvolvimento econômico, político e de produção, crescia também a burguesia que participava do processo revolucionário porque, além de desenvolver as forças produtivas, deixou “aparente” as relações de exploração do Homem.

Ao negar a existência de Deus como fonte basilar da sociedade e erigir o Homem livre como base das relações de produção da vida social, a burguesia propiciou condições de superar instrumentos de produção e, por conseguinte, as relações de produção e as relações sociais.

A burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção [...] Revelou como a brutal força da idade média, tão admirada pela reação, encontra seu complemento natural na ociosidade mais completa. Foi a primeira a provar o que pode realizar a atividade humana: criou maravilhas maiores que as pirâmides do Egito, os Aquedutos Romanos, as catedrais góticas; conduziu expedições que empanaram mesmo as antigas invasões e as cruzadas [...] Essa subversão contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação, distingue a época burguesa de todas as precedentes. (MARX; ENGELS, 1987, p. 7).

Como evidencia o *Manifesto*, a sociedade burguesa pode em pouco tempo revolucionar incessantemente os meios de produção e desenvolver a capacidade teleológica do homem de tal maneira, que este pode “superar” temporalmente seu envolvimento no desenvolvimento de produtos, porém esta revolução tratou de também transformar estes produtos em mercadorias. Com o desenvolvimento da sociedade burguesa, esta passou a propiciar condições de subsidiar as bases para a consolidação do sistema capitalista. Este período denotadamente expandiu o mercado mundial imprimindo um caráter cosmopolita à produção, uma vez que internacionalizou as indústrias, concentrou e *concentra até hoje (grifo nosso)* as propriedades⁹ em poucas mãos, criando forças produtivas mais colossais e numerosas que todas as gerações passadas em conjunto.

Para Duriguetto e Montañó (2011), quanto maior o desenvolvimento, maior a acumulação capital, porém este não significa maior distribuição da riqueza, antes o contrário. Cabe destacar, que este não é um processo imutável, natural e/ou linear e a-histórico. A organização dos trabalhadores é importante instrumento de luta de classes.

⁹ Conforme afirma Marx, a divisão do trabalho e a propriedade privada são expressões idênticas. O trabalho relaciona-se à atividade e a propriedade privada, ao produto da atividade, quer dizer, para se desenvolver as forças produtivas, são necessários meios, instrumentos. Assim, no decorrer da existência do Homem, de sua produção e reprodução na sociedade capitalista, qualquer alteração na divisão do trabalho implica alteração nos meios de produção, ou seja, na propriedade privada. (MARX; ENGELS, 1987).

De acordo com Lessa (1997, online), Lukács afirma que:

Por ter ultrapassado historicamente seu período revolucionário, a burguesia não mais produz a melhor teoria, aquela capaz de abarcar, nos limites do desenvolvimento do gênero humano, a totalidade do existente. A burguesia teria se convertido numa classe contra-revolucionária, cuja concepção de mundo (*Weltanschauung*) não mais poderia ser ciência, apenas deformação do real.

Cabe ressaltar, que esta afirmação feita por Lukács refere-se ao desenvolvimento das forças produtivas na atualidade. Desta forma, evidencia-se que embora a sociedade burguesa represente cultural, econômico e socialmente uma sociedade mais desenvolvida e mais complexa que as sociedades anteriores, esta não é em si a única forma de organização social, nem tão pouco a última, mesmo porque, nas palavras de Lessa (1997, online, grifo nosso), *“Qualquer concepção de mundo que, tal qual a burguesa, justifique a exploração do homem pelo homem, está impossibilitada de desvendar o «enigma» do mundo em que vivemos.”*

Para Lessa, a concepção do mundo burguês não corresponde à realidade, porque sua concepção é de existência em si, tendo suas determinações e finalidades em si, ou seja, nega a concepção dialética e histórica sob a qual o Homem é reduzido ao individualismo que o coloca como um Ser naturalmente competitivo e mesquinho. Esta perspectiva nega as contradições próprias da sociedade capitalista e escamoteia estas contradições, a dicotomização do tipo:

(Estado *versus* sociedade civil, cidadão *versus* Estado, possibilidades de democratização do Estado através da superação do seu caráter de classe, etc.) que apaixonam e seduzem a mentalidade burguesa porque tais quebra-cabeças são o único espaço em que esta pode vicejar. Por sua essência, a *Weltanschauung* burguesa «se detém na superfície dos fenômenos, se atola no imediato e monta ecleticamente pedaços de pensamentos contraditórios para formar um todo. (LESSA, 1997, grifo nosso).

Este pensamento de dualidade e dicotomização na vida cotidiana é que impossibilita a percepção das possibilidades de “superação” das alienações, ou noutras palavras, a saída do imediato para enxergar as contradições e antagonismos desta sociedade e, assim, criar possibilidades de transformação. De acordo com Marx e Engels (1987, p. 8):

Com o desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos operários modernos, que só podem viver se encontrarem trabalho e, que só encontram na medida em que este (burguês) aumenta o capital. Esses operários constrangidos a vender-se diariamente são também transformados em mercadoria, artigo de comércio

como qualquer outra coisa; em consequência estão sujeitos a todas as vicissitudes da concorrência e da flutuação de mercado.

Marx evidencia nesta passagem dos Manuscritos, o desenvolvimento de uma nova relação social e de produção que se configura no surgimento da classe trabalhadora. Neste sentido, verifica-se que a relação do homem com o trabalho não é mais a que lhe dá sentido a vida. Agora, desprovido da própria relação metabólica com o trabalho (relação corpórea), o homem vê-se coisificado, vê-se como produto, não mais como produtor.

O objeto e o produto do trabalho do homem opõem-se a ele, tornam-se estranhos, com poderes independentes do produtor, pois [...] quanto maior é a atividade desenvolvida pelo Homem, mais ele fica diminuído. A alienação do operário no produto significa não só que o trabalho se transformou em objeto, como também que este assumiu uma existência externa, independente dele, fora dele e estranho à ele. O trabalho se tornou um poder autônomo que se opõe ao homem, “[...] a vida que deu a esse se volta contra ele como uma força hostil e antagonica” (MARX, 2004, p. 596, grifo nosso).

De acordo com Antunes Alves (2004, p. 344, grifo nosso), *“Desde a sua origem, o modo capitalista de produção pressupõe um envolvimento operário, ou seja, formas de captura da subjetividade operária pelo capital, ou, mais precisamente, da sua subsunção à lógica do capital.”*

Neste sentido, é com o modo de produção capitalista que o trabalhador necessita vender sua força de trabalho ao capital, estabelecendo uma relação de emprego, uma relação salarial. Essa relação (entre capital e trabalho) longe de realizar a liberdade é uma relação de **exploração e alienação**. O trabalho ontologicamente determinante do Ser Social e da liberdade, na sociedade capitalista torna-se fonte de exploração e alienação, desumanizando o Homem (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, grifo do autor).

A introdução da maquinaria converte o homem em um apêndice das máquinas. Quanto mais as indústrias se desenvolvem, tanto mais aumenta o número de trabalhadores (proletariado). Em virtude da concorrência crescente dos burgueses entre si e devido às crises comerciais que resultam disto, os salários se tornam cada vez mais instáveis e incapazes de garantirem a subsistência mínima do trabalhador. O aperfeiçoamento das máquinas torna as condições de vida dos operários cada vez mais precários.

Diante disto, tomam posições em lados opostos e antagonicos proletários e burgueses. Todas as sociedades anteriores se basearam no antagonismo entre classes opressoras e classes oprimidas, mas para oprimir uma classe é preciso poder garantir-lhe condições tais que

permitam pelo menos uma existência de escravo. O servo, em plena servidão, conseguia tornar-se membro da comuna, da mesma forma que o pequeno burguês, sob o julgo do absolutismo feudal, elevava-se à categoria de burguês. O operário, pelo contrário, longe de se elevar com o progresso da indústria, desce cada vez mais baixo nas condições de sua própria classe. Nas palavras de Marx e Engels (1987, grifo nosso), “*O trabalhador cai no pauperismo e cresce ainda mais rapidamente que a população e a riqueza.*”

Isto porque, no capitalismo, o processo produtivo estabelece entre o homem, o trabalho e sua capacidade teleológica, uma relação de estranhamento¹⁰ em que tudo lhe é alheio. Os objetos, instrumentos e materiais com que trabalha são apropriados pelo capital. Para Iamamoto (2008), isto significa a dominação do capitalista sobre o trabalhador, o domínio da coisa sobre o homem. Todavia, esta relação não é estática, imutável e passiva.

Quando no *Manifesto Comunista* Marx diz que apenas a classe proletária é a única classe capaz de transformar a sociedade burguesa, diz isto porque acredita que o próprio acirramento dos antagonismos inerentes à sociedade burguesa é quem cria as bases da revolução operária, uma vez serem estes antagonismos, inerentes à sociedade capitalista burguesa, os que criam condições de “associativismo” dos proletários.

Os indivíduos isolados apenas formam uma classe na medida em que têm que manter uma luta comum contra outra classe; no restante, eles mesmos defrontam-se uns com os outros na concorrência. Por um lado, a classe automatiza-se em face dos indivíduos, de sorte que estes últimos encontram suas condições de vida preestabelecidas e têm assim sua posição na vida e

¹⁰ A utilização neste trabalho do termo *estranhamento* corrobora com a discussão feita pelo professor Sérgio Lessa acerca dos estudos que tem empreendido sobre o filósofo húngaro Lukács. De acordo com os estudos de Lessa, o termo *estranhamento* está diretamente relacionado às categorias *Objetivação* e *Ideação*, enquanto que o termo *alienação* está relacionado apenas à *Objetivação*. *Alienação*, para Lessa, no contexto da ontologia Lukácsiana, reconhece, na práxis humano-social, o fundamento ontológico do devenir humano dos Homens. Implica tanto na concepção histórica e não teleológica do ser como na positividade do momento da alienação. A prévia ideação, o momento predominante no movimento da objetivação. De fato, ela que determina o porquê e o como da efetivação deste ou daquele ato. Tal o fundamento ontológico último para que a consciência não se resuma a um mero epifenômeno na processualidade social. Ela, ao contrário, é um momento fundamental na determinação da forma e do conteúdo da práxis humana e, nesse sentido, uma mediação essencial na conformação ontológica da substância social.

Em dadas circunstâncias históricas -- e sem a universalidade e a necessidade presentes na alienação/objetivação -- emerge a categoria do estranhamento. Em síntese, esta categoria, composta pelos momentos reais nos quais o objetivado, na sua ação de retorno sobre a subjetividade, exerce um papel negativo, no sentido de conter, impedir momentaneamente, o desenvolvimento do gênero humano. Não se pretende agora discutir sequer minimamente esta categoria Lukácsiana, mas apenas chamar atenção para duas relações:

- 1) o estranhamento, para Lukács, se consubstancia no momento de negatividade em relação à positividade intrínseca à alienação/objetivação. Ser estranhado significa não ser humano, não- humanidade. Esta posta pela própria práxis humano-social;
- 2) a categoria Lukácsiana do estranhamento apenas pode ser concebida numa constelação teórica na qual o movimento de objetivação/alienação seja reconhecido na sua positividade e, na qual, o objetivado exerça o momento predominante na determinação reflexiva entre o real e a subjetividade.

seu desenvolvimento pessoal determinados pela classe; tornam-se subsumidos a ela. Trata-se do mesmo fenômeno que da subsunção dos indivíduos isolados à divisão do trabalho, e tal fenômeno não pode ser suprimido se não se supera a propriedade privada e o próprio trabalho estranhado (MARX; ENGELS, 1996, p. 84).

Destarte, a divisão do trabalho, a propriedade privada, os meios de produção e as condições objetivas da vida dos indivíduos fazem deles, ainda que não tenham consciência disto, membros de uma mesma classe social em oposição à outra. As classes sociais, portanto, como produtos da divisão do trabalho, caracterizam-se por cercearem a liberdade dos indivíduos pela própria característica de divisão de classe, isto é, na sociedade capitalista os Seres Humanos se dividem entre os que detêm a força de trabalho e os que detêm os meios de produção de acordo com as determinações históricas. Para que esta divisão não seja explicitada e apreendida de forma objetiva e subjetiva, a classe que detém os meios de produção lança mão sobre a superestrutura que irá tratar de reproduzir na vida social e nos indivíduos singulares os interesses particulares da classe burguesa como se estes fossem universais, quer dizer, a burguesia lança mão sobre o Estado.

De acordo com Marx, o Estado é um elemento histórico que nasce do próprio modo como os homens produzem sua vida, quer dizer, pelas condições objetivas e materiais determinados por cada período histórico.

De acordo com Montaño e Duriguetto (2011, p. 83):

Diferentemente das castas e estamentos, as *classes* conformam grupos sociais não definidos por questões hereditárias (sem ignorar o fato de que nascer numa família de uma ou outra classe condiciona relativamente seu pertencimento futura a ela), nem por leis ou privilégios especiais que as definem (representando uma igualdade formal), remetendo a uma *dimensão estritamente econômica*, seja pelas diferenças no mercado ou na produção.

Ao citar os estudos de Marx, Montaño e Duriguetto (2011, grifo do autor) afirmam que Marx trata as classes sociais de forma diversificada e inacabada, pois apresenta diferentes determinações dependendo do contexto histórico. Ao partirem da afirmação de Marx, Duriguetto e Montaño afirmam que, para o autor, há um elemento constante nas classes sociais: “[...] em seus estudos, Marx percebeu que, ao longo da história, as classes sociais se constituem pela bipolarização: *produtores de riqueza e donos dos meios de produção.*”

Para Lessa (2006a, online):

Essa determinação ontológica das classes a partir da estrutura produtiva de cada sociedade é o critério decisivo para a distinção entre elas. É nesse

terreno que ocorre a delimitação das potencialidades históricas e dos interesses materiais que esboçam o horizonte de cada uma das classes. É ainda neste terreno, que têm fundamentos as impossibilidades ontológicas que cada classe é portadora. Determinar os nexos internos à reprodução econômica de cada função social é, portanto, imprescindível para a identificação das classes enquanto tais e nas suas interações.

Assim, é possível verificar que o que determina a origem das classes sociais é o modo de produção da riqueza (da vida/produção e reprodução social). Como discutido amplamente por autores marxianos, a sociabilidade não se desenvolve num vazio social, mas em condições históricas determinadas. Conclui-se que na sociedade capitalista o modo de produção capitalista organiza as relações de produção e reprodução social. Neste sentido, através da determinação econômica, um grupo que detém a propriedade dos meios de produção e/ou a propriedade da terra¹¹, explora, subjuga, oprime o grupo que detém apenas a propriedade da força de trabalho.

Cabe destacar, que “[...] não é a renda que determina a classe, mas o tipo de propriedade no e para o processo produtivo é que determina o tipo e o volume da renda dos indivíduos e das classes” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 87, grifo nosso).

Em relação às classes sociais no modo de produção é preciso notar a “interdependência” das classes, pois como afirma Engels, neste modo de produção os donos dos meios de produção necessitam empregar o trabalhador, assim como este necessita vender tal força de trabalho.

Montaño e Duriguetto (2011, p. 88, grifo do autor):

No modo de produção capitalista a relação de produção vincula (e enfrenta) capitalista e trabalhadores – para produzir riqueza, o capitalista, que possui os meios de produção e não a força produtora, precisa contar com o trabalhador (dono de força de trabalho) enquanto este trabalhador, despossuído desses meios, necessita vender sua força de trabalho. Sem essa relação *ineliminável* do modo de produção capitalista, nem o trabalhador tem salário, nem o capitalista se apropria da mais valia.

Para Marx (apud MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 88), na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais.

¹¹ Montaño e Duriguetto (2011, p. 78) tomando por referência Marx, dizem que, neste processo, a cada uma dessas classes, dada sua propriedade específica no processo produtivo, corresponderá um tipo de remuneração ou renda particular. Assim, o salário, o lucro e a renda fundiária.

Marx deixa evidente que no modo de produção esta relação de antagonismo entre as classes é marcada pela exploração. A classe dominante para fortalecer seu domínio e a subordinação da classe que vende sua forma de trabalho, lança mão de mecanismos de alienação.

De acordo com Montaño e Duriguetto (2011), na contemporaneidade tem havido um discussão teórica acerca do que sejam as classes sociais. Destacando Braverman (1987), os autores apontam que este, na esteira de Marx, declara haver uma proletarização dos setores da classe média.

De acordo com Joyce (1994 apud MATTOS, 2007, p. 23):

Há uma tendência a anunciar a decadência da categoria classe social como categoria histórica. As razões para o anúncio da decadência desta categoria se devem ao fato da decadência econômica e a reestruturação do mundo do trabalho que desintegraram o emprego do trabalho manual que estava relacionado à classe operária tradicional. A ascensão da direita a partir da década de 1970, o recuo da esquerda, bem como do afastamento dos sindicatos das reivindicações sociais, políticas e econômicas dos trabalhadores, o que ocasionou o afrouxamento do domínio da classe e do trabalho baseado em categorias profissionais, não apenas na mente dos acadêmicos, mas também em um público mais amplo. Estas mudanças oriundas na Grã-Bretanha repetiram-se também em outros países, embora a maior mudança de todas tenha sido a desintegração do comunismo mundial e, com ela, a batida em retirada do marxismo intelectual.

Além disto, Montaño e Duriguetto (2011, p. 90) afirmam que com o modo de produção capitalista há a constituição de duas classes fundamentais (capital e trabalho). Entretanto, destacam os autores que a sociedade concreta em seu movimento complexo apresenta multiplicidade e heterogeneidade de outras classes sociais.

Deve-se destacar, que estes dois autores na mesma obra, *Estado, Classes e Movimentos Sociais*, afirmam que “[...] não é a renda que determina a classe, mais o tipo de propriedade no e para o processo produtivo é que determina o tipo de volume e renda dos indivíduos e das classes sociais” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 87, grifo nosso). Assim, continuam: “[...] isto aponta para um erro comum quando se fala de classes; geralmente esta é caracterizada meramente pelo poder aquisitivo, pela capacidade de consumo, como classe alta, média e ou baixa.”

Destarte, afirmam Montaño e Duriguetto (2011), que o uso da categoria classe utilizado para designar o poder aquisitivo é equivocado, porque esconde a constituição das classes no modo de produção capitalista. Assim, classes alta, média ou baixa referem-se, portanto, ao setor socioeconômico (definido na esfera do mercado pelo poder aquisitivo) e à

classe social (determina na esfera produtiva o papel desempenhado no processo produtivo), donos dos meios de produção e donos da força de trabalho. Braverman e Mattos destacam que para alguns teóricos a discussão sobre classe se desenvolve a partir de argumentos que objetivam decretar o fim da centralidade do trabalho, utilizando-se, para tanto, da proletarianização das “classes médias” ou da pluralidade/ diversidade na composição das classes sociais.

Na atualidade, as classes sociais estão inscritas ou são perpassadas por reivindicações e lutas próprias, como exemplo organização das mulheres, negros ou homossexuais. Esta categorização das reivindicações sociais tem feito alguns autores decretarem o fim das classes sociais. Braverman e Mattos tentam, portanto, chamar atenção não para o surgimento de outras classes, mas para o fato de que no processo de reestruturação produtiva do modo de produção capitalista, há uma tendência do capital em absorver o conflito que é próprio e inalienável do modo de produção capitalista, ou seja, a exploração do homem pelo homem para extração da mais valia é refletida como se estivesse apenas através da segmentação dos trabalhadores, dando-lhes a condição e opção pela liberdade (lutar pela sua especificidade), isto é, objetivando escamotear a luta de classes.

De acordo com Paulo Netto¹², a sociedade não é uma entidade de natureza intencional ou teleológica e, portanto, existente em si. No entanto, os homens e mulheres, ao contrário da sociedade, sempre atuam teleologicamente. Isto significa que as ações humanas são sempre orientadas por objetivos e implicam, portanto, num projeto pessoal, individual e/ou coletivo. Netto destaca em seu artigo, a construção do projeto ético-político do Serviço Social em que os projetos societários apresentam uma imagem de sociedade a ser construída.

De acordo com o autor:

Em sociedades como a nossa, os projetos societários são, necessária e simultaneamente, *projetos de classe*, ainda que refratem mais ou menos fortemente determinações de outra natureza (culturais, de gênero, étnicas etc.). Efetivamente, as transformações em curso na ordem capitalista não reduziram a ponderação das classes sociais e do seu antagonismo na dinâmica da sociedade, como constataram, entre outros, Harvey (1996) e, entre nós, Antunes (2001). (PAULO NETTO, 1999, p. 2, grifo nosso).

¹² O objetivo é imbuir às expressões da questão social a natureza da questão social em si: José Paulo Netto (1999, p. 1), “[...] constituiu um dos primeiros materiais para a discussão acerca do “Projeto ético-político do Serviço Social brasileiro”, sendo posteriormente reeditado em Portugal (HENRÍQUEZ, 2001) e difundido também na América Latina (Borgianni, Guerra e Montaña, orgs., 2003). Para a presente edição, foram feitas pequenas alterações formais e uns poucos acréscimos bibliográficos.”

De acordo com Netto, embora os projetos sociais envolvam uma dimensão política que implica a relação e disputa de poder e, portanto, a presença na luta social de organizações partidárias, associações e movimentos sociais, estes não contrariam a experiência histórica que sempre tem demarcado a marca das classes sociais que, para o autor: “[...] correspondem aos projetos societários, estes constituem estruturas **flexíveis e cambiantes**: incorporam novas demandas e aspirações, transformam-se e se renovam conforme as conjunturas históricas e políticas”. (PAULO NETTO, online, grifo do autor).

Montaño e Duriguetto (2011) destacam que há duas dimensões da constituição de classe: “classe em si” e a “classe para si”. A classe em si se constitui pelo grupo da população cuja condição social corresponde a um determinado lugar e papel no processo produtivo. Citando Marx e Engels (1977), os autores Montaño e Duriguetto (2011, p. 97, grifo nosso) dizem: “[...] *na medida em que milhões de famílias [...] vivem em condição econômica que [...] opõem seu modo de vida, seus interesses e cultura ao das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe [em si].*”

Marx e Engels (1977) apontam que a formação da classe em si independe da consciência individual ou coletiva, ou ainda da organização deste para defesa ou luta por seus interesses. Montaño e Duriguetto (2011, p. 97, grifo nosso), destacam que “[...] *a classe em si não representa necessariamente um momento imaturo da formação das classes, pois esta caracteriza outra dimensão possível da constituição da análise da classe.*”

Desta forma, verifica-se que a classe em si conforma naturalmente a classe trabalhadora como sujeito autônomo, consciente de seus interesses e do seu antagonismo com o capital. É um momento de imersão do trabalhador que o prepara para a luta de classe.

A passagem da “classe em si” para a “classe para si” resulta de um irreversível salto na consciência e organização das classes, representa uma relação dialética e, por isso, não é linear, nem tão pouco uniforme. Para Montaño e Duriguetto (2011, grifo nosso), a “classe em si” e a “classe para si” podem coexistir num mesmo momento, pois seu desenvolvimento decorre de condições históricas determinadas. Segundo os autores, a consciência de classe está atrelada à consciência das pessoas que se desenvolvem a partir de uma dada realidade: “*A consciência das pessoas sobre a realidade que faz parte de suas vidas está determinada a própria realidade.*”

1.1.3 Reprodução Social e a Opressão de Gênero

Tomando como pressuposto a asserção marxiana, segundo a qual a história é resultado exclusivo da ação dos homens e que, por isso, está ao alcance da humanidade tomar a história em suas mãos, chega-se ao ponto em que se verifica que a discussão sobre a constituição da identidade de gênero, embora seja muito atual, se pauta desde o princípio por uma constituição histórica.

A perspectiva das relações de gênero dentro de um contexto histórico determinado facilita a compreensão nas relações de gênero nas atribuições dos papéis (feminino e masculino) que se conhece hoje, pois se a categoria trabalho é fundamental para apreensão de como se constitui o Ser enquanto Ser Social e por meio deste desenvolve-se a sociabilidade a tal ponto que se chega hoje, a categoria História é pressuposto para a compreensão de que as mulheres, enquanto categoria social, não se mantiveram alheias ou à margem da história como muitos teimam em proclamar. Ao contrário, verifica-se neste como historicamente, por meio da reprodução social, a história da humanidade fora escamoteada à história do gênero masculino.

De acordo com Lessa (1994, online) em referência à Lukács (1976), a historicidade, enquanto categoria central do mundo dos homens, não pode ser apreendida apenas enquanto categoria social, pois para Lukács (1979b, p. 14, grifo nosso) “[...] é uma categoria do ser em geral, sem que isso venha a significar uma abstrata homogeneização dos traços distintos que a historicidade assume na natureza e no ser social.” Segundo Lessa (1994, online):

O caráter radicalmente humano desta historicidade: a trajetória global do gênero humano, a sua história, é o resultado concreto da reprodução social, uma síntese peculiar que converte em totalidade e em individualidades as incontáveis e distintas ações dos indivíduos singulares [...] Para Lukács, portanto, não há nada semelhante a uma "natureza" humana dada a-historicamente, de uma vez para sempre, nos moldes de Rousseau ou do senso comum da cotidianidade contemporânea (Lukács, 1979, p.14; e tb. Lukács, 1976-81, vol II*, p. 269-74-CLXV-CLXXII). O homem não é necessariamente bom ou mau, sua história não está traçada a priori por uma força ou tendência pertencente a uma sua essência mais profunda, a qual apenas de modo superficial e transitório seria tocada pela história. Muito pelo contrário. Ao longo de toda a sua Ontologia, cada parágrafo é a reafirmação da radical historicidade e sociabilidade do ser humano.

Destarte, a história das mulheres é a própria história da humanidade, certo que com muitas particularidades, mas desenvolvida a partir das determinações históricas. Portanto, devem ser analisadas e apreendidas de acordo com cada período histórico e em cada momento

de desenvolvimento das forças produtivas, como sujeitos da própria história e não como meras expectadoras e/ou vítimas. Assim, a apreensão desta categoria social (gênero/feminino) compreendida a partir da categoria história engendra, neste estudo, o desvinculamento e/ou a não concordância com as idéias postuladas por muitos estudiosos das relações de gênero que defendem uma relação de continuidade (inferioridade, subordinação e opressão) do gênero feminino em detrimento do masculino que aloca as mudanças e movimento nestas relações como oriundas de fenômenos¹³, parafraseando Lukács, necessariamente transitórios e efêmeros¹⁴.

Este estudo toma por referência, para a compreensão da realidade sob a qual se estabelecem as identidades femininas no campo, as categorias historicidade e continuidade, pois estas estão permeadas por aquilo que fora analisado e defendido por Marx e Lukács, como “[...] *substancialidade cuja continuidade não se contrapõe ao devir, cuja permanência enquanto ser se constitui em permanente evolução do processo de sua auto-explicação; cuja essência, em suma, se consubstancia no próprio devir do qual é a Essência*” (LUKÁCS, 1979b, p. 78, grifo nosso).

Malgrado, a história das mulheres, sua participação no desenvolvimento da sociedade capitalista e a compreensão desta categoria social na constituição dos complexos sociais (como a Família, por exemplo) devem ser analisadas para além do aspecto natural da mulher (gênero feminino) no processo de reprodução biológica, porque mesmo este é por esta sociedade tomada para além do aspecto natural, torna-se como será visto abaixo, um aspecto econômico e social. Portanto, a relação de continuidade aqui é mediatizada pela capacidade teleológica, porque é antes de tudo consciente, quer dizer:

[...] a continuidade social se constitui num processo de acumulação -- que, por sua essência, só pode se desdobrar pela mediação de um órgão como a consciência --, no qual as experiências passadas são não apenas acumuladas, mas também confrontadas com as exigências e desafios colocados pelo passado e pelo presente, pelas novas demandas e tarefas que a vida, sem cessar, coloca aos homens. (LESSA, 1994, online).

De acordo com Lessa (1994, online, grifo nosso), “[...] *acima de tudo a continuidade social pode se elevar a um ser-para-si impossível à continuidade natural: o ser humano é o*

¹³ Exemplo disto são os diversos movimentos de defesa da mulher e as “Ondas” as quais pertencem.

¹⁴ Para Lessa (mimeo), Essência e Fenômeno, portanto, se distinguiram como diferentes níveis do Ser e, esta diferenciação, seria dada por uma maior ou menor “realidade”, por uma menor ou maior participação no Ser. Essência e Fenômeno, continuidade e historicidade, ser e devir. Deste modo, são contrapostos enquanto mais ou menos reais, mais ou menos “essenciais” ou “aparentes”.

único que pode se reconhecer na sua própria história, o único que tem a possibilidade de modificá-la conscientemente.”

Assim, verifica-se que, partindo do estudo das relações de gênero desde a *era primitiva*¹⁵, homens e mulheres atuavam de forma igual com objetivo de reprodução e/ou proteção da própria espécie. Isto porque, nesta fase, as forças produtivas eram pouco desenvolvidas, havia forte dependência para com a natureza e, a manutenção e/ou perpetuação da vida humana, dependia da capacidade de procriação. Nestas sociedades, a criação das crianças não estava direcionada como atividade exclusiva do pai ou da mãe, mas de todos os adultos.

Lessa ao tomar como referência os Estudos de Engels (1979, grifo nosso) em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, afirma que são as especificidades das características da sociedade primitiva que levam o homem a desenvolver sua sociabilidade, pois naquela época se não se unissem para “[...] potencializar sua força individual na concorrência com outros animais, os homens (indivíduos “racionais”) seriam predados.” Para o autor, fora no interior da vida gregária que o trabalho surgiu e se desenvolveu e, foi através dele, que a sociedade se transformou.

O que o trabalho tem de tão especial é que antes de transformar a natureza, antecipamos em nossa consciência o que será feito. Com isso, ao agirmos sobre o mundo, produzimos não apenas novos objetos, mas também novos conhecimentos e habilidades, “ao atuar (...) sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la ele [o ser humano] modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza” (Marx, 1983:149). Os indivíduos se transformam, as sociedades evoluem. Com o trabalho temos a gênese do Ser Social, do mundo dos Homens. (LESSA, 2010, online).

São as transformações no mundo da produção, quer dizer, na maneira como se produz o necessário para sobrevivência, que são criadas, gestadas e transformadas as relações sociais, inclusive as de gênero. Homens e mulheres nascem com características físicas e biológicas diferentes, mas são por meio dos processos de socialização que estas diferenças tornam-se desigualdades.

Neste processo, evidencia-se que quanto mais desenvolvidas as forças produtivas, que exigem cada vez “menos esforço” articulado ao desenvolvimento individual e das sociedades através da geração do excedente, tanto mais este processo será ao mesmo tempo responsável pela alienação e estranhamento do Homem consigo e com o produto de seu trabalho.

¹⁵ Leonor Leacock. *Mitos da dominação masculina*. (ainda não publicado no Brasil)

Anterior a este processo, a organização e divisão do trabalho se dava de forma igual, nas tarefas de criação dos filhos, no preparo dos alimentos, no cuidado com os idosos, etc. Não havia atividades femininas ou masculinas “[...] muitas vezes as atividades eram coletivas e envolviam pessoas de ambos os sexos e de todas as idades. [...] Muitas vezes as tarefas eram divididas segundo fatores biológicos, naturais e muito pouco sociais.” (LESSA, 2010, grifo nosso)¹⁶

As sociedades primitivas, portanto, se configuravam como sociedades sem classes, sem exploração do homem pelo homem, baseadas na cooperação. Cabe destacar que a organização da sociedade primitiva não se pauta por qualquer tipo de escolha moral¹⁷, tal como também não se pauta a sociedade burguesa atual, antes, porém, foi o próprio desenvolvimento do trabalho enquanto categoria fundante do ser social, ou seja, a relação de intercâmbio do Homem com a natureza para suprir suas necessidades e a geração de outras (novas) necessidades e habilidades, que fez com que a sociedade se transformasse. O próprio desenvolvimento dos meios de produção e de subsistência, que teve início na sociedade primitiva, fez com que a própria “natureza social dos Homens” se transformasse.

De acordo com Lukács, há aproximadamente 10 mil anos o trabalho passou por uma transformação qualitativa, o *salto ontológico*¹⁸. A descoberta da semente possibilitou ao homem apreender como se dava o processo de produção de alimentos e isto lhe possibilitou ter autonomia sobre o processo de produção dos produtos necessários a manutenção da vida (da espécie), bem como dominar e extrair da natureza os meios de subsistência. Com isto, o homem desenvolveu a agricultura e a pecuária. “A capacidade de trabalho das pessoas se desenvolveu a tal ponto que elas não mais precisam trabalhar todo o tempo.” (LESSA, 2010, online, grifo nosso). Surgiu então o trabalho excedente.

O surgimento do trabalho excedente neste período está relacionado à carência na produção para suprir as necessidades, porém é a “[...] articulação entre o trabalho excedente e a carência que funda as necessidades históricas da exploração do homem pelo homem

¹⁶ Os estudos de Lessa são consoantes com o que afirma Muraro (2007; 1993).

¹⁷ De acordo com Barroco (2008), embora a sociedade burguesa não tenha nascido da vontade pessoal de um indivíduo ou de um grupo, na sociedade capitalista atual, a burguesia lança mão sobre o *ethos* burguês para manter algumas determinações que atuam sobre o indivíduo (trabalhador). Segundo a autora, exemplo disso são as leis, a ciência, a arte, o próprio trabalho, dentre outros.

¹⁸ De acordo com Newton Duarte (online), o salto ontológico para o materialismo histórico- dialético diz do processo de desenvolvimento dos seres orgânicos e inorgânicos em que o primeiro prescinde da existência do segundo, mas o segundo não prescinde da existência do primeiro, isto é, o longo processo evolutivo do ser inorgânico produziu o aparecimento do ser orgânico, da vida e, a partir da evolução da vida, surgiu o ser humano como ser social. (Nesta relação, o homem prescinde a natureza, mas esta não prescinde o homem). Surgiu a esfera da vida em sociedade, a sociabilidade. O salto ontológico significa, portanto, um processo evolutivo que marca uma nova esfera do Ser. Assim, para o autor, um primeiro salto foi o aparecimento da vida, depois o da passagem do ser biológico para o ser social.

(LESSA, 2010, online, grifo nosso). É a partir do excedente que surgirá a dominação de uma classe (proprietários dos meios de produção) sobre a outra (trabalhadores que vendem sua mão de obra). Assim, é possível verificar que ao analisar os modos de produção da vida social do período primitivo, passando pelo feudalismo até a sociedade capitalista burguesa contemporânea, verifica-se a centralidade do trabalho. Porém, em fase da apropriação privada dos meios e formas pelas quais se objetiva a (re) produção da vida social, o Trabalho se realiza de modo a negar suas potencialidades emancipadoras, invertendo seu caráter de atividade livre¹⁹, consciente, universal e social.

Como anteriormente já mencionado, “[...] *não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz é o que distingue as épocas econômicas*” (IAMAMOTO, 2008, grifo nosso). Os meios de trabalho não só são mediadores do grau de desenvolvimento da força de trabalho humano, como também indicadores das condições sociais nas quais se desenvolve o trabalho.

De acordo com Lukács (1979a grifo nosso), diferente da vida orgânica, cuja preservação da própria espécie prescinde a reprodução em sentido restrito e específico, a reprodução do Ser Social prescinde os atos de trabalho que, de acordo com o autor, são “[...] *necessários e contínuos, remetem para além de si mesmo.*” Para Lukács, embora as transformações na constituição do Ser Social impliquem mudanças internas e externas e estas tenham frequentemente durado dezenas de milhões de anos e, que no curso de cada uma delas ocorreram mudanças nos instrumentos e nos processos de trabalho, todos estes (processos) culminaram em transformações qualitativas, embora de modo desigual, significando em sua totalidade um salto que consistiu:

[...] fato de que o trabalho teleologicamente, conscientemente posto, contém em si, desde o início, a possibilidade de produzir mais do que o necessário para a simples reprodução daquele que realiza o processo de trabalho [...] esta capacidade do trabalho ir, com seus resultados, para além da reprodução do seu executor, cria a base objetiva da escravidão.” (LUKÁCS, 2010b).

¹⁹ A noção de liberdade aqui é entendida enquanto livre capacidade teleológica, pois se é através desta que o homem ao transformar a natureza, transforma-se a si numa relação de objetivação/exteriorização em que se procede a própria exteriorização humana, entende-se que neste processo o homem encontre sempre alternativas e pode escolher. A escolha entre alternativas concretas se configura como exercício de liberdade que, de acordo com Paulo Netto (2011), supõe a capacidade humana de pensar, conhecer, projetar, objetivar e escolher. Supõe, portanto, a capacidade de se desprender do dado imediato, das singularidades. Supõe a capacidade de universalizar. De acordo com Barroco (2010), o ser humano cria alternativas abrindo possibilidades de escolha entre elas, porém, para a autora, sempre atrelado a um valor (bom ou mau, bonito ou feio), mas não necessariamente de um valor moral.

Assim, quanto mais desenvolvidas as forças produtivas, tanto mais desenvolvidas a sociabilidade humana, porém é preciso destacar que esta relação não é uma relação de continuidade. No capitalismo, o trabalho tem dupla determinação. De um lado, para responder às especificidades concretas de produção enquanto processo-técnico material, no processo de objetivação do trabalho são produzidos meios de produção, matéria prima e auxiliares e, por outro, para desenvolver a sociabilidade (relações sociais) nesta sociedade, “deve” superar a produção para satisfação das necessidades sociais e produzir riqueza/reprodução ampliada do capital, ou seja, o trabalho deve ser criador de valor²⁰.

Destarte, a produção de valor e produção de excedente, mediante a apropriação do trabalho não pago, é a própria condição de desenvolvimento concreto da mais-valia. Isto só é possível porque o pressuposto da existência da sociedade capitalista burguesa é o trabalhador livre. Esta liberdade não é a mesma de que discute Barroco (2010), ou seja, liberdade plena, que eleva o ser humano a sua genericidade. Aqui, ela é apreendida no sentido de liberdade enquanto indivíduo separado das condições de seu trabalho, isto é, capacidade do indivíduo estabelecer na relação de intercâmbio com a natureza, os meios e instrumentos capazes de suprir suas necessidades mais vitais. Daí, quando despossuído dos meios de vida necessários à sua reprodução e a de sua família, o trabalhador “livre”, para sobreviver, vê-se constrangido a vender sua força e capacidade de trabalho inscritos em sua corporalidade física e mental, juntamente com sua energia vital, à um determinado período e tempo.

Diante do exposto, verifica-se que o trabalho enquanto categoria fundante do Ser Social, nos marcos da sociedade capitalista, sofre transformações as quais fazem com que o Homem estranhe a si e o produto de seu trabalho, negando sua condição de humano genérico.

Este estranhamento se dá através do processo de separação que se desenvolve na sociedade capitalista em que, de um lado se põem os donos dos meios de produção e proprietários de terra e, do outro, os trabalhadores (proletários) que vendem sua força de trabalho.

De acordo com Paulo Netto (2011), o surgimento do excedente sinalizou historicamente o desenvolvimento dos processos de trabalho. Neste sentido, as necessidades mais imediatas e vitais da comunidade foram supridas. Segundo o autor, a produção de bens se desenvolveu através dos elementos (meios de realização do trabalho, objeto de trabalho e

²⁰ Como não se pretende aqui fazer uma análise da teoria crítica postulada pelas ferramentas analíticas Marxianas, sugere-se a leitura de Marx (1971; 1974; 1977; 1975); Netto (1982; 1983; 2009); Lessa (2009); Iamamoto (2008; 2009; 2010) e Lukács (1972).

força de trabalho). Na sociedade capitalista, o processo de constituição do trabalho também se constituiu a partir da própria repartição do trabalho.

Em *Ideologia Alemã*, quando Marx reitera o caráter social da produção material, não faz senão acentuar a produção dos meios necessários à manutenção da vida do Ser Social, quer dizer, diz que a divisão do trabalho noutros contextos históricos foi fundamental para o desenvolvimento da sociabilidade, pois possibilitou o intercâmbio de um indivíduo com outro e, que a divisão de tarefas era espontânea, uma vez que era necessária para sobrevivência. Esta divisão pautava-se em características fisiológicas. É, portanto, com o processo de complexificação do trabalho, ou seja, de seu desenvolvimento, que também os processos de sociabilidade se complexificarão. Quanto mais desenvolvidas as forças produtivas, mais complexas as relações sociais.

Quanto mais se verifica o desenvolvimento de novas necessidades e de novas capacidades e habilidades, tanto mais complexa a organização do trabalho, quer dizer, à medida que surgem as desigualdades sociais advindas do modo de produção material, a divisão do trabalho passa a ser organizada também de forma complexa, pois “a divisão natural do trabalho na família e a separação da sociedade em diversas famílias, umas opostas a outras, dá-se ao mesmo tempo à distribuição e, com efeito, à distribuição desigual tanto quantitativamente, quanto qualitativamente, a propriedade passa a ter um núcleo: a família, onde as mulheres e crianças são “escravos” dos homens.” (Marx apud ASSENCIO, 2007, p. 56).

Em autores como Engels (1979), que tomaram como ponto de partida Marx, passando pela interpretação na contemporaneidade de autores que também o tiveram como referência, como Paulo Netto (2011) verifica-se que, antes mesmo do processo de trabalho criar excedente, se desenvolveu nas comunidades primitivas a diferenciação entre atividades de homens e de mulheres (*a primeira divisão do trabalho é a divisão sexual*). Portanto, é posterior a essa divisão, a divisão “social” do trabalho entre trabalho artesanal e as ocupações agrícolas, entre a divisão e dicotomização da cidade e do campo e “[...] na grande clivagem entre atividade manual e atividade intelectual” (PAULO NETTO, 2011, p. 57).

Em *A Reprodução: Problemas Gerais da Reprodução*, Lukács chama a atenção para alguns complexos sociais fundamentais no processo de complexificação do trabalho e da sociedade capitalista. Aqui se destaca a comunicação/linguagem. Para o autor, “[...] à medida que progridem o trabalho, a divisão do trabalho e a cooperação, simultaneamente, a fala deve se elevar a níveis superiores. Deve-se fazer sempre mais rica, flexível, diferenciada,

*etc., a fim de que novos objetos e conexões possam se tornar comunicáveis” (LUKÁCS, 2010b, grifo nosso)*²¹.

Evidencia-se com isto que a comunicação é uma mediação requerida pela divisão do trabalho, pois quanto mais crescente o domínio do homem sobre a natureza, mas crescente é sua “vontade/necessidade” de nomear as pessoas, coisas e relações. De acordo com Lukács, esta necessidade advém da própria correlação entre os complexos sociais. Todavia, estes complexos só se realizam enquanto partes que constituem uma totalidade determinada. De acordo com o autor:

Não há dúvidas que a divisão do trabalho forma um complexo pelo qual os atos singulares, as operações singulares, etc., têm sentido somente no interior do processo do qual são partes; é acima de tudo a função que devem desenvolver precisamente neste complexo a que pertencem que nos diz se são justos ou errados. Igualmente patente é que os diferentes grupos – estáveis ou ocasionais – produtos, da divisão do trabalho não podem existir e funcionar independentemente um do outro, sem haver inter-relação recíproca. (LUKÁCS, 2010b).

Aqui se chega ao ponto central da ontologia da categoria trabalho na constituição da categoria de gênero, pois defende-se nesta dissertação, que foi a partir da apropriação e divisão do trabalho que as relações entre homens e mulheres tornaram-se relações de opressão e subordinação (do gênero masculino em detrimento do feminino). Isto porque no processo de desenvolvimento do trabalho, da capacidade teleológica, com o recuo das barreiras naturais, que teve por consequência a diferenciação biológica que possibilitou o desenvolvimento e a complexidade do ser social e, este, se fazendo cada vez mais social, revelou uma sociabilidade que rebaixou a fatos secundários os momentos biológicos. Isto não significa, no entanto, que o Homem superou sua dependência da natureza, ao contrário, afirma-se aqui as idéias de Marx de que o homem prescinde a natureza, mas esta não prescinde o homem²².

Lukács, retomando Engels, destaca que o lugar das mulheres na vida social depende do fato de que o aumento da riqueza atribua funções econômicas ao homem, ou seja, com o advento da sociedade capitalista o patriarcalismo, através do estabelecimento do casamento monogâmico, se fortalece constituindo como norma social. Isto é verificado, de acordo com

²¹ Adiante será abordado este complexo com maior profundidade. Por ora, basta esclarecer que a fala (processo de constituição da comunicação em suas diversas modalidades, gestual, visual, auditiva, escrita) foi e, ainda é, um complexo de fundamental importância na constituição do gênero enquanto categoria.

²² De acordo com Newton Duarte (online), para Lukács (1969), uma ontologia do Ser Social precisa explicar o que constitui a especificidade do Ser Social perante os demais seres vivos, o que não significa, porém, que o Ser Social exista independentemente da natureza. O ser humano é antes de tudo um ser vivo e a sociedade só pode existir em permanente intercâmbio com a natureza.

Lukács (1979, grifo nosso), com as mais recentes pesquisas etnográficas: “[...] *as formas de relação biológica tão elementar como a sexual são, em última análise, determinadas pela estrutura social que se tem no respectivo estágio da reprodução.*”

Para Branca Moreira Alves (1980, p. 38), a opressão da mulher não tem origem na sociedade de classe, mas assume, através das sucessivas transformações no mundo do trabalho, novas características, as quais com o advento da sociedade capitalista se enraízam. Para a autora, a sociedade capitalista se apropria da função reprodutora (feminina) e manipula as relações de gênero. “*A necessidade de garantir a primazia e segurança da paternidade levou o sexo feminino ao julgo secular.*”

Neste processo de divisão e diferenciação entre trabalho (divisão sexual do trabalho), aos homens se destina o trabalho externo e fora do lar e, às mulheres, os afazeres domésticos, atribuindo ao homem, o espaço público (valorizado) e, à mulher, o espaço privado (desvalorizado e/ou espaço banal, onde se forjam os processos de naturalização da opressão de um gênero/masculino em detrimento do outro/feminino)²³.

Como no processo de desenvolvimento da sociedade capitalista os complexos sociais como a fala, educação e leis cumprem papel fundamental, é a partir da dicotomização da vida que estes complexos se constituem como bases que forjam e conformam a afirmação/negação; identidade/ alteridade; naturalização/ banalização; que permeiam a vida, as relações de produção e reprodução sociais. É por meio destas estruturas firmadas e forjadas pelo capitalismo que os valores surgem, de acordo com Lukács (2101b, grifo nosso), “[...] *como o conhecimento dos homens, a arte de persuadir, a engenhosidade, a astúcia, etc., alargam por sua vez o círculo de valores e das valorações.*” Assim, para o autor, quanto mais desenvolvida e disciplinada uma sociedade, tanto mais esta adquire um caráter institucional. Em relação à análise das relações de gênero, partindo da constituição e consolidação da sociedade capitalista burguesa é possível verificar que a institucionalização do casamento monogâmico tratou de disciplinar a mulher por meio da dicotomização público x privado. Esta dicotomização estabeleceu espaços, papéis, formas de atuação e participação dos gêneros (feminino e masculino).

Partindo desta perspectiva é possível verificar que, historicamente, esta dicotomização público x privado privilegiava o campo de atuação masculina, haja vista desde a constituição das polis o homem ocupar o espaço público, espaço de fazer política e, a mulher, a ocupação do espaço privado (lar).

²³ No decorrer desta dissertação aprofundaremos este tema.

Com a divisão social do trabalho, esta dicotomização (público x privado) passou a ser necessária para que os corpos, tanto de homens quanto de mulheres, fossem modelados para responderem às necessidades do mercado (modo de produção capitalista), isto é, “[...] *criar relações puramente sociais em que, através da capacidade teleológica, fosse suscitada nas outras pessoas a vontade de operar determinadas posições teleológicas*” (LUKÁCS, online, grifo nosso). Assim, os postos de trabalho, cujas atividades de concepção eram intensas e respondiam imediatamente às demandas do capital, foram atribuídos predominantemente aos homens e, aqueles de maior trabalho intensivo, frequentemente com menores níveis de qualificação, foram preferencialmente destinados às mulheres. Assim, aos homens foram “oferecidas” as possibilidades de desenvolverem certas capacidades teleológicas que não foram oferecidas às mulheres.

Estas capacidades são tomadas a fim de uma funcionalidade. Isto significa que foram ultrapassadas as “meras” necessidades biológicas, constituindo um caráter especificamente social. Desta forma, houve uma “evolução” na sociedade que fez com que esta se desenvolvesse a ponto de alcançar algum tipo de disciplina, adquirindo caráter mais ou menos institucional, ou seja, num sentido em que o homem predominou sobre a natureza e sobre outros homens.

De acordo com Engels (1979), a família monogâmica surge da família sindiásmica e baseia-se no predomínio do homem. Estabelece laços conjugais que não podem ser rompidos por vontade de qualquer uma das partes. Pressupõe a fidelidade feminina, mas concebe a infidelidade masculina²⁴. “*Essa infidelidade é o que imprime, desde a origem, um caráter específico à monogamia – que é monogamia só para a mulher.*” (ENGELS, 1979, p. 65, grifo nosso).

Engels deixa evidente que a monogamia não apareceu na história com caráter de reconciliação entre o homem e a mulher, menos ainda como forma elevada de matrimônio ou como fruto do amor sexual individual. O casamento monogâmico surge como conveniência que não mais se baseia em condições naturais, mas em relações e condições econômicas.

Para Branca Moreira Alves (1980), o casamento monogâmico surge para atender aos anseios do patriarcado e à institucionalização da primazia da paternidade com o reconhecimento da existência de um vínculo entre o filho de uma determinada mulher e um

²⁴ A infidelidade masculina é vista como algo natural, pois a questão da hereditariedade está relacionada à fidelidade feminina. De acordo com Lessa (mimeo, 17), a virgindade feminina passa a ser imprescindível para a mulher destinada à esposa, o que significa que o desenvolvimento de sua sexualidade será alienado, pois a esposa será tida como reprodutora e, a “prostituta”, como fonte de prazer. Esta alienação é potencializada pela dicotomização (público x privado) dada pela divisão social do trabalho que impõe a oposição entre homens e mulheres, como inimigos mortais (Marx, 1976 b: 105) em que, a mulher, direcionada às atividades privadas, será mais ligada à reprodução biológica.

homem. Isto dá origem às “funções especificamente femininas” da castidade e virgindade e aos diversos mitos relacionados à sexualidade, naturalizando assim, os papéis femininos.

Assim, pode-se dizer que as bases que “forjam” o casamento monogâmico são as bases das necessidades da nascente sociedade burguesa.

De acordo com Lessa (online), o surgimento do casamento monogâmico está intimamente ligado ao surgimento da propriedade privada. Estudando Engels (1979) em *A Origem da Família, do Estado e da Propriedade Privada*, em texto ainda não publicado, Lessa (online) afirma que;

[...] o casamento monogâmico (bem como o Estado e a Propriedade Privada) foram mediações as mais adequadas ao desenvolvimento acelerado das forças produtivas [...], foi a mediação mais importante na configuração das individualidades em toda a história ao contribuir decisivamente para que nos tornássemos as pessoas masculinas e femininas que somos hoje.

Lessa (2010, online, grifo nosso) afirma, tomando por referência Lukács, que o desenvolvimento histórico da humanidade apresenta três grandes tendências: 1) O desenvolvimento das capacidades humanas em retirar da natureza o que necessita, o que significa que, para produzir os meios de produção e de subsistência, a humanidade precisa dedicar cada vez mais menos horas de trabalho. Neste sentido, o autor destaca “[...] *que o trabalho está cada vez mais produtivo – e não significa que o trabalho está deixando de ser a categoria fundante da sociedade.*” 2) Com o desenvolvimento das forças produtivas os eventos naturais exercem uma interferência cada vez menor no desenvolvimento da humanidade – “[...] *o desenvolvimento da humanidade é, portanto, o afastamento das barreiras naturais*”. 3) Com o desenvolvimento da sociedade e da complexidade das relações de produção e sociais, o surgimento de novos complexos sociais fez com que “[...] *de sociedades pequenas e heterogêneas evoluíssemos para relações sociais capazes de articular os destinos de todos os indivíduos em uma mesma e única história universal – o que apenas foi possível pelo desenvolvimento das forças produtivas.*”

Embora esse processo não tenha ocorrido de modo uniforme, pois cada região do planeta experienciou de uma particular e determinada forma, há um conjunto de elementos comuns que, na totalidade, se expressam.

O primeiro desses elementos, segundo Lessa, é a relação dos indivíduos com o trabalho. Há introdução do controle e vigilância sobre aqueles que transformam a natureza nos meios de produção e de subsistência. O segundo é a violência. Destarte, para que a sociedade capitalista se tornasse forte e consolidasse suas bases foi necessário o nascimento

da força pública. Esta é apreendida por Lukács como necessária à sociedade capitalista, pois os antagonismos de classe se acirram fazendo com que o Estado, no interior da agudização dos conflitos sociais, assuma o comando, uma vez que a própria dinâmica complexa em que se desenvolve a sociedade exige esta “intervenção”. Assim, destaca-se que a violência é decisiva para a reprodução das sociedades de classe, porém, agora é utilizada de forma “sutil”.

[...] à medida que o ser social for se sociabilizando, o domínio absoluto da mera força se atenua, ainda que nunca desapareça completamente na sociedade de classes, pois, quando os antagonismos de classe já adquirirem formas mais medidas, reduzir a regulação do agir ao puro uso da força significa chegar, sem mais, a destruição da sociedade. Neste ponto deve assumir o comando aquela complicada unidade de força explícita e força disfarçada, revestida com as vestes da lei que ganha forma na esfera jurídica. (LUKÁCS, 1981, v. 2, p. 207).

Assim, a classe dominante para legitimar as relações de poder e de exploração na classe dominada, cria formas e mecanismos para que cada indivíduo internalize sua condição e não perceba a exploração. O poder da classe dominante é a riqueza produzida pelos trabalhadores e que deles é expropriada pela violência. Tal riqueza, alienada dos trabalhadores, é a propriedade privada. “*É o trabalho que produz a propriedade privada – e não o que é necessário para atender às necessidades humanas – é o trabalho alienado*” (LESSA, 2010, online, grifo nosso). Assim, o processo sob o qual se objetiva a violência sob o trabalhador também é um processo subjetivo, sua materialidade se efetiva no cotidiano na vida do trabalhador de modo “sutil”.

Entretanto, mesmo que esta violência seja mascarada, não impede que haja reação por parte das mulheres/trabalhadores. Lessa (2010, online, grifo nosso), tomando por referência Alcântara (2005) e Lukács (1981), diz que “[...] *todos os processos alienantes que brotam da propriedade privada tem em comum o fato de tornarem impossível aos indivíduos a eles não reagirem de algum modo.*” Assim, verifica-se que a violência é um processo intrínseco à sociedade burguesa, ou seja, aos meios de produção e reprodução social, em que de um lado estão os trabalhadores coagidos a venderem sua força de trabalho – executam o trabalho alienado - e, do outro lado, os donos dos meios de produção, muitas vezes também exercendo a execução do trabalho intelectual.

Lukács (1979a, p. 61, grifo nosso) citando Tlleyarand, diz que: “[...] *o fato é que uma sociedade, em certa medida evoluída, não poderia funcionar e se reproduzir normalmente se a maioria das posições teleológicas dos seus membros fosse direta ou indiretamente extorquida com força bruta.*”

Para Lessa, a violência exercida pela sociedade burguesa é cotidianizada através da organização administrativa e burocrática do Estado. Este surge como novo complexo social. Compõe-se pelo direito, pelo exército e pela burocracia. Para o autor, é através destes mecanismos que se aplicará a violência sem a qual a vigilância e o controle dos trabalhadores não seriam possíveis.

Para Branca Moreira Alves (1980, p. 39):

Na medida em que na sociedade capitalista a contradição principal é a de classe, e que a ideologia dominante legitima as contradições secundárias para acirrar uma exploração, cuja origem é a contradição de classe, é evidente que a condição de classe exerce uma influência marcante sobre as atitudes individuais. O fato de ser mulher não elimina por si barreiras de classe.

Dentro deste contexto, a violência sobre o gênero feminino se reflete através da instituição do casamento monogâmico, pois torna-se imprescindível à reprodução da sociedade de classe, tal como o Estado, a propriedade privada e as classes sociais. Dentro desta perspectiva, tanto a mulher burguesa, quanto a mulher trabalhadora, não conseguem se compreender enquanto categoria social, ou seja, não compreendem sua identidade de gênero, pois embora estejam sujeitas às mesmas condições de objeto, de ser humano incompleto, apesar das suas diferenças de classe, internalizam ambas a opressão do sexo.

A sociedade burguesa prescinde a exploração do homem pelo homem, pois é nesta nova conformação da sociedade que se instaura a concorrência. O uso desta força (casamento monogâmico), que aqui se denomina temporariamente como simbólica, será capaz de transformar relações, modificando toda a estrutura da sociedade. Assim, o que antes era responsabilidade de todos, como exemplos a educação das crianças, a preparação dos alimentos, moradia e cuidado com idosos; tende a ser atividade individual ou privada. Estabelece-se, assim, a família como núcleo privado, “[...] os indivíduos também passam a ter uma vida privada que se desloca da sua vida social.” (LESSA, 1996, grifo nosso).

De acordo com Branca Moreira Alves, é evidente o aleijamento das mulheres enquanto categoria, pois elas (mulheres) ficam impossibilitadas de criarem uma visão de mundo próprio, cabendo aos homens atividades que garantam a produção da sociedade. A estes estarão destinadas as tarefas ligadas à economia, ao direito, à política, à religião, à arte, à filosofia, ao comércio, à guerra. Instaura-se, assim, uma dicotomização entre público e privado (entre espaço político e espaço doméstico). Tem-se a dicotomização e/ou atomização homem x mulher. Esta atomização contribuiu para mascarar a opressão exercida sobre as

mulheres. Para que tal situação seja superada, Branca Moreira Alves aponta para a articulação entre identidade e categoria de gênero, pois enquanto as mulheres não se articularem enquanto tal, ou seja, reconhecerem a centralidade da sua condição de reprodutora, estas continuarão sedentarizadas e restritas em sua humanidade.

Diante disto, é necessário compreender que as relações de poder existentes no modelo de família burguesa naturalizam e reforçam a dicotomização de gênero: “[...] *o homem controla economicamente os meios de produção, a mulher vende sua força reprodutora pela subsistência e seus filhos são produto logo posto no mercado para garantir a continuidade da estrutura de produção e reprodução.*” (ALVES, 1980, p. 46, grifo nosso).

Para Branca Moreira Alves, enquanto perdurar o modelo de família ainda hoje vigente, todas as conquistas das mulheres não passarão de meras reformas, pois não extinguirão a base sobre a qual sustenta a sua subordinação.

Assim, a autora destaca que a função biológica da maternidade é um fato universal, atemporal e, portanto, mesmo em diferentes formas, demonstra estabilidade e permanência. Todavia, a subordinação da mulher, sua opressão e exploração não devem ser aceitas.

1.1.4 Dicotomização Público – Privado: Bipolarização dos Gêneros?

A Análise e discussão sobre o espaço público e as formas de acesso a ele, têm sido moduladas a partir de um entendimento predominantemente masculino. A própria discussão e análise das relações de gênero somente emergiram nas ciências (sociológicas, econômica, antropológica e histórica, etc.) a partir de 1960. Esta emergência se originou do próprio movimento da realidade em que as mulheres, reivindicando melhor qualidade de vida e de trabalho, passaram a se organizar, reivindicando e dando visibilidade às expressões da questão social que especificamente insidiam sobre elas. Assim, passaram a buscar seus direitos e cidadania.

De acordo com Brito (2001, p. 291), desde a Grécia Antiga a cidadania era concebida como:

[...] um atributo de homens livres, que seriam as pessoas aptas para as atividades políticas, ficando as mulheres, os servos e os escravos relegados a um lugar à margem dos assuntos de interesse público. Historicamente, a construção das identidades de homens e mulheres se tem configurado a partir da dicotomia entre as esferas pública e privada, com atribuições de papéis, atitudes e valores previamente definidos segundo modelos naturais.

Esta concepção de cidadania se ratificou com o estabelecimento da sociedade de classe frente ao modo primitivo de produção capitalista, pois foi a partir dele que a dicotomização público x privado lançou a mulher longe da vida pública. Como mencionado acima, somente a partir da década de 60 do século passado que se voltou a questionar o papel da mulher na constituição da história da humanidade.

De acordo com Lessa (2010), a literatura contemporânea tem tido relevante contribuição no sentido de relatar a presença das mulheres na vida social. O autor aponta que de Penélope, na Grécia, passando por Heloísa de Abelardo, as mulheres foram convertendo os lares em territórios nos quais os homens eram vistos como Senhores (patriarcais), para um território cuja administração retirava das mãos masculinas o poder, mesmo que este sob o exercício feminino o representasse.

Este poder, de acordo com Lessa (2010, online, grifo nosso), mesmo que legitimando a “superioridade” masculina, afirmava a **identidade da mulher**, pois “[...] *empossada do poder delegado, pode servir de contrapeso ao poder do senhor quando se tornar necessário.*”

Continua o autor:

As esposas ocupam o lugar de intermediário entre o pai, os criados e as crianças. A riqueza afetiva da relação dos pais com as crianças é rebaixada na mesma proporção em que é hipertrofiada a relação da esposa com as crianças. Com a alienação de todos envolvidos [...] Aos maridos, por sua vez cabe a alienação simétrica. Encarregados das tarefas de que dizem respeito à produção da riqueza material, tem em seus lares mais uma das manifestações do poder que brota da propriedade privada. Recebe dos filhos e da esposa aquilo que sua propriedade possibilita receber: respeito ao poder e não à pessoa [...], sua casa se torna um terreno inóspito e estranho, ele lá habita, não pelas relações pessoais que estabeleceu, mas pela relação que a esposa e os filhos estabelecem com propriedade da qual é guardião. (LESSA, 2010, online).

Assim, de acordo com Raichelis (2007), a dicotomização entre público e privado é aprofundada e naturalizada pela ideologia burguesa, lançando mão sobre esta para naturalizar e radicar o domínio cultural e ideológico da sociedade burguesa. Cabe destacar que este processo não é algo transparente ou apreendido na vida cotidiana pelos trabalhadores. Ao contrário, este processo é velado e introduzido disfarçadamente sob a forma de leis, política, ética, cultura, dentre outros. Para a autora, esta articulação dual (público/privado) privilegia a ascendência burguesa. Esta passa a valorizar a intimidade e a família (separa a vida pública =

política/ da vida privada = doméstica) preservando a esfera íntima²⁵ com objetivo de se diferenciar das classes populares, o que modifica drasticamente a esfera pública.

Esta concepção dual apresentada e apreendida na sociedade capitalista madura atual, só favorece a fragmentação do entendimento da realidade social sob a qual se inscrevem os trabalhadores, contribuindo para mitificação da realidade e a fetichização das relações de produção e reprodução da vida social.

A dicotomização entre público e privado na sociedade capitalista objetiva a dicotomização entre Estado e Sociedade civil. De acordo com Gramsci (apud COUTINHO, 1996), o Estado é dividido em dois segmentos: sociedade política, que compreende os aparelhos de coerção sob o controle das burocracias executivas e policial-militar, e sociedade civil, conjunto de organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão de ideologias que compreende o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, os meios de comunicação, etc.

Simionatto (2004) referenciando Gramsci diz que não há hegemonia ou direção política e ideológica sem o conjunto de organizações materiais que compõem a sociedade civil enquanto esfera do ser social. Embora ainda não se tenha aqui abordado este tema em específico, faz-se necessário este percurso, pois para compreensão da formação da sociedade capitalista burguesa e sua interferência nas relações de gênero é necessário a compreensão da relação dialética entre sociedade política e sociedade civil, uma vez que é nesta esfera que as diferenças são transformadas em desigualdades nas relações entre homens e mulheres. O espaço privado (lar) será preterido em relação ao espaço público (político). O primeiro, desvalorizado, será renegado à mulher. O segundo, valorizado, será destinado ao homem.

De acordo com Simionatto (2004), a negação da relação dialética²⁶ (público/privado) escamoteia a relação entre sociedade civil e Estado. Entende-se, então, que também significa a manutenção da regulação do Estado sobre a vida da sociedade. Esta regulação se faz

²⁵ Entende-se que a esfera da vida íntima a qual se reporta a autora seja a família burguesa, isto é, a instituição do casamento monogâmico como modelo a ser seguido, pois é a partir da constituição deste como norma que também será normatizado e instituído o direito à propriedade privada, a partir do direito à herança (ENGELS, 1979).

²⁶ Ressalta-se que negar a dialética é tomar uma posição equivocada sobre a questão (público/privado), por isso, destaca-se que dialética não é igual à dicotomização. De acordo com Simionatto, a reflexão gramsciana sobre o social e o político é, atravessada pelo princípio da totalidade, evidenciando que essas duas esferas não são tratadas desvinculadas do fator econômico, ou seja, da relação entre infra-estrutura e superestrutura. Desde já é importante lembrar que, embora não haja em Gramsci uma densa tematização das determinações econômicas do capital, ele não entende a política como simples reflexo da economia, mas como esfera mediadora entre a produção material e a reprodução da vida humana. Não é, assim, o predomínio das questões políticas, econômicas ou culturais que explica a realidade social, mas antes o princípio da totalidade, que leva em conta as especificidades e determinações desses momentos parciais e seus encadeamentos recíprocos. (SIMIONATTO, online).

presente sempre que há momentos de crise e que o Estado, para amenizar as relações de conflito, lança mão da força, mas também dos aparelhos da sociedade civil para obter o consenso acerca de seus atos (cita-se a família como uma destes aparelhos).

Diante do exposto, afirma-se que a visão dicotomizadora das relações de gênero (público x privado) é equivocada, pois não é possível dicotomizar as relações sociais sob as quais também se inscrevem as relações de gênero, primeiramente porque esta dicotomização negligencia a complexidade em que se “forjam” as relações sociais, segundo porque na sociedade capitalista madura atual, a relação público/privada não é dicotomizada. Como aqui já mencionado, é uma relação de interdependência e contradição. Esta relação advém da relação sociedade civil e Estado, tão bem elaborado por Gramsci (2001).

Para o autor, público/privado se fixam no plano superestrutural. Assim, Gramsci caracteriza a sociedade civil como o conjunto de normas jurídicas que exprimem domínio direto/hegemonia.

Ainda que a perspectiva público/privado partisse apenas do entendimento de Marx sobre a sociedade civil, a polarização seria equivocada. Para Marx, a sociedade civil abarca o conjunto das relações materiais do indivíduo no interior de um determinado estado de desenvolvimento das forças produtivas e, assim, entende-se que no processo de desenvolvimento das forças produtivas, mesmo havendo a introdução da força de trabalho feminino este é mal remunerado, desvalorizado e precarizado como já explicitado neste trabalho²⁷.

Destarte, mesmo tendo participado ativamente do desenvolvimento das forças produtivas, as mulheres, por força da ideologia e hegemonia da sociedade burguesa, tiveram sua participação relegada ao segundo plano e, esta fora rebaixada quando comparada ao trabalho exercido por homens. Funções de sociabilidade e/ou sociabilização foram reduzidas e engessadas à natureza feminina. Alimentar, cuidar e/ou educar os filhos tornaram-se tarefas únicas e exclusivas das mulheres. Porém, estes cuidados não mais se voltavam para os interesses ditos privados, ou seja, do lar. Eram, sobretudo, tarefas voltadas à formação de homens e mulheres alheios a si próprios e aos outros. Homens e mulheres que estivessem dispostos, acima de tudo, ao trabalho alienado.

Lessa (2010), retomando os estudos de Engels, diz que as funções de cuidado de crianças, educação dos filhos e preparação dos alimentos, foram destinadas às mulheres, pois estas, diferentemente dos homens (que ocupavam os setores públicos, responsáveis pela

²⁷ Para uma análise mais profunda, Elisabete Souza-Lobo (1991); Ricardo Antunes (1997).

produção da sociedade burguesa), estão alocadas na parte da vida privada, não coletiva, ou seja, se alocam na sociedade numa posição igual ou inferior aos servos, escravos e trabalhadores. Cabe ressaltar, que não é Marx ou os estudiosos que o tomam como referência, que colocam a mulher nesta posição. O propósito da própria divisão sexual e do trabalho é que rebaixa a condição e o trabalho feminino à segundo plano²⁸.

De acordo com Lessa (2010), na sociedade capitalista as mulheres foram definidas por sua função reprodutora natural. Esta definição fora estendida e identificada à função de reprodução social. A extensão da função biológica de reprodução à função social de reposição da força de trabalho se deu por meio de um processo de transposição do caráter natural (da função biológica) à função doméstica²⁹.

Algumas análises sobre os estudos de Marx se deram de forma equivocada por alguns segmentos do movimento feminista em seus processos de constituição. Isso porque algumas feministas negaram o trabalho enquanto categoria fundante do Ser Social, negando, portanto, sua ontologia. Embora Marx não tenha tratado especificamente das relações de gênero em seus estudos sobre a economia, este empregou sua visão de homem e de mundo, ou seja, a teoria social que pôde ser (e ainda é) utilizado para a compreensão da realidade social. Prova disto são os estudos de Engels em *a Origem da Propriedade Privada, do Estado e da Família*.

Entretanto há autores (as) como Kristeva, Irigaray e principalmente Witting *Problemas de Gênero* (BUTLER, 2008) que, partindo da teoria feminista, têm requerido analisar as relações de gênero, elevando a mesma dimensão da perspectiva de classe social, quer dizer, atribuído à questão de gênero a mesma perspectiva e relevância da questão de classe.

Para estas teóricas (os) a opressão de gênero se equivale à opressão de classe, sendo que esta está restritamente alocada na questão econômica da sociedade e a questão de gênero se expressa na estrutura e na superestrutura.

Assim, toma-se como referência e posição nesta dissertação o mesmo ponto defendido por Branca Moreira Alves (1980, grifo nosso), ou seja, que as relações de gênero devem ser analisadas a partir da apreensão desta enquanto **categoria** o que significa que se busca entender “[...] *as formas de Ser, determinações da existência*” das mulheres. De acordo com Lukács (1979a), “[...] *do ponto de vista externo, as categorias por nós usadas nas nossas teorias são cópias da objetividade do mundo real objetivo.*” Desta forma, de acordo com Marx, a objetividade dos objetos não é separável do seu ser material. A

²⁸ Para uma maior compreensão do tema, sugere-se a leitura de Safiotti: *O Poder do Macho; Gênero, Violência e Patriarcado*; de Lobo: *A Classe Operária tem Dois Sexos* e de D’Atri: *Pão e Rosas: Identidade de gênero e Antagonismos de Classe no Capitalismo*.

²⁹ Para uma análise sobre esta transposição ver Maria Aparecida de Moraes Silva: *Errantes do Fim do Século*.

opressão/subordinação/exploração na sociedade capitalista compõem a corporalidade da mulher. Assim, compreender a importância da reprodução biológica na qual o sujeito ativo/passivo é a mulher é compreender a reprodução enquanto mediação da totalidade sob a qual se inscrevem as relações de gênero (feminino).

Maria Aparecida de Moraes Silva em *Errantes do Fim do Século* (1999) faz uma profunda análise sobre os trabalhadores do corte de cana-de-açúcar e colheita de laranja das regiões do Vale do Jequitinhonha (MG) e Ribeirão Preto (SP), partindo da centralidade do nó³⁰ oriundo da relação gênero, classe e etnia na sociedade capitalista, amplamente analisado por Saffioti. A Autora afirma que, na contemporaneidade, a violência sobre o trabalhador se manifesta de modo tão velado que o sujeito exposto à própria situação de violência a desconhece e a naturaliza, “[...] o desconhecimento da violência assenta-se no seu reconhecimento, ou seja, em sua aceitação. Por sua vez, a aceitação faz parte do *habitus*, desta espécie de experiência duradoura constituinte das práticas sociais” (SILVA, M. A. M., 1999, p. 183, grifo nosso).

Quando em sua obra analisa a situação de gênero (questão do trabalho feminino na cana), evidencia a brutalidade invisível do capital sobre as mulheres. Analisando as trabalhadoras do **Descarte**³¹, demonstra como o capital lançou mão de sua condição biológica (maternagem) para “cuidar” da cana e, de modo invisível, mas intrinsecamente ligada, atrelou uma condição biológica/social (natural/maternidade) à uma condição social/cultural (cuidar). Assim, as mulheres viram na função que desempenhavam no trabalho uma função biológica que as ‘ligavam’ afetivamente às canas. Este processo evidencia:

Há uma identificação entre o valor da força de trabalho e o valor da pessoa que a possui. O trabalhador não existe só como força de trabalho, portador de uma mercadoria que possui certo valor. Sendo inimaginável a força de trabalho sem a pessoa do trabalhador, deduz-se que não se pode desvincular valor da pessoa da força de trabalho. (SILVA, M. A. M., 1999, p. 187).

Na obra de Moraes Silva (1999), fica evidente que os donos dos meios de produção, mesmo que de modo não racional, ou seja, de modo imediato, não pensado e pouco

³⁰ Esta simbiose entre gênero, orientação sexual e etnia não será nesta dissertação abordada, posta a própria limitação da pesquisa e os objetivos que ora propõe a analisar.

³¹ De acordo com Maria Aparecida de Moraes Silva (1999), o **Descarte** é ato ou efeito de descartar. A cana, antes de ser plantada definitivamente, é observada nos experimentos que são verdadeiros laboratórios na área rural. Logo após o plantio, nestes experimentos, passam a serem observadas as variedades e as possíveis doenças da cana. A tarefa do descarte refere-se ao reconhecimento das doenças, classificação e recuperação da planta mediante a retirada das partes afetadas (descarte) e da aplicação de agrotóxicos.

organizado, lançam mão sobre os diversos aparelhos de reprodução social para manter o trabalhador alheio ao processo de produção. A autora se utiliza das análises de Bourdieu sobre a ação simbólica que, no caso específico das trabalhadoras do Descarte, caracteriza-se pela violência invisível do modo de dominação assentado sobre os atributos femininos (assiduidade, responsabilidade, boa conduta, dentre outros).

Para Carlatto (2001), a produção da existência humana tem por base biológica implicações da intervenção conjunta dos dois sexos (machos e fêmeas). A produção social da existência em todas as sociedades implica a conjunta atenção dos gêneros masculino e feminino. Cada gênero representa uma particular contribuição na produção e reprodução da existência que, de acordo com Marx, é determinada historicamente, independente da vontade da cada gênero.

Estas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva a superestrutura jurídica e política, sob a qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. Não é a consciência dos homens o que determina a realidade, ao contrário, a realidade é que determina sua consciência. (Marx apud IZQUIERDO, [1999]).

Malgrado, a constituição das mulheres enquanto categoria gênero³² não reduz as opressões e dominações a que estão expostas como sujeitos desta categoria. O modo de produção capitalista, que tem por base a sociedade burguesa, determina de modo desigual a responsabilidade na produção e reprodução social da existência e, esta distribuição ou divisão, têm por base o sexismo, o racismo e a classe.

Assim, destaca-se que a ocupação da mulher no espaço privado se deu de forma “obrigatória”, pois lhe fora atribuído o papel de reproduzir biologicamente e socialmente para (re) composição da força de trabalho. *“Dá-se, pois, uma assimilação das duas funções – aquela que é efetivamente material e aquela que é uma atribuição social – como se ambas fossem naturais”* (SOUZA-LOBO, 1981, p. 43, grifo nosso).

Destarte, Souza-Lobo (1991) coloca que a naturalização da reprodução biológica é algo de grande importância para a análise das relações de gênero com o trabalho. Para a

³² De acordo com Carlatto (2001, online), na contemporaneidade, a utilização da categoria gênero tem sido utilizada a fim de responder parâmetros acadêmicos, culturais e sociais, pois a categoria sexo não representava na totalidade as situações particulares vivenciadas pelo conjunto de mulheres. “Assim a noção de gênero adquire duplo caráter, de um lado funciona como categoria descritiva da realidade social, conferindo visibilidade às mulheres e referindo-se às diversas formas de opressão e discriminação (tanto material, quanto simbólica) e, de outro, como categoria analítica favorece a interpretação e a leitura dos fenômenos sociais.”

autora, ao naturalizar a reprodução biológica e imbricá-la à reprodução social, está-se imbricando público e privado, antes dicotomizado. Como anteriormente mencionado, a dicotomização público e privado compõe a ideologia dominante que atribuiu o espaço privado (lar) à mulher - esfera de reprodução biológica que objetivou a reprodução social- e espaço público (político) ao homem - espaço de produção e reprodução da vida social.

Esta dicotomização apenas surge para forjar e/ou naturalizar as bases superestruturais e estruturalistas da sociedade burguesa, dividindo em partes uma totalidade que não se pode dividir. Isto, para a sociedade burguesa, apenas serve para tornar tanto os homens quanto as mulheres estranhos e alienados a si e entre si.

É na família que este processo se ratifica, engessa e naturaliza. De acordo com Lessa, foi ao longo dos séculos que maridos e esposas, senhores e prostitutas, pais e mães foram se formando enquanto indivíduos masculinos e femininos que se conhece hoje. *“A paternidade ou maternidade, ser filho ou filha, fazem parte, agora, de um complexo privado, de um limitado círculo de relações sociais, restrito ao vínculo familiar fundado pela propriedade privada do indivíduo masculino”* (LESSA, 2010, grifo nosso).

Para o autor, por terem sido excluídas da participação na vida social, as mulheres tiveram por horizonte o lar patriarcal. Sua condição fora reduzida a uma identidade feminina, compreendida como débil, frágil, dependente, pouco inteligente, bonita, dócil, compreensiva, etc. Nas palavras de Lessa (2010, online, grifo nosso): *“[...] individualidades moldadas para a vida submissa e subalterna que lhe cabe na sociedade de classes.”* Em relação aos homens, Lessa afirma que os atributos requeridos foram inversos: dedicados ao poder, bravos, inteligentes, destemidos, aptos ao exercício da violência... etc. *“Filhos, maridos e esposas estão agora encerrados em uma teia de relações familiares que apenas pode se manter pela violência.”*

Destarte, é na família que o sistema social e econômico regulará a reprodução física e social dos indivíduos, sob todas as formas, através de um conjunto de instruções. Ao dominar a reprodução pela mobilização ordenada dos meios de reprodução humana, isto é, a mulher, toda família é dominada. Para Branca Moreira Alves (1980, grifo nosso), tomando por referência Engels, *“[...] na família o homem é o burguês e a mulher representa o proletário”*, esta afirmativa, segundo a autora, é mais que uma analogia ou alegoria. Esta referência aponta para a existência de uma categoria social cuja exploração não se esgota por sua inserção nas relações de produção, mas que tem como condicionamento básico o seu papel na família.

Neste sentido, verifica-se que a discriminação de sexo na sociedade capitalista se concretiza por meio da apropriação do corpo da mulher.

CAPÍTULO 2 TEMPO DE PERGUNTAS

Mulher, desperta: as baladas da razão se fazem ouvir em
todo o universo, reconhece seus direitos[...].
(Epilogo da Declaração dos Direitos da Mulher e Cidadã. Gouges, 1789).

2.1 A Construção Social da Categoria Gênero

Discutir a categoria gênero não é tarefa fácil, principalmente quando se objetiva fazê-lo considerando sua perspectiva de totalidade/materialista. Historicamente, as categorias gênero e sexo foram utilizadas para designarem relações sociais entre homens e mulheres. A utilização da categoria sexo em detrimento do gênero contribuiu para que a **práxis social** se mantivesse subjacente à discussão sobre a participação das mulheres na **atividade política/pública**. Assim, historicamente, as mulheres foram relegadas ao segundo plano nas ciências sociais, na arte, na filosofia, na política e na produção do conhecimento científico - acadêmico.

Esta subjacência não foi posta de forma clara e visível, ao contrário, sempre foi ancorada e inscrita sob aquilo que, na conformação do desenvolvimento da sociedade capitalista, convencionou-se tratar como natural e restrito às mulheres. Como já mencionado, foi no processo de desenvolvimento das forças produtivas que o trabalho feminino foi relegado ao segundo plano, classificado como inferior ao trabalho masculino. Ao se deter um olhar mais minucioso na produção teórica, verifica-se que desde a antiguidade o gênero feminino foi negligenciado quanto a sua importância e participação na vida social e política.

Diante disto, percebe-se que a bipolarização sexual e de gênero contribuiu para que, ao longo dos séculos, às mulheres tenha sido designada a condição de inferior e “descritas” pelos filósofos, cientistas, artistas e políticos como “sombra” ou caricatura do homem. O capitalismo não lança mão apenas sobre a infraestrutura para manter o domínio da classe dominante, este tem ao longo de séculos se utilizado da superestrutura (aparelhos ideológicos) para criar uma identidade feminina. Tem, portanto, lançado mão sobre características do que é considerado fraco e inferior e atribuído isto ao gênero feminino.

Para ratificar esta posição de fragilidade e inferioridade, muitos cientistas sociais, políticos e filósofos se basearam em análises e interpretações de clássicos para justificar esta posição. Assim, segundo Alambert (1986), tem-se com Aristóteles em *A História Animalium*, que a mulher é fêmea em virtude de certas características: “[...] é mais vulnerável à piedade, chora com mais facilidade, é mais afeita à inveja, à lamúria, à injúria, tem menos pudor e

menos ambição, é menos digna de confiança, é mais encabulada.” De acordo com a autora, os ideólogos burgueses destacaram a inclinação natural da mulher para o lar e à educação das crianças. Nesse sentido, “Rousseau vê a mulher como destinada ao casamento e à maternidade. Kant a considera pouco dotada intelectualmente, caprichosa, indiscreta e moralmente fraca. Sua única força é o encanto. Sua virtude é aparente e convencional.” (FISCHER; MARQUES, 2001, online). Schopenhauer (2004, grifo nosso) dizia: “[...] *as mulheres são seres de cabelos compridos e idéias curtas*”. “*Só a mente masculina, turvada pelo impulso sexual, poderia chamar o sexo que tem baixa estatura, ombros estreitos, coxas largas e pernas curtas de belo sexo.*” (ALEMBERT, 1986, grifo nosso).

De acordo com Souza-Lobo (1991), a tendência de negligenciar o gênero feminino nos estudos de modo geral, mas principalmente nas ciências sociais, decorre da crença de que a opressão feminina se dá no âmbito da reprodução da vida social, ou seja, se dá no âmbito da superestrutura. Esta crença, além de negligenciar a participação da mulher na produção da vida social, bipolariza/dicotomiza e inferioriza as estruturas que naturalizam, ratificam e subsidiam a base da produção da vida social, ou seja, a estrutura. Para a autora, a incorporação da discussão sobre as relações de gênero só se desenvolveu no Brasil a partir da década de 1970, isto porque as lutas das mulheres em torno de reivindicações “particulares” assumiram relevância social que impôs a diversos setores da sociedade a abertura de espaços para o diálogo sobre a situação em que se encontravam. Esta abertura só foi possível porque o contexto histórico brasileiro exigia a participação da sociedade civil organizada ou em processo de organização. Desta forma, a própria introdução das mulheres nos meios de produção impôs a incorporação da discussão do gênero nas entidades de classe (sindicatos, partidos políticos, etc.).

Para Souza-Lobo (1991), este espaço permitiu trazer à tona ou reforçar as reivindicações sufocadas no cotidiano, ou seja, a introdução das mulheres no âmbito público (meios de produção da vida social) possibilitou a visibilidade de situações vivenciadas no âmbito doméstico, tais como o autoritarismo, violência sexista e opressão.

A assunção da perspectiva de gênero³³ trouxe à tona todo conflito velado a qual homens e mulheres vivenciavam há séculos. Isto porque esta categoria possibilitou um aprofundamento na compreensão da realidade concreta e objetiva da organização social, sob a

³³ Objetiva-se com o termo assunção da perspectiva de gênero apontar que a discussão acadêmica, política e social sobre as questões afeitas ao gênero feminino foi impulsionada pelo debate acadêmico. Este pode, através da discussão teórica, apreender (mesmo que parcialmente) a realidade vivida pelas mulheres e, a partir desta apreensão, apresentá-la como tema político a ser discutido. Noutras palavras, a academia propiciou o desvelamento da situação de opressão e violência a qual estavam subjugadas as mulheres, pois, a partir da análise do privado (lar), tornou públicas situações que de fato eram públicas.

qual estão inscritos homens e mulheres (capitalismo). A introdução da categoria gênero no desvendamento das relações sociais evidenciou a realidade da sociedade (capitalista/burguesa) que, a partir das diferenças biológicas, criou desigualdades donde o gênero masculino se sobrepôs ao feminino a partir da divisão de tarefas na execução do trabalho. No desenvolvimento e consolidação da sociedade capitalista, isto se materializou na divisão social do trabalho³⁴.

Assim, acredita-se que a categoria gênero esteja intimamente relacionada à categoria patriarcado. Neste sentido, a articulação destas duas possibilita maior apreensão sobre os complexos sociais que transformam diferenças biológicas em desigualdades sociais (entende-se por desigualdades sociais as expressões oriundas da relação capital x trabalho), constituindo a Questão Social³⁵.

Como se entende ser o trabalho uma categoria fundamental e fundante do Ser Social, aqui se utilizará sua centralidade para a compreensão das relações de gênero, ainda que alguns autores neguem na contemporaneidade esta centralidade. Busca-se, no entanto, ratificar o trabalho enquanto categoria ontológica, na qual se inscrevem as relações de produção, reprodução e sociabilidade humana.

Destarte, as relações que fazem com que as forças produtivas sejam relações baseadas na necessidade são, no sistema capitalista, escamoteadas pelo fetichismo da mercadoria, também como o são as relações de reprodução e/ou relações sociais. Para compreender como a sociedade (forças produtivas e reprodutivas) se desenvolve, necessita-se atentar ao período histórico. Também as relações de gênero necessitam ser analisadas, resguardadas as sociedades e seus graus de desenvolvimento, pois também estão estas (relações) inscritas no desenvolvimento das forças produtivas e de sociabilidade.

Para compreender as relações de gênero é necessário levar em conta o período histórico em que se pretende analisar, pois, é possível verificar diferentes concepções de gênero.

³⁴ De acordo com Engels e Marx é por meio da instituição do casamento monogâmico que se estabelece a primeira divisão social do trabalho: a divisão sexual. Assim, para os autores, “[...] o primeiro antagonismo de classe que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia e, a primeira opressão de classe, coincide com a opressão do sexo feminino pelo sexo masculino.” Destarte, “[...] a monogamia foi um grande progresso histórico, mas ao mesmo tempo, ela abre, ao lado da escravidão e da propriedade privada, a época que dura ainda hoje, onde cada passo para frente é ao mesmo tempo um relativo passo atrás, o bem-estar e o progresso de uns se realizam através da infelicidade e do recalcamiento de outros” (MARX; ENGELS; LENIN, 1980, p. 22-23).

³⁵ Como o desenvolvimento deste trabalho se dá a partir da perspectiva das relações de gênero dentro da perspectiva de totalidade, não será aqui abordada a Questão Social de forma conceitual ou categórica. Diante disto, indica-se o aprofundamento acerca do tema em Paulo Netto (2007; 2008; 2010) e Iamamoto (2010; 2008).

Partindo da perspectiva histórico-dialética é possível verificar que, historicamente na sociedade capitalista, a identidade social, tanto da mulher, quanto do homem é delimitada pelos papéis³⁶ que assumem. Para Saffioti (1987), por ser a maternidade “naturalmente” destinada à mulher, esta na sociedade capitalista ficou confinada (destinada) ao espaço doméstico, de modo que esta “naturalização” da reprodução biológica contribuiu para naturalizar alguns processos sócio-culturais que acabaram legitimando a discriminação da mulher, bem como do negro, nativo, pobres e homossexuais, o que ratificou a “superioridade” do homem, bem como dos ricos, brancos e heterossexuais.

De acordo com Saffioti (1987), a identidade social da mulher, assim como a do homem, na sociedade capitalista, se constrói através da atribuição de distintos papéis que a sociedade espera verem cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. Por isso, quando as crianças nascem, dentro da perspectiva do capitalismo patriarcalista, tem seu campo de atuação delimitado.

Neste sentido, como já mencionado no item anterior, é na família que se corrobora que homem e mulher devam agir conforme as regras impostas pela sociedade. É nesta instituição que cabe aos pais a responsabilidade de transmitir delimitações aos filhos, sendo a maior parte desta à mãe, em manter a ordem do lar e, portanto, educar os filhos para que cumpram tais regras, delimitando qual papel cabe ao homem e qual à mulher. De acordo com Saffioti (1987, grifo nosso), “[...] a socialização dos filhos, por exemplo, constitui tarefa tradicionalmente atribuída às mulheres.” Esta tarefa, além de atribuída às mulheres, exige que estas ratifiquem, mesmo que simbolicamente, a dicotomização dos papéis. Assim, desde criança são atribuídos símbolos distintos ao homem e a mulher. Exemplo disso é a utilização de uma ideologia que determina quais as cores são destinadas a cada criança: o azul para o menino e o rosa para a menina. Meninos devem brincar de bola e carrinho, as meninas de boneca e casinha, atribuindo, assim, características de fragilidade e cuidadora às meninas e de força, proteção e responsabilidade aos meninos.

³⁶ Ao nascerem homens e mulheres passam a ser sociabilizados de modo a cumprirem (reproduzirem) de modo automático aquilo que apreenderam desde o nascimento. Ao homem, material e simbolicamente, é estipulado o espaço fora do lar (rua) como espaço a ser ocupado e dominando. Este, desde cedo, passa a se sociabilizar por meio de brincadeiras que só podem ser desenvolvidas ao ar livre: jogam bola, soltam pipa, brincam de marinheiros, dentre outros. Além de lhe ser atribuído a cor azul como símbolo da masculinidade, espera-se que seja forte, viril, corajoso, etc. Às meninas, cabe a sociabilidade da reprodução do cuidado doméstico (da reprodução da família). Estas, desde cedo, passam a brincar no espaço restrito do lar (casa): brincam de bonecas, de cozinheiras, ganham vassourinhas, além de lhes serem atribuídas a cor rosa como símbolo de fragilidade, meiguice e afetividade. Ao ingressarem na escola, novamente se ratifica a dicotomização dos espaços de gêneros. Na educação física, aos meninos cabem as atividades ligadas ao desenvolvimento da força física: futebol, basquete, vôlei, etc. Para as meninas, as atividades mais lúdicas: queimada, bambolês, jogos de rodas e vôlei, quando há ainda esta possibilidade.

Cabe destacar que estes papéis são transmitidos de geração em geração de modo velado. Desta forma, a menina que antes cuidava apenas das bonecas, tem agora enquanto mulher, a responsabilidade do cuidado dos filhos atribuída tradicionalmente como função sua e, quando há necessidade de delegar esse cuidado a outros para poder, por exemplo, desempenhar trabalho remunerado fora do lar, seja para a manutenção da casa e da família ou como complemento do salário do marido, essa função é atribuída à outra mulher.

De acordo com Saffioti (1987), nas classes dominantes, também a mulher não está isenta da educação dos filhos, podendo até desfrutar da ociosidade do trabalho manual, desde que atribua o cuidado dos filhos às suas serviçais, deixando claro que é apenas o cuidado, e não a educação dos filhos, que é transferida a outras pessoas.

Portanto, os papéis atribuídos às mulheres não são apenas diferentes dos atribuídos aos homens, mas também desvalorizados, sendo as mulheres vistas como inferiores e em condição de subordinação em relação aos homens.

Para Saffioti (1987), a vida da mulher varia segundo a classe social em que esta se insere, pois cada uma vive a vida cotidiana de forma diferenciada. Enquanto algumas trabalham oito horas por dia fora de suas casas e mais quatro em serviços domésticos (dentro de seus lares), como é o caso das trabalhadoras operárias ou das que trabalham no campo, outras, as mulheres da classe dominante, têm a sua disposição, serviçais que fazem todo o trabalho doméstico em suas residências. Essa, a mulher burguesa, tem como função apenas a supervisão do trabalho dos empregados contratados e a educação dos filhos.

Para Saffioti (1987, p. 9):

[...] a mulher é socialmente responsável pela manutenção da ordem na residência e pela criação e educação dos filhos. Assim, por maiores que sejam as diferenças de renda encontradas no seio do contingente feminino, permanece esta identidade básica entre todas as mulheres.

Destarte, verifica-se que a sociedade investe muito na naturalização deste processo e tenta fazer crer que as atribuições do espaço doméstico e da mulher decorrem da sua capacidade de ser mãe. Através desse pensamento é natural que a mulher se dedique aos afazeres domésticos. Este processo de “domesticação” (naturalização e engessamento da ocupação do espaço privado/lar) pela mulher contribuiu e ainda hoje contribui para que esta não desenvolva outras potências e capacidades, dentre estas cabe destacar a ocupação do espaço político (público), de modo que as demandas que lhes são particulares por muito tempo foram marginalizadas. De acordo com Avelar (2001), as mulheres são um ótimo

exemplo do longo caminho a se percorrer na luta pela extensão real dos direitos de cidadania e da democratização das políticas sociais. Segundo a autora, os mecanismos reais de democratização só se efetivam quando se concretizam em políticas públicas de “igualação” de todo e qualquer indivíduo independente de seu sexo, raça, nacionalidade e situação social.

Entretanto, a dicotomização entre Estado e a sociedade civil³⁷ é intrínseca à ordem burguesa, que sempre tratou de criar barreiras à constituição das mulheres enquanto categoria social. Estas barreiras impulsionaram a dicotomização entre homens e mulheres e escamoteou a identidade de classe. Desta forma, a luta pela participação política (feminina) sempre se deu à custa destas (mulheres) se colocarem publicamente, ainda que sozinhas. Assim, para que as políticas de igualação tivessem início foi preciso que muitas mulheres, grupos, associações e movimentos sociais das quais elas faziam parte, colocassem em suas agendas as demandas específicas das mulheres. Exemplo disto foram os movimentos de luta por creches, carestia, a participação das mulheres nos movimentos de saúde, educação, moradia e direitos humanos. Estes constituem um marco importante deste processo.

Estes processos tendem a desconstruir a naturalização que engessa e ratifica a subordinação feminina.

Para Saffioti (1987, p. 9):

Há sociedades nas quais as mulheres não interrompem suas atividades extraluar, inclusive a função da caça, quando tem um filho. Há tribos indígenas brasileiras cujas mulheres, em seguida do parto, banham-se nas águas de um rio e retomam imediatamente sua labuta. Nestas tribos, cabe ao pai fazer repouso e observar uma dieta alimentar especial. Este costume chama-se couvade. Esta prática revela que o próprio parto, quase sempre entendido apenas enquanto função natural, assume feições sociais diferentes no espaço e no tempo. Ou seja, cada sociedade elabora distintos significados para os mesmos fenômenos naturais.

Ao descrever papéis *naturalmente* femininos e *naturalmente* masculinos, a ideologia patriarcal capitalista cumpre umas de suas mais importantes finalidades: a de mascarar a realidade. “Dada à desvalorização do espaço doméstico, os poderosos têm interesse em restaurar a crença de que este papel sempre foi desempenhado por mulheres.” (SAFFIOTI, 1987, p.11, grifo nosso). Para essa ideologia, que divide a sociedade entre fortes e fracos, dominantes e dominados, é extremamente necessário legitimar a “superioridade” de poucos e a “inferioridade” de muitos, ressaltando que isto não se passa apenas com as mulheres, mas com outras categorias sociais discriminadas, como os negros, índios, homossexuais, donde

³⁷ MARX (1997); GRAMSCI (1991).

decorrem movimentos sociais, que visam o resgate da memória, destes contingentes humanos que ajudam a fazer história. (SAFFIOTI, 1987).

Saffioti (1987, p. 11, grifo do autor), afirma:

É de extrema importância compreender como a *naturalização* dos processos socioculturais de discriminação contra a mulher e outras categorias sociais constituem o caminho mais curto para legitimar a “superioridade” dos homens, assim como a dos brancos, a dos heterossexuais, a dos ricos.

Um dos fatores utilizados pela sociedade patriarcal/capitalista para justificar a “inferioridade” da mulher perante o homem é a diferença de força física existente entre ambos. Mas há exceções para esta regra, pois a força física varia dependendo da altura, peso e estrutura óssea da pessoa. Entretanto, a ideologia patriarcal machista recorre frequentemente a esse argumento. Até mesmo mulheres que trabalham na enxada, mesmo apresentando maior produtividade do que os homens acabam por admitir fraqueza, tão imbuídas estão desta idéia de inferioridade.

Ainda que já tenha sido comprovado que a variação da força física não justifica a desqualificação do gênero feminino, ainda hoje este argumento é utilizado pelo Patriarcalismo para induzir a crença da inferioridade feminina. Com isso não se procura provar que a mulher é superior ao homem, mas sim, mostrar a ausência de fundamentação científica da ideologia da “inferioridade” feminina.

Considerando a perspectiva de Barroco (2008), pode-se entender que a legitimação se dá num processo singular-subjetivo, partindo da perspectiva da sociedade de classes e das diferenças e opressões geradas por esta sobre os diversos segmentos ou categorias sociais. A discriminação por gênero se cristaliza e se naturaliza na perspectiva moral burguesa, cuja função ideológica implica na subordinação das necessidades, desejos, aspirações particulares às exigências sociais (Heller 1977 apud BARROCO, 2008), isto é, através da moral, a ideologia burguesa interfere nos “papéis” sociais donde se caracteriza como um modo de Ser, um Ethos que expressa a identidade cultural de uma sociedade, uma classe ou um estrato social num determinado momento histórico.

Para Saffioti (1987), historicamente, de tanto serem confinadas ao espaço doméstico e alijadas da participação social, as mulheres passaram a acreditar em sua própria inferioridade.

Por sua perspectiva consciente, ou seja, pelo fato de o indivíduo aceitar intimamente os valores, passa a fazer parte de seu caráter, por sua função integradora, estabelecendo vínculos sociais está presente em todas as atividades humanas. (BARROCO, 2008, p. 43).

Nesta perspectiva, uma vez alijada da participação política e confinada ao espaço doméstico, as mulheres, enquanto categoria social, também foram alijadas do processo laborativo teleológico, posto que a complexidade do trabalho ao qual foram dirigidas pouco exigia de suas capacidades psíquicas e motoras, o que fez (e ainda hoje faz) com que os homens e burgueses se utilizem deste argumento para legitimarem a “inferioridade” da mulher. No entanto, a ciência já demonstrou que a inteligência constitui um potencial capaz de se desenvolver com maior ou menor grau de intensidade, dependendo do grau de estimulação que se recebe (SAFFIOTI, 1987).

Sendo assim, o homem, por ter mais acesso ao espaço público, recebe mais estímulos, desenvolvendo assim suas potencialidades. Em contrapartida, à mulher só restou o espaço doméstico ou privado no qual desenvolvia todos os dias o mesmo trabalho, impossibilitando, assim, o desenvolvimento de outras potencialidades.

2.2 Identidade Subvertida?

De acordo com Franklin (2000, p. 43, grifo nosso), a existência do Homem pode ser apreendida como uma contínua tentativa de se sociabilizar e, esta sociabilização, está intrinsecamente ligada às constantes transformações pessoais e sociais: “[...] *ele tem de buscar uma significação entre suas experiências de vida para este processo se dar.*”

De acordo com o autor, esta significação se dá por meio da relação que cada indivíduo desenvolve a partir do concreto que, inicialmente, se lhe apresenta de modo velado – mascarado, pois este é um mundo simbólico com o qual organiza sua experiência pessoal passando, por meio desta, a construir articulações e referências do mundo e de si próprio.

“Esse processo permite ao indivíduo identificar objetos em sua especificidade, reconhecer a si mesmo e aos outros como indivíduos e organizar suas ações em seu contexto de vida” (FRANKLIN, 2000, p. 44, grifo nosso). Se esta não fosse historicamente determinada, os indivíduos estabeleceriam relações sociais e interpessoais mediadas pela superestrutura, pela representação social-mundo simbólico. (grifo nosso).

Para Franklin (2000, p. 44):

Assim, em seu conjunto, os indivíduos, em função de sua concepção de realidade, desenvolvem uma sociedade e cultura específicas nas quais se inserem, sendo, concomitantemente, seu mundo simbólico por elas construídas, formando uma estrutura orgânica na qual todo e parte influenciam-se mutuamente, submetidos a um duplo movimento – o de

manter certa estabilidade ao longo do tempo e o de prover transformações na própria estrutura.

Para Franklin, a constituição do mundo simbólico pessoal só é possível porque os indivíduos estão socialmente organizados, quer dizer, as concepções de que a realidade do mundo simbólico só se desenvolve socialmente são um processo dialético no qual o indivíduo é coprodutor tanto da sociedade como de si próprio.

Em relação à identidade feminina, pode-se afirmar que a mulher como “responsável” pela educação – sociabilização dos filhos é a “primeira” em ratificar e/ou construir as relações de gênero dicotomizadas. Embora não sejam elas as responsáveis diretamente pela opressão e exploração a que estão submetidas, são as que, dentro daquilo que lhes fora atribuído (espaço doméstico, primeira sociabilização), reproduzem o modo apreendido.

Para Silva (mimeo), inicialmente parece ser fácil definir identidade, uma vez que se torna o que se é: “sou mulher”, “sou negra”, “sou lésbica”. Para o autor, a identidade assim concebida se caracteriza por uma positividade, uma característica independente, um fato autônomo. Seguindo o mesmo raciocínio, aponta Silva (mimeo), também a diferença é concebida como entidade independente, passando a ser o que não sou, ou seja, passa a ser o que o Outro é: “ela é branca”, “ela é heterossexual”, “ela é mulher”. Assim como na identidade, a diferença é concebida como algo que remete a si própria. *“A diferença, tal como a identidade, simplesmente existe.”*

Destarte, Tomaz Tadeu Silva (2000, grifo nosso) aponta que identidade e diferença estão em uma relação estreita de dependência. A forma como expressa-se a identidade tende a esconder esta relação. Assim, quando se diz “sou mulher”, faz-se referência a uma identidade que se esgota em si mesma. Entretanto, o autor chama atenção para o fato de que só é necessária esta afirmação porque existem outros seres humanos (homens) que não são mulheres: *“[...] em um mundo imaginário totalmente homogêneo, no qual todas as pessoas partilhassem a mesma identidade, as afirmações de identidade não fariam sentido.”*

A diferença de identidade só fora estabelecida porque, ao invés de se desenvolver no gênero humano sua generalidade, desenvolve-se nele a unicidade/individualidade que, para Lessa, só foi possível por meio do desenvolvimento da sociedade capitalista que complexificou as relações de produção e reprodução da vida social. Neste sentido:

A identidade se tornou, por isso, um grande problema. A rigor, um problema insolúvel nestas circunstâncias. Já que aquilo que somos enquanto pessoas, nossas necessidades e possibilidades enquanto seres humanos, não encontram nas relações que mantemos com o gênero um canal adequado

para sua manifestação e desenvolvimento, não podemos senão manter uma relação de alienação e distanciamento para com a vida coletiva, social. E, reflexivamente, como a vida genérica não pode ser um portador adequado das necessidades e possibilidades dos indivíduos que a compõem, torna-se de tal modo repulsiva às individualidades que não resta a estas senão buscar a proteção do isolamento. Todavia, isoladas do gênero, as individualidades não apenas não podem construir suas identidades a partir de seu pleno desenvolvimento e das humanamente ricas objetivações que tal desenvolvimento possibilita – mas, ainda mais miseravelmente, apenas podem se constituir a partir dos gravíssimos problemas de uma individualidade antinômica ao gênero. Ser humano, por isso, torna-se cada vez mais difícil. (LESSA, 2004, p. 7-8).

Diante disto, pode-se afirmar que homens e mulheres passaram a não se reconhecerem em sua igualdade, mas a partir de suas diferenças e, foram estas diferenças, que passaram a constituir as suas identidades (feminina e masculina).

A afirmação “sou mulher” é, portanto, parte de uma extensa negação de expressões negativas (positivas)³⁸ de diferenças. Por trás desta afirmação pode ser lido “não sou homem”, “não sou cidadã” e assim por diante.

De acordo com Tomaz Tadeu Silva (2000), da mesma forma que as afirmações sobre as diferenças só fazem sentido se compreendidas em sua relação com as afirmações negativas, quando dizem: “ela não é mulher”, “ela não é cidadã”, afirmam-se as diferenças mesmo ainda que de forma oculta, pois fica estabelecida uma relação em que ela não sou eu e, portanto, é o **Outro**.

Em geral, consideramos a diferença como um produto derivado da identidade. Nesta perspectiva, a identidade é a referência, é o ponto original relativamente ao qual se define a diferença. Isto reflete a tendência a tomar aquilo que somos como sendo a norma pela qual descrevemos ou avaliamos aquilo que somos. Por sua vez, na perspectiva que venho tentando desenvolver, identidade e diferença são vistas mutuamente determinadas. Numa visão mais radical, seria possível dizer que, contraditoriamente a primeira perspectiva é a diferença que vem em primeiro lugar. Para isso seria preciso considerar a diferença não simplesmente como resultado de um processo, mas como o processo pelo qual tanto a identidade quanto a diferença (compreendida aqui como resultados) são produzidas. (Silva, T. T., 2000, p. 5).

Neste sentido, compreende-se que o que se tem analisado e discutido sobre a identidade de gênero (feminina) tem partido daquilo que a diferencia do gênero masculino e até do próprio gênero feminino. Quando Elizabete Souza-Lobo (1991) aponta que há no

³⁸ Ou positivas mesmo quando o sentido é inferiorizar, quer dizer, mesmo quando se diz que uma mulher é cuidadosa, diz-se que este cuidado é imanente à mulher, adjetivo que lhe é atribuído como se fosse natural, como se coubesse a todas as mulheres serem cuidadosas. Ao contrário dos homens.

movimento feminista um recorte em relação aos movimentos de mulheres, a autora afirma que o movimento feminista seria inscrito por mulheres das classes médias e burguesas e o movimento de mulheres inscrito por mulheres trabalhadoras, cujas reivindicações eram socioeconômicas e, neste sentido, estas remeteriam à situação estrutural das mulheres e aquelas (movimento feministas) à situação conjuntural e/ou superestrutural das mulheres. Assim, o que se questiona é qual identidade de gênero da mulher? Ou quais identidades de gênero das mulheres?

A sociedade tem atribuído historicamente e de modo determinado o que é ser mulher, assim como o que é ser homem. Neste sentido, tem delimitado espaços, corpos, formas de ser, agir, de se comportar e de pensar. Mead (apud Toledo) diz que os papéis sexuais em diversas culturas não são estabelecidos pela natureza, mas sim pela cultura, costumes, práticas cotidianas dos povos e, sobretudo, pelas necessidades econômicas de sobrevivência.

Mead (apud TOLEDO, 2001, p. 21), que estudou antigas sociedades como *Arapesh*, *Mundugumore* e os *Tchambuli*, afirma que:

Muitos, se não todos os traços da personalidade que temos chamados de femininos ou masculinos são tão pouco ligados ao sexo como a vestimenta, os adornos e a forma de se pentear que uma sociedade, em uma época determinada, define para cada sexo. Do contrário, como explicar que os meninos arapesh se tornam quase adultos pacíficos, passivos e submissos, enquanto que as jovens mundogumor se transformam, quase, em seres violentos, agressivos e inquietos?

Evidencia-se, por meio dos estudos de Mead e outros, que as diferenças físicas e biológicas são transformadas em diferenças sociais pela sociedade capitalista burguesa. Para Mead (apud TOLEDO, 2001), a natureza humana é eminentemente maleável, obedecendo fielmente aos impulsos que lhe comunica o corpo social.

Se dois indivíduos pertencentes cada um a uma civilização diferente não são semelhantes (e o raciocínio também se aplica bem aos membros de uma mesma sociedade), significa, acima de tudo, que eles foram condicionados de uma maneira diferente, em particular durante os primeiros anos de vida; depois, é a sociedade que decide a natureza desse condicionamento. A forma da personalidade de cada sexo não foge a essa mesma regra: é o produto de uma sociedade que cuida para que cada geração masculina e feminina se adapte ao tipo que ela impôs. (Mead apud TOLEDO, 2001, p. 22).

Malgrado, verifica-se que identidade e diferença partilham uma importante característica resultado de atos de criação social e que, portanto, não são “elementos” da natureza. Identidade e diferença têm que ser ativamente produzidas. De acordo com Silva

(mimeo), elas não são criaturas do mundo natural ou transcendental, mas do mundo real e concreto e, neste sentido, fabricadas no contexto de relações econômicas e sociais.

É esta “fabricação” de identidades não só diferentes, mas dicotomizadas e bipolares, que estabelece as relações entre homens e mulheres:

Ignora a verdadeira natureza feminina, assim como não se sabe muito sobre a natureza masculina. Os dois papéis sociais oferecidos às meninas e aos meninos desde seu nascimento são, alguns, desiguais e claramente favoráveis aos meninos; mas ninguém nega que existem meninos pouco entusiasmados com a perspectiva de ter de tomar, mais tarde, sobre seus ombros, a responsabilidade de uma família e todas as cargas que isso implica [...] a exaltação dos valores chamados “viris”, acompanhados de agressividade, de concorrência e obrigação permanente que eles impõem de afirmar-se, de vencer provas, implica também um aspecto angustiante que não combina com a verdadeira natureza do menino. (Roudy apud TOLEDO, 2001, p. 22)

A delimitação de espaços, formas de ser, agir e estar no mundo de modo bipolar demonstra que a construção da identidade a partir da diferença é uma relação social que está sujeita a vetores de força e de poder. As identidades sociais tanto dos homens, quanto das mulheres, não são simplesmente definidas, são construídas por meio de uma imposição hierárquica. Esta imposição não se dá de modo “harmonioso”, ao contrário, se dá através de disputas conflituosas.

Essa disputa envolve aspectos simbólicos e materiais da sociedade. De acordo com Tomaz Tadeu Silva (2000, grifo nosso), “[...] a afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo de diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais.” Para o autor, a identidade e a diferença estabelecem conexões com relação ao poder, pois este é capaz de definir a identidade e marcar a diferença.

[...] onde existe diferenciação – ou seja, identidade e diferença – aí está presente o poder. A diferenciação é o processo central pelo qual a identidade e a diferença são produzidas. Há, entretanto, uma série de outros processos que traduzem essa diferenciação ou que com ela guardam uma estreita relação. São outras tantas marcas da presença do poder: incluir/excluir; demarcar fronteiras; classificar; normalizar. (SILVA, T. T., 2000, p. 6).

Esta diferenciação também tem por base demarcações de valores (bom – mal; belo – feio, dentre outros). Como é a ideologia burguesa quem estabelece esses parâmetros valorativos por meio dos aparelhos do Estado, é ela, que no processo de socialização, faz com que sua cultura seja estabelecida, de modo que o indivíduo internalize o real conforme este o é

revelado ideologicamente. Neste sentido, como aponta Lessa, esta diferenciação resulta na alienação proveniente da construção de individualidades isoladas e, este isolamento, faz com que o comportamento humano seja nômade, característica da sociedade globalizada que, paradoxalmente na vida cotidiana, impõe a experiência de existir se não em uma malha de interações com todos os seres humanos. Para Lessa (2004, p. 6, grifo nosso), *“O que somos, enquanto pessoas, não tem lugar no gênero humano e, reflexivamente, as possibilidades e as demandas que a situação histórica mais geral nos impõe parece também não corresponder ao que necessitamos e podemos enquanto indivíduos.”*

Neste sentido, afirma Lessa (2004, p. 6):

[...] o desenvolvimento das forças produtivas não produziu individualidades que tipicamente seriam capazes de uma existência genérica rica e multifacetada, como seria de se esperar, mas individualidades que apenas podem se relacionar enquanto mônadas, ou seja, pessoas que apenas podem se relacionar através da promoção do isolamento individual do todo do qual faz parte. Em poucas palavras, vivemos em uma sociedade planetária na qual os indivíduos não encontram os seus respectivos lugares enquanto autênticas individualidades humanas.

Assim, a afirmação ou construção da identidade feminina implica em operações de incluir e de excluir e, para se afirmarem enquanto mulheres precisam destacar o que não são. Deste modo, não sendo homens, as mulheres passam a declarar a que grupo pertencem e ao que não pertencem, estipulando, assim, distinções entre o que fica de fora e o que fica dentro. De acordo com Tomaz Tadeu Silva (2000) a identidade está sempre ligada a uma forte separação entre “nós” e “eles” e, essa demarcação, separação e distinção supõem, de um lado, afirmação da categoria (gênero feminino) e, por outro, reafirma as relações de poder. São estas relações baseadas no poder que, ao invés de promoverem a existência genérica rica, tornam as relações isoladas e individualistas.

Para Lessa (2004), a construção da identidade se dá por meio dos processos de sociabilidade permeados pela perspectiva da determinação histórica do contexto a que o indivíduo está inscrito. Neste sentido, o autor afirma:

Somos, portanto, ao mesmo tempo únicos e genéricos: o que temos de rigorosamente singular, que não se repetirá jamais na história, apenas pode vir a ser enquanto particularização das possibilidades e necessidades históricas mais gerais que correspondem ao desenvolvimento humano-genérico atual”. (LESSA, 2004, p. 6)

Assim, se as mulheres compõem uma categoria social no contexto da sociedade capitalista burguesa atual, suas identidades ou identidades correspondem no momento atual à identidade binária que as colocam diante das relações com os homens de modo polarizado. Para Derrida (apud SILVA, T. T., 2000), as oposições binárias não expressam apenas a divisão do mundo e duas classes (categorias) simétricas. Em uma oposição binária, um dos termos é sempre privilegiado, recebendo um valor positivo, enquanto o outro recebe uma carga negativa. Disto decorrem as afirmações de Saffioti de que aos homens são atribuídas características positivas e às mulheres, negativas, mesmo quando são positivas.

De acordo com Tomaz Tadeu Silva (2000), dividir o mundo social entre “nós” e “eles” significa classificar. Este processo é central na vida burguesa e pode ser entendido como ato de significação pelo qual se divide e se ordena o mundo social em grupos e em classes. Quem detém o privilégio de classificar, também detém o privilégio de atribuir valores aos grupos e os assim classificar.

Para Toledo (2001), este privilégio sempre esteve detido nas mãos dos homens. Como visto, por muito tempo, além de ocuparem o espaço público (político), também coube aos homens registrarem a história e, eles a registraram como se a mulher dela não tivesse participado. Se hoje a mulher ocupa, mesmo que modo incipiente, o espaço político, isto só foi possível porque mesmo diante da construção da identidade de gênero que lhe fora atribuída, ela tem podido resignificar esta construção.

Como visto, a opressão de gênero é um processo ligado às transformações ocorridas nas relações humanas desde as primeiras sociedades que se conhece. Como aqui já mencionado, Engels teve fundamental contribuição para o entendimento disto, uma vez ter apontado que a opressão da mulher está vinculada à existência da propriedade privada dos meios de produção.

Para Lessa (2010), a propriedade privada foi por milênios, fundamental ao desenvolvimento humano, enquanto a produção não foi suficiente para abastecer todos os indivíduos, enquanto a carência foi uma condição insuperável da vida humana. Neste sentido, a divisão igualitária da produção, quando não há abundância, significava que todos seriam igualmente carentes e, também, que toda a produção seria consumida, nada ou muito pouco restando para o desenvolvimento das forças produtivas.

A divisão não igualitária exibia grandes vantagens: a concentração da produção nas mãos de uma minoria possibilitava que uma sua parte ponderável fosse destinada ao desenvolvimento das forças produtivas.

O desenvolvimento das forças produtivas se deu por meio da exploração do homem pelo homem. Na medida em que esta se desenvolvia, também as sociedades se desenvolviam e, este desenvolvimento, tratou de tornar quase tudo em mercadoria, inclusive a força de trabalho.

Para Lessa (2004, p. 10):

É essa conversão de tudo à mercadoria a essência do paradoxo de um mundo globalizado ao extremo gerar individualidades que se comportam, e se compreendem, enquanto mônadas. Esta é a essência da situação em que a interdependência de cada um para com todos os outros produz, não uma rica vida de interações e cooperação, mas um individualismo extremado e, nas condições atuais, seu correlato, uma profunda solidão.

Destarte, pode se afirmar que é por meio da força de trabalho que os indivíduos estabelecem relações e se conectam à sociedade e ao gênero humano. A força de trabalho é, segundo Lessa (2004), característica individual e, ao mesmo tempo, genérica, pois é por meio das necessidades geradas, síntese das determinações mais pessoais, que a força de trabalho, não existindo quanto expressão individual, está imediatamente conectada ao desenvolvimento das ferramentas, formas de energia, capacidade de produção de matérias-primas, etc. A força de trabalho de cada indivíduo é uma expressão muito adequada e clara de como os indivíduos são ao mesmo tempo genéricos e singulares: genéricos porque determinados historicamente, genéricos porque interferem na história do gênero, e singulares porque não haverá jamais dois indivíduos exatamente iguais.

Entretanto, a força de trabalho ao se converter em mercadoria incorporou a cisão entre valor de uso e valor de troca que particulariza a mercadoria. A relação típica de cada indivíduo com o gênero foi convertido ao potencial de lucro.

Como aqui já mencionado e de acordo com Lessa (2004, online):

Em suma, hoje apenas pode-se ser pessoas humanas em uma relação contraditória, antinômica por vezes, de confronto quase sempre, com o gênero humano do qual fazemos parte e o qual auxiliamos a se reproduzir pelos nossos atos. A humanamente autêntica identidade, por isso, apenas pode ser, por falta de melhor expressão, "marcadamente negativa"; isto é, se articula pela reafirmação da legitimidade e autenticidade de necessidades não-atendidas, de privações incompatíveis com as relações sociais predominantes. É a afirmação da necessidade pelo humano, contra a desumanidade das relações sociais genéricas, que pode servir de base para um processo de individuação mais rico e menos desumano. Por mais importante e decisivo que isto seja nos dias em que vivemos - e queremos salientar que é de fundamental importância -, não podemos deixar de reconhecer o quanto é limitado. Pois uma identidade, cujo núcleo mais

substancial está na afirmação da autenticidade das privações incompatíveis com as relações sociais predominantes, está muito distante de uma individualidade que se realiza plena e omnilateralmente na interação com o gênero.

Ainda que se esteja longe da construção da identidade de gênero feminino, ou gênero humano de modo verdadeiramente autêntico, é preciso destacar que é necessário corroborar com os processos sociais que radicalizam a formação dos sujeitos coletivos e suas reivindicações por emancipação política, pois por meio destes processos já se pode verificar que não há uma única e autêntica identidade feminina. Esta oscila entre dois movimentos: de um lado aqueles processos que tendem a fixar e a estabilizar a identidade e, de outro, os processos que tendem a subvertê-la e a desestabilizá-la.

De acordo com Butler (2008), em sua essência, a teoria feminista tem presumido que existe uma identidade definida, compreendida pela categoria de mulheres, que não só deflagra os interesses e objetivos feministas no interior de discurso, mas constitui o sujeito mesmo em nome de quem a representação política almejada.

Entende-se que esta perspectiva parte da teoria cultural e social pós-estruturalista, portanto tenta fixar a identidade feminina, o que se acredita ser um equívoco. A fixação da identidade baseia-se também em explicações culturalistas que impõem uma grade cultural sobre uma natureza em si mesma (e vice-versa), elas não são mais do que uma imposição de uma matriz de significação sobre uma matéria que, sem ela, não tem qualquer significado.

De acordo com Tomaz Tadeu Silva (2000), na atualidade têm surgido movimentos que de modo literal e concreto tentam desestabilizar e subverter a tendência da identidade fixada. Tomando por referência a diáspora como a dos negros africanos escravizados, afirma que, ao terem sido colocados em contato com diferentes culturas e ao favorecerem processos de miscigenação, colocaram em movimento processos de hibridização, sincretismo e criouliização cultural que, forçosamente, transformaram, desestabilizaram e deslocaram identidades “originais”. Não se defende, nesta dissertação, a originalidade das identidades, assim como autenticidade de identidades, porque não se acredita que a identidade seja uma essência, um dado ou um fato da natureza ou da cultura. Acredita-se que, esta, não seja estável, coerente, única ou permanente, tão pouco homogênea, definitiva, acabada, idêntica ou transcendental. Acredita-se que seja uma construção, um processo de produção, uma relação instável, contraditória, fragmentada, inconsciente e inacabada ligada à estruturas de representação (ideológicas) e de poder (hegemônicas).

A identidade feminina, portanto, não se assemelha ao que está dado, engessado e naturalizado como o que se espera ser naturalmente da mulher. Entretanto, afirma-se que a consciência de classe, a classe para si, tem possibilitado às mulheres, se não a construção de uma identidade mais próxima do que realmente são, ao menos a negação daquilo que lhes fora e é atribuído.

CAPÍTULO 3 TEMPO DE LUTA

Como então? Desgarrados da terra? Como assim? Levantados do chão? Como embaixo dos pés uma terra ... Como água escorrendo da mão? Como em sonho correr numa estrada? Deslizando no mesmo lugar? Como em sonho perder a passada ...E no oco da Terra tombar? Como então? Desgarrados da terra? Como assim? Levantados do chão? Ou na planta dos pés uma terra...Como água na palma da mão? Habitar uma lama sem fundo? Como em cama de pó se deitar? Num balanço de rede sem rede...Ver o mundo de pernas pro ar? Como assim? Levitante colono? Pasto aéreo? Celeste curral? Um rebanho nas nuvens? Mas como? Boi alado? Alazão sideral? Que esquisita lavoura! Mas como? Um arado no espaço? Será? Choverá que laranja? Que pomo? Gomo? Sumo? Granizo? Maná? (Levantados do Chão. Chico Buarque).

3.1 As Diferentes Perspectivas na Análise da Política Pública

A análise do Serviço Social sobre as políticas públicas na sociedade capitalista atual tem sido uma tarefa complexa, pois se por um lado estas têm se colocado como meio de intervenção da profissão em relação às expressões da Questão Social, no sentido de fortalecer os sujeitos coletivos em torno de projetos societários mais democráticos e emancipatórios, por outro, o próprio processo de criminalização dos sujeitos sociais e da Questão Social tem exigido destes profissionais capacidades políticas, teórico-metodológicas, técnicas e operacionais que possibilitem uma prática mais engajada e comprometida.

Uma das perspectivas para o enraizamento e fortalecimento desta prática comprometida e engajada tem sido a atuação junto aos movimentos sociais. Mesmo tendo estes várias perspectivas e campos de atuação.

De acordo com Gohn (1997), múltiplos têm sido os movimentos sociais, bem como suas atuações. A abertura política no final da década de 1980 e início da década de 1990 favoreceu o crescimento de alguns movimentos sociais e o surgimento de outros. Todavia, com a ofensiva neoliberal, muitos se tornaram adjacentes ao Estado, o que por sua vez, fez com que se abrisse na sociedade uma insegurança/desconfiança em relação à atuação dos movimentos sociais em torno da garantia e da segurança dos direitos sociais e políticos.

Associado a isto, o surgimento de “novos” movimentos sociais, a saber, os movimentos das mulheres, ecológicos, contra a fome e outros, sinalizou em princípio um distanciamento do caráter classista que se configurava nos movimentos sindicais e operários em torno do mundo do trabalho.

Siqueira em referência a Gohn (1995, p. 44 apud SIQUEIRA, S. M. M., 2002, online) aponta que:

[...] movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídos por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo.

Neste sentido, os “novos” movimentos sociais foram apreendidos e analisados como ações que particularizavam dimensões da identidade humana, deslocada das condições socioeconômicas predominantes, de modo que suas práticas não se aproximavam de um projeto de sociabilidade diferenciada das relações sociais capitalistas.

Destarte, ao produzirem conhecimento para defenderem a perspectiva social, econômica e acadêmica que acreditavam, alguns teóricos como OFFE e TOURAINE, dentre outros já mencionados neste trabalho, corroboraram para decretar o fim do trabalho enquanto categoria ontológica. Mas outros tenderam analisar estas categorias de modo mais profundo como Montañó, Pastorini, Lessa, Faleiros, Laurell, Boschetti, Behring, dentre outros. Estes autores tomaram por base o materialismo histórico-dialético e, portanto, retomaram à centralidade do trabalho e, a partir disto, propuseram reflexões e análises que reafirmavam a Questão Social, Política Social e os Movimentos Sociais como categorias fundantes no processo de sociabilidade e desenvolvimento das forças produtivas.

Deste modo, o que se segue é uma breve discussão sobre o debate acerca do método para apreensão das políticas sociais. Apreensão da realidade não só pela objetividade da ciência, mas que traz o elemento fundamental que é a visão de homem mundo, ou seja, a perspectiva sob a qual se analisa a realidade.

Diego não conhecia o mar. O pai, Santiago Kavadloff, levou-o para que descobrisse o mar. Viajaram para o sul. Ele, o mar, estava do outro lado das dunas altas, esperando. Quando o menino e o pai enfim alcançaram aquelas alturas de areia, depois de muito caminhar, o mar estava na frente dos olhos. E foi tanta imensidão do mar, e tanto seu fulgor, que o menino ficou mudo de beleza. E quando finalmente conseguiu falar, tremendo, gaguejando, pediu ao pai: - Me ajuda a olhar! (Galeano, 2002; 97 apud NARCIZO; SILVA; SILVA, 2011, p. 13).

De acordo com Behring e Boschetti (2009), a compreensão do que sejam, como se caracterizam e como se contextualizam as políticas sociais, depende da forma como as mesmas são apreendidas e analisadas. Nas palavras das autoras, depende do “*mirante de análise*”, pois supõem sempre uma perspectiva teórico-metodológica e, portanto, supõem a visão de homem e de mundo.

Tomando a análises de algumas correntes teóricas, as autoras em seu livro *Política Social: Fundamentos e História* verificam como estas “auxiliam” na apreensão e localização dos “mirantes” sob os quais as políticas sociais podem ser compreendidas, sem, no entanto, deixar de explicitar a opção do mirante sob o qual “olham” /analisam as políticas sociais. Esta opção é demonstrada desde o primeiro capítulo da obra citada. Nesta, as autoras discorrem sobre como no processo social as políticas sociais estão no foco da análise, discorrendo sobre como as determinações econômicas, políticas e sociais inscrevem material e ideologicamente as políticas sociais. Referem-se à Karel Kosik (1986) que afirma que, neste passo, a realidade é coberta pelo véu ideológico do mundo da “pseudo-concreticidade” de modo que, para desvelá-lo, é necessário reconstruí-lo no nível do pensamento.

Behring e Boschetti (2009) tomam, portanto, a análise das políticas sociais a partir da compreensão materialista histórico-dialética e, neste sentido, afirmam que neste bojo, as políticas sociais são compreendidas como resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre o Estado e sociedade civil, portanto se localizam no âmbito dos conflitos e luta de classes.

Afirmam serem estas análises “[...] *procedimentos que despolitizam a questão, transferindo-a para uma dimensão instrumental e técnica, que as esvazia das tensões políticas e societárias que marcam a formulação e a cobertura das políticas sociais*” (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 26, grifo nosso). Para as autoras há ainda outro ângulo de análise das políticas sociais que as classifica como tão pobres quanto o ângulo anteriormente mencionado. Este assenta na prescrição, ou seja, “[...] *não na política social como ela é, mas como deve ser.*” Esta perspectiva inviabiliza o conhecimento mais profundo da política social.

Deste modo, as autoras (BEHRING; BOSCHETTI, 2009) evidenciam que há nestas perspectivas um superdimensionamento analítico unilateral das determinações, ora econômicas, ora políticas, o que corrobora para formulações e classificações de modelos e tipos “ideais”. Assim como as autoras, neste trabalho toma-se como mirante sobre as políticas sociais a perspectiva materialista histórico dialética, pois acredita-se ser o método que mais se aproxima da apreensão da realidade sob a qual se inscrevem as relações de produção e reprodução social e, também, as relações de gênero.

Neste sentido, compreender as perspectivas teórico-metodológicas que circunscrevem as políticas sociais nas quais se constroem as identidades de homens e mulheres é fundamental. De acordo com Behring e Boschetti (2009), dependendo da perspectiva como esta é abordada há toda uma forma de atuação/incorporação ou não dos sujeitos coletivos na luta pelos Direitos Sociais expressos pelas políticas sociais. Como se entende que a construção da identidade de gênero (masculina e feminina) desenvolve-se e inscreve-se na órbita da sociabilidade e que esta tem se complexificado a partir do desenvolvimento da sociedade, em específico da sociedade capitalista, um dos objetivos deste trabalho é analisar a implementação das políticas públicas agrárias com recorte de gênero. Estas são aqui apreendidas dentro do bojo das relações de sociabilidade na órbita do capital. Neste sentido, entende-se as políticas sociais, tal como defendidas por Behring e Boschetti (2009), como campo de construção e fortalecimento dos sujeitos coletivos que buscam sua emancipação política e humana.

De acordo com Faleiros, as políticas sociais, apreendidas enquanto espaço de contradição e de luta, possibilitam a compreensão de que estas não são conduzidas pelo Estado capitalista apenas, pois as políticas sociais são “[...] *resultado da relação e do complexo desenvolvimento das forças produtivas e das forças sociais.*” Para o autor, “[...] *as políticas sociais são o resultado da luta de classe e ao mesmo tempo contribuem para a reprodução das classes sociais.*” (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 46, grifo nosso).

Para Faleiros é por meio das ideologias humanistas, progressistas e/ou liberais que as políticas sociais, através do Estado (capitalista), são apresentadas como medidas e/ou instrumentos de igualdade, melhoramento de bem-estar e igualdade de oportunidades. Todavia, ideologicamente não são apresentados os interesses sob os quais este Estado intervém na sociedade/vida das pessoas. Entender esta complexa relação em que se materializa esta intervenção requer entender as limitações e a dinâmica força de dominação da burguesia, apreender as contradições e exigências das diferentes frações de classes e dos movimentos sociais articulados à classe subordinada. Porém, nem todos os teóricos que discutem as políticas sociais as tomam como campo de conflito e contradição.

Para os teóricos que se subsidiam do método funcionalista, a perspectiva que se terá da política social é a de que a sociedade é regida por leis naturais donde suas relações devem ser apreendidas e estudadas de forma neutra e objetiva. Esta perspectiva, defendida por Durkheim, incorpora a dimensão que nos leva à conclusões conservadoras que naturalizam as desigualdades sociais.

Durkheim (apud BEHRING; BOSCHETTI, 2009) diz que o fato social possui uma natureza exterior e coletiva, cuja sede é a sociedade e não o indivíduo, que exerce coerção sobre a consciência individual. De acordo com Lowy (1987 apud BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 30-31, grifo nosso), esta rigidez se expressa pela formulação de leis que tomam por base as leis da natureza, “[...] *a exemplo de apontar a desigualdade social como uma lei natural e imutável e as revoluções como algo tão impossível quanto os milagres.*” Assim, pode-se afirmar que a perspectiva Durkheimiana também é regida pelos processos de transformação. Quando não se percebe mais a coerção exercida pelo fato social, este se torna um hábito a fim de desprender o fato social de toda contaminação e deve ser observado em seu estado de pureza.

Faleiros (1995) em sua obra *A política social do Estado Capitalista*, aponta que esta perspectiva supõe o Homem como um indivíduo isolado, como átomo humano, empiricamente definido por certas características essenciais como a consciência ou o espírito e a sociabilidade. De acordo com o autor, “[...] *para esta concepção haveria uma natureza humana, independente da sociedade e em função da qual as organizações econômicas, sociais e políticas seriam estabelecidas.*” (FALEIROS, 1995, p. 30, grifo nosso).

Tomando como referência a obra supracitada é possível verificar que o autor, embora admita a existência dos indivíduos, não os toma como seres abstratos e/ou isolados. Assim, pode-se afirmar que não coaduna com a concepção funcionalista/naturalista. O autor ainda chama atenção para as incoerências da perspectiva marginalista do qual Ross e Salama se destacam. Para Faleiros (1995, p. 31):

O problema que se colocam os marginalistas é a otimização do bem-estar nas condições de uma competição perfeita, sem levar em conta a distribuição de rendimentos... segundo esta concepção, a produção não é um fim em si mesmo, mas um instrumento de satisfação das necessidades .

Pressupõe a teoria Durkheimiana (funcionalista), que os fenômenos sociais existem em si, mesmo destacados dos indivíduos conscientes que formulam representações a seu respeito. Isto porque, para que estes fenômenos sejam explicados/analizados é preciso que sejam compreendidos pela razão e não pelo sentimento. Todavia, cabe questionar de qual “razão” faz menção Durkheim, até porque o mesmo diz que a assimilação dos fenômenos sociais se dá por meio da coerção e que, no desenvolver deste, há um processo de enraizamento e naturalização que faz com que este possa se tornar um hábito.

Behring e Boschetti (2009), se apropriando de Lowy (1987), afirmam que o positivismo/funcionalista é marcado por axiomas e que as descobertas de Durkheim, apesar de

importantes, possuem pontos nodais abertos, tornando as análises e os pensamentos do autor, superficiais. As autoras destacam que a superficialidade de Durkheim consiste em que o autor não parta da realidade, pois esta, enquanto tal, é inscrita pelo antagonismo de classe oriundo da relação Capital x Trabalho.

Destarte, se por um lado o positivismo funcionalista Durkheimiano alude ser o objeto “maior” que o indivíduo, por outro, o idealismo reclama a sobreposição do sujeito ao objeto. Esta perspectiva reivindica a realidade como resultado do pensamento, o que desconsidera as condições e determinações objetivas (BEHRING; BOSCHETTI, 2009).

Diante disto, as autoras apontam os avanços de Hegel e Kant, pois a partir do historicismo alemão, estes influenciaram a sociologia. Boschetti e Behring (2009, p. 32, grifo nosso) afirmam que “*Kant buscava desvelar os limites formais do conhecimento, a razão e inteligência, entendimento. Para ele é possível conhecer a realidade nas suas manifestações e expressões.*” Esta concepção aprisiona o conhecimento e a experiência teórica, ou seja, como a essência não pode ser apreendida, o conhecimento é sempre relativo e produto racional do sujeito que a conhece. O conhecimento é sempre submisso às sensações e experiências teóricas, o que coloca a razão no campo metafísico.

Para Behring e Boschetti (2009, p. 33), a partir da perspectiva de Kant, o historicismo alemão no século XIX fora influenciado de modo que a ciência passou a ser compreendida em dois tipos: da natureza em que, segundo as autoras, buscava-se a causalidade para fazer previsões, a relação de exterioridade entre o sujeito e o objeto, a compreensão das leis e conexões; e a do espírito, voltada para história, cultura e sociedade, em que o essencial não era as causalidades, mas as motivações que a produzia no movimento dos sujeitos.

Em relação a Hegel, Behring e Boschetti (2009, p. 32, grifo nosso), dizem que, embora este faça crítica à Kant, pois discorda da metafísica da razão, ou seja, “[...] *defende que o entendimento parta da essência factual do ser e fixa suas determinações*”, o sujeito se sobrepõe ao objeto e, neste sentido, a sociedade é apreendida a partir do pensamento e não de suas condições e determinações materiais objetivas.

Entretanto, ainda que estes autores tenham influenciado o pensamento e a produção teórica no campo das políticas sociais, é possível verificar que as políticas sociais, dentro desta perspectiva, atribuem maior “densidade” à sociedade em detrimento do indivíduo. Estes apenas passam a ser e são apenas considerados quando se alocam na categoria de consumidor. A produção e o consumo são vistos de modo atomizados, havendo uma forte tendência em institucionalizar os conflitos sociais. O indivíduo é abstraído do sujeito, uma vez que apenas se considera as motivações individuais, dentre outras.

Passando à análise das contribuições do método materialista histórico dialético, Behring e Boschetti (2009), relatam a resolução do problema (sujeito/objeto) que, dentro desta perspectiva, toma como ponto de partida a perspectiva relacional que, segundo as mesmas, foge do empirismo positivista/funcionalista e do idealismo-culturalista, pois tem por base os processos e resultados das relações contraditórias e complexas em que são “tecidas” as relações entre Estado e a Sociedade Civil³⁹ sob as quais se expressam os conflitos de classe oriundos dos processos de produção e reprodução capitalista.

Cabe destacar que mesmo a análise materialista-histórico-dialética está sujeita a incorrer em equívocos, alguns destes provocados pela aproximação e diálogo desta com o positivismo, estruturalismo, funcionalismo e outros; o que por sua vez resultou em formulações ecléticas. Segundo Behring e Boschetti (2009), este ecletismo contribuiu para análises unilaterais no campo das políticas sociais. De acordo com as autoras, de um lado defendeu-se teórica e politicamente as políticas sociais como iniciativas do Estado para responder às demandas da sociedade e garantir sua hegemonia (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 37) e, por outro, as políticas sociais surgem em decorrência da luta e pressão da classe trabalhadora. Assim, colocando dentro da própria corrente uma visão dicotômica sobre as políticas sociais, seriam estas concessões ou conquistas?

Discorrendo sobre o tema, Alejandra Pastorini (1997), na revista *Serviço Social & Sociedade*, aponta:

Partindo da perspectiva marxista do entendimento de política social como totalidade social e, ao mesmo tempo incorporando a perspectiva de lutas de classes, verificaremos que o binômio “concessão – conquista” compõe-se por dois conceitos excludentes, ou seja, integra dois termos que se excluem mutuamente conformando, desta forma, da perspectiva marxista um binômio não dialético, pois o termo concessão faz referência ao fato de uma pessoa dar, doar ou outorgar algo a outra pela sua própria vontade, podendo ser essa dádiva produto de um conflito concreto, ou resultante da “graça”, evitando um conflito sem que isso implique em luta ou pressão por parte do concessionário. Por outro lado, falar em conquista implica falar de usurpação. Assim, o ato de conquistar significa tomar alguma coisa pela força, não necessariamente física ou bélica.

Com isso, fica explícito que os termos concessão e conquista são dois conceitos excludentes. Assim, é preciso salientar que essa terminologia pode causar equívocos no entendimento das políticas sociais, porque se são vistas como concessão, corre-se o risco de entender a sociedade sem conflitos e sem lutas. Para Coimbra (in Abranches, 1994: 109-25

³⁹ Para uma melhor compreensão: Coutinho (2000; 1999; 1996).

apud PASTORINI, 1997), que estuda o surgimento das políticas sociais dentro do pensamento marxista, o entendimento das políticas sociais na perspectiva de concessão, incorre no falso entendimento de que quem tem o protagonismo é o Estado e, portanto, as políticas sociais são entendidas como concessão deste e das classes dominantes. Por outro, a compreensão das políticas sociais como conquista das classes trabalhadoras e dos setores subalternos, aponta o protagonismo destas classes na luta por seus direitos.

Dentro dessa perspectiva, ainda há incorporação da *luta de classes*, a qual indica uma relação entre sujeitos protagonistas; e a *totalidade*, que implica pensar as políticas públicas a partir de uma ótica tanto política, quanto social e econômica.⁴⁰

Em ambas predominam a visão do Estado como esfera pacífica, desprovido de interesses e luta de classes. Para Boschetti e Behring (2009, p. 37):

Também são exemplares, nessa direção, as abordagens que, ao estudar os efeitos das políticas sociais, as compreendem apenas como funcionais à acumulação capitalista, tanto do ponto de vista econômico, quanto político. Pelo ângulo econômico, as políticas sociais assumem a função de reduzir os custos da reprodução da força de trabalho e elevar a produtividade, bem como manter elevado níveis de demanda de consumo em épocas de crise. Pelo ângulo político, as políticas sociais são vistas como mecanismo de cooptação e legitimação da ordem capitalista pela via de adesão dos trabalhadores ao sistema.

Para as autoras, não há equívocos em si nestas análises, pois as políticas sociais também assumem estas configurações. Todavia, destacam que, por serem unilaterais, estas configurações não exploram as contradições dos processos sociais e, portanto, não reconhecem que as políticas sociais podem assumir centralidade na luta e no cotidiano dos trabalhadores. Diante disto, evidencia-se que, por meio do método materialista histórico dialético, as políticas sociais são apreendidas como fenômenos sociais complexos e contraditórios inscritos e extraídos no próprio movimento dialético da sociedade burguesa.

Destarte, a “[...] *evidenciação do método materialista histórico não se confunde com técnicas ou regras intelectivas, é uma relação entre o sujeito e o objeto.*” Este se aproxima ao se apropriar das características do objeto. Nesta perspectiva, o “[...] *conhecimento não é absoluto, mas é possível apreender as múltiplas determinações dos processos sociais historicamente situados, porque o Ser Social se objetiva – a sociabilidade é objetivação*” (BOSCHETTI; BEHRING, 2009, p. 39, grifo nosso).

⁴⁰ Para maior análise ver *Capacitação em Serviço Social e Política Social*, módulo 2 (1999); Karel Kosik (1989).

Como já mencionado no Capítulo 1 desta dissertação, esta sociabilidade é exteriorizada e objetivada por meio de condições sociais e históricas determinadas que, de acordo com Iamamoto (2008, p. 48):

Na sociedade burguesa, quanto mais se desenvolve a produção capitalista, mais as relações sociais de produção se alienam dos próprios homens, conformando-os em potências externas que os dominam. Essa inversão do sujeito e objeto, inerente ao capitalismo como relação social, é expressão de uma história de auto-alienação humana.

Verifica-se que a sociabilidade humana se objetiva de forma fetichizada. Para Iamamoto (2008), este fetichismo transforma as relações em atributo de coisas (mercadoria), de modo que é preciso capturar o movimento da sociedade burguesa (seus complexos e contradições) para compreender as políticas sociais.

Assim, segundo Behring e Boschetti (2009), para não incorrer do dualismo binominal concessão x conquista, deve-se partir de sua apreensão como fenômeno que, no imediato, oculta as manifestações primeiras do fenômeno (KOSIK, 1989).

Para Kosik (1989), o real não se manifesta na imediaticidade do cotidiano ⁴¹, pois este responde ao indivíduo às necessidades de sua reprodução sem apreender as mediações nela presentes; por isso é característico do modo de ser cotidiano o vínculo imediato entre pensamento e ação, a repetição automática de modos de comportamento. Para Barroco (2008, p. 38, grifo nosso), isto, porém, não significa a inexistência de mediações, mas que no âmbito do cotidiano elas permanecem ocultas pela carência imediata dos fatos. *“Por isso não é próprio do comportamento cotidiano o acesso à consciência humano-genérico.”* Por compor a vida comum com regularidade, o real assume um aspecto de independência que apenas evidencia claramente a pseudo-concreticidade que é aquela que, de forma limitada, nos leva a compreender de modo imediato o “mundo” e não a essência deste.

O mundo (realidade social), sob o ponto de vista da totalidade, só pode ser apreendido em partes que, por sua vez, também se compõem por uma totalidade única, cuja função é definir a si mesma e definir o todo. Ser ao mesmo tempo produtor e produto.

Behring e Boschetti (2009, p. 41, grifo nosso) afirmam que a totalidade compreende a realidade nas suas íntimas e complexas relações. Cabe destacar, que a totalidade não deve ser compreendida como um *“tudo’ que está em contato com ‘tudo’, ou o que o todo é mais que*

⁴¹ Para análise mais profunda da categoria, Agnes Heller (1970).

as partes. 'Totalidade significa realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer pode vir a ser racionalmente compreendido'."

Para Kosik (1989, p. 52):

A totalidade não é a apreensão de todos os aspectos da realidade, na infinidade dos seus aspectos e propriedades, mas apreensão de "partes" que possibilitam compreender e explicar dentro de uma realidade móvel, dialética e histórica momentos indivisíveis (do fenômeno/objeto analisado) que possibilitem a destruição da pseudo-concreticidade; conhecimento autêntico do objeto, caráter histórico do fenômeno e conhecimento do conteúdo do objetivo e do significado do fenômeno, sua função objetiva e seu lugar histórico.

Portanto, não é algo atemporal e não-histórico. De acordo com Lukács (1979a), a totalidade é a estrutura concreta, é a própria constituição do real. Entretanto, para o autor, no processo efetivo de apreensão fiel do movimento real, está presente o movimento cognitivo que é plurívoco, que possibilita aproximações sucessivas, porém não significa que seja uma decomposição da totalidade em partes e estas em polaridade com o todo.

3.2 As Políticas Sociais na Configuração da Sociedade de Classes

Embora não se possa precisar um período específico do surgimento das primeiras iniciativas reconhecíveis de políticas sociais, pode-se dizer que com a revolução industrial, as lutas de classes e o desenvolvimento do Estado exigiram a intervenção do mesmo.

Boschetti e Behring (2009, p. 47, grifo nosso), tomando por referência Pierson (1991), afirmam que *"[...] é possível compreender que as origens das políticas sociais estão intrinsecamente relacionadas aos movimentos de massa e o estabelecimento dos Estados-nação da Europa ocidental do final do século XIX."*

Cabe destacar, que esta intervenção estatal como se conhece hoje, se desenvolve e se consolida nos marcos da transição do capitalismo concorrencial para o monopolista no período pós-segunda guerra (1945) ⁴².

Esta perspectiva é amplamente discutida no Serviço Social por autores como Behring, Boschetti, Faleiros, Montañó, dentre outros. Para estes autores, embora nas sociedades pré-capitalistas haja certa intervenção do Estado, esta não objetiva o bem comum, mas a manutenção da ordem por meio da punição daqueles que poderiam ser caracterizados como

⁴² Behring e Boschetti (2009); Paulo Netto e Braz (2009); Iamamoto (2008); Faleiros (1995); Paulo Netto (2011).

vagabundos. Estas intervenções são, portanto, pautadas pela perspectiva de indivíduo desajustado, o que configura estas ações como caritativas, filantrópicas e pontuais, o que Behring e Boschetti (2009) denominam de *protoformas* de políticas sociais.

Para as autoras, é por meio de legislações seminais como o Estatuto dos Trabalhadores, Estatuto dos Artesãos 1563, Lei dos Pobres, e Revisão das Leis dos pobres, que as leis europeias estabelecem um “*código coercitivo dos trabalhadores*” (BOSCHETTI; BEHRING, 2009, grifo do autor), cujo caráter seja punir e repreender e não proteger os trabalhadores. Tomando como referência Castell (1999), as autoras afirmam que o objetivo destas leis era organizar e preparar a população para o trabalho, assim como o imperativo era a “*contenção*” da força de trabalho. Diante desta realidade, para sobreviver os Homens viam-se obrigados a aceitar todo e qualquer tipo de trabalho que lhes fosse oferecido.

Neste sentido, fica evidente que o trabalho, enquanto categoria ontológica, é solapado pelo capitalismo e, a relação existente entre o homem/ natureza/ homem, deixa de ser uma relação de intercâmbio e passa a ser uma relação de exploração do homem em relação a natureza, como na relação dele consigo e com seus semelhantes.

Destarte, para Faleiros (1995), as políticas sociais têm origem no período que se caracteriza como o período de transição (feudalismo/capitalismo). Embora haja um salto ontológico em que o Homem é considerado como Ser livre⁴³, é preciso destacar que a liberdade, como diz Marx, de não estar ligado ao senhor feudal (embora esteja pronto para oferecer sua força de trabalho como indivíduo em troca de salário), é uma relação desigual, principalmente porque nesta relação o trabalhador apenas está livre para vender a sua força de trabalho, quer dizer, de acordo com Martins (1986, p. 153):

A condição humana, a condição da pessoa específica desta sociedade, surge da mediação das relações de troca, uma pessoa somente existe por

⁴³ Ao transformar a natureza através de seu trabalho e de acordo com as suas necessidades, o homem se auto-transforma. Desta relação surgem novas alternativas que lhe colocam novas possibilidades de escolha que, de acordo com as discussões sobre ética feitas por Barroco em sua obra **Ética: Fundamentos Sócio-históricos se refletem** em escolhas de valor, ou seja, bom/mal; bonito/feio; correto/incorreto; útil/inútil; etc. Para a autora, essas alternativas e novas escolhas são as gênesis da liberdade, isto é, o produto da atividade humana, uma capacidade historicamente construída. Isto significa que a escolha de uma determinada alternativa é orientada/objetivada por uma determinada necessidade humana e, esta necessidade, na sociedade moderna, se expressa na cotidianidade para responder às necessidades do “eu”, ou seja, para responder às necessidades básicas para a manutenção da vida, “responder apenas às exigências individuais, tende-se a interiorizar valores e morais de vida de forma mecânica e sem crítica” (BARROCO, 2008, p. 35). Portanto, esta liberdade de escolhas destas alternativas é, nesta sociedade, orientada pela liberdade da sociedade burguesa. Deste modo, cabe ressaltar que na sociedade capitalista, os indivíduos já nascem inscritos em um sistema normativo composto por instituições que representam os interesses da classe dominante, exemplo: família, escola, a igreja, etc., que têm funções de ampliar e/ou restringir a socialização do indivíduo. Socialização esta que se caracteriza pela arte, ciência, filosofia e a política.

intermédio de outra [...]. Para entrar na relação de troca, cada um tem que ser cada um individualizado, livre e igual a todos; ao mesmo tempo um nunca é cada um, porque a existência da pessoa depende totalmente de todas as outras pessoas, das relações que cada um estabelece com o outro.

Entretanto, a relação de pseudo-liberdade em que o trabalhador pode estabelecer com o proprietário (capitalista/ patrão) é apenas uma relação de troca em que este vende sua força de trabalho para subsidiar meios de sobrevivência.

Verifica-se que o objetivo é o de induzir o trabalhador a se manter por meio de seu trabalho, e para aqueles que não são incorporados ao mercado de trabalho vigem as legislações anteriormente citadas. Para Faleiros (1995), aqueles que eram considerados vagabundos e mendigos.

De acordo com Behring e Boschetti (2009), é no contexto liberal que as primeiras medidas de proteção social têm origem, mesmo com a negação da necessidade de intervenção estatal nas questões de natureza social, sob a alegação da eficácia do mercado na garantia do bem-estar social do indivíduo⁴⁴.

As políticas sociais, que tiveram origem neste contexto, são conhecidas sob a designação de Assistência Social e incluem o reconhecimento de uma necessidade e alguma proposta de aliviá-la. Estas políticas sociais se caracterizam por assumir que a situação de pobreza e miséria decorre de um problema de caráter do necessitado, razão pela qual a assistência é provida em condições que tentam parcialmente compensar falhas passadas e prevenir futuras.

A natureza compensatória e punitiva destas medidas evidencia-se na perda de outros direitos inerentes à condição de cidadão (no caso dos menores protegidos pelo Estado) ou em restrições de ordem simbólica tais como rituais de degradação, atestados de miséria, etc., a que são submetidas as famílias carentes. Esta condição política de cidadania invertida, em que o indivíduo entra em relação com o Estado no momento em que se reconhece como um não-cidadão tem como atributos jurídicos e institucionais, respectivamente, a ausência de uma relação formalizada de direito ao benefício, o que se reflete na instabilidade das políticas assistenciais, além de uma base institucional que reproduz um modelo de voluntariado das organizações de caridade, mesmo quando exercidas em instituições estatais.

⁴⁴ Malgrado a bela construção teórico-ideológica do liberalismo, o mercado mostrou-se incapaz de dar conta dos problemas que ele mesmo gerava, especialmente na esfera da reprodução humana exigindo, assim, a crescente intervenção do Estado, tanto na esfera da produção regulando as relações de trabalho, quanto na esfera da reprodução, através de medidas de proteção social.

A segunda forma assumida pela proteção social já é fruto de um contexto social no qual a classe operária é reconhecida como ator qualificado na ordem política e econômica. O Seguro Social tem como característica destinar-se à cobertura da população assalariada com a qual se estabelece uma relação jurídica do tipo contratual: os benefícios são, em regra, proporcionais à contribuição efetuada, não guardando relação imediata com as necessidades do beneficiário. A participação tende a ser compulsória e, embora restrita a uma parcela da população, é uma relação de direito social estabelecida com base em um contrato. Trata-se, neste caso, da cidadania regulada pela condição de exercício de uma ocupação oficialmente reconhecida, o que lhe garante a assinatura da carteira de trabalho.

As instituições responsáveis pela prestação dos serviços e benefícios tendem a ser financiadas com base na contribuição salarial, ademais de aportes específicos do Estado, e submetem-se a uma lógica de capitalização de suas reservas.

Essa forma de proteção envolve questões de equidade, justiça social e redistribuição de renda entre a população beneficiária. Por outro lado, perpetua a iniquidade do sistema produtivo ao excluir da proteção exatamente os grupos mais necessitados que são os que estão à margem do mercado formal de trabalho, como por exemplo, mulheres, crianças e idosos.

Finalmente, o Estado de Bem-Estar Social rompe com as concepções de proteção social com base na evidência da necessidade ou no contrato firmado e propõe uma relação de cidadania plena, na qual o Estado está obrigado a fornecer a garantia de um mínimo vital a todos os cidadãos em relação à saúde, educação, pensão, seguro desemprego, etc. O Estado de Bem-Estar Social baseia-se em uma relação de direito social inerente à condição de cidadania e, do ponto de vista institucional, implica uma organização nacional da política social, na qual o Estado assume o ônus da administração e financiamento do sistema (BEHRING; BOSCHETTI, 2009).

Conhecidas as três modalidades de proteção social, restaria esclarecer que o fato de terem tido origem em momentos históricos sucessivos não quer dizer que este processo se assemelhe a um contínuo em uma espiral ascensional de evolução da política social rumo à cidadania plena, cada nova forma destruindo as que lhe precedem. Ao contrário, o que se quer demonstrar é a sobrevivência e concomitância das três formas descritas de política social, embora a convivência nem sempre se dê sem conflitos e contradições.

A assistência aos pobres do século XIX permanece até hoje para o exército industrial de reserva, enquanto o Seguro Social cobre os trabalhadores engajados no mercado formal de trabalho e este anacronismo consolida a sociedade de classes. Outro ponto que parece ser crucial para a compreensão da relação entre as modalidades de política social é o predomínio

do seguro social como estrutura medular de toda a política de proteção, de tal forma que se possa afirmar que as outras modalidades a ele se acoplam contraditória e complementarmente, podendo ser verificado em Avelar (2001), Vieira (1992) e Faleiros (1995). Estes autores afirmam que em distintas evidências, em face de contextos sócio-econômicos diferentes, seja pela tendência histórica de manutenção de altos índices de emprego apresentada até recentemente pelos países desenvolvidos, que faz com que a estrutura do seguro coincida com a do Estado do bem-estar, seja ainda no caso inverso, relativo aos países de desenvolvimento dependente e retardatário, onde a única política social efetiva é a do seguro, estas colocam todos os que estão fora do mercado formal na condição de pré-cidadãos.

Como mencionado, as políticas sociais podem ser analisadas e compreendidas a partir da perspectiva sob a qual se entende a realidade, tomando como referência autores como Behring, Boschetti, Paulo Netto, Iamamoto, Faleiros, Vieira, dentre outros. Compreende-se que estas devem ser, neste trabalho, analisadas como parte do processo de reprodução da sociedade capitalista em sua totalidade, parafraseando Iamamoto (2008), como totalidade não acabada, mas em processo de realização, como categoria que compõe um processo complexo, denso de contradições que nasce e se desenvolve a partir das próprias contradições da produção social e da reprodução das relações sociais, isto é, da força de trabalho e dos meios de produção.

Assim, entende-se que o desenvolvimento das forças produtivas tem relação direta com a constituição e/ou gêneses das políticas sociais. Gramsci ao discutir o *Americanismo e Fordismo* aponta que esta etapa do capitalismo traz novas características ao modo de produzir e de trabalhar, bem como de todo sistema sociopolítico. Além de organizar toda a estrutura da fábrica, o modelo fordista produz uma nova forma de organização da vida social ao racionalizar e simplificar o processo de trabalho através da eliminação de tempos e movimentos. O Fordismo opera uma racionalização no processo de trabalho mediante uma transformação tecnológica e organizativa que, de acordo com Iamamoto (2008, p. 52, grifo nosso), “[...] define um uso específico da força de trabalho e da consciência social; e o americanismo se encarrega de difundir essa racionalização no interior da totalidade social.”

[...] a produção do capital subordina e assimila a si, progressivamente, todo o espaço e todo o sentido da vida individual e coletiva, tornando-a funcional à produção de si como lucro ampliado. Ou seja, o capital se faz totalidade e enquanto totalidade é, ao mesmo tempo, produção de mercadorias, produção de classe, isto é, de relações sociais desiguais, que determinam por se tornar opostas, e produção de forma de consciência moral, enquanto princípios de uma visão de mundo (Finelli, 2003 apud IAMAMOTO, 2008, p. 52).

De acordo com Iamamoto (2008), para Finelli, a subsunção da sociedade ao capital é substância do período pós-moderno que tem a tendência de tornar tudo invisível, ou seja, a existência e as relações sociais são percebidas em seu efeito. Noutras palavras, a lógica do capital dissimula e oculta, por meio da superfície e de sua exterioridade aparente e sedutora, o domínio do capital. Assim, os indivíduos são levados a crer que a realização de seus desejos está na realização – materialização da mercadoria. A emoção e os afetos dão lugar ao tédio, à repetição, à insignificância emotiva suplantada por meio da descartabilidade da mercadoria. A realização só se dá por meio do fetichismo intensificado.

O capital, em seu movimento de valorização, produz a *invisibilidade do trabalhador e a banalização do humano* (IAMAMOTO, 2008, p. 53, grifo nosso). Neste sentido, as desigualdades são exponencialmente elevadas e as relações sociais tornam-se impensáveis sem a intermediação do Estado capitalista por meio das políticas econômicas e sociais.

Para Iamamoto (2008, p. 53-54):

[...] ampliam-se ao mesmo tempo, as fissuras e contradições entre as classes e o espectro de suas lutas, são acrescidas de disparidades de disparidades de gênero, geração, etnia, religiões, meio ambiente, que, enraizadas nas particularidades nacionais, impõem novas determinações históricas à produção e reprodução das relações sociais.

De acordo com Iamamoto (2008, grifo nosso), neste contexto é necessário apreender as mediações que envolvem a produção e reprodução da Questão Social e suas múltiplas manifestações. A primeira delas é a ampliação da apreensão da categoria trabalho que tem sido na sociedade capitalista reduzido ao trabalho concreto, de qualidade determinada, técnico-material, voltado para a produção de valores de uso que correspondem às necessidades sociais determinadas. Essa redução da categoria trabalho remete à necessidade de “*re-visitar a teoria do valor-trabalho, que expressa as relações sociais entre produtores.*”

Outra mediação possível, apontada por Iamamoto (2008, grifo nosso), é a ampliação da classe trabalhadora que fora reduzida à segmentação produção-reprodução e restrita ao espaço fabril. “*Verifica-se uma “especialização” da produção e reprodução*”. Malgrado, a reprodução estaria afeita ao consumo e, portanto, alocado fora do movimento da produção, decorrendo disto a idéia de que os “novos movimentos sociais” estariam alheios às determinações de classe.

Por fim, Iamamoto (2008) aponta que a redução do trabalho em Marx ao trabalho material, implica na transformação imediata da natureza, segmenta as relações sociais que o constituem e, na análise dualista, abstrai as relações sociais. Neste sentido, afirma a autora:

[...], o regime capitalista de produção é um processo de produção das condições materiais da vida humana que satisfaz “necessidades sociais do estômago ou da fantasia” e se desenvolve sob relações sociais de produção específica. Em sua dinâmica produz e reproduz seus expoentes: suas condições materiais de existência, as relações sociais contraditórias e as formas sociais através das quais se expressam. (IAMAMOTO, 2008, p. 55).

Assim, é indissociável a relação entre produção de bens materiais e as formas sob qual essa produção pode ser continuamente produzida. Nas palavras de Iamamoto (2008, p. 55, grifo nosso): “[...] a existência material das condições de trabalho e a forma social pela qual se realizam é fundamental.” Não há como separá-las ou dualizá-las.

3.3 A Relação entre Questão Agrária e Trabalho na Sociedade Brasileira

De acordo com Guimarães (1968 apud STEDILE, 2005), a estrutura fundiária brasileira tem suas raízes na própria história de invasão e colonialismo português. Esta estrutura é permeada por uma organização social arcaica que remete ao modo de organização feudal. Para o autor, estas características por muito tempo fizeram com que muitos historiadores incorressem no erro de caracterizar o sistema de produção aqui implantado como capitalista.

Para Iamamoto (2008, p. 128, grifo nosso), “[...] o processo de desenvolvimento do país tem sido uma de suas peculiaridades históricas.” Embora o sistema implantado no Brasil tivesse características mercantis, posto a proposta de exportação para a manutenção da metrópole, estas características em si não poderiam ser denominadas de capitalistas e/ou feudais⁴⁵, de modo que Guimarães (1968 apud STEDILE, 2008, v. 1) prefere adotar a denominação *nobiliarquia*. Para o autor, ao invés da metrópole transportar para o território conquistado elementos capazes de fundar uma sociedade mais avançada que a metrópole, esta ao contrário exportava para colônia processos econômicos e instituições políticas que pudessem assegurar a perpetuação do seu domínio.

⁴⁵ José Souza Martins (1986) em seu livro *Os camponeses e a Política do Brasil*, faz uma profunda discussão sobre o modo de produção implantado no Brasil e ajuda a esclarecer sobre as formas de produção capitalista. Neste sentido, corrobora com esta perspectiva, pois avança até a atualidade. Logo abaixo serão apontados alguns dos pontos discutidos na obra do referido autor, que irá ajudar na compreensão do modo de produção implementada no Brasil.

Neste sentido, sempre que a empresa colonial precisava utilizar processos econômicos mais adiantados, ela recorria como contrapartida obrigatória às instituições políticas e jurídicas muito mais atrasadas e opressivas. Deste modo, quando os instrumentos de coação econômica se mostravam incapazes de atender aos objetivos pré-estabelecidos, o sistema de coação extra-econômico era acionado com o máximo rigor e levado às últimas consequências (Guimarães, 1968 apud STEDILE, 2005, p. 36).

Nesta perspectiva, Iamamoto (2008, p. 128) diz que as marcas históricas persistentes, ao serem atualizadas, repõem modificações ante às inéditas condições históricas presentes ao mesmo tempo em que o próprio processo contemporâneo apresenta sua própria dinâmica.

O modelo de ocupação e produção implementado aqui, ao contrário de propor o desenvolvimento no mesmo ritmo que a metrópole e o resto do mundo, significou antes o retrocesso. Para Guimarães (1968 apud STEDILE, 2005, p. 36, grifo nosso), “[...] *os fidalgos sem fortuna, queriam reviver no Brasil os tempos áureos do feudalismo clássico.*” Desta forma, a terra se configurava como um cabedal de nobreza em que, por meio dela, buscavam-se instituir uma transposição (para o novo mundo) dos componentes da estrutura produtiva da economia medieval para o novo mundo. Todavia, esta transposição não se deu como imaginado pela fidalguia portuguesa.

De acordo com Guimarães, além de a nobreza portuguesa encontrar-se em pleno declínio e sem condições de prover o capital-dinheiro para a ocupação e produção na terra invadida, os portugueses também encontravam resistência dos nativos que aqui habitavam. Os nativos se rebelavam e reagiam com violência às violentas tentativas de exploração⁴⁶.

Embora Portugal não guardasse o mesmo grau de pureza dos primeiros tempos, uma vez que já havia passado do estágio de economia natural para economia mercantil, nenhuma mudança na estrutura econômica justificava sua semelhança à outro regime mais avançado. Suas formas políticas, costumes e idéias religiosas provinham do medievalismo. Ainda que houvesse uma formação burguesa que se desenvolvesse e se fortalecesse a partir do comércio marítimo, esta, contudo, ainda não se submetia ao poder do Estado. De acordo com Guimarães (1968) e Martins (1986), a “incipiente” formação da classe burguesa portuguesa, levou vários historiadores a se equivocarem sobre o modelo societal aqui implementado.

Citando Simonsen, Guimarães (1968 apud STEDILE, 2005, p. 42, grifo do autor) demonstra o equívoco da afirmação de que desde o princípio o sistema implementado no Brasil tenha sido o capitalista. Não bastaria a presença da incipiente formação da burguesia

⁴⁶ A luta e a resistência do povo que compôs o campesinato brasileiro serão discutidas mais adiante.

portuguesa (que ao se lançar ao mar estabelecia relações mercantis) para justificar tais categorias econômicas, pois por maior que fosse a amplitude “disto”, era impossível caracterizar como capitalista o sistema econômico português, pois, para Guimarães, não se deve tomar apenas como referência a circulação da “mercadoria”. Todavia, “[...] *um sistema econômico tem por base primordial o sistema de produção, isto é, o modo pelo qual, numa determinada formação social, os homens obtêm os meios de existência.*” Para Marx (1996, t. 1, v. 1, p. 272, grifo nosso), o processo de produção capitalista é uma forma historicamente determinada do processo social em geral.

Este último é tanto um processo de produção das condições materiais da existência humana, quanto de um processo em que, ocorrendo relação histórico-econômicas de produção específica, produz e reproduz essas mesmas relações de produção e, com isso, os portadores desse processo, suas condições materiais de existência e suas relações recíprocas, isto é, sua forma econômica determinada. (MARX, 1996, t. 1, v. 1, p. 272).

Assim, o modo pelo qual os homens produzem os bens materiais de que necessitam para viver é que determina os demais processos econômicos e sociais, inclusive os processos de distribuição e circulação desses bens. Para Iamamoto (2008, p. 56), em referência à Marx, não há como dissociar a dupla dimensão da produção, “[...] - *a existência material das condições de trabalho e a forma social pela qual se realiza.*”

Marx chamou *Modo de Produção* a organização social da atividade econômica⁴⁷. Segundo Gorender (1982), modo de produção envolve produção, circulação, distribuição e troca. Não obstante, produção, distribuição, circulação e consumo são momentos ou fases de um processo único.

Como se pode ver, não há um consenso sobre a formação econômica e social do Brasil. De acordo com Vecchia (2011, p. 7):

As diferenças e divergências em relação a compreender o modo de produção no Brasil surgem quando autores como Ciro Flamarion Cardoso, Juan Martínez Alier e Verena M. Alier utilizam o conceito de modo de produção escravista, enquanto Fernando Novaes sugere a noção de "Modo de Produção Colonial". Celso Furtado emprega os conceitos de "feudal" e "semi-feudal", Sérgio Bangú emprega as noções de "formas feudais", enquanto Gunder Frank emprega o conceito de "capitalismo".

Em referência à Ianni, Vecchia (2011) afirma que, para o autor, a discussão crítica dessas hipóteses e interpretações, relativamente aos encadeamentos entre formação social e

⁴⁷ Marx (1985).

modo de produção, implica na compreensão das categorias capitalismo, feudalismo, mercantilismo, escravismo, modo de produção, formação social, relações de produção, forças produtivas, etc.

Destarte, o modo de produção, tanto de Portugal (metrópole), quanto o implementado no Brasil, se caracterizava pela base da produção de bens agrícolas. Portanto, a base interna desta produção era o monopólio da terra⁴⁸, “[...] e como a terra era indiscutivelmente o mais importante dos meios de produção, a classe que possuía sobre ela o domínio absoluto, estava habilitada a sobrepor às demais classes seu poderio por todos os meios de coação econômica e, notadamente de coação extra-econômica” (Guimarães 1968 apud STEDILE, 2005, p. 43, grifo nosso).

Com relação à formação econômica e social do Brasil, mesmo a posse da terra não se caracterizando como um modo de produção em si, representava uma fonte de poder e concentração da propriedade privada (monopólio da terra), num período que se pode caracterizar de transição do modo de produção feudal para capitalista, ou como alguns autores preferem denominar de pré-capitalista. É este monopólio da terra, transplantado por Portugal para colônia, que se coloca como um dos empecilhos para que esta se caracterizasse como capitalista, além de outros fatores, como a monocultura e emprego da mão-de-obra escrava⁴⁹.

Vecchia (2011, p. 11, grifo nosso) aponta que o processo de produção traz em si um processo metabólico entre o homem e a natureza e envolve, portanto, uma relação de interação social entre os agentes da produção, “[...] indivíduos que, de alguma forma, participam do processo de produção.” De acordo com Vecchia, decorrem desta relação dialética homem-natureza as relações sociais entre os agentes da produção, resultando nas relações sociais de produção. Desta forma, as forças produtivas e relações de produção são dialeticamente integradas numa nova totalidade: *a categoria do modo de produção*. Para o autor, nesta concepção o modo de produção se constitui da unidade dialética das forças produtivas e das relações de produção.

⁴⁸ Martins (1986, p. 159-160) aponta que há uma confusão nas análises feitas no Brasil a respeito da expansão capitalista no campo. Para o autor, a terra é erroneamente considerada capital. Para Martins, o capital é o trabalho acumulado pelo capitalista sob a forma dos meios de produção, não obstante, produzido pelo trabalho e não pelo próprio capital. A apropriação da terra não se dá num processo de trabalho, de exploração do trabalho pela capital. Portanto, nem a terra tem valor no sentido que não é materialização de trabalho humano, nem pode ter a sua apropriação legitimada por um processo igual ao da produção capitalista. “A terra é, pois, um instrumento de trabalho qualitativamente diferente dos outros meios de produção.” “O fato da terra, através do proprietário, se erguer diante do capital para cobrar um preço pela sua utilização, apesar de não ter sido produzida pelo trabalho humano e, muito menos pelo trabalho já apropriado pelo capital, nos mostra que estamos diante de duas coisas diferentes. Uma é o fato de que a terra não é capital. A outra é a contradição que antepõe a terra ao capital” (MARTINS, 1986, p. 161).

⁴⁹ Para uma análise mais profunda, Martins (1986).

Decorre que desta relação surgem novas formas de acumulação de novas forças produtivas, o que é determinante na implantação de novas relações de produção e, por consequência, no surgimento de novo modo de produção e de nova formação social. “*O processo não é mecânico, mas dialético e progressivo, com rupturas, avanços e superações*”. (VECCHIA, 2011, p. 12, grifo nosso).

Para Vecchia (2011, p. 12):

Os modos de produção se distinguem, sobretudo, pelas diferentes formas de apropriação do produto, baseadas na exploração dos produtores diretos. A forma de apropriação do produto excedente, que varia conforme são distribuídos os meios de produção, dimana da estrutura das relações de produção. Para se definir as relações sociais, o referencial é a posição dos agentes da produção face aos meios de produção, parte material das forças produtivas. As forças produtivas, a rigor, não podem ser concebidas a não ser em referência às relações de produção.

Verifica-se, assim, que a discussão e a análise da estrutura agrária brasileira na atualidade ainda trazem em si uma grande dualidade: quais agentes da produção face aos meios de produção e qual a forma material das forças produtivas. Em relação à questão agrária na atualidade, cabe destacar que desde a década de 1960 tem havido um grande esforço por parte dos teóricos da sociologia, antropologia, ciências econômicas e da história em apreender o movimento real sob o qual, desde o período colonial, foram e/ou são tecidas as relações de *produção* (grifo nosso) no campo. Independente da afirmação dos autores apontados de que a estrutura fundiária brasileira, desde a colonização, tenha se dado ou não pelo sistema de produção capitalista, cabe afirmar que esta fora permeada pela questão da exploração do homem pelo homem. Iamamoto (2008, grifo do autor), afirma que Martins (1994) ao discutir o *poder do atraso* na sociedade brasileira, considera que seu núcleo está sediado na propriedade territorial capitalista. Na interpretação da Iamamoto, Martins (1994; 14 apud IAMAMOTO, 2008, p. 129), afirma que:

A propriedade é responsável pela persistência de constrangimentos históricos que freiam o alcance das transformações históricas do presente, porque se realizam por meio de instituições, concepções e valores enraizados em relações que tiveram sentido pleno no passado e que são ressuscitadas na atualidade.

Embora se coadune com a perspectiva apontada por Martins e afirmada por Iamamoto (2008), cabe destacar que a persistência da propriedade (privada/monopólica) não resulta apenas da ressurreição das instituições, valores e concepções do passado, mas do próprio

modo de produção e permanência do latifúndio e da agricultura voltada o modo de produção capitalista.

Vecchia (2001, p. 14), se apropriando de Marx (1982, p. 11), aponta:

Na produção social de sua existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes da própria vontade, em relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das respectivas forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, ou seja, a base real sobre a qual levanta-se uma superestrutura jurídica e política, à qual correspondem determinadas formas de consciência social...

Para Vecchia (2011), Marx ao mostrar o caráter histórico das categorias sociais, demonstrou que a teoria do modo de produção capitalista não se estende aos modos de produção precedentes. Portanto, cada modo de produção tem suas categorias específicas. Desta forma, os períodos históricos passaram a ser compreendidos à luz do desenvolvimento e da sucessão de modos de produção e de formações sociais.

Diante disto, destaca-se que se não se pode transplantar o modo de produção colonial para explicar o modo de produção atual. Na apreensão da realidade agrária contemporânea, também não se pode caracterizar o trabalhador agrário (camponês) aos moldes do trabalhador europeu, pois o campesinato brasileiro não se configura nos moldes do campesinato estudado por Marx, pois de acordo com Martins (1986, p. 24), se há particularidades na constituição da classe detentora dos meios de produção (instrumentos de trabalho e/ou terra), há particularidades na constituição e configuração do campesinato no Brasil.

Para Ianni (apud STEDILE, 2005), a história do trabalhador agrícola do Brasil pode ser dividida em três períodos: no primeiro predomina o escravo, no segundo o lavrador e, no terceiro, o proletário. Como aqui já mencionado este processo não se deu de forma linear, pois as condições para que se desenvolvessem, por serem histórica e dialética, são imbuídas de contradições e antagonismos determinados por cada momento histórico, não sendo possível recortes cronológicos.

O processo de constituição da força da mão-de-obra livre pode ser citado de 1871 (Lei do Ventre Livre) até 1963 (Estatuto do Trabalhador Rural). Como já mencionado, as heranças coloniais “impuseram” vários tipos de organização do trabalho até se chegar ao trabalhador assalariado livre.

Estas organizações do trabalho pautavam-se por uma forte organização extra-econômica que objetivava o controle do trabalhador e de sua força de trabalho. Para Ianni,

estes controles podem ser assim caracterizados: pelourinho, tronco, emboscadas, prisões e assassinatos políticos; tudo isto “[...] permeado por um conjunto de manifestações e antagonismos, crises e lutas que assinalam as sucessivas metamorfoses do trabalho agrícola no Brasil” (apud STEDILE, 2005, p. 128, grifo nosso). Também discutido por Guimarães (1968), estas transformações não ocorreram rapidamente ou de forma hegemônica, foi preciso que as formas de produção se desenvolvessem para que de fato o campesinato brasileiro se configurasse como classe e ainda como proletariado.

De acordo com Martins (1986), por muito tempo, o não reconhecimento do trabalhador do campo/camponês enquanto categoria social e política contribuiu para que no pacto político sua localização social e sua participação nos processos de transformação social fossem impossibilitadas. Para o autor (MARTINS, 1986, p. 25, grifo nosso), “[...] o escamoteamento conceitual é produto necessário a forma eloqüente da definição de como o camponês tem tomado parte do processo historicamente, isto é, ausente na apropriação dos resultados objetivos do seu trabalho [...].”

Para Martins (1986, p. 26, grifo nosso), esta exclusão foi tão profunda e radical, que importantes acontecimentos históricos e políticos no Brasil têm sido apresentados/divulgados como totalmente realizados sem a participação dos camponeses. “A história brasileira, mesmo aquela cultivada por alguns setores da esquerda, é uma história urbana – uma história dos que mandam e, particularmente, uma história dos que participam do pacto político.” Todavia, num olhar mais cauteloso sobre a história do Brasil e dos movimentos sociais, é possível verificar que a luta e a resistência são uma marca da constituição do povo brasileiro (apud OLIVEIRA, 2001). Exemplo disto é a Guerra do Contestado, uma guerra camponesa que ocorreu no Sul do Brasil de 1912 à 1916, reunindo mais de 20 mil rebeldes. Cita-se também a Guerra de Canudos, Formoso, dentre outros. Estas, apesar de serem analisadas sob a ótica da concepção religiosa ou apreendidas como movimentos pré-políticos, de acordo com Martins (1986), na realidade concreta, estes movimentos demonstram o processo social que a tendência objetiva em ocultar, ou seja, as contradições de classe e as desigualdades entre as relações sociais que aqueles trabalhadores viviam na época.

Martins (1986, p. 31, grifo nosso) aponta que se fossem apenas movimentos de cunho religioso, estes teriam deixado de existir. Entretanto, o que se verifica é o contínuo e repetitivo surgimento de diversos movimentos no século XX no Brasil. Assim, “[...] o desconhecimento da vida e da realidade do camponês e, sobretudo da história dos camponeses, leva a uma superestimação do misticismo e ao desconhecimento das formas peculiares do seu materialismo.”

Diante disto, é possível afirmar que a tentativa de rebaixar os movimentos sociais, ora a movimentos religiosos, ora a movimentos pré-políticos, seja uma tentativa de escamotear a perspectiva de classe dos mesmos. De acordo com Martins (1986), é preciso buscar as causas que fazem com que estes movimentos assim se organizem, pois muitas vezes sua explicação está nas próprias condições de vida da época.

Destarte, é na própria história da configuração do campesinato brasileiro que se pode verificar toda sua perspectiva política e de classe. Para o autor (MARTINS, 1986), o campesinato tradicional brasileiro tem suas origens sociais no próprio processo de distribuição, ocupação e produção (trabalho) sobre a terra. Neste sentido, traz em sua própria formação peculiaridades e particularidades que tanto distingue o trabalhador rural (campesinato) quanto à própria questão da terra, de modo que ambos não podem ser analisados a partir das similaridades com outros países, principalmente os europeus.

O autor aponta que desde a colonização do Brasil e das formas de produção, se verifica a implementação de uma política agrária que tem por base a política de exclusão, o que se refletia na negação dos camponeses enquanto categoria e/ou classe social. A própria exclusão política dos camponeses era exemplo da situação vivida por eles. O impedimento da participação política pode ser verificado a partir dos próprios critérios de participação.

Para o Martins (1986, grifo nosso), foi com o fim do império que as primeiras grandes lutas camponesas no Brasil tiveram início. Martins destaca a movimentação de Canudos na Bahia em (1893- 1897). Embora este movimento reivindicasse a volta da monarquia, não reivindicava o retorno dos Bragança, pois viam na república o aumento das desigualdades, já que eram diretamente atingidos por duas manifestações sociais que os marginalizam ainda mais: 1) abolição dos escravos que resultava na “[...] *transferência de terras devolutas ao patrimônio da União, para o patrimônio dos Estados.*” Esta medida fora tomada a fim de impossibilitar e/ou dificultar o acesso a terra pelos ex-escravos. De acordo com Martins (1986, p. 41, grifo nosso), “[...] *devido a pressões do governo inglês, as classes dominantes tomaram providências de ordem legal para a substituição do trabalho escravo sem prejuízos da economia da grande lavoura.*”

A Lei de Terras promulgada em 1850 (mesmo ano da Lei que decretava o fim do tráfico de escravos) instituía um novo regime, cuja finalidade era substituir o regime de sesmarias, proibindo a abertura de novas posses e a aquisição de terras devolutas. A própria constituição do morgadio (neste trabalho já mencionado), posteriormente culminou na figura do agregado, de modo que se colocava como mais uma barreira frente à legalização da terra ocupada pelo camponês (posseiro e sitiante).

Outro aspecto da marginalização do camponês: 2) O estabelecimento da mão de obra livre (força de trabalho) que permitiu a substituição do escravo sem destruir a economia da grande fazenda, uma vez que abriu correntes migratórias inviabilizando o emprego dos ex-escravos. Malgrado, para impossibilitar a ocupação das áreas livres pelos migrantes, a Lei de Terras transformou em terras devolutas as não ocupadas e as tornou monopólio do Estado, de modo que para ter acesso à posse da terra, o migrante teria que comprá-la.

Martins (1986, p. 42) aponta:

O esquema era claro: mediante o trabalho árduo, os trabalhadores livres poderiam acumular e, em consequência, transformar-se em pequenos proprietários de terras. O acesso a terra se daria mediante a oferta compulsória de trabalho do grande fazendeiro.

Assim, este sistema colocava novos termos ao campesinato. De um lado colocava ao camponês a condição de homem livre, portanto não mais parte da fazenda, podendo ir onde quisesse e vender sua força de trabalho e, do outro, a condição de homem livre que se opunha à relação de “**afetividade**” (grifo nosso) e/ou lealdade uma vez que livre, estabelecia uma relação num “*outro espaço*” com o fazendeiro⁵⁰.

Neste contexto, a figura do agregado/posseiro dá lugar ao campesinato de pequenos proprietários: “[...] *um campesinato moderno, cada vez mais dependente do mercado, um campesinato de homens “livres” (grifo nosso), cuja existência é mediatizada por uma terra já convertida em mercadoria.*” (MARTINS, 1986, p. 43, grifo nosso).

Todas estas modificações, segundo Martins (1986, p. 43, grifo nosso), contribuíram para que as terras fossem parar nas mãos das oligarquias regionais, pois naquela época a cada Estado fora consentido o direito de desenvolver sua própria política de concessão de terras, “[...] *aí as transferências maciças de propriedade fundiárias para grandes fazendeiros e grandes empresas de colonização.*” Estas favoreceram a especulação imobiliária e contribuíram para a dicotomização regional (sudeste x nordeste).

Martins (1986) aponta que as diferenças entre o sudeste e o nordeste se deram principalmente porque o modo como a força de trabalho livre fora introduzida fora diferente.

⁵⁰ De acordo com Martins (1986, p. 42), com essas mudanças a questão do campesinato é colocada em novos termos, porque liberta o camponês do grande proprietário ao mesmo tempo em que o subjugava a ele. Antes, a “posse” e “sesmarias” correspondiam à lógicas distintas e combinadas, podendo a concessão de sesmarias ocorrer em terras já tomadas por posseiros, problemas que se resolviam pela superioridade que supunham do posseiro em relação ao sesmeiro. Portanto, não é mais uma relação (lealdade = agregado = favor).

No sudeste, de acordo com o autor, os trabalhos que eram executados pelos escravos passaram a ser realizados pelos colonos⁵¹.

No nordeste, destaca Martins (1986), a economia canavieira que havia entrado em crise antes mesmo da abolição dos escravos, fez com que houvesse o emprego dos antigos moradores da região que se dedicavam a trabalhos marginais. Estes trabalhadores recebiam uma quantia muito inferior a que recebiam os colonos na região sudeste e, assim como alguns colonos (do sudeste), tinham que trabalhar algumas vezes gratuitamente para o fazendeiro. Neste contexto, o autor destaca que enquanto no nordeste a força de trabalho mestiça era fundamental para a manutenção da cultura da cana, no sudeste estes trabalhadores permaneciam marginais.

De acordo com Martins (1986, p. 44-45):

Alteradas as bases da ordem social – o trabalho escravo extinto, a propriedade da terra modificada: a propriedade fundiária constituída agora no principal instrumento de subjugação do trabalho, o oposto exatamente do período escravista, em que a forma da propriedade o regime de sesmaria, era o produto da escravidão e do tráfico negreiro. O monopólio de classe sobre o trabalhador escravo se transfigura no monopólio de classe sobre terra. O senhor de escravos se transforma em senhor de terras.

Diante do exposto, evidencia-se que embora a República caracterizasse a ampliação da cidadania, uma vez que eliminava o preceito da renda mínima e acabava com a interdição do liberto, esta continuava a ter uma política excludente em relação às camadas mais pobres da população (analfabetos e mendigos). Assim, Martins (1986) chama atenção para a manutenção e concentração das grandes propriedades pelos fazendeiros (classe dominante). O autor destaca ainda que estes (fazendeiros), para a manutenção da ordem e da própria vontade, criaram a guarda nacional, composta por coronéis, majores e capitães e baseada na forma militar e política, caracterizando um sistema que ficou conhecido como coronelismo. Este tinha como base um forte controle dos chefes políticos sobre os votos do eleitorado.

Martins (1986, p. 46) destaca:

No final do século XIX e início do século XX, na presidência de Campos Sales, que se inaugura a “política dos governadores” (grifo do autor), mediante a qual a sustentação da presidência da república e, reciprocamente, dos governadores se dava com base num sistema de troca de favores políticos.

⁵¹ Sendo o colono um trabalhador livre que recebia em dinheiro pelos trabalhos que desenvolvia nas fazendas, tinha o direito de plantar gêneros alimentícios para sua subsistência em troca de alguns dias de trabalho gratuito para o fazendeiro. (MARTINS, 1986, p. 44).

Assim, mesmo com peculiaridades é possível verificar que o sistema político e econômico brasileiro segue ciclicamente a um modelo de organização que tem privilegiado o privado em detrimento do público, ou seja, tem sido por meio da apropriação da coisa pública que a classe dominante (neste caso os fazendeiros) tem alcançado benefícios pessoais/particulares. Este sistema ainda hoje se faz presente e tem sido amplamente denunciado por teóricos da sociologia, antropologia e, mais recentemente, pelo Serviço Social⁵².

Martins (1986, p. 47, grifo nosso) aponta o clientelismo como uma das expressões do coronelismo. Os coronéis, num sistema de troca de voto, concediam “benefícios” àquele que nele votasse. De acordo com o autor, “[...] desde o começo, o voto foi tratado como mercadoria. Em troca do voto e da fidelidade do eleitor, o coronel podia oferecer desde determinado presente, como um par de sapatos, até o crédito aberto, até um pedaço de terra para o morador.” Desta relação, o coronel sentindo-se impune em relação à sua situação fiscal, cometia outros delitos. Martins (1986) destaca que o coronelismo consagrou um sistema eficaz de exclusão política de todos dissidentes que não pudessem movimentar uma clientela para negociar posições políticas.

O uso da violência era freqüente e sempre utilizada a fim de conter a movimentação e organização dos camponeses. Os trabalhadores que não se “dobrassem” às vontades dos coronéis estavam expostos a guarda nacional e/ou aos jagunços das fazendas. “*O coronelismo enredava, numa trama complicada, questões de terras, questões de honra, questões de família e questões políticas.*” (MARTINS, 1986, p. 48, grifo nosso).

De acordo com Martins, com o coronelismo as questões que tinham origem no colonialismo ampliaram-se em questões políticas. Desta forma, cabe aqui ressaltar que não havia efetivamente um sistema que legitimasse a liberdade do trabalhador. Esta era apenas a liberdade de troca e também algumas vezes apenas de locomoção, o que Martins aponta como uma das origens do nomadismo, presente no campesinato até os dias atuais.

⁵² Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, aponta que há presenças do homem cordial na constituição da cultura do povo brasileiro. Este deve ser apreendido para além da característica do Homem como uma pessoa gentil, mas como aquele que não vê distinção entre o público e o privado, colocando de lado a ética e a sociabilidade. Damatta, em sua obra *O que faz do Brasil, Brasil?*, discute como as instituições brasileiras foram desenhadas para coagir e desarticular o indivíduo. A natureza do Estado é naturalmente coercitiva, de modo que o autor aponta a incapacidade das leis que caracterizam uma realidade opressora. Neste sentido, cabendo ao brasileiro, para sobreviver, utilizar recursos que vençam a dureza da formalidade. Assim, este diante de uma autoridade, utiliza termos emocionais. Tenta descobrir alguma coisa que possuam em comum – um conhecido, uma cidade da qual gostam, a “terrinha” natal onde passaram a infância. Apela para um discurso emocional, com a certeza de que a autoridade, sendo exercida por um brasileiro, poderá muito bem se sentir tocada por esse discurso.

É neste contexto que Martins (1986, p. 50-51) afirma terem surgido as primeiras lutas camponesas. O autor aponta:

Quando, no fim do século XIX as terras devolutas passaram para o domínio dos Estados e se abriu em muitas regiões do país a especulação imobiliária, a necessidade de regularizar limites entre fazendeiros, de defender a situação jurídica da propriedade fundiária, abriu-se também, um período de convulsão na própria classe dos fazendeiros e negociantes.

De acordo com Martins, esta convulsão se estendeu aos agregados, sitiantes e posseiros. A preocupação destes era de que suas propriedades fossem incorporadas às propriedades dos grandes fazendeiros, o que gerou um quadro de tensões. O programa de colonização que estipulava a venda de terras aos colonos estrangeiros fora associado a esta tensão, pois os camponeses se encontravam prestes a serem expulsos de suas terras.

Destarte, camponeses, vaqueiros, posseiros e jagunços expulsos de suas propriedades aderiram aos movimentos da época como o Contestado e Canudos. Acredita-se que mais tarde, com a formação da liga camponesa, esta aproximação dos trabalhadores rurais com as organizações religiosas facilitará sua aglutinação em torno da perspectiva de classe imbuída nas Ligas⁵³.

Entretanto, verifica-se que a formação das Ligas Camponesas no Brasil está intrinsecamente relacionada ao desenvolvimento urbano e industrial do país e da formação do proletariado.

De acordo com Ianni:

O proletariado, como categoria política fundamental na sociedade agrária brasileira, surgiu na época em que se verificava a hegemonia da cidade sobre o campo, quando o setor industrial suplantou o setor agrícola (econômica e politicamente) no controle das estruturas de poder do país.

Contribuíram no contexto histórico estrutural para o surgimento do proletariado rural no Brasil, de acordo com Ianni e em primeiro lugar, a depressão econômica de 1929-1933 que assinalou o fim do Estado oligárquico no Brasil. A emergência das classes urbanas

⁵³ Para Martins (1986), tanto o Messianismo dos quais vários movimentos fizeram parte, quanto o Cangaço, indicam um situação de desordem dos vínculos tradicionais de dependência no sertão (agregados – jagunços; coronelismo – clientelismo). Indicam, portanto, uma contradição inerente à própria forma de organização da sociedade capitalista agrária, cuja base se sustenta na exploração do Homem pelo Homem, ou seja, ao libertar (escravo) da força de trabalho, o capital o aprisiona com o desemprego e marginalização e, este processo por sua vez, impulsiona a organização social destes trabalhadores livres em torno de melhores condições de trabalho e de vida, expressando-se nos conflitos sociais. Destes conflitos decorre a resposta do sistema às reivindicações destas categorias e/ou classe social, que se fortalecem e passam a se confrontarem explicitando os antagonismos sociais e as desigualdades oriundas da sociedade de classe.

constituídas por empresários industriais, classe média, militares e operários, substituíram a burguesia agrária e comercial. A revolta de 1930 se configurou como uma “vitória da cidade sobre o campo” de modo a favorecer a hegemonia do setor industrial sobre o agrário. Em segundo lugar, Ianni aponta as transformações políticas e sociais impulsionadas pela segunda guerra mundial (1939-1945) que criaram condições para transição do setor agrícola para o setor industrial. Assim, de 1950 à 1960, as decisões políticas e econômicas passaram a ser tomadas em função dos interesses da burguesia industrial.

Cabe destacar, que neste período a burguesia industrial estava associada à burguesia agrária, de modo que as forças produtivas (capital/tecnologia/força de trabalho e divisão do trabalho) se complementavam e eram independentes. Em terceiro lugar, segundo Ianni, houve a transnacionalização das empresas agrícolas e a monopolização do capital, estas atreladas aos interesses industriais.

De acordo com Oliveira (2007, p. 105, grifo nosso), “[...] as primeiras ligas surgem em 1945 após a redemocratização do país (pós-ditadura Vargas), impulsionadas pelo Partido Comunista do Brasil (PCB)”, que tentavam articular os trabalhadores rurais assalariados. De acordo com Oliveira, o objetivo inicial das Ligas era criar organizações dentro das áreas de possibilidade dos trabalhadores do campo: assalariados, meeiros, parceiros, posseiros e pequenos produtores.

Para Martins (1986), o desenvolvimento industrial e urbano do Brasil fez eclodir diversos conflitos que, embora tivessem forte cunho urbano, tinham verdadeiramente por base a questão agrária. Para o autor, uma vez que o fundamento da dominação e da exploração tinha passado do escravo para a terra, esta era o pano de fundo das disputas sociais até 1950.

A destruição do coronelismo, a crise da cana que havia levado os senhores de engenho no nordeste arrendarem as terras à foreiros e agora os expulsava a fim de cultivarem a monocultura da cana (para fins de produção usineira), a crise do café no sudeste, os conflitos entre os trabalhadores rurais (expulsos da terra) em Minas Gerais na região de Teófilo Otoni, trabalhadores atraídos pela construção da Rodovia Rio - Bahia, acrescidas das “[...] condições de vida do antigo posseiro convertido em posseiro modificam e acrescentam as necessidades do camponês.” (MARTINS, 1986, p. 67, grifo nosso). São estas as características do contexto social que dá origem as Ligas Camponesas.

Oliveira (2007) destaca que as Ligas tinham como objetivo principal a organização dos trabalhadores rurais. Neste sentido, o intuito era fortalecer as organizações sociais das quais os trabalhadores já faziam parte.

Uma destas organizações era a participação em grupos religiosos, como irmandades São José, Santo Antônio, Filhas de Maria, dentre outros. De acordo com Oliveira (2007), esta estratégia fora utilizada porque o Partido Comunista Brasileiro (PCB) percebeu que os trabalhadores já constituíam partes destes grupos, o que facilitava a aglutinação dos mesmos.

Segundo Camargo (http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/7794_1.asp apud OLIVEIRA, 2007, p. 105, grifo nosso),

[...] por volta de 1945 era esse o trabalho do Partido Comunista de organização dos trabalhadores rurais: nas Ligas Camponesas e nas Irmandades. As Irmandades proliferaram principalmente em uma parte do Estado de Goiás, ao passo que as Ligas se desenvolveram particularmente no Nordeste.

Oliveira (2007) destaca que tão rápido era o surgimento das Ligas, igualmente rápida era sua extinção, pois estão associados tanto ao surgimento, quanto a extinção das Ligas: 1) o confronto direto entre trabalhadores (as Ligas) e os patrões (fazendeiros) e 2) A não legalidade. De acordo com Oliveira (2007, p. 109):

As Ligas surgiram no contexto mais amplo não só da expulsão de foreiros e da redução ou extinção dos roçados dos moradores de usina, mas também no contexto de uma crise política regional. Essa crise se particularizou numa tomada de consciência do subdesenvolvimento do Nordeste e particularmente numa ação definida da burguesia regional no sentido de obter do governo federal não mais uma política paternalista de socorros emergenciais nos períodos de seca grave, mas sim uma efetiva política de desenvolvimento econômico. Isso queria dizer, uma política de industrialização do Nordeste. O problema da miséria dos camponeses e do seu êxodo para o sul era explicado como resultado do latifúndio subutilizado, que impede a ocupação da terra por quem dela precisa. Uma política regional de desenvolvimento baseado na industrialização deveria sustar e inverter o círculo vicioso da pobreza de uma agricultura monocultora e latifundiária.

Neste sentido, como aponta Martins (apud OLIVEIRA, 2007), nasce a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), provocando alianças até então não imagináveis como Partido Comunista e a União Democrática (UDN), objetivando a ascensão política. O autor destaca que para compreender o processo de formação e expansão das Ligas, se faz necessário compreender o modo de produção aqui implantado, bem como as tendências da esquerda política no Brasil.

De acordo com Oliveira (2007), a revolução socialista que ocorreu no pós- segunda guerra e que redimensionou a luta contra o capital e o avanço da luta camponesa promovida pelas Ligas, deixou as elites latifundiárias do país em uma posição de confronto.

De acordo com Bombardi (apud OLIVEIRA, 2007, p. 108):

O processo histórico de mundialização do capital – com o marco geopolítico da Guerra Fria – atuou profundamente na configuração do território nacional tal como é conhecido atualmente. Desta forma, houve uma grande mudança no quadro de relações entre as classes sociais, particularmente entre o campesinato versus os proprietários de terra e a burguesia, desencadeando uma série de movimentos sociais que indiretamente colocavam em questão o posicionamento do país frente à geopolítica da bipolaridade. O Brasil, como consequência de um alinhamento à expansão capitalista norte-americana, junto com outros países latino-americanos, adotou uma postura política de não deixar brechas para a expansão do comunismo no país.

Assim, Oliveira (2007), tomando por referência Bombardi, verifica que, com o pretexto de combater a anarquia, os Estados Unidos por meio da Doutrina Monroe, buscou interferir nos assuntos internos dos países latino-americanos.

Na década de 1950, todos os movimentos sociais eram interpretados como movimentos que carregam em si a possibilidade de fazer a revolução comunista e, por isto, passaram a ser interpelados pelos Estados Unidos. Para Oliveira, “o perigo vermelho” ameaçava a expansão econômica norte-americana. Tentando frear a revolução, os Estados Unidos impunham uma linha muito dura em relação aos aspectos militar, econômico e político aos países latino-americanos. Ainda é destacado por Oliveira a influência de Cuba:

Os conflitos sociais no campo e as ações para a contenção do comunismo (em função da expansão dos movimentos camponeses), paralelamente ao desejo de uma parcela da burguesia nacional de buscar uma saída para o subdesenvolvimento e conter o conflito de classe que despontava, guiaram uma série de ações por parte do Estado em direção à reforma agrária, [...] durante as décadas de 50/60. [...] Desta forma, a proposição da Lei de Revisão Agrária e sua posterior aprovação em São Paulo, em 1960, têm uma relação evidentemente intrínseca com o momento histórico da década de 50, marcado pelos conflitos no campo. (BOMBARDI, 2005:121 apud OLIVEIRA, 2007, p. 108).

De acordo com Oliveira, foi neste contexto, portanto, que o governo do Estado de São Paulo fez aprovar a Lei de Revisão Agrária. Esta Lei estabelecia normas de estímulo à exploração da propriedade rural e dava outras providências. O autor destaca que entre as

providências a serem tomadas estava a compra de terras para fins de reforma agrária. Entretanto, como destacado pelo autor, apenas 5 áreas foram escolhidas.

No governo João Goulart, iniciaram as ações para se fazer aprovar uma lei nacional para a reforma agrária. De acordo com Moreira (apud OLIVEIRA 2007), na época, entre os comunistas, esquerda nacionalista e nacionalistas liberais, existia um censo a respeito da necessidade de se fazer a reforma agrária no país. A autora destaca que para ambos a oligarquia rural era vista como um setor arcaico, improdutivo e pouco rentável e, neste sentido, era um setor inverso ao setor industrial e democrático. Moreira aponta que com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) destacou-se na luta política pela reforma agrária. Entretanto, estes conseguiram a aprovação da Lei n. 4.132, em 10 de setembro de 1962, também denominada na época de primeiro “Estatuto da Terra” (D’ALENCOURT NOGUEIRA, 2006:30 apud OLIVEIRA, 2007, p. 113, grifo nosso). *“Esta Lei definia os casos de desapropriação por interesse social, e, do ponto de vista legal, era um passo significativo para que pudesse ser aprovada a primeira lei sobre reforma agrária no Brasil.”*

De acordo com Nogueira (2006 apud OLIVEIRA, 2007), ainda que a lei significasse um considerável avanço em relação ao ponto de vista legal, para João Goulart era insuficiente às suas aspirações, pois a esquerda desejava maior transformação e não um paliativo para encobrir a grave situação do camponês brasileiro.

Oliveira (2007, p. 114) aponta que:

[...] diante a limitação legal, o governo João Goulart passou a utilizar-se do expediente das Leis Delegadas e começou a montar a estrutura executiva para viabilizar a reforma agrária naquela época. Assinou, em 26 de setembro de 1962, entre outras, as Leis Delegadas de nº 5, que organizava a Superintendência Nacional do Abastecimento - (SUNAB); a de nº 6, que autorizava a constituição da Companhia Brasileira de Alimentos; a de nº 7, que autorizava a constituição da Companhia Brasileira de Armazenamento; a de nº 10, que criava a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca. Estas ações legais sobre agricultura e abastecimento, de certa forma, foram de grande importância para a agropecuária brasileira. Entre elas deve-se destacar a de nº 4, que autorizou a União a intervir no domínio econômico, para assegurar, inclusive, a desapropriação de bens por interesse social.

Neste bojo, é instituída a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que passou a representar os trabalhadores rurais, onde muitas ligas se transformaram em sindicatos. Entretanto, em 1 de abril de 1964, João Goulart foi deposto e o Brasil entrou em um período de ditadura militar que se opôs à reforma agrária.

No contexto da ditadura, embora tenha sido criado o estatuto do trabalhador, as lideranças sindicais e das ligas foram fortemente perseguidas e caçadas.

Cabe destacar que o estatuto dos trabalhadores rurais, embora de certa forma protegesse os trabalhadores, protegia-favorecia mais a burguesia oligárquica. De acordo com Maria Aparecida de Moraes Silva (1999, p. 64, grifo nosso), “[...] *esta lei foi criada pelo Estado no momento em que a luta destes trabalhadores se agravou*” e, neste sentido, as medidas tomadas foram “[...] *nem mais nem menos, consequência da autonomia do Estado em relação à fração da burguesia agrária.*”

Para Maria Aparecida de Moraes Silva (1999), a lei objetivava assegurar a garantia e a manutenção do poder político da burguesia agrária e isto explica porque, mesmo depois do golpe militar, a lei ter sido aceita, uma vez que se manteve a propriedade privada da terra. De acordo com Silva, a ação do Estado em criar o ETR, implicou dois pontos:

- 1) No que tange as classes dominadas, elas foram impedidas de se organizar politicamente e foram submetidas ao aparelho do Estado; 2) no que tange as classes dominantes, o Estado lhes permitiu a organização-dominância e a sua autonomia neste momento histórico concreto, impondo o “sacrifício econômico” aos proprietários de terra sem, contudo, ameaçar o seu poder político. (SILVA, M. A. M., 1999, 65).

Além dos aspectos já mencionados, institui-se através do Estatuto do Trabalhador Rural a desregulamentação do trabalho no campo, quer dizer, a definição de “empregados rurais” em detrimento dos anteriores “trabalhadores rurais”. Por meio da Lei 5.889, definiu como empregados rurais aqueles que trabalhavam diretamente para um empregador rural em bases não eventuais e em 1978, trabalhador eventual ou temporário aquele que não ultrapassava 90 dias. Estes não teriam direito a nenhum dos benefícios da nova Lei.

Não obstante, não tardou aos donos dos meios de produção e da terra lançar mão sobre os direitos dos empregados rurais e também deixá-los descobertos dos direitos anteriormente assegurados em Lei.

De acordo com Maria Aparecida de Moraes Silva (1999), a Lei 5.889 de 1973 também tratou de derruir o colonato, que tinha por base o trabalho familiar e a roça de subsistência, com a proibição dos descontos nos salários por conta dos gêneros alimentícios. Uma vez que a produção era assegurada pelo trabalho das mulheres e das crianças e aparecia imbuído no trabalho do colono por meio do contrato familiar, tiveram que individualizar o trabalho das mulheres e crianças e, neste sentido, a produção de subsistência não podia ser descontada no salário. Assim, o colonato não tinha mais razão de ser.

Para Maria Aparecida de Moraes Silva (1999), além da regulamentação da expulsão do trabalhador do campo, a lei não apenas retirou dos trabalhadores rurais os meios de subsistência, como também os direitos trabalhistas. Surge o “boia fria”, trabalhador volante, eventual, banido da legislação.

De acordo com Maria Aparecida de Moraes Silva (1999), esta situação se configura como uma dupla negação (do trabalhador rural), pois este é negado enquanto categoria e enquanto possuidor de direitos. Nas palavras da autora:

[...] negam-lhe até o direito de ser trabalhador, imprimem-lhe a denominação de “boia fria”, sentida com vergonha, humilhação [...] Arrancam-lhe não só a roça, os animais, os instrumentos de trabalho, desenraizam-no. Retira-lhe, sobretudo, a identidade cultural, negando-lhe a condição de trabalhador.

Em relação à reforma agrária, Maria Aparecida de Moraes Silva (1999, grifo do autor) destaca que esta não ocorreu. Após este período, em referência à Delgado (1985), a autora afirma que a estrutura fundiária não foi tocada e o processo de concentração de terras recrudesciu. Os proprietários de terras garantiram a dominação política em troca da aceitação da modernização agrícola. Em relação aos trabalhadores, “[...] *coube-lhes, além de serem ‘boias-frias’, ‘queimarem chão’ em busca de trabalho ou ilusão de outras terras.*”

3.3.1 A Configuração da Questão Agrária Brasileira

A terra, enquanto fonte (primária) da propriedade privada, tem sido no Brasil utilizada pela classe detentora dos meios de produção desde a colonização na manutenção e fortalecimento da sociedade de classes. Se suas particularidades desenvolveram-se com características “*pré-capitalistas*”, na atualidade desenvolvem-se plenamente com as particularidades e peculiaridades dos moldes de produção capitalista. É preciso, portanto, tal como afirmado por Martins (1986, p. 152, grifo nosso), compreender que “[...] *o capitalismo em expansão está presente tanto no campo, quanto na cidade, pois essa é sua lei: a lei da reprodução crescente, ampliada de tomar conta progressivamente de todos os setores da produção, no campo e na cidade, na agricultura e na indústria.*”

Esta perspectiva coloca duas possibilidades combinadas para compreender a expansão do capitalismo e a expropriação da força de trabalho: de um lado, o capitalismo estabelece uma massa crescente de camponeses cuja existência baseia-se estritamente na venda de sua força de trabalho, o que segundo Martins, acaba por expulsar os camponeses da terra,

impingindo-lhes, por outro lado, a condição de proletário-trabalhador, livre, assalariado, à condição de massa, aptos a venderem sua força de trabalho.

Como já não são proprietários dos instrumentos de trabalho nem dos objetos ou da matéria-prima empregados no trabalho, não têm alternativa se não à de venderem a sua força de trabalho ao capitalista/patrão. Tornam-se livres somente no sentido de que não estão subjugados a nenhum proprietário de terra ou senhor de escravos.

Esta relação legal- jurídica em que se baseiam as relações sociais de produção e reprodução na sociedade capitalista, “impossibilita” ao trabalhador, no imediato de sua vida cotidiana, “tomar” consciência de que esta relação, que parece ser entre iguais, na realidade se consiste no fato de que o (trabalhador) vende sua força de trabalho e o capitalista/ (donos dos meios de produção) a compra num estabelecimento do contrato formal. Martins (1986) adverte que esta relação não é uma relação igualmente justa, embora seja uma relação diferente da relação que era estabelecida entre o senhor e o escravo, pois este (trabalhador livre) é proprietário de sua vontade, por isto vende a sua força de trabalho a quem quiser e o escravo não, uma vez que estava à mercê da vontade de seu senhor.

A possibilidade da oferta da força de trabalho na sociedade capitalista é historicamente determinada por quem detém os meios de produção, neste sentido, são os donos dos meios de produção que acabam por também determinar a oferta da força de trabalho.

De acordo com Martins (1986, p. 153):

Assim, o trabalhador é apropriado pelo capital; é como se fosse uma força do capital e não do trabalhador. O capitalista compra a força de trabalho porque ela lhe tem utilidade: a força de trabalho é a única dentre todas as mercadorias que pode criar mais valor do que ela contém.

É a partir da compra da força de trabalho que o capitalista cria mais valor. A força de trabalho em si, para o trabalhador, não tem nenhuma utilidade se este não puder trocá-la por algo que lhe permita sobreviver.

Na sociedade capitalista, esta troca é permeada pelo dinheiro/salário. Este é concebido como equivalente àquilo que o trabalhador recebe para a manutenção e reposição da força de trabalho. A troca por salário que o trabalhador faz com patrão é uma troca aparentemente igual porque encobre a exploração que é reflexo da situação de classe de ambos (trabalhador e donos dos meios de produção). Os donos dos meios de produção aumentam sua riqueza por meio da exploração da força de trabalho daqueles que tem por necessidade vendê-la para garantir o mínimo necessários para sua sobrevivência e/ou manutenção sua e de sua família.

A mitificação desta relação faz com que o trabalhador não veja a riqueza produzida como produto de seu trabalho, pois esta lhe aparece como riqueza do capital. Daí decorre que o trabalhador, não tendo a dimensão da potência do seu trabalho, aliena-se. Esta alienação, de acordo com Martins (1986), faz com que o próprio trabalhador negue efetivamente sua condição de homem livre.

Ao referenciar Marx, Martins (1986, p. 157, grifo nosso) afirma que esta relação de alienação da força de trabalho e o estranhamento do produto do trabalho, se expressam também nas relações sociais. Nestas, o Homem não aparece como pessoa, senão no limitado sentido que é ele mesmo produto humano de troca.

Não é a sua pessoa que importa ao capitalismo, mas a mercadoria que a sua pessoa pode vender ou comprar [...]. Não são as pessoas que se relacionam entre si; são as coisas que o fazem, na troca. Por isto que a relação entre as pessoas aparecem no capitalismo como se fossem relações entre coisas.

Neste sentido, evidencia-se que as relações de produção determinam as relações sociais ou de reprodução social. Ao inverter as relações humanas, quer dizer, coisificá-las, o capital, além de “fetichizar as relações” e naturalizar a alienação do Homem em relação ao produto de seu trabalho, propicia um estranhamento que não é apenas do próprio produto de seu trabalho, mas de si e de seus companheiros, de modo a negar sua própria condição humana.

Ao negar sua condição de humano, o Homem nega suas potencialidades que se desenvolvem através do trabalho, nega sua capacidade teleológica e ontológica. Inconscientemente, o trabalhador nega a materialidade do capital como produto do seu trabalho, de modo que, ao invés de negar sua exploração e expropriação através da mais-valia, acaba por negar sua condição de transformar e de fazer história.

Porém, o trabalhador/proletário também traz as próprias condições de modificar sua história. De acordo com Marx (1987):

A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre, ou por uma transformação revolucionária, da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em luta.

Assim, no *Manifesto do Partido Comunista* (MARX, 1987, p. 12, grifo nosso), Marx afirma que toda História da sociedade que se conhece foram baseadas no antagonismo entre classes opressoras e classes oprimidas. Entretanto, o autor destaca que para oprimir uma classe era preciso poder garantir-lhe condições tais que lhe permitam pelo menos uma existência de escravo: *“O servo, em plena servidão, conseguia tornar-se membro da comuna, da mesma forma que o pequeno burguês, sob o jugo do absolutismo feudal, elevava-se à categoria de burguês.”* Porém, na sociedade capitalista burguesa, segundo Marx, o operário, longe de se elevar com o progresso da indústria, desce cada vez mais abaixo das condições de sua própria classe. *“O trabalhador cai no pauperismo, e este cresce ainda mais rapidamente que a população e a riqueza.”* Para Marx é esta condição de não-ascensão e de pauperismo extremo que torna a burguesia incapaz de continuar desempenhando o papel de classe dominante *“[...] e de impor à sociedade, como lei suprema, as condições de existência de sua classe.”*

De acordo com Iamamoto (2008, p. 89, grifo nosso), *“[...] as relações de propriedade articulam-se às relações de trabalho como meio de subordinar o trabalhador.”* Ao associar formas distintas de organização do trabalho e participação de seus frutos, o proprietário/capitalista articula sujeitos sociais distintos.

Neste sentido, como a condição essencial da existência e da supremacia da classe burguesa é a acumulação da riqueza nas mãos dos particulares, a formação e o crescimento do capital e a condição de existência do capital é o trabalho assalariado. De acordo com Marx (1987, grifo nosso), disto decorre exclusivamente na concorrência dos operários entre si. A burguesia, ao romper com o isolamento próprio de sua formação/contradição (na indústria e/ou no campo), produzirá os próprios meios de sua superação através do operariado. *“A burguesia produz, sobretudo, seus próprios coveiros. Sua queda e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis.”*

Diante do exposto, verifica-se que esta relação (donos dos meios de produção x força de trabalho e capital x trabalho), marca profundamente a questão agrária no Brasil. De acordo com Oliveira (2001), a história do campesinato brasileiro está escrita muitas vezes (ou quase sempre) nas lutas sangrentas desta classe social. Para o autor, o desenvolvimento do capitalismo se dá de forma desigual e contraditória e sua consequente expansão no campo se faz de forma heterogênea, complexa e, portanto, plural.

Para Oliveira (2001, grifo nosso), no processo de ocupação do território brasileiro é constante a marca da violência⁵⁴. De acordo com o autor, os povos indígenas foram os primeiros a conhecerem este processo. Simultaneamente à luta dos povos indígenas nasceram às lutas dos escravos negros contra os senhores fazendeiros rentistas. *“Dessas lutas e das fugas dos escravos nasceram os quilombos, verdadeiras terras da liberdade e do trabalho de todos no seio do território capitalista colonial.”* Para Oliveira, os posseiros são outra parcela dos camponeses sem terra, que vêm historicamente lutando contra a expropriação.

Para Oliveira, no século XX a agricultura brasileira passou por profundas transformações que revelaram suas contradições presentes no interior da estrutura agrária e, sua componente contemporânea (*“a luta pela reforma agrária”*), mais do que isto revelou a relação intrínseca entre a luta pela terra e a conquista da democracia e participação dos excluídos. *“Conquista da democracia que se consuma na conquista da terra, na conquista de sua identidade camponesa, enfim, na conquista da cidadania.”* (OLIVEIRA, 2001, p. 12, grifo nosso).

Neste processo, a criação de assentamentos é uma forma de recriação da luta e do campesinato, pois reflete tanto a constituição e reivindicação dos movimentos de luta pela terra, quanto a resposta do Estado a estas reivindicações. Assim, o autor aponta Girardi (2008, p. 274):

Os assentamentos significam uma nova etapa da luta: o processo pela conquista da terra. Ainda é necessário conquistar condições de vida e produção na terra; resistir na terra e lutar por um outro tipo de desenvolvimento que permita o estabelecimento estável da agricultura camponesa.

Para o Girardi (2008), a ocupação de terras no Brasil é a principal estratégia de luta realizada pelos movimentos sociais de luta pela terra. Tomando como referência os dados do DATALUTA de 2006, o autor afirma que havia no país 86 diferentes movimentos de luta pela terra. Estes buscavam ocupar terras devolutas e imóveis rurais onde as leis trabalhistas e ambientais não eram respeitadas, portanto se configuravam de modo irregular em relação ao que preconiza a constituição federal. Entretanto, Girardi (2008) destaca que, nesta mesma época, os movimentos sociais de luta pela terra passaram a intensificar as lutas contra o agronegócio.

De acordo com Fernandes (2004, v. 1), este modelo de produção no campo (agronegócio) não modifica ou altera as relações historicamente travadas entre trabalhadores e

⁵⁴ Para uma análise da história da formação do campesinato: Martins (1986); Oliveira (2007).

proprietários, ao contrário, embora o nome seja novo, as relações sociais e de trabalho são arcaicas. Para o autor, o modelo traz a marca do latifúndio que carrega em si a imagem da exploração, do trabalho escravo, da extrema concentração da terra, do coronelismo, do clientelismo, da subserviência e do atraso político e econômico.

Neste sentido, como destaca Girardi (2008), as propriedades ocupadas evidenciavam o descumprimento da constituição Federal, cujo art. 186 estabelece que a propriedade deva cumprir sua função social, as dimensões ambientais, trabalhistas e de bem estar do proprietário e trabalhadores. Tomando por referência Pinto Jr. e Farias (2005, p. 48 apud GIRARDI, 2008, p. 274), aponta que:

Na interpretação desses dois artigos, Pinto Jr. e Farias (2005) afirmam que não basta que a propriedade rural seja produtiva (art. 185) no sentido economicista para que não seja passível de desapropriação; ela deve ser produtiva respeitando simultaneamente os princípios do art. 186. A produtividade não pode ser alcançada sob consequência de desrespeito aos aspectos da função social, de forma que essas duas características são indissociáveis e “a função social é continente e conteúdo da produtividade”.

Malgrado verifica-se que ainda que a propriedade seja produtiva, esta deve ser desapropriada, pois não cumpre sua função social. O autor afirma que a reforma agrária é uma necessidade histórica. Entretanto, cabe destacar que na correlação de forças entre os donos dos meios de produção – capitalistas industriais – capitalistas financeiros (capitalismo monopolista) e os trabalhadores, camponeses e pequenos agricultores, os donos dos meios de produção têm conseguido postergar a reforma agrária. Como assinala Girardi (2008), nos sucessivos governos analisados entre 1988-2006 as ações de reforma agrária no Brasil se basearam principalmente nas políticas de criação de assentamentos rurais e de concessão de crédito aos camponeses.

Neste bojo, o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), em sua concepção teórica, significou um grande avanço, mas sua implementação/execução tem-se efetivado de forma conservadora, uma vez que se reflete principalmente na criação de assentamentos rurais.

De acordo com Girardi (2008, p. 275):

[...] no período analisado (1988-2006) houve uma reforma agrária conservadora, pois a forma como é conduzida a política de assentamentos conserva a estrutura das regiões de ocupação consolidada, isto é, centro-sul e Nordeste, de forma que o cumprimento dos princípios constitucionais é muito restrito. A partir desta premissa, nosso objetivo nesta seção é

compreender o quanto reformadora é a política de assentamentos rurais que fundamenta esta reforma agrária conservadora.

A partir das análises de Girardi (2008, p. 275) verifica-se que, desde o governo Fernando Henrique Cardoso, tem havido um aumento significativo no número de assentamentos e de famílias assentadas. Entretanto, o autor destaca que na contramão desta política, no ano 2000, no segundo mandato do presidente FHC, houve a criminalização da luta pela terra por meio da medida provisória 2.027-38 de 4 de maio, que se evidenciou ainda mais através da medida provisória MP 2.109-52 de 24 de maio de 2001, em substituição à anterior. A medida impede, por dois anos, da vistoria de imóveis rurais a desapropriação de terra para fins de reforma agrária. Caso esta tenha sido “alvo” de ocupações, a medida também exclui dos programas de reforma agrária os trabalhadores que participaram de ocupações de terra.

Para Girardi (2008, p. 276):

[...] com essas Medidas Provisórias o número de famílias em ocupações diminuiu drasticamente e o número de famílias assentadas acompanhou esta queda. A análise conjunta deste fato e da evolução das ocupações e assentamentos mostra que as famílias só são assentadas devido à pressão realizada pelas ocupações de terra.

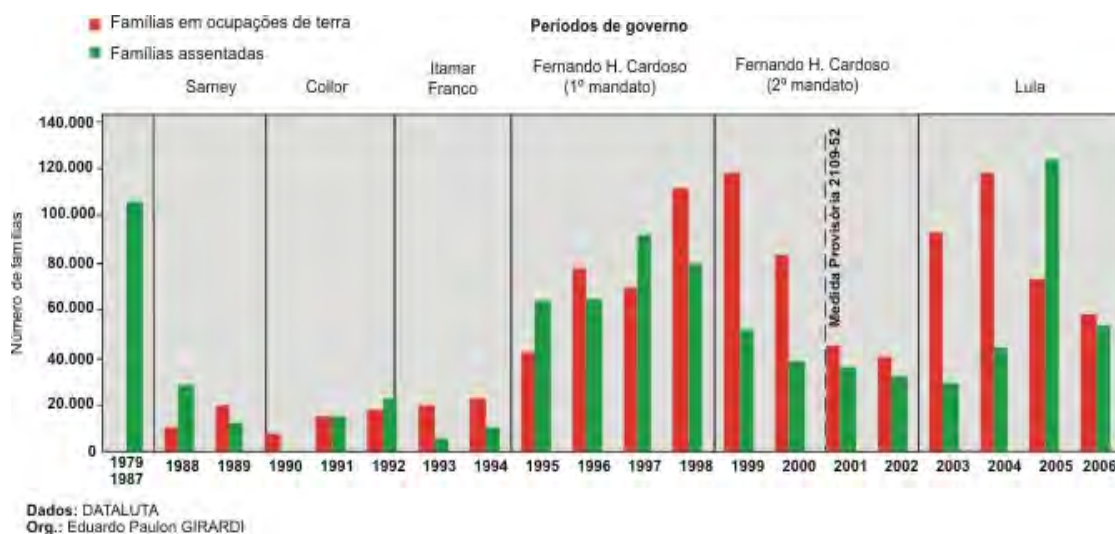
Entretanto, em 2003, com a eleição do presidente Lula, houve o crescimento das ocupações e dos assentamentos. De acordo Girardi (2008), o aumento no número de ocupações e de assentamentos ocorreu porque o governo estabeleceu inicialmente uma aproximação com os movimentos de luta pela terra e, o reflexo desta aproximação, contribuiu para minimização da aplicação da criminalização prevista na Medida Provisória. Girardi destaca que os movimentos sociais de luta pela terra também acreditavam que o Presidente Lula se engajaria na realização de uma reforma agrária mais ampla, o que não ocorreu.

De acordo com Girardi (2008, p. 276);

Os dados de famílias assentadas mostram que quantitativamente não há diferença entre os governos de FHC e de Lula, pois durante os oito anos de governo de Fernando Henrique Cardoso foram assentadas 457.668 famílias e no primeiro mandato de Lula foram assentadas 252.019. O total de famílias assentadas no primeiro mandato de Lula contempla 63% das 400 mil famílias previstas no II PNRA para o período.

Segundo a tabela abaixo, pode-se comprovar o aumento tanto da ocupação da terra quanto das famílias assentadas:

Gráfico 1 – A luta pela terra e sua conquista - 1979-2006



Fonte: Girardi (2008, p. 277).

Entretanto, Girardi (2008) aponta que, embora desde 1988 tenham sido realizadas mais de sete mil ocupações de terra, das quais cerca de um milhão de famílias se encontrava em situação de acampadas (o que significa precarização extremas de sua condição de vida), e o Estado tenha criado cerca de 7.230 assentamentos, o problema não foi solucionado, pois as ocupações e as famílias que delas participaram concentram-se no centro-sul e no leste do nordeste do Brasil. De acordo com o autor, os assentamentos foram criados em sua maioria na região norte do país e, neste sentido, aponta:

A oposição norte-sul evidencia a ineficácia regional da política de assentamentos rurais, indicando que os problemas agrários locais não são resolvidos, o que mantém o conflito e anula o desenvolvimento. O aspecto mais elementar da concentração das ocupações no centro-sul e em regiões do Nordeste é que essas são as regiões em que se concentra a população brasileira. Aí também se concentram os milhões de expropriados e camponeses em vias de desintegração devido à modernização da agricultura e industrialização do país, não planejadas de forma adequada para garantir a distribuição da riqueza. (GIRARDI, 2008, p. 280).

Destarte, tomando por referência as análises de Girardi (2008), é possível verificar que nem mesmo há como se efetivar a política de assentamentos, pois as ocupações ocorrem em sua maioria numa determinada região do país (região centra-sul) e a formação de assentamentos, noutro (região norte). Neste sentido, não é considerada a concentração populacional. Em relação às regiões de ocupação, onde de acordo com Girardi (2008, p. 280, grifo nosso) “[...] encontram-se características de melhor infra-estrutura para produção,

maior mercado consumidor e acesso a serviços básicos como educação, saúde, eletricidade e saneamento”, seriam estas áreas as que mais teriam sentido da formulação dos assentamentos, pois nelas a agricultura camponesa poderia conseguir mais facilmente sucesso de forma autônoma.

Corroborando com a ineficácia da política de assentamentos os tipos de assentamentos que Girardi (2008, p. 281, grifo nosso) classifica como: “*A) assentamentos que tem por base as terras desapropriadas, cujos proprietários são indenizados; b) reconhecimento de posses e c) projetos de conservação ambiental, que reconhecem unidades de conservação de uso sustentável como assentamentos.*”⁵⁵ Girardi aponta ainda, dentro dessa classificação, os assentamentos não reformadores e reformadores. O primeiro se caracteriza pelo assentamento presente em terras públicas que pode se configurar numa unidade de conservação sustentável e/ou em outros projetos de caráter ambiental, essas áreas, por não fazerem parte da estrutura fundiária, ou seja, por serem públicas, não implicam em desapropriação de terras. O autor afirma que a criação de assentamentos em áreas públicas não desconcentra a terra, portanto esta é uma forma de se manter a estrutura fundiária sem que seja necessário mexer na estrutura desta.

Para Girardi (2008, p. 283), em relação às formas de assentamentos reformadores:

[...] as terras são arrecadadas geralmente a partir de desapropriação, o que representa o mais alto grau de reforma da estrutura fundiária possível na legislação brasileira atual. Através da criação desses tipos de assentamentos é cumprido o artigo 186 da Constituição e a estrutura fundiária é de fato desconcentrada. Com os assentamentos reformadores o campesinato se territorializa a partir da desterritorialização do latifúndio.

Neste sentido, Girardi (2008, p. 283) aponta que a prática do Estado evidencia sua posição em defesa do monopólio da terra e dos grandes proprietários, pois se se analisa os assentamentos criados no período 1979-2006, verifica-se que os assentamentos reformadores eram cerca de 92,7% e comportaram 85,1% das famílias em 53,2% da área total. Tomando com base os estudos do autor verifica-se que no mandato de FHC a criação de assentamentos reformadores teve maior ênfase. No seu segundo mandato houve uma diminuição dos assentamentos e aumento da proporção dos assentamentos não reformadores. No primeiro mandato de Lula, os dados dos assentamentos reformadores são muito próximos daqueles verificados no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC). A particularidade do

⁵⁵ Em todos, os casos as famílias assentadas são consideradas beneficiárias da “reforma agrária” e têm acesso aos programas de crédito e recursos para instalação previstos no II PNRA (Girardi, 2008).

primeiro mandato de Lula é a intensificação da criação de assentamentos não reformadores, em especial os de caráter ambiental. Esses assentamentos não reformadores correspondem, no primeiro mandato de Lula, a 21% dos assentamentos criados, 43% das famílias assentadas e 80% da área total. (GIRARDI, 2008, p. 283).

TABELA 1 – Assentamentos não reformadores e reformadores por período de governo:

Grupo	1979-1994			Primeiro mandato FHC (1995-1998)			Segundo mandato FHC (1999-2002)			Primeiro mandato Lula (2003-2006)		
	Assent.	Fam.	Área	Assent.	Fam.	Área	Assent.	Fam.	Área	Assent.	Fam.	Área
Não reformadores	41	19.465	3.082.210	6	1.225	1.390.212	27	4.018	2.241.986	485	110.767	23.490.019
de caráter ambiental	23	7.502	2.124.027	4	1.083	1.388.732	14	2.765	2.232.999	298	99.743	22.898.275
outros	18	11.963	958.183	2	142	1.480	13	1.253	8.987	187	11.024	591.744
Reformadores	1.034	183.894	9.810.428	2.375	299.138	12.164.872	1.890	153.287	6.573.489	1.808	141.252	5.799.551
Total Brasil	1.075	203.359	12.892.638	2.381	300.363	13.555.084	1.917	157.305	8.815.475	2.293	252.019	29.289.570
Dados: DATALUTA												
Org.: Eduardo Paulon Girardi												

Fonte: Girardi (2008, p. 283).

Assim, verifica-se que os programas de reforma agrária, principalmente a partir de 1985, voltaram-se mais para o enfrentamento da questão do acesso à terra do que para uma reforma que efetivamente desenvolvesse o meio rural, de modo a relacionar os incrementos sustentados da produção, da produtividade e do emprego, que resultassem em melhorias na qualidade de vida e trabalho da população rural. Entretanto, o que infelizmente se tem visto é o arrendamento da terra e sua financerização.

Os dados apresentados através da pesquisa de Girardi, intitulado *Atlas da Questão Agrária no Brasil*, mais do que demonstrar a continuidade da política neoliberal instaurada pelo governo FHC demonstra que as ações estabelecidas pelo governo Lula (1º e 2º mandatos) não sinalizam mudanças significativas em relação à Reforma Agrária, uma vez que não se posiciona junto às mudanças requeridas pelos trabalhadores em relação à estrutura fundiária. Pelo que se pode perceber por meio das análises de Thomaz Júnior (2003, p. 134, grifo nosso), os programas sociais de maior repercussão dos governos de Lula, como Fome Zero, “[...] apenas reconhece a reforma agrária enquanto garantia da função social da propriedade.” Entretanto, como ação efetiva se configura na prática como política compensatória, “[...] na qual produzir tem a ver exclusivamente com auto-consumo.”

Como se pode observar, as políticas implantadas desde o governo Fernando Henrique Cardoso até o presente momento têm sido uma política de assistência, uma vez que primordialmente tem-se concentrado na implementação de assentamentos que têm origem, na maioria das vezes, nas propriedades públicas, como já mencionado, e não numa efetiva

democratização da propriedade da terra, o que de acordo com Stedile e Fernandes (2005) é contrária aos objetivos da reforma agrária acenada pelos movimentos sociais. Para estes, a reforma agrária deve antes de tudo “[...] resolver o problema da concentração da propriedade da terra.” Neste sentido, essa desconcentração perpassa as desapropriações de terras de forma rápida, regionalizada e distribuída à todas as famílias sem-terra (STÉDILE; FERNANDES, 1999).

Embora o II PNRA preconize que um dos elementos centrais na ordem da injustiça seja a desigualdade no acesso a terra no Brasil, que se reflete ainda maior do que a desigualdade da distribuição de renda⁵⁶, o que se verifica é que desde os anos setenta as políticas públicas voltadas para a reforma agrária obedecem à concepção particular de modernização tecnológica buscando aumentar a produtividade física da terra e a produtividade da força do trabalho.

Acredita-se com isso, demonstrar o caráter conservador da reforma agrária e a redução desta à programas orientados a partir das diretrizes do Banco Mundial, malgrado o Estado, diante desta realidade, apresente-se distante das ações que possibilitariam a criação de estratégias mais eficientes e eficazes de ocupação e produção da terra.

3.3.2 Questão Agrária e Gênero

Nas últimas décadas no Brasil, as relações que têm por base o trabalho feminino, têm passado por importantes transformações demográficas, culturais, educacionais e econômicas. Estas transformações influenciaram nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel social da mulher e contribuíram para o desenvolvimento e fortalecimento destas enquanto categoria social. Neste sentido, Bruschini, Lombardi e Unbehaum (2011) apontam que cada vez mais a mulher tem ocupado o mercado de trabalho e isto tem impulsionado sua expansão em relação à escolaridade. Para a autora, o ingresso nas Universidades viabilizou o acesso das mulheres à novas oportunidades de trabalho. Cabe destacar que em 2009, 59% dos concluintes no ensino superior eram do sexo feminino. Entretanto, estas permanecem

⁵⁶ O índice do Gini mede o grau de concentração, sendo que (0) zero indica igualdade absoluta e 1, a concentração absoluta. Para o Brasil, o índice de distribuição de renda é 0,6 e, para a concentração fundiária, está acima de 0,8. A elevada concentração da estrutura fundiária brasileira dá origem à relações econômicas, sociais, políticas e culturais cristalizadas em um modelo agrícola inibidor de um desenvolvimento que combine a geração de riquezas e o crescimento econômico, com justiça social e cidadania para a população rural. Segundo o Cadastro do INCRA, no estrato de área até 10 ha encontram-se 31,6% do total de imóveis que correspondem a apenas 1,8% da área total. Os imóveis com área superior a 2.000 ha correspondem a apenas 0,8% do número total de imóveis, mas ocupam 31,6% da área total. BRASIL, II PLANO DE REFORMA AGRÁRIA, 2004.

ocupando áreas tradicionalmente femininas, como Educação, Saúde e Bem Estar Social, Serviços, Humanidades e Artes.

Em relação ao mercado de trabalho é possível verificar que houve uma enorme transformação ao que tange a participação das mulheres mais velhas, casadas e mães. De acordo com (BRUSCHINI; LOMBARDI; UNBEHAUM, 2011), em 2009, a mais alta taxa de atividade feminina, 75%, era encontrada entre mulheres de 30 a 39 anos e 71% das mulheres de 40 a 49 anos também estavam ativas.

Para a autora, estas transformações não só atingem as mulheres economicamente ativas, mas também as mulheres como um todo, uma vez que estas passam a ser absorvidas pelo mercado de trabalho mesmo em idade reprodutiva, o que, de acordo com Bruschini, não ocorria nas décadas anteriores. É possível verificar que também as famílias brasileiras foram “atingidas” por estas transformações, pois as mulheres passaram, como cônjuge, a representar 59% da renda ativa da família em 2009, um percentual de aumento de 4% em relação a 2002.

De acordo com Camargo (2010 apud BRUSCHINI; LOMBARDI; UNBEHAUM, 2011, p. 149):

A crescente necessidade de contribuir para a renda familiar, em razão da elevação do nível de consumo, entre outras causas, tornou a contribuição da renda das mulheres cada vez mais importante: foi expressivo o aumento da proporção de cônjuges que contribuem para a renda das famílias: 65,8% em 2009, percentual que era de 39,1% em 1992. Atualmente, os rendimentos das mulheres constituem cerca de 41% do rendimento total das famílias.

Entretanto, é preciso salientar que o aumento da participação feminina no mercado de trabalho se dá por meio da desregulamentação deste na atualidade, como bem fora sinalizado por Antunes no capítulo I deste trabalho. Assim, acredita-se que a crescente participação das mulheres na produção social da riqueza esteja intimamente relacionada a este fato.

De acordo com Bruschini, Lombardi e Unbehaum (2011):

Nas análises sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho nos últimos anos, a primeira questão a destacar é o contínuo crescimento da atividade feminina. Os indicadores revelam que, entre 2002 e 2009, a PEA feminina passou de 36,5 milhões para 44,4 milhões, a taxa de atividade aumentou de 50,3% para 53% e a porcentagem de mulheres no conjunto de trabalhadores passou de 42,5% para 44%. Isso significa que mais da metade da população feminina em idade ativa (10 ou mais anos) trabalhava ou procurava trabalho em 2009 e, ainda, mais de 44 em cada 100 trabalhadores eram do sexo feminino.

Assim, apesar dos avanços, as mulheres ainda permanecem em situação desigual em relação à população masculina na composição da população economicamente ativa. Além

disto, as diferenças regionais também influenciam na participação destas no mercado de trabalho. Bruschini afirma que a participação da mulher no mercado de trabalho, além do recorte de gênero, associa-se às discriminações de cor/raça⁵⁷. Além disso, as mulheres permanecem sendo as principais responsáveis pelas atividades domésticas e cuidados com os filhos.

Em relação à situação da mulher no campo, Cintrão e Siliprandi (2011) dizem que as reivindicações crescentes dos movimentos de mulheres nos últimos anos, ganharam mais força com a associação e à existência de um governo permeável a estas reivindicações. Por meio da relação que se estabeleceu entre o movimento de mulheres e o Estado foi possível a criação de programas e ações governamentais voltados para a promoção de uma maior equidade de gênero.

De acordo com as autoras, estas reivindicações se refletiram na criação, em 2003, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres com status de Ministério. Por meio desta foi possível, em conjunto com a sociedade civil, organizar duas Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres (em 2004 e 2007).

Decorrente destas conferências resultaram os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres I e II. Nelas, as mulheres rurais exigiram políticas que as beneficiassem como trabalhadoras e como moradoras do meio rural, enfocando problemas que lhes eram específicos, tais como o acesso à documentação civil, a terra, ao crédito, à assistência técnica e à organização produtiva.

As mulheres trouxeram para as conferências suas preocupações com relação à questão agrária, com a falta de infraestrutura no meio rural e com o enfrentamento da violência contra a mulher. Sua participação política e visibilidade pública “nesses eventos” se deram na forma de múltiplas identidades e organizações. De acordo com Cintrão e Siliprandi (2011, 188), estas identidades se expressaram por meio das instituições que constituíram a representação das mulheres nos mais variados segmentos, tais como:

[...] sindicatos, federações, associações, cooperativas, e diferentes grupos de base e movimentos sociais trouxeram as reivindicações de acampadas, assentadas da reforma agrária, agricultoras familiares, quilombolas, pescadoras artesanais, extrativistas, indígenas, ribeirinhas, quebradeiras de coco babaçu, ou simplesmente “mulheres do campo e da floresta.”

⁵⁷ Para uma análise mais detalhada ver: O Progresso das Mulheres no Brasil; 2003- 2010.

Esta participação só foi possível porque, a partir da década de 1980, as mulheres passaram, enquanto categoria social e política, a se organizarem, promovendo encontros para discutirem as situações que lhes afetavam.

De acordo com Carneiro (1994, p. 11), “[...] *tal fato não implica, porém, que a mulher estivesse ausente das lutas travadas por camponeses e trabalhadores rurais em momentos anteriores.*” Entretanto, sua participação inscrevia-se de forma relacionada à participação da família e/ou de seus maridos. Como destacado por Brito (2001), o conhecimento que se tem e as pesquisas elaboradas para analisar a participação das mulheres na vida pública na atualidade têm buscado abordar outros âmbitos, além do contexto parlamentar de grandes centros urbanos. Procurando “[...] *desvendar qual é o real espaço que é ocupado pela mulher na política brasileira*” (BAY apud BRITO, 2001, p. 295), estas pesquisas contribuíram para identificar o exercício, por parte de mulheres, de atividades como agentes políticos prefeitas ou vereadoras, professoras, benfeitoras, etc., mostrando as ligações entre família, religião, filantropia e a política partidária.

Ao citar alguns nomes de mulheres que atuaram na constituição da história do campo no Brasil, Carneiro (1994) destaca que as mulheres passaram a assumir a liderança quando seus maridos eram mortos e estas tinham que os substituir (como no caso de Elizabeth Teixeira, Margarida Alves e Maria Oneide, entre outras). Para a autora, ao assumirem a liderança e o compromisso com a luta, estas mulheres demonstravam uma capacidade de liderança e de coragem desproporcionais à imagem que a sociedade lhe atribuía: aquela que deve ficar em casa, cuidar dos filhos e obedecer às ordens (do marido ou do pai).

Carneiro (1994, p. 11) aponta que a participação dessas mulheres “[...] *no movimento dos trabalhadores não era motivada por reivindicações específicas de sua condição de mulher, mas integrava o conjunto de lutas de sua categoria social contra a exploração ou contra a expropriação.*” Nesse momento, as distinções de gênero não importavam. O que mobilizava era o re-conhecimento de pertencer a determinada categoria social e política, que atribuía indistintamente a homens e mulheres uma única identidade coletiva.

Ao tomar como referência as palavras das mulheres acima citadas, Carneiro afirma que os discursos das mulheres-líderes revelam que, anteriormente à construção das distinções sociais entre os gêneros, forma-se uma consciência da igualdade entre homens e mulheres alimentada pela luta contra a desigualdade social.

Ao apontar a morte de Margarida Alves, Carneiro destaca que o espanto da sociedade se deu por motivo de sua morte violenta (em condição de ser mulher), ou por ser uma mulher a pleitear a presidência de um sindicato, o que na época se configurava como uma distorção ao

que se era esperado por uma mulher. Carneiro aponta ainda que qualificação da mulher como trabalhadora rural pela CONTAG, que estabelecia formas de pagamentos de mensalidade que não prejudicasse a renda familiar, fora um dos argumentos contrários à filiação das mulheres ao sindicato.

Apesar de não haver impeditivo legal para a filiação feminina aos sindicatos rurais, diversas diretorias se colocavam contra e impediam, de muitas maneiras, a associação de mulheres. Uma consequência dessa luta foi à aprovação pelo IV Congresso da Contag de um documento qualificando a mulher como trabalhadora rural e estabelecendo formas de pagamento de mensalidade que não prejudicassem a renda familiar - um dos argumentos utilizados por aqueles que se colocavam contra a filiação feminina. (CARNEIRO, 1994, p. 13)

Cabe destacar que neste período ainda vigorava o Estatuto do Trabalhador Rural. Este, como mencionado neste trabalho, além de excluir uma parcela da população do campo, contribuiu também para que o trabalho feminino fosse compreendido como um mecanismo de expulsão do homem no campo.

Para Carneiro (1994), as diversas formas de luta sob as quais se inscreveram as mulheres na década de 1980, estão associadas ao movimento de resistência dos trabalhadores rurais à intensificação da exploração e da expropriação a qual estão submetidos. Assim como Maria Aparecida de Moraes Silva (1999), Martins (1986), Oliveira (2007) e Carneiro (1994) apontam que as reivindicações e a diversidade de formas de luta e de organização dos trabalhadores (as) estão relacionadas à situação específica vivida pelas diferentes categorias que compõem esta classe social. Carneiro destaca que, embora esta situação seja complexa e circunscreva a situação da mulher, esta não é apenas explicada pela dominação capitalista. Assim, a autora questiona:

Torna-se necessário indagar também sobre a influência desse movimento na construção social da identidade feminina: que valores são questionados ou reafirmados na sua autopercepção? Como se dá a combinação de fatores econômicos, que orientam a mulher para além dos limites da esfera doméstica, levando-a a conquistar posições na esfera pública (não apenas via mercado de trabalho, mas também na participação em sindicatos e associações) e os valores culturais que definem as identidades de gênero e as relações sociais entre os sexos? Que projeto ideológico está em construção nesse processo de transformação da mulher em ator político? Que valores sustentam a formulação de trajetórias unitárias que neutralizam as diversidades e antagonismos entre os gêneros e esboçam as bases para a construção de uma identidade coletiva? (CARNEIRO, 1994, p. 14).

A participação feminina nos diversos espaços e campos de luta evidencia que a restrição a que esta categoria fora escamoteada (espaço privado-lar) é uma contradição a qual fora determinada e destinada. Esta contradição imbuída pela dicotomização – bipolar entre as relações sociais de produção e reprodução dos gêneros é que propicia o espaço particular que distingue a participação da mulher nas lutas do conjunto dos trabalhadores rurais, que dizer, uma vez que se tornam públicas suas reivindicações (reivindicações das mulheres trabalhadoras do campo), também se tornam públicas outras identidades que compõem a mulher, tais como o da trabalhadora- mãe, trabalhadora-esposa.

Para Carneiro (1994, p. 14) é a própria condição de “[...] *pertencer ao gênero feminino e o de ocupar uma posição determinada na estrutura socioeconômica - que resulta a identidade, ou melhor, as identidades múltiplas da mulher rural.*” Assim, destaca a autora, para entender o movimento das mulheres trabalhadoras rurais é necessário levar em consideração não apenas os fatores objetivos decorrentes das condições materiais de vida, mas também valores ideológicos estruturantes das relações entre os sexos e conformadores das identidades sociais dos gêneros.

Tomando por referência a produção teórica sobre a participação dos movimentos de mulheres no Nordeste e Sudeste do país, Carneiro (1994) discorre sobre como o trabalho, enquanto categoria fundante dos processos de sociabilidade, tem sido apropriado pelo capital (transformado em mercadoria) e tornado subjacente a participação feminina nos processos de produção e reprodução social.

Ao tomar como referência dados das décadas de 1970-80, Carneiro (1994, p. 15) diz que, mesmo havendo um aumento significativo da força de trabalho feminina, esta permanecia na época⁵⁸ sendo vista como mera “ajuda” para composição da renda. Além disto, a autora destaca que “[...] *a participação da mulher na produção familiar não é vista como trabalho, o que a exclui das estatísticas sobre a constituição da força de trabalho ocupada na produção de alimentos destinados ao mercado interno.*”

A incorporação feminina à produção agrícola embora sempre tenha existido, só é reconhecida como trabalho quando assume as formas assalariadas (em geral eventuais) na grande lavoura para exportação (de café, soja e laranja) ou de cana-de-açúcar.

Como é sabido, este quadro é fruto das transformações nas relações de produção na agricultura provocadas pela modernização (mecanização e intensificação da exploração) que,

⁵⁸ De acordo com os Dados do PNAD de 1982 e do recenseamento de 1970, citado por H. Saffioti. Política agrícola no Brasil contemporâneo e suas consequências para a força de trabalho feminina. **Boletim Reforma Agrária**, ano 15, n.3, ago/dez. 1985, houve um aumento de 13,7% da força de trabalho feminino em relação a um crescimento negativo de 5,4% da força de trabalho masculino. (CARNEIRO, 1994, p. 15).

ao expulsar a família de moradores das terras das fazendas, cria as condições para a incorporação da força de trabalho feminina e infantil. Não apenas amplia-se o mercado de trabalho volante, onde a mulher tem um lugar de destaque, como também é cada vez mais necessário o assalariamento de maior número de membros da família de trabalhadores rurais para garantir o nível de reprodução física e social⁵⁹.

De acordo com Carneiro (1994), embora esta nova realidade traga consequências para a organização familiar, ela não é único fator determinante no processo de mobilização e participação da mulher. Para a autora, diretamente, a transformação da situação do trabalho desenvolvido pela mulher de não remunerado para assalariado não é acompanhado pela transformação de subordinação da mulher dentro da família.

Carneiro (1994, p. 15-16) tomando por referência as pesquisas de Verena Stolcker: *As mulheres na lavoura cafeeira* (1986) e Noronha (1986): *As trabalhadoras da grande lavoura de cana na zona da mata mineira*, afirma que o acesso ao trabalho assalariado não modificou a identidade social da mulher que permaneceu centrada nos papéis de mãe e esposa. Conforme a autora, não houve qualquer mudança nas relações sociais do gênero. “*Essas mulheres não sustentam novos valores no tocante à relação com os maridos, nem no que se refere às representações sobre seus próprios papéis.*” Mesmo trabalhando, as mulheres não se definiam como “trabalhadoras”, mas como “donas-de-casa”, considerando a condição de trabalhadora como provisória. Seus projetos individuais estavam pautados nas representações sociais sobre o gênero baseadas no exercício dos papéis de mãe e esposa.

É preciso salientar que a forma pela qual as mulheres foram incorporadas à categoria de trabalhadoras assalariadas no campo tem enormes controvérsias. No que tange a categoria trabalho enquanto categoria ontológica, este fora escamoteado à mercadoria e, neste processo, ao invés de promover a emancipação humana e a genericidade do gênero humano, promoveu seu estranhamento e alienação, como demonstra a vasta literatura sobre o tema. Neste sentido, acredita-se que não é apenas ser assalariada ou não que fará com que as mulheres possam se reconhecer como categoria ou “parte” de uma classe social, afinal outros elementos da sociabilidade concorrem para a criação de uma identidade ou não de classe.

Paradoxalmente ao que fora afirmado por Noronha e Stolcker, a participação das mulheres foram verificadas principalmente em duas categorias sociais mais mobilizadas: “[...] *as assalariadas eventuais do Nordeste, principalmente as da cana-de-açúcar do Brejo*

⁵⁹ Maria Aparecida de Moraes Silva: *Errantes do Fim do Século* (1999).

Paraibano, e as camponesas da região Noroeste do Rio Grande do Sul.” (CARNEIRO, 1994, p. 16)

De acordo com Carneiro (1994, p. 16-17):

No Nordeste, a maioria das mulheres que participa desse movimento pertence à categoria de trabalhadores que já se encontram em fase avançada no processo de expropriação (os “sem terra”, “assalariados eventuais” e alguns “agregados” ou “moradores”). Por outro lado, no Sul, a organização que tem alcançado maior êxito na mobilização feminina é o “Movimento Estadual das Mulheres Trabalhadoras Rurais”, também conhecido como “As Margaridas”, que assenta a sua base social na pequena produção familiar mecanizada (média de 12 ha), proprietária, ocupada pela policultura em que a soja, o porco e o leite destacam-se como produtos comercializados via pequenas cooperativas.

Pode-se concluir que esta mobilização e consequente participação das mulheres tem se dado para além dos anseios pessoais (ou particulares) desta categoria. Percebe-se que, ao atrelar a luta contra a opressão de gênero e a exploração de classe, consegue-se, por meio desta articulação, desenvolver “a consciência de categoria e classe social” entre as mulheres. Isto se evidencia nas afirmações de Carneiro a partir da análise da realidade tanto no nordeste, quanto no sul:

Reivindicações específicas voltadas para a realidade de cada uma das duas regiões distinguem as pautas das reuniões. No Nordeste, destacam-se: salário mais justo (tanto em termos absolutos quanto em relação aos homens), creche, terra para plantar, não superposição dos “serviços de casa” e o “trabalho fora”, educação e assistência médica para elas e filhos, repúdio à dominação do homem na família e à ideologia machista. Entre as “Margaridas do Sul” destacam-se as lutas pelo preço justo do produto, pelo direito a se associarem às cooperativas com o respectivo controle sobre a comercialização das mercadorias por elas produzidas (o leite, principalmente) pela divisão mais equilibrada das tarefas domésticas através de uma mudança qualitativa na educação dos filhos tanto em casa quanto na escola, por uma política agrícola voltada aos interesses dos pequenos produtores e reivindicação mais puramente feminista, o repúdio à utilização do corpo da mulher em propagandas. (CARNEIRO, 1994, p. 17).

A incorporação da força de trabalho feminino no campo e sua condição em assalariada tem refletido uma nova realidade em que a mulher, como membro de uma unidade de produção familiar ou como trabalhadora assalariada, tem criado demandas tais como: terra para plantar, melhores salários, política agrícola mais adequada e preços justos. De acordo com Carneiro (1994), a incorporação dessas reivindicações, também comum à categoria de pequenos produtores, tem a importância de tornar público e visível o papel da mulher na condição de produtora, assim como também seu reconhecimento como *agricultora*, este,

como menciona Carneiro, é pré-condição para uma série de outras reivindicações que dizem respeito à cidadania da mulher.

Cabe salientar que, ainda que as reivindicações e lutas das mulheres também sejam incorporadas pelos pequenos camponeses (homens), é preciso destacar que estas categorias sociais (homens e mulheres) vivenciam diferentes problemas no conjunto de luta e reivindicações. Neste sentido, como ainda hoje o trabalho feminino no campo, assim como na cidade, não seja compreendido como responsável ou principal para a reprodução social e da família, as mulheres membros de pequenas unidades de produção estão mais expostas “[...] à proletarianização ou à integração total às grandes ou médias cooperativas - o que traria problemas para a autonomia da forma de organização social camponesa - estão cada vez mais presentes.” (CARNEIRO, 1994, p. 18).

De acordo com Carneiro (1994), o crescente endividamento, consequência da mudança no sistema de crédito e da política de fixação de preços, somado à impossibilidade de incorporar mais terra à propriedade para expandir a produção, é uma ameaça real à reprodução camponesa. Assim, a particularização de suas reivindicações enquanto categoria pode ser entendida também como uma das estratégias traçadas para garantir um mínimo de segurança através do direito aos benefícios sociais (aposentadoria), como também é uma maneira de reforçar a luta do campesinato travada pelos sindicatos.

Carneiro (1994) salienta que a cidadania não se limita à conquista de direitos sociais do indivíduo como trabalhador. No entanto, numa sociedade extremamente desigual, quer seja nas relações entre as classes, quer seja nas relações entre os sexos, a construção da cidadania começa pelo direito ao trabalho e os consequentes direitos sociais a ele relacionados. Para a autora, no caso da mulher rural, não se trata de reclamar por trabalho, mas de torná-lo visível.

Assim, se a questão da cidadania para a mulher rural passa pelo reconhecimento de seu trabalho ou pelo direito de ter acesso a ele, não se pode esquecer que a simbiose mulher-terra-família é constitutiva da identidade feminina no campo e esta lhe impõe um paradigma para as relações sociais de gênero. “A indivisibilidade da renda familiar é sustentada pela própria lógica da organização social camponesa e com ela é afirmada a estrutura de autoridade dentro da família.” (CARNEIRO, 1994, p. 21). Nesse sentido, o caminho traçado pelo movimento das mulheres trabalhadoras rurais é circunscrito pelas próprias relações sociais de gênero no campo e, desta forma, distingue-se qualitativamente dos movimentos sociais urbanos.

3.3.2.1 Mulheres e Homens Conscientes: na Luta Permanente! A Proposta do MST

Tratar a questão da mulher na estrutura fundiária brasileira significa remeter à sociedade agrária colonial onde a estrutura familiar assumia um papel fundamental na organização social, desempenhando as funções econômicas e políticas num sistema marcado pela concentração fundiária e pelo predomínio das relações patriarcal-paternalistas (BRUSCHINI, 1990). Significa também, remeter à luta política dos trabalhadores e trabalhadoras que almejam a terra num contexto em que tal luta não contempla as desigualdades entre homens e mulheres construídas a partir do patriarcalismo⁶⁰.

Na proposta de reforma agrária do Estado e dos trabalhadores, a desigualdade entre trabalhadores e trabalhadoras se apoia principalmente nos hábitos culturais e no direito positivo, que, historicamente, tem deserdado a mulher da cidadania, sobretudo no que concerne à construção de sua própria identidade, pois a maioria participa da luta pela terra na condição de dependente do homem, como se fosse apenas a sombra do pai, marido ou companheiro de tal modo que, conquistado o lote, a mulher é privada de participar do processo de planejamento que norteia o desenvolvimento da gleba. O feminino é contemplado na reforma agrária, sobretudo como elemento que compõe a família e, nessa perspectiva, sua individualidade cai no plano da invisibilidade do privado, sem expressão na esfera política. Segue os passos do pacto social de Rousseau (1978 apud BRUSCHINI, 1990), que elege o homem representante da sociedade e do projeto de vida para a mulher.

O que sustenta e reforça este pacto é o patriarcado que traz implícita a noção de relações hierarquizadas entre seres com poderes desiguais (SAFFIOTI, 1987). É ele que traz as ferramentas explicativas para as desigualdades. As diferenças sexuais presentes no ser macho ou fêmea são transformadas em subordinação histórica das mulheres. Deste ponto de vista, a terra é um patrimônio, e, como tal, deve pertencer ao homem. A mulher, como dependente do pai ou marido, de acordo com o direito positivo, somente tem a possibilidade de administrar e se desfazer da terra em caso de morte do referencial masculino e, mesmo assim teoricamente, pois, com a perda desse referencial, o patrimônio ainda deve ser mantido como bem masculino. Para garantir esse hábito, a própria comunidade permite que a mulher viúva sofra as mais diversas e requintadas pressões para repassar a terra ao comando do homem, como se observa nos depoimentos da pesquisa realizada por Albuquerque e Rufino

⁶⁰ Para Saffioti (2004, p. 88), apesar de algumas feministas rejeitarem o conceito de patriarcado, ele está “[...] no coração da engrenagem de exploração-dominação.” e (SAFFIOTI apud MACHADO, 2000, online), na relação homem/mulher, marido/esposa - em especial. No contrato firmado entre ambos por ocasião do casamento - evidencia-se a relação de dominação.

(1987). Mesmo por motivo de invalidez, conforme o direito positivo, o homem permanece no mando, destoando da prática das mulheres rurais que administram e comandam a propriedade, mas que, em nome do hábito cultural e do patrimônio pertencido ao homem, negam-se como provedoras, certamente por assumirem uma tarefa considerada masculina. Não se assumir como provedora e trabalhadora rural significa negar sua cidadania e identidade, o que gera outras implicações, a exemplo do acesso à política de crédito, cooperativa, comercialização e da própria organização política. Assim, observa-se que, basicamente, em todos os níveis de relação com a terra, o fenômeno da (in) visibilidade e subordinação feminina reafirma o tratamento desigual entre os sexos.

Vale lembrar que a desigualdade nas relações de gênero faz parte de um amplo processo histórico, cultural, estrutural, que perpassa as esferas privada e pública⁶¹. A subordinação e a (in) visibilidade da mulher na relação com a terra se reproduzem nas esferas da informalidade e da formalidade. Na relação do privado com a casa rural, que é também uma relação com a terra, o poder decisório geralmente pertence ao homem, ficando a cargo da mulher o trabalho com os animais de pequeno porte; as atividades na horta e na agricultura de sobrevivência; a fabricação de pequenos produtos; o abastecimento da água e da lenha; o preparo do alimento; o serviço da roupa lavada; a higiene e limpeza do ambiente; a preparação dos filhos para a sociedade; etc. No campo da formalidade, a desigualdade nas relações de gênero se mantém e resulta de ações historicamente reforçadas e reproduzidas pelo Estado, inclusive em aspectos decisivos que contribuem para neutralizar ou reduzir a participação da mulher no espaço público. De acordo com Carneiro (1994) a (in) visibilidade e a subordinação apresentam-se dissimulados através de artifícios, conforme ocorrem nos diversos níveis da política agrícola do Estado. Na política de crédito, por exemplo, quando este não é negado diretamente à mulher em função da descrença no seu trabalho, é propositadamente retardado para forçar a desistência "espontânea" da trabalhadora. Também no sistema de escoamento da produção, principalmente no caso de culturas perecíveis, as adotadas pela mulher sofrem grandes perdas por serem recolhidas tardiamente e, no caso da comercialização, dada à circunstância da inexistência de um patrimônio capaz de suprir as necessidades imediatas da família, a mulher, em vista de sua condição feminina, mais que o homem, é forçada a vender seus produtos a preços baixos.

Entretanto, toda a situação exposta acima vem sendo transformada com o fortalecimento da identidade de gênero por meio da “descoberta” da identidade de classe. De acordo com

⁶¹ Sob o enfoque de gênero que é aqui abordado, ver Rowbotham (1984); Souza-Lobo (1990); Castro e Lavinas (1990) e Machado (2000).

Thomaz (2002), a mulher quando se insere na luta política passa a possuir uma consciência de classe e assume uma "identidade", ou seja, a ideia de pertencimento a um grupo, que compartilha dos mesmos valores, símbolos, discursos, etc. Como mencionado por Carneiro (1994), esta nova conformação está imbuída de outros elementos, visto que em face da subjetividade intrínseca nessas relações, se tem uma série de transformações que buscam em certa medida, superar a concepção arcaica do que é ser mulher, e aquilo que a ela é atribuído.

De acordo com Thomaz (mimeo) é possível notar que quando as mulheres são inseridas no MST, estas passam pelo que autor chama de *“Luta por dentro da luta”*, isto é, por meio da participação e de embates, passam a buscar a emancipação do gênero humano, ou seja, a emancipação dos trabalhadores.

Paralelamente, ou por dentro desse processo, as mulheres criaram espaços de socialização e manifestação que possuem como objetivo a busca pela emancipação da mulher, ou seja, a transformação social almejada pelo MST, na qual a emancipação da classe trabalhadora é o objetivo central. E como extensão desse objetivo, comparece por dentro desse processo a transformação das relações sociais de gênero. (THOMAZ, 2002)

E, é este espaço criado pelas mulheres em torno da transformação social que acredita-se estar contribuindo para que estas se organizem enquanto categoria social e política, reivindicando melhores condições de vida e trabalho.

De acordo com Cintrão e Siliprandi (2011, grifo nosso), *“A conquista de uma maior independência econômica para as mulheres rurais, assim como já alcançado em grande parte pelas mulheres urbanas, é uma das questões importantes que vem sendo colocada pelas organizações de mulheres e pela economia feminista.”*

Em relação ao MST, pode-se observar que a própria forma de se organizar favorece a construção e/ou fortalecimento da identidade de gênero. De acordo com Warren (mimeo), em relação aos movimentos sociais, em especial no contexto das demandas por reforma agrária, destacam-se as formas de atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Para o autor, as frentes de lutas do MST se organizam de modo a enfrentar a hegemonia da classe capitalista burguesa agrária de diversas formas. Para tanto, estabelece frentes de atuação da seguinte maneira: *demandas matérias/emergenciais do cotidiano da base dos movimentos; Práxis de re-significação simbólica na política e na sociedade e a elaboração política de reconhecimento de “um novo projeto de sociedade”*.

Destarte, as demandas materiais e emergenciais do cotidiano constituem-se a mobilização das bases do movimento e se caracterizam pela luta e afirmação dos direitos da

população, compreendidas como sujeitos históricos inscritos num contexto social determinado e histórico. De acordo com Scherer-Warren (2011a, online), estas lutas se legitimam a partir da organicidade dos movimentos no sentido de se firmarem enquanto categoria política. Neste sentido, a formação dos sujeitos coletivos passa a enfrentar o Estado e este, em resposta, institui políticas públicas a fim de conter as reivindicações sociais coletivas.

Outra forma de organização e de luta apontada por Warren é a práxis de re-significações simbólicas e políticas no movimento e na sociedade que se dá por meio da formação política dos sujeitos no processo de integração e composição do movimento dos trabalhadores rurais sem terra. Seu objetivo é possibilitar a transformação da reivindicação individual para a coletiva. Nesta perspectiva organizativa, busca-se por meio das bases do movimento, dentre outras práticas educacionais de formação política, orientar a desconstrução e reconstrução simbólica acerca de políticas identitárias tradicionais do campesinato brasileiro e para a construção de novas identidades políticas. Neste sentido, Scherer-Warren (2011, p. 3) afirma que um ótimo exemplo de desconstrução é o “sem-terrinha” para as crianças dos acampamentos e assentamentos, com um sentido pedagógico para a formação de novos cidadãos de direitos.

Scherer-Warren (2011, p. 3), afirma que a identidade política do MST é construída por meio da articulação solidária entre entidades, fóruns e redes de apoio. Por meio delas são discutidas as políticas nacionais prioritárias e as possibilidades de construção de unidade de rede. Neste sentido, estas se configuram como espaço de discussão e exercício da cidadania no sentido que possibilita o convívio com as divergências e, a partir destas, estimula-se o respeito às diferenças de opção política, ideológicas, diferenças regionais, étnicas, etárias, de gênero, etc. Por fim, Warren aponta a mobilização na esfera pública, que, segundo ele, busca a visibilidade e o reconhecimento político do movimento.

Neste sentido, a própria forma organizativa do MST em sua metodologia compreende que a luta das mulheres seja uma luta necessária ao enfrentamento do capital. Inscreve-se pela perspectiva política, simbólica e estrutural.

O coletivo⁶² ou setor de gênero surge no MST por meio da convicção da direção de que a transformação da sociedade perpassa a transformação das relações sociais (inter-pessoais).

⁶² Os coletivos são formas de organização dos Assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Atendem à necessidade de participação das assentadas e dos assentados na estrutura organizativa do MST e objetivam contribuir para uma maior participação do gênero feminino nas estruturas de deliberação e poder do movimento.

Assim como as outras formas de organização do MST, dentre os quais tem-se setores, coletivos, comissões, direções, instâncias, etc, que organizam e atendem a várias demandas dentro do movimento como educação, produção, saúde, comunicação, formação, frente de massa, etc., o setor de gênero surge de demandas e necessidades que foram se expressando no decorrer do processo de luta e de formas diferenciadas nos mais diversos lugares.

Alguns artigos⁶³ sobre o movimento relatam a existência do setor de gênero a partir de 1986 e, um marco no início da implantação da discussão de gênero no movimento foi o Encontro Estadual de Companheiros e Companheiras do MST, ocorrido em 1995, onde os militantes foram chamados a discutir as questões de gênero, porque suas mulheres não participavam das discussões.

Entretanto, como aponta uma dirigente da direção estadual do MST – SP, foi a partir de 2006 que a luta se intensificou com o enfrentamento do capital.

Inicialmente, destaca a dirigente, não havia uma identidade de gênero porque as mulheres do movimento não tinham se dado conta de que a luta era de caráter feminista:

Interessante que isso não é uma coisa no plano das idéias... ah... agora nós vamos fazer uma luta de gênero com caráter feminista... Mas foi uma luta de enfrentamento do capital que nos fez sentir mulheres feministas.

Assim como aponta Toledo (2001), a luta das feministas não compunha o universo das assentadas – acampadas porque estas compreendiam esta luta como da mulher burguesa, mas ao apreenderem por meio da situação concreta a realidade a que estavam expostas na época, perceberam que não bastava apenas lutar pela reforma agrária, pois também dentro do movimento havia lutas a serem travadas em relação ao processo de emancipação política das mulheres na organização do MST.

Ao perceberem que o movimento dos trabalhadores sem terra também reproduzia as mesmas opressões da sociedade capitalista que almejava transformar, a liderança do MST criou, na regional de Ribeirão Preto, o setor de gênero a partir das orientações da Direção Nacional. Como se sabe, a criação do Setor e do Coletivo de Gênero surge dentro da regional do Pontal do Paranapanema e depois compõe a pauta do encontro nacional em 1995. Isto se evidencia na fala da dirigente⁶⁴:

⁶³ O papel da mulher na luta pela terra (THOMAZ; VALENCIANO, 2002); Mobilização sem emancipação – as lutas sociais do sem terra (NAVARRO, 2002).

⁶⁴ A dirigente compôs a pesquisa como entrevistada, representando a direção estadual e também regional.

Eu acredito que a luta das mulheres no MST tem um caráter feminista e tem uma vinculação de gênero e classe, talvez em contato com outros movimentos, que são movimentos só de mulheres. Muitas colocam até uma crítica de que a questão de gênero tá muito truncada, porque é um movimento misto, né? Não conseguem organizar a questão de gênero porque tá impregnada dessa contradição. Eu acredito que não. Acho importante os movimentos feministas, de gênero, os movimentos só de mulheres, né? Mas acredito que a particularidade do MST, de homens e mulheres, nos dá uma matéria prima pra gente poder avançar nessa questão que eu considero estar pela metade, que é uma questão de gênero e classe.

A percepção da circunscrição da questão de gênero na questão da classe impulsionou o movimento em direção a outros movimentos sociais urbanos e rurais. Como evidencia a fala:

Na ação da marcha de Campinas à São Paulo, foi muito bom ter contato com mulheres feministas do campo... E tinha mulheres de vários lugares... Então... Mulheres de outros movimentos do campo, mulheres de movimentos que não são mistos, as mulheres camponesas de Santa Catarina, o MMC, e os movimentos urbanos. Então, foi uma convivência muito importante [...] um tema muito importante era o do aborto, que o movimento nunca parou pra refletir, né? Por exemplo, qual é a posição do movimento com relação ao aborto. (Dirigente Estadual do movimento em entrevista para esta pesquisa).

Assim, pode-se afirmar que a reflexão sobre o que é construído socialmente em cima dos gêneros, originando, desta forma, os papéis específicos de homens e mulheres e as relações de poder oriundas deste processo, surgiu como uma preocupação que despontou dentro da organização do MST.

Para o Movimento, as famílias do Mário Lago se dividem entre a agricultura e o trabalho fora do assentamento para proverem os subsídios mínimos para manterem sua existência e o de sua família. Esta dupla ocupação se dá porque a forma sob a qual o Estado, por meio do INCRA, implementa as políticas sociais no Assentamento, objetiva a desarticulação dos sujeitos coletivos em torno do movimento.

Esta dupla ocupação atinge principalmente as mulheres, pois uma vez que têm que complementar a renda da família, elas, de acordo com a direção do MST, são “mais determinadas no sentido do sustento da própria agricultura”.

Embora II Plano nacional de Reforma Agrária (BRASIL, 2004) oriente-se pela “[...] promoção da viabilidade econômica, da segurança alimentar e nutricional, da sustentabilidade ambiental para garantir o acesso à direitos e à promoção da igualdade”, objetivando a integração de desenvolvimento territorial sustentável, o que implica dispor as famílias assentadas e demais beneficiárias do Plano os meios indispensáveis à exploração econômica

da terra e para que obtenham renda suficiente para viver com dignidade, tais como crédito; assistência técnica; apoio à comercialização e à agregação de valor; construção de infraestrutura produtiva, econômica e social, como água, saneamento básico, energia, via de escoamento da produção; além de outras políticas públicas que garantam a universalização do acesso a direitos fundamentais, o que se verifica é que, assim como no Assentamento Mário Lago, 40 mil assentamentos por todo o Brasil encontram-se na seguinte situação: o seu acesso direto ao crédito frequentemente é dificultado pelo fato do seu trabalho ser considerado “uma ajuda” e as atividades que estão sob sua responsabilidade direta gerarem poucos recursos. Os dados indicam que, apesar de alguns avanços, a pobreza e a invisibilidade continuam marcando a inserção econômica das cerca de 15 milhões de mulheres que vivem no campo brasileiro. (CINTRÃO; SILIPRANDI, 2011).

De acordo com Cintrão e Siliprandi (2011, grifo nosso), embora haja queda na taxa no número de mulheres não remuneradas no campo, estas ainda são 31% da população sem remuneração (ver Tabela I em anexo). Para as autoras, embora se verifique uma alteração no quadro das mulheres sem remuneração, esta não pode indicar alguma melhoria na apropriação, pelas mulheres, dos frutos do seu trabalho, “[...] *estas categorias são insuficientes para mensurar o impacto concreto para as mulheres, dado que tanto ‘não remuneradas’ quanto ‘trabalhadoras na produção para o próprio consumo’ implicam em não remuneração monetária.*” De acordo com Cintrão e Siliprandi, a soma destas duas categorias representa apenas a queda de dois pontos percentuais, baixando de 80% para 78%.

Para Cintrão e Siliprandi (2010), as precárias condições de infraestrutura da zona rural trazem impactos importantes no rendimento do trabalho e nas jornadas das mulheres rurais. De acordo com as autoras, o relatório *O progresso das mulheres no Brasil* realizado pela UNIFEM em parceria com o CEPIA em 2006, já apontava que as desigualdades entre os meios urbano e rural e as regiões do país se sobrepõem às desigualdades de gênero entre homens e mulheres rurais.

O relatório aponta que, “*Apesar de melhoras parciais, em 2009 ainda são significativos os percentuais de domicílios rurais sem esgotamento sanitário (17,7%, quase um quinto) e sem coleta de lixo (67,3%, mais de dois terços dos domicílios rurais).*” (CINTRÃO; SILIPRANDI, 2011, p. 192, grifo nosso). As autoras destacam ainda que, embora tenha havido alguma melhoria entre 2003 e 2009, quase um terço dos domicílios rurais permanecem sem canalização interna de água. Em relação às regiões do Brasil as disparidades são muito maiores do que entre os meios urbano e rural.

Em termos de infraestrutura, o acesso à iluminação elétrica foi o que mais avançou no período: em 2003, 18,1% (quase um quinto) dos domicílios rurais do Brasil ainda não tinham acesso à eletricidade, mas este índice baixou para 6,4% em 2009, ou seja, 93,4% dos domicílios passaram a ter acesso a este serviço básico. A existência de energia elétrica possibilita o acesso a bens de consumo que facilitam as tarefas domésticas das mulheres rurais, em especial geladeira e máquina de lavar roupa. Permanece relativamente alto o percentual de domicílios sem acesso a esses eletrodomésticos.

Em relação à promoção da Igualdade de gênero na Reforma Agrária, o II PNRA destaca a necessidade de abraçar o desafio de enfrentar o padrão secular de subordinação e negação das mulheres rurais enquanto sujeitos políticos e econômicos do mundo rural e, deste modo, o plano diz que cabe ao Estado assumir a implementação de políticas dirigidas à superação dessa situação de desigualdade social.

Neste sentido, o plano aponta que os assentamentos de Reforma Agrária devem ser considerados como espaços de reconstrução de relações econômicas, sociais e culturais em relação à terra e seu uso, mas também de constituição de novas relações sociais e comunitárias. Estes novos e complexos espaços de vida e trabalho reúnem sujeitos diferentes, cujas necessidades devem se expressar na construção de infraestrutura e de programas que respondam aos desafios da produção econômica e da reprodução social.

Embora os projetos destinados ao PRONAF⁶⁵, cujos objetivos eram a abertura e manutenção das estradas e a perfuração dos poços artesianos, tudo isso é muito básico para que um assentamento minimamente se desenvolva e tem-se colocado como um entrave na vida das assentadas.

De acordo com Cintrão e Siliprandi (2011, p. 191):

As precárias condições de infraestrutura da zona rural trazem impactos importantes no rendimento do trabalho e nas jornadas das mulheres rurais. No artigo anterior (Heredia ; Cintrão, 2006) já havia sido apontado que as desigualdades entre os meios urbano e rural e entre as regiões do país se sobrepõem às desigualdades de gênero entre homens e mulheres rurais.

⁶⁵ É um programa Federal criado desde 1995, voltado para o atendimento aos agricultores familiares. Possui várias linhas de financiamento, dentre elas o PRONAF-MULHER, criado desde 2003 e destinado às agricultoras e pescadoras, porém vinculadas à unidade de produção. Atualmente compõe um dos programas do II PNRA, lançado em 2003. A meta era alcançar até o ano de 2006, 400 mil novas famílias assentadas; 500 mil famílias beneficiadas pela regularização fundiária e geração de 2 milhões de empregos, além de garantir alguns direitos fundamentais como educação, saúde, energia e saneamento a homens e mulheres. Objetiva o reconhecimento da diversidade de segmentos sociais no meio rural e prevê a promoção de igualdade de Gênero (BRASIL, 2004).

Os dados do relatório *O Progresso das Mulheres no Brasil* (CEPIA; ONU Mulheres, 2011) apontam que em 2003, 5,5% da população urbana não tinha canalização interna de água em relação a 42,2% da população rural. Em 2009, a porcentagem da população que tinha canalização interna de água (urbana) caiu para 2,2 % e a população rural, ainda que tenha caído 10%, continua representando um número muito alto. Em relação à iluminação elétrica, a população urbana em 2009 correspondia a 0,1% da população em relação a 6,4 % da população rural. Sobre a coleta de lixo, 1,5% da população urbana não contava com a prestação deste serviço, contra 67,3% da população rural.

Siliprandi e Cintrão (2011) apontam que quase um terço dos domicílios rurais permanece sem canalização interna de água. As disparidades regionais são muito maiores do que entre os meios urbano e rural. Em relação à canalização interna de água, as autoras apontam que a situação dificulta sobremaneira todos os trabalhos domésticos de limpeza, lavagem de roupa e elaboração da comida que recaem sobre as mulheres. A falta de canalização interna é agravada nas regiões semiáridas nordestinas pela dificuldade de acesso à água, que penaliza especialmente as mulheres responsáveis por buscá-la. Embora o assentamento Mário Lago esteja localizado em cima do aquífero Guarani, esta é uma situação também vivenciada por estas assentadas.

É preciso salientar que a falta de água no nordeste, além de uma questão natural, é uma questão política. Mas a questão de falta de água no Mário Lago é única e exclusivamente política.

O núcleo que fica mais longe daqui. Até a portaria do assentamento, onde elas vão poder pegar uma van pra poder pegar o ônibus, isso dá sete quilômetros, a pé. Sete pra ir e sete pra voltar. Então, aí vai, vende a sua força de trabalho, volta pra cá. No tempo das águas, essas pessoas vão voltar pra descansar? Não! Ela vai plantar, porque agora, né? Então, eu tô vendo os meus vizinhos muito cansados. Eles estão trabalhando demais. Porque trabalham fora e aí vem e, aqui, trabalham no campo também. Eu qualifico esse trabalho precarizado bastante difícil, né? E não é que ele não vá existir, eu nem condeno que ele exista porque é a necessidade de cada família. Mas se fosse um assentamento mais estruturado, as pessoas teriam mais condições de estarem aqui. (Fala da dirigente Estadual do MST em entrevista para esta pesquisa)

Diante do exposto e a partir da fala da dirigente do MST, a questão de gênero sempre esteve presente na luta e esta envolve homens e mulheres, surgindo como uma necessidade para dar um olhar especial para a condição feminina.

A questão de gênero no movimento, assim como na sociedade de modo geral, passou por várias fases. Em 1992, fora constituído como o setor de gênero e, deste modo, passou a ser discutido dentro do MST no âmbito da formação regional, estadual e nacional.

Em 2006, a ocupação da Aracruz instituiu no movimento o dia 08 de março como um dia de luta de gênero e de classe, pois

[...] ele tem outro caráter, um caráter mais voltado ao agronegócio.

O protagonismo das mulheres nesta ocupação propicia a visibilidade da luta da mulher do campo (assentada – acampada).

A reflexão é que todas as lutas são lutas muito necessárias e importantes e que o movimento faz um conjunto de homens e mulheres.

Ao discutir o modelo do agronegócio que explora e oprime a homens e mulheres, o movimento propõem, por meio da ocupação, o questionamento do aparato do Estado no fortalecimento dessas empresas em detrimento daquilo que afeta a massa de trabalhadores e trabalhadoras de modo geral.

Agora, pra chegar nessa reflexão, imagina, é uma distância enorme... Tem toda a necessidade do tema da violência contra as mulheres, o salário maternidade, moradia, questões específicas das particularidades das mulheres e, pra chegar nessa reflexão e materializar numa ação como a da Aracruz, isso significa um processo que mexeu com a consciência das mulheres. Tipo assim, como é que um salário maternidade, que é uma coisa particular, ele se articula e dialoga com uma questão mais geral e que é uma questão geral que o todo do movimento não consegue se movimentar pra enfrentar. (fala da dirigente).

Como mencionado, a fim de dar visibilidade às reivindicações das mulheres e do Movimento como um todo, a ação de ocupação da Aracruz foi proposta com o objetivo de responder duplamente à situação das mulheres. Uma resposta política do movimento e uma resposta de gênero, no sentido da visibilidade e do apoderamento das mulheres na organização, ocupação e resposta à sociedade.

A gente começou a perceber que nós, enquanto movimento, estamos sempre presentes, mas sempre assumimos tarefas periféricas, quer dizer, nos ocupamos de cuidar das crianças, sempre com os doentes, fazendo a comida pro coletivo, na ciranda, mas não estamos construindo os barracos, não estamos em negociação com a polícia, nós não estamos cuidando da

segurança geral. Então, o processo organizativo do 08 de março, ele também nos fez uma reflexão de como nós podemos nos apropriar de alguns elementos que nos foram de alguma maneira tirados. (fala da dirigente).

Desta ocupação em diante, outras ocupações foram organizadas com o mesmo propósito. Em 2008 fora ocupada a Monsanto e, em 2009, a Cosamo. Isto em São Paulo. Noutras regiões, houve ocupações na Aracruz, na Vale do Rio Doce, dentre outros.

As ações são muito importantes, mas acontecem só num dia do ano, né? Então, por isso que eu falo que tem um passo enorme pra dar no cotidiano, organizativo, né? Que é desde a renda das mulheres, de como é que a gente influencia nisso, né?

A fala da dirigente do MST demonstra o quão político se mostra o movimento atual, como também demonstra o limite deste diante da sociedade burguesa. Esta, como verificado, lança mão sobre as condições materiais para manter submissos e subordinados homens e mulheres.

CAPÍTULO 4 LEVANTADAS DO CHÃO

El lenguaje es la frontera justa entre toda la vida interior del hombre y el mundo, y es el puente por donde nuestro interior y nuestras reacciones frente al exterior tiene acceso al mundo interior de los demás. Ese limite es, exactamente, lo más básico en la vida cultural humana, la primera ventana en nuestra vida de relación.
(cf. Fernando Lázaro Carreter (ed). Literatura y educación. Madrid. 1974 , 16)

4.1 Procedimentos Metodológicos

A dissertação que se apresenta é resultado de um processo iniciado em 2003, quando da transferência desta pesquisadora da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Campinas/SP para a Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho” na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais em Franca que, na ocasião, ingressou no Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA) sob a orientação da professora Dra. Raquel Santos Sant’Ana. O ingresso neste grupo de extensão contribuiu, por meio do Estágio em Serviço Social, para maior aprofundamento no conhecimento sobre a questão agrária e aproximação política e ideológica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Desta experiência, decorreu uma inquietação em relação à construção da identidade de gênero das mulheres assentadas/acampadas, posto que a realidade sob a qual estavam inscritas, possibilitou maior apreensão de objetividades, subjetividades e especificidades jamais antes percebidas, a apreensão da forma muito particular destas mulheres se verem, se reconhecerem, se organizarem e lutarem, ou seja, a forma de serem mulheres, forma singular e diferente daquilo até então por esta pesquisadora estudado. Movida por esta singularidade, o intuito foi verificar o movimento real, concreto e objetivo sob o qual se expressava esta “nova identidade”, se é que assim esta pode ser denominada.

No processo de realização da pesquisa defrontou-se com o aqui denominado de identidade de gênero – identidade de classe ou, nas palavras de Antônio Thomaz Júnior, “*a luta por dentro da luta*”. Verificou-se que a contradição principal, antes do ingresso das mulheres no MST, era a contradição de classe e que, a ideologia dominante, legitimava outras contradições (como a exploração, opressão, subordinação de gênero) para acirrar a contradição de classe, exercendo uma influência marcante/predominante sobre as atitudes individuais. Assim, de acordo com Branca Moreira Alves (1980), o fato de ser mulher, assim como ser negro ou homossexual, não elimina a barreira de classe. Para a autora, a linguagem, a história e as experiências estão inscritas pela luta de classes. Entretanto, não se limita a ela, “[...] uma mulher compreende aspectos psicológicos da relação de dominação que lhe impõe

o homem, quando relatadas ou observadas na vivência de outra que não pertence à sua classe” (ALVES, 1980, p. 39, grifo nosso).

Deste modo, verifica-se que as mulheres partilham da mesma condição biológica, física e social (condição de ser mulher), o que lhes denota uma mesma identidade na sociedade de classe, só que subdividida e, esta subdivisão será, em última instância, remetida novamente à estrutura de classes.

Buscando compreender como destas relações, em que de um lado se posta os possuidores dos meios de produção e do outro aqueles que, para sobreviverem, são “obrigados” a venderem sua força de trabalho, surgem as categorias sociais nas quais especificamente identificam-se as mulheres, cujas existências não se esgotam no âmbito das relações de classe propriamente dito, pois são portadoras de características físicas, culturais e sociais que as distinguem e especificam e que, manipuladas pela sociedade de classe justificam sua maior exploração, é que se realizou a pesquisa em três momentos.

Para realização da pesquisa foram utilizados dados secundários, baseados na revisão bibliográfica, na análise de documentos e, os dados primários, na pesquisa de campo que se desenvolveu por meio da observação participante e aplicação de entrevistas.

Em relação à pesquisa bibliográfica utilizou-se das referências do Serviço Social que abordam as categorias Trabalho, Políticas Sociais e Movimentos Sociais, a Antropologia, a Sociologia, a Geografia e a Psicologia, buscando aprofundamento nas categorias Gênero e Identidade. Destaca-se ser ainda incipiente a formulação teórica sobre estas categorias no Serviço Social, pois a produção teórica sobre a categoria gênero enquanto identidade tem sido analisada primordialmente pela psicologia e a antropologia. A incipiência em relação à produção no Serviço Social sobre estas categorias se dá porque é no marco da reabertura política que as mulheres passaram a ter maior visibilidade em relação às suas lutas, assim como também é neste período que o Serviço Social passa a se questionar enquanto profissão. Neste sentido, acredita-se ser um tema ainda muito novo.

A perspectiva materialista histórico-dialética circunscreveu esta pesquisa, tomando por referência dorsal os escritos de Marx e Lukács, objetivando contribuir para a discussão da identidade de gênero “construída” em um período determinado, em específico, na sociedade capitalista atual com seu modo de produção e reprodução, ou seja, opressão e exploração da força de trabalho. Depreendeu-se disto, a afirmação de que não há uma única identidade de gênero, mas identidades e, neste sentido, afirma-se a posição de Branca Moreira Alves (1980), isto é, a de que a apreensão do gênero enquanto categoria social significa sua apreensão como portadora de “particularidades tomadas” e escamoteadas pela sociedade capitalista e, neste

sentido, a opressão, exploração e subordinação a que estão submetidas as mulheres, são concretizadas por meio da estrutura que lança mão sobre a superestrutura.

De acordo com Branca Moreira Alves (1980), cada indivíduo apreende, em seu processo de socialização, a confrontar-se ou aceitar as regras de condutas estabelecidas por uma cultura que está relacionada ao real e às condições materiais de existência. Porém, não o espelha em sua verdadeira condição de base para relações de poder.

[...] o indivíduo internaliza o real conforme é revelado ideologicamente, isto é, não como um retrato da própria realidade, mas ao contrário, a realidade conforme é vivida por ele é que traduz através de sua experiência individual e da experiência expressa coletivamente por sua comunidade cultural (ALVES, 1980, p. 27).

Destarte, na sociedade de classes, para manter o poder da classe dominante, a concepção de mundo burguês é interiorizado nas classes subalternas por meio dos aparelhos ideológicos do Estado que, a fim de desconstruir a pseudo-realidade, buscou a observação participante.

Para a pesquisa de campo, num primeiro momento fora realizada a observação participante⁶⁶, devido ao fato de esta pesquisadora estar já há algum tempo distante da realidade objeto de análise da pesquisa e por considerar que esta técnica possa, com o “[...] *processo pelo qual a interação da teoria com a prática concorre para a transformação ou implementação do meio pesquisado*” (QUEIROZ et. al, 2007, p. 278, grifo nosso), ser utilizada como forma de aproximação. Esta fora necessária, porque além de propiciar contato com a realidade na qual se inscreviam as mulheres (sujeitos desta pesquisa), possibilitou contato afetivo com algumas delas. Neste sentido, esta técnica pode contribuir para que a pesquisadora partilhasse do cotidiano das assentadas podendo, dessa forma, sentir o que significava estar naquela situação.

Da observação participante, surgiu naturalmente a possibilidade da história de vida, já que

[...] algumas das mulheres que seriam entrevistadas se dispuseram naturalmente a relatar suas histórias e trajetórias no processo de organização e participação no MST.

⁶⁶ Nesta fase, a pesquisadora permaneceu três dias no Assentamento no intuito de estabelecer uma relação com os assentados. Cada entrevista exigiu, no mínimo, a permanência de dois dias, possibilitando um convívio direto com as assentadas.

Todavia, pelo tamanho e extensão da proposta (deste trabalho) e também por se acreditar que para este momento (para a realização da pesquisa) era impossível alcançar a dinâmica social a qual estas mulheres estão inscritas, diante da própria limitação do que seja uma dissertação e da função a qual objetiva-se dirigir, ou seja, a Sociedade, a Ciência e a Universidade, optou-se pela aplicação de entrevista com questionário semi-estruturado.

Neste sentido e conforme Deslandes (1998, p. 43) em relação à definição da amostragem para coleta dos dados primários, questionou-se: quais indivíduos sociais têm uma vinculação para o problema a ser investigado? Em conformidade com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), foi possível concluir que seriam as mulheres que tivessem acompanhado o processo de transição do Acampamento para Assentamento (ou seja, que estivessem pelo menos a mais de 5 anos no Mário Lago) e/ou que tivessem participado das instâncias organizativas do MST (coletivos, setores ou direção). Cabe destacar, que também fora acordada com a organização do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Assentamento Mário Lago, a abrangência do maior número possível de mulheres para este trabalho.

Portanto, a amostragem da pesquisa foi definida pela escolha intencional dos sujeitos significativos, sendo eles 28 mulheres. No entanto, as entrevistas foram realizadas apenas com 22 e os motivos que fizeram com que nem todas fossem ouvidas são variáveis, partindo inicialmente da dimensão geográfica do Assentamento, da falta de estrutura da pesquisadora (problemas de locomoção interna dentro do Assentamento), do curto tempo para as entrevistas, da dificuldade de agendamento com as mulheres, até problemas pessoais das entrevistadas, tais como saúde e trabalho.

Cabe destacar, que acredita-se não ter havido prejuízo na coleta de dados, pois todos os componentes que deveriam ser analisados na estrutura organizativa, política e social do Assentamento, foram contemplados.

Destarte, participaram representantes da coordenação do Mário Lago, dos Setores de Saúde, Educação e Gênero, da Associação, Coordenação regional e Estadual, Assentadas de curto e à longo tempo (desde a fase de Acampamento), Coordenação de Núcleo, Jovens Adultas, Casadas, Divorciadas, Solteiras, Mães, Avós, Mulheres que trabalhavam dentro e/ou fora do Assentamento, dentre outros. Essas informações poderão ser observadas nos gráficos anexados neste trabalho.

A pesquisa de Campo teve início em Outubro de 2010 a partir do contato estabelecido com a coordenação do MST no Mário Lago, perdurando até Fevereiro de 2011 quando se pode avançar com a apresentação do Projeto de Pesquisa, a proposta para o Assentamento, a

técnica de pesquisa a ser aplicada e os sujeitos participantes. Isto feito, iniciou-se a observação, finalizada no mês de Março com a elaboração do questionário para entrevista semi-estruturada, que respondesse às indagações do Movimento em relação à Questão de gênero.

Tendo em vista a preocupação em tornar representativa e democrática a participação dos sujeitos da pesquisa e buscando atingir o maior número possível de representações, optou-se pela utilização de entrevista com aplicação de questionário com perguntas abertas, o que possibilitou capturar as formas como as participantes apreendem o que é ser mulher, sua resignificação a partir do ingresso no MST e qual resposta às demandas a elas específicas por parte do Estado. A opção por esse tipo de entrevista se deu porque à este instrumento combinam perguntas abertas e fechadas, onde o entrevistado (sujeito da pesquisa) tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. Assim, segue-se um conjunto de questões previamente definidas. Malgrado, o objetivo era criar contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. Neste sentido, atentou-se em dirigir a discussão para o assunto pertinente à pesquisa e também elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto, delimitando, assim, o volume das informações, obtendo um direcionamento maior para o tema. As entrevistas foram gravadas e transcritas.

Para preservar o sigilo das informações e dos sujeitos da pesquisa, as entrevistadas foram designadas por nomes de flores.

Em abril, por se tratar de um mês de expressiva visibilidade da Luta dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Abril Vermelho⁶⁷), não houve atividades de pesquisa no Assentamento. A pesquisa de campo fora retomada em Maio de 2011 e concluída em Outubro do mesmo ano. As visitas ao Assentamento eram realizadas geralmente uma vez por mês devido à distância entre Uberaba (cidade em que reside a pesquisadora) e Ribeirão Preto, às condições financeiras e de trabalho da pesquisadora, além das necessidades das Assentadas e do Movimento em relação ao agendamento, quer dizer, era preciso organizar pequenos grupos de mulheres para realização dessas entrevistas, porém, cada entrevista era feita de forma individual. O assentamento Mário Lago é dividido em Núcleos e, dessa forma, não havia possibilidade de visitar dois num único dia, dada a distância entre eles e a falta de condução dentro do Assentamento, agrega-se a isto, a própria dinâmica do cotidiano das mulheres.

⁶⁷ O mês de Abril é reconhecido como o mês de intensificação da luta pela reforma agrária pelos Trabalhadores Rurais Sem Terra, escolhido em homenagem aos trabalhadores rurais mortos em 2006 no massacre de Eldorado de Carajás.

A despeito das considerações tecidas acima, objetiva-se destacar que, para além da própria natureza, especificidade e relevância da pesquisa e dos dados coletados, muitas vezes moldados nas Ciências Sociais (destaque para o Serviço Social) que supõem neutralidade, esta é aqui apresentada como resultado de um sistema de representações teórico-ideológico, ou seja, permeada por relacionamentos interpessoais, comunicativos e simbólicos. A pesquisa é aqui apreendida de acordo com Thiollent (1980, p. 23, grifo nosso), “[...] *como comunicação de informação num determinado espaço sóciopolítico configurado em formas que variam segundo as populações, os problemas investigados, seu relacionamento com o poder, grupos e instituições de pesquisa, os interesses que estão em jogo.*”

A pesquisa apresentada é resultado de um processo histórico e social que é material, não porque ora teoriza-se sobre ele, mas porque é exterior, porque parte das relações sociais concretas e objetiva debruçar-se sobre este objeto (identidade de gênero). Partiu, portanto, de uma experiência concreta e objetiva, tal qual o próprio objeto. Analisá-lo para além de um ato científico também se configurou como ato político, não porque objetiva-se dar voz a quem muitas vezes se diz calado, mas para ampliar a sonoridade desta fala.

4.1.1 Caracterização do Universo da Pesquisa

De acordo com Gonçalves e Scopinho (2009, p. 3), desde 1980 o nordeste do Estado de São Paulo tem implantado um modelo de desenvolvimento da agricultura que se configura como um exemplo vivo das transformações colocadas pelo processo de modernização da agricultura brasileira. Ao relacionar uma agricultura de alto valor comercial, sobretudo nas atividades dos complexos agroindustriais da cana-de-açúcar e da laranja, as precárias condições de trabalho e ambiental apresentam também sérios problemas do ponto de vista social e ambiental, Alves (1991), Ferrante (1991), Silva (1999), Scopinho (2003).

Localizado no Nordeste do estado de São Paulo, a 313 km da capital, o município de Ribeirão Preto possui uma área territorial, de acordo com o IBGE, de 650, 37 Km², sua população, em 2008, foi estimada em 558.136 habitantes, sendo que em 2000, a população rural representava cerca de 0,42% da população total. O município tipicamente urbano tem suas principais atividades centradas no comércio e na prestação de serviços. No entanto, o dinamismo dessas atividades sofre grande influência das atividades produtivas desenvolvidas ao seu redor.

De acordo com Souza (2008 apud BELLENTANI, 2010), a região administrativa de Ribeirão Preto conta com 25 municípios e a maior parte da área agrícola da regional é

utilizada para o cultivo de lavouras temporárias. Exemplo concreto se configura por meio do monocultivo da cana-de-açúcar, onde sua expansão sobre áreas tradicionalmente utilizadas com culturas perenes e anuais, café e pastagens fez com que, desde o Proálcool, implementado nos anos 1970, a mesma assumisse um patamar de extrema importância na apropriação de terras agrícolas na região.

Conhecida nacionalmente como “Califórnia Brasileira”, Ribeirão Preto desde a década de 1980 tornou-se foco de migração de enormes contingentes populacionais. O que acreditase ter contribuído para alteração nas relações sociais de trabalho.

De acordo com Gonçalves e Scopinho (2009, p. 3):

[...] são evidentes a precarização nas relações de trabalho no campo e a degradação dos recursos naturais - fez com que o debate sobre as questões agrária, agrícola e ambiental convergissem para um mesmo campo, qual seja, o do desenvolvimento do meio rural. Resultantes de um mesmo processo, essas questões podem ser analisadas em conjunto, o que poderá lançar novos questionamentos sobre a problemática do desenvolvimento rural na região de Ribeirão Preto.

Neste quadro, como aponta Ramos (2009 apud BELLENTANI, 2010), o agronegócio em Ribeirão Preto tem sofrido um processo expansivo. De acordo com Bellentani, entre 2002 e 2007, a média de áreas incorporadas ao setor sucroalcooleiro, particularmente no Escritório de Desenvolvimento Rural/Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SP) de Ribeirão Preto, era de 27.000 hectares a cada ano (AGRIANUAL, 2007). Entretanto, este processo fora intensificado com o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) implementado e legalizado a partir de 2005, o que ampliou o número de créditos ao setor, aproximando investidores internacionais e consolidando o processo de desnacionalização produtiva, mas fundamentalmente impingindo rotinas e padrões técnico-produtivos aos trabalhadores.

De acordo com Bellentani (2010, p. 53):

Neste sentido, o aspecto econômico no qual está focado esse modelo técnico produtivo, pautado em uma lógica limitante e fragmentada do conjunto de técnicas que compõem a sociedade atual, fortalecendo relações pragmáticas e o cientificismo, no controle produtivista da natureza e do trabalho humano. Revelando, portanto, uma perspectiva “assessória” que o trabalho vivo tem no processo de produção. A máquina e a velocidade determinam o processo produtivo, autômatos os trabalhadores se vinculam aos instrumentos, apêndices do que se processa como “lógica de desenvolvimento” que sintetiza-se intensamente em trabalho morto.

Destarte, o avanço técnico modernizador do campo erigido pelo ideário liberal afirma que a base do desenvolvimento do campo está no desenvolvimento do setor sucroalcooleiro. Entretanto, esta base travestida de modernidade esconde as premissas de eficiência e competitividade.

Neste sentido, o discurso objetiva a crença de que a truculência e o atraso no campo têm um lugar preciso no passado. Assim, apontam como base de crescimento econômico o dinamismo empreendedor, este “[...] *seria capaz de gerar renda e empregos no campo, transformando as relações arcaicas e velhas em um sistema, com modernas técnicas*” o que, de acordo com Bellentani (2010), obscurece as intensas formas de deterioração do trabalho, baixa a expectativa de vida dos trabalhadores e precariza as condições laborais dos mesmos, uma vez que passam a receber seus salários por produtividade. Este sistema produtivo, aponta Bellentani (2010), impõem práticas e rotinas de trabalho que causam desde problemas respiratórios provocados pela queima da cana-de-açúcar, até a extenuação da biodiversidade, por meio da aniquilação de matas e rios, exaustão dos solos e consequente alteração climática.

Frente a este modelo, está o modelo de ocupação da terra organizada pelo MST. O MST no Brasil tem estabelecido formas de luta e resistência ao modelo agroindustrial e, na região de Ribeirão Preto, atua por meio dos assentamentos Mário Lago, Sepé Tiarajú e Aparecida Segura.

O processo de ocupação da terra da fazenda da Barra que deu origem ao Assentamento Mário Lago (lócus desta pesquisa) teve início em 02 de agosto de 2003. Na ocasião, já existia um laudo de improdutividade da área feito pelo INCRA e pelo ITESP em 2000, à pedido do Ministério Público Estadual. Após 4 anos de luta e pressão política, em maio de 2007 a Fazenda da Barra tornou-se um assentamento de Reforma Agrária. A partir deste processo foi instituído por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que este assentamento seria o décimo com modelo de Desenvolvimento Sustentável. De acordo com o MDA, o PDS garante o manejo ecológico e sustentável da terra, sendo esta uma alternativa ao modelo tradicional de agricultura, por meio de uma série de estratégias produtivas e organizativas que levam em conta a recuperação do meio ambiente (MDA, 2006).

O projeto de assentamento aprovado pelo MST, baseado na comuna da terra, prevê dentre outras coisas a posse coletiva da terra inviabilizando a prática de arrendamento, bem como a preservação da mata (reserva legal) de 35% da área e que toda produção seja ecológica. Por estar localizado em cima do aquífero Guarani, o Assentamento Mário Lago objetiva sua preservação.

O termo de conduta ambiental fora assinado em 2009 e nele consta compromisso das famílias assentadas tais como a organização da comunidade através de Núcleos; da Coordenação Geral; das Associações; das Cooperativas; dos Grupos de Produção e Setores (Educação, Cultura, Saúde, Produção, etc); da proibição à venda de lotes, arrendamentos ou parcerias indevidas (a terra é pra quem nela trabalha e não para especulação financeira); da produção de alimentos saudáveis sem a utilização de agrotóxicos, estimulando a prática da agroecologia; da busca por formas de beneficiar os produtos e disponibilizá-los para a sociedade através da comercialização e do reflorestamento e preservação ambiental, destinando 35% da área para Reserva Legal com plano de manejo sustentável em parte da área através do Sistema Agroflorestal (SAF). A lei atual obriga a destinação de 20% para a Reserva Legal, mas devido ao fato de o assentamento estar localizado numa área de recarga do aquífero Guarani, as famílias optaram por uma preservação ainda maior. Já entre os compromissos de Estado, viabilizados por meio do INCRA, o termo de conduta ambiental ratifica realizar obras de infra-estrutura para efetivação do assentamento (manutenção das estradas, captação e distribuição de água, projeto de eletrificação junto à CPFL, etc.); disponibilizar recursos de fomento aos assentados; buscar linhas de crédito para os projetos produtivos e de geração de renda das famílias assentadas; buscar projetos para a preservação ambiental com a distribuição de mudas arbóreas, capacitação e acompanhamento à implantação dos SAFs que integram a área de Reserva Legal; garantir a assistência técnica aos assentados voltada à Agroecologia e de maneira permanente; respeitar à organização da comunidade e os espaços coletivos de tomada de decisões e buscar parcerias junto aos demais órgãos governamentais na esfera municipal, estadual e federal para a realização do projeto de assentamento, principalmente em relação à construção da escola, do posto de saúde e áreas culturais. (Dados do Termo de ajustamento de Conduta ambiental celebrado entre o INCRA e os Assentados do Mário Lago)

Atualmente há, na área do Assentamento, 424 famílias cadastradas. Entretanto, há uma divisão política dentro dele que assim se configura: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (264 famílias); Movimento de Libertação dos Sem Terra – MLST (116 famílias) e uma associação independente de trabalhadores rurais intitulada “Índio Galdino” (44 famílias). (Dirigente Estadual do MST em entrevista para esta pesquisa).

4.1.2 Caracterização dos Sujeitos da Pesquisa

A construção da categoria Gênero se dá através das dinâmicas das relações sociais, como discutido amplamente nesta pesquisa. É por meio da intervenção conjunta entre os sexos macho e fêmea que se produz a existência social das sociedades. Entretanto, é por meio da intervenção conjunta entre os dois gêneros (masculino e feminino) que a sociedade desenvolve seus modos de produção e reprodução social. Estas são, de acordo com Marx, determinadas. Independente da vontade do Homem, mas dependente do grau de desenvolvimento das forças produtivas e materiais.

De acordo com Carloto (mimeo) é a partir do desenvolvimento da base real-estrutura (econômica) que se desenvolve a superestrutura, ou seja, os complexos jurídico, político e religioso que correspondem à formas determinadas de consciência. Para Marx, *“não é a consciência que determina a realidade, é a realidade que determina a consciência”*.

Em relação às relações de gênero na sociedade capitalista contemporânea atual, estas têm se dado de forma desigual. Toma-se por base critérios sexistas, racistas, classistas, partindo-se de uma perspectiva individualista que atribui ao indivíduo a responsabilidade por sua existência, ainda que os critérios para acessar os bens mínimos para esta existência (sobrevivência) seja racista, classista e sexista. De acordo com Safiotti (2004, p. 210, grifo nosso), *“[...] trata-se de uma história e de suas relações sociais, perpassadas por antagonismos e contradições de gênero, classe, etnia e orientação sexual.”*

Neste caso, trata-se de uma dicotomização entre os gêneros que tem sido construída/ratificada pela sociedade capitalista como algo natural e necessário. Ao dicotomizar as relações de gênero, às mulheres têm cabido a esfera doméstica e ao homem a esfera pública. Esta separação, de acordo com Izquierdo (apud/ Carloto, mimeo), converte estas duas esferas (público e privado) em atividades que se desenvolvem em cada um delas de forma alienada, pois uma carece de sentindo à outra.

De acordo com a autora, *“[...] a questão não é tanto estabelecer valorações a respeito da importância relativa de uma das esferas, mas assimilar que linearmente e circularmente, sobrevivência e existência não são outra coisa, que não a cara da mesma realidade.* (CARLATO, 2010, online).

Malgrado, na sociedade capitalista tem sido a partir da valoração (público-político/privado-doméstico) que as relações de gênero tem se estabelecido a partir de um sistema hierárquico, dando lugar à relações de poder, donde o masculino não é somente diferente do feminino, mas é melhor e maior.

De acordo com Souza-Lobo (1991), foi com a divisão sexual do trabalho que as práticas de opressão e subordinação de um gênero (masculino) se preponderou em relação ao outro (feminino), assumindo formas conjunturais e históricas construídas a partir de práticas sociais de assimetria dos gêneros.

Em relação às relações de gênero no campo, Vera Botta Ferrante (1982) aponta que, mesmo não sendo menos importante o estudo sobre a participação feminina no trabalho no campo, este tem sido pouco explorado. Todavia, como é próprio da sociedade capitalista sua contradição e antagonismo, desde a década de 1960 as mulheres têm se organizado em torno de melhores condições de vida e trabalho, também para serem reconhecidas enquanto categoria social.

Esta organização se refletiu em diversos segmentos sociais como habitação, saúde, trabalho, cultura, esporte, lazer, dentre outros que, embora apresentem enormes desigualdades, têm conseguido assegurar vários direitos sociais, políticos e econômicos. Exemplo disto é a secretaria especial de políticas públicas para mulheres com status de ministério criado pelo Governo Lula em 2003.

Como sujeitos coletivos, as mulheres, em torno dos movimentos sociais dos quais passaram a fazer parte e ter importante contribuição, conseguiram em 2004 e 2007 realizar, por meio da secretaria especial de políticas públicas, as Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres. Destas resultaram os Planos Nacionais I e II de Políticas para essa categoria.

De acordo com Cintrão e Siliprandi (2011, p. 188):

[...], houve significativa participação das mulheres rurais, que exigiram políticas que as beneficiassem como trabalhadoras e como moradoras do meio rural, enfocando problemas tais como o acesso à documentação civil, a terra, ao crédito, à assistência técnica e à organização produtiva. As mulheres trouxeram ainda para as conferências suas preocupações com relação às questões ambientais, com a falta de infraestrutura no meio rural e com o enfrentamento da violência contra a mulher. Seu aparecimento público nesses eventos se deu na forma de múltiplas identidades e organizações. Sindicatos, federações, associações, cooperativas, e diferentes grupos de base e movimentos sociais trouxeram as reivindicações de acampadas, assentadas da reforma agrária, agricultoras familiares, quilombolas, pescadoras artesanais, extrativistas, indígenas, ribeirinhas, quebradeiras de coco babaçu, ou simplesmente “mulheres do campo e da floresta”.

Inserem neste contexto, as mulheres do Assentamento Mário Lago. Como mais adiante se discute nas entrevistas, as mulheres têm buscado, por meio dos movimentos sociais

dos quais fazem parte, pontuar em suas agendas a particularidade da luta na qual estão inscritas enquanto categoria social. Neste sentido, objetivou-se compreender e apreender como, por meio da ideologia (patriarcal, machista, heterossexista burguesas), tem-se construído uma determinada estrutura social que ao mesmo tempo é fruto e instrumento legitimador das condições materiais de existência que passa do *abstrato*, “conjunto sistematizado de idéias e de significados” ao *concreto*, no qual esta ideologia se revela através de fatores que se institucionalizam e fazem penetrar na sociedade a subordinação e inferioridade feminina. A partir disto se deu a caracterização do universo e dos sujeitos dessa pesquisa.

Acredita-se que esta caracterização facilitará a análise da pesquisa que compõe sua totalidade.

A) Sobre a idade e Escolaridade

De acordo com Cintrão e Siliprandi (2011), entre 1992 e 2002 houve melhoria generalizada no acesso à educação para o conjunto da população brasileira (homens e mulheres das áreas rural e urbana). A análise da evolução dos dados de educação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) no período, aponta queda na taxa de analfabetismo e aumento nos anos de estudo, aproximando ainda mais os índices referentes à mulheres e homens.

As mulheres rurais permanecem com índices educacionais ligeiramente superiores ao dos homens rurais. O analfabetismo teve uma redução em torno de cinco pontos percentuais em nível nacional, sendo que nas zonas rurais do Nordeste esta redução foi entre 7 e 8%. No entanto, permanecem analfabetos mais de um terço dos homens rurais (35%) e mais de um quarto das mulheres rurais (28%)

Em relação ao assentamento Mário Lago, das 22 entrevistadas, 5 mulheres têm ensino fundamental de 5ª à 8ª série incompleto, 6 responderam ter o primário completo (que corresponde ensino de 1ª à 4ª série), 4 não responderam até que série haviam estudado; 5 mulheres responderam ter cursado até a 3ª série do ensino médio e 2 cursaram o ensino superior. Não há como relacionar os dados coletados ao grau de escolaridade masculina no assentamento devido à particularidade da pesquisa e por não haver no assentamento dados que discorram sobre esta situação.

De acordo com Cintrão e Siliprandi (2011), no total da população rural brasileira, entre 2003 e 2009, baixou de 24% para 20% o percentual da população rural com menos de

um ano de instrução e aumentou de 33% para 42% a população com 5 ou mais anos de estudos.

Para Bergamasco (1997), na década de 1997 no Brasil, a média apresentada para assentamentos era de 34% de analfabetos/alfabetização incompleta e o mesmo para o percentual de titulares com o ensino primário incompleto. De acordo com a autora, no Estado de São Paulo registravam-se 29,7% de titulares que não chegavam a completar o ensino primário. Cabe destacar que esse quadro não vinha se alterando. Bergamasco aponta que *“97,6% do total de titulares dos lotes nos assentamentos no Brasil estão fora de qualquer programa de estudos, o que indica não haver existência de um programa minimamente consistente de educação de adultos nos assentamentos Brasileiros.”* (BERGAMASCO, 1997, p. 41, grifo nosso).

Para realização desta pesquisa não foram coletados dados mais atuais sobre a educação no campo. Entretanto, no Assentamento Mário Lago é possível encontrar a proposta do ALFASOL⁶⁸, que atua através de diversos programas tais como educação de jovens e adultos, educação digital, fortalecimento do EJA, dentre outros.

Em relação à situação familiar, 48% das mulheres são casadas, 14% afirmam serem amasiadas, 10% solteiras, 5% amigadas, 10% divorciadas e 14% viúvas. É importante destacar que as nomeações foram estabelecidas pelas próprias assentadas que assim preferiram se denominar.

B) Sobre as idades

Como demonstrado no relatório, o progresso das mulheres no Brasil e seu perfil da força de trabalho vêm mudando. Se em 1970 o quadro demonstrava que o mercado de trabalho era ocupado primordialmente por jovens, solteiras e sem filhos, na atualidade essa

⁶⁸ De acordo com as informações do site da Instituição, Alfasol é uma entidade da sociedade civil criada em 1996 com a missão de disseminar e fortalecer o desenvolvimento social por meio de práticas educativas sustentáveis. Com um modelo simples de alfabetização inicial, inovador e de baixo custo, baseado no sistema de parcerias com os diversos setores da sociedade, a organização trabalha pela redução dos altos índices de analfabetismo no país (da ordem de 13,6 % segundo o censo de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE). Sua missão contempla ainda a ampliação da oferta pública de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil. Em 2010, de acordo com as informações do site, a AlfaSol registrou o atendimento de 5,5 milhões de alunos em 2.205 municípios brasileiros, além da capacitação de 257 mil alfabetizadores. Um trabalho que, até 2010, contou com a parceria de 162 empresas e 41 Instituições de Ensino Superior (IES). De acordo com uma das educadoras do programa, há uma seleção de educadores baseado nos anos escolaridade e pela atuação junto ao movimento. Estes têm que buscar os alunos e incentivá-los a dar continuidade aos estudos. Os educadores recebem uma bolsa mensal para o desenvolvimento do trabalho. Cabe destacar que há outras formas de educação no Assentamento: a proposta da Ciranda, o EJA e a parceria direta com as Universidades. Já foram desenvolvidos projetos de educação de jovens e adultos em parceria com a USFCAR (Universidade Federal de São Carlos) e a UNESP por meio do Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA).

situação vem se alterando. De acordo com Bruschini (2011), hoje também há uma inserção significativa da força de trabalho de mulheres mais velhas, mães e casadas. Em relação à constituição dos sujeitos da pesquisa é possível verificar que estas (mulheres) também se encontram nesta situação. Se relacionarmos os dados abaixo, verifica-se que todo universo dos sujeitos compõe-se de mulheres com idade acima de trinta anos. 75% delas se encontra em situação de cônjuge e todas têm filhos. Além disto, quase todas eram também provenientes do mercado de trabalho urbano, como se verifica nos gráficos abaixo.

O processo de inserção do gênero feminino na luta pela terra pode ser apreendido também através dos processos de transformação do trabalho no campo, como já pontuado neste trabalho. Ao inserir a força de trabalho feminino, este “contribuiu” para o aumento da massa desempregada, assim como o que ocorreu com o homem que deixou sua condição de colono na terra e passou à condição de assalariado. Neste processo, como pontuado por Maria Aparecida Silva (1999) e por Martins (1986), as mulheres juntaram-se à massa circulante.

Em relação às idades, foram entrevistadas mulheres entre 32 e 64 anos de idade.

C) Número de Filhos

Em relação ao número de filhos e conforme o gráfico, é possível verificar que as mulheres têm uma média de 2 à 3 filhos. Embora tenha-se encontrado mulheres com número superior à 5 filhos, esta situação não se configurava mais como regra. De acordo com os dados do IBGE (2011), o Brasil tem acompanhado uma tendência mundial de desaceleramento do crescimento demográfico nas últimas décadas. Esse processo é decorrente principalmente da queda constante da taxa de fecundidade (que representa a quantidade de filhos que cada mulher tem na vida). Em 2009, a densidade demográfica no Brasil era de 22,5 habitantes por quilômetro quadrado.

De acordo com os dados do IBGE, neste ano de 2012 a taxa foi de 2,33 filhos por mulher. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2009 mostra uma elevação na taxa de fecundidade no Brasil que ainda continua abaixo do índice de reposição que é de 2,1, mas aumentou em comparação com 2008, passando de 1,89 para 1,94 filho por mulher em 2009. Mesmo tendo crescido, esse número reforça a tendência à queda na taxa de natalidade, mas, em curto prazo, não significa uma estagnação populacional, pois existe uma larga faixa de população em plena idade reprodutiva – são mais de 50 mil mulheres entre 15 e 49 anos que representam mais de 50% do total de mulheres do país, o que faz com que haja mais nascimentos do que mortes.

Malgrado, a situação pode mudar daqui a 20 anos se for mantido o atual ritmo de natalidade, quando a **população do Brasil** deve parar de crescer. O Brasil contará em 2050 com uma população total de cerca de 218,5 milhões de pessoas.

Acredita-se que a queda da natalidade também entre as mulheres do campo se dê porque estas, além de ocuparem mais o “mercado de trabalho”, dentro ou fora do campo, vêem este na atualidade como uma categoria estranha e alheia aos processos de sociabilidade, quer dizer, independente do espaço sócio-ocupacional. Seja no meio rural ou urbano, o trabalho se coloca à maioria da população como um processo extenuante, degradante e, estranho ao homem e à falta de expectativas em mudanças significativas nas condições materiais e estruturais de vida, impulsiona ao estranhamento da generezidade humana, bem como reprodução da natureza. Algumas mulheres que participaram da entrevista pontuaram que, embora tivessem muitos irmãos, tinham poucos filhos porque tinham medo do que poderia acontecê-los no futuro.

Este medo estava relacionado à violência a que estão expostos na cidade (morando em favela) e/ou no campo (nos assentamentos e acampamentos), visto a forma com que eram tratadas pela sociedade (compreendem-se os aparelhos do Estado).

Em relação ao número de filhos, duas mulheres tinham apenas 01 filho cada; cinco mulheres 02 filhos; quatro mulheres 03 filhos; seis mulheres tinham 04 filhos cada; uma mulher não se pronunciou e as demais tinham mais de 05 filhos.

D)Titulares do Lote

Em relação à titularidade, 100% das entrevistadas afirmaram serem titulares dos lotes. Neste sentido, se em 1997 Bergamasco (1997) apontava que 85% dos beneficiários da reforma agrária eram homens e que o acesso das mulheres à reforma agrária, apesar da constituição de 1988, era a marca da exclusão e da violência a que estavam submetidas, hoje, apesar das limitações dos assentamentos, estas são também titulares dos lotes, o que se configura como a **Grande Conquista** das mulheres do campo.

Desde 2003, o Programa Nacional de Reforma Agrária, por meio do INCRA, ampliou os direitos das mulheres a terra. A portaria Nº 981 estabeleceu a Titulação Conjunta Obrigatória da Terra nos lotes de assentamentos da reforma agrária. Os procedimentos de Inscrição de Candidatos (as) na Implantação de Projetos de Reforma Agrária, no Cadastro das Famílias nas Áreas de Regularização Fundiária e de Titulação e no Certificado de Cadastro de

Imóvel Rural passaram a incluir, em caráter obrigatório, mulheres e homens, independente de estado civil. Famílias chefiadas por mulheres passaram a ter preferência na Sistemática de Classificação das Famílias Beneficiárias da Reforma Agrária.

O Sistema de Processamento de Informações da Reforma Agrária (Sipra) aponta que, entre 2003 e 2007, o índice de mulheres titulares de lotes da reforma agrária avançou de 24,1% para 55,8% e o total de mulheres chefes de família em relação ao total de beneficiários/as passou de 13,6% em 2003 para 23% em 2007.

A titularidade da terra também no nome da mulher significa um grande avanço em relação ao acesso à terra e ao território, pois por muito tempo constou como reivindicação fundamental da maioria dos movimentos de mulheres rurais, evidenciando a sua importância enquanto recurso básico para a produção e reprodução destas famílias.

De acordo com Cintrão e Siliprandi (2011, p. 195):

Esta é uma reivindicação que unifica homens e mulheres, compondo a pauta mais geral de luta dos movimentos sociais rurais. Embora muitas vezes invisíveis, as mulheres participam tanto das lutas pela terra quanto em lutas pelo direito à manutenção do seu modo de vida e de acesso aos recursos naturais, que dependem do acesso ao território.

Tomando como referência os dados do último Censo Agropecuário de 2006 realizado pelo IBGE, as autoras concluem que a concentração fundiária continua sendo uma realidade no meio rural brasileiro, pouco tendo avançado para sua superação⁶⁹ e afirmam que a conquista pela titularidade da terra significou um enorme passo das mulheres. O direito a terra e a legalidade desta posse (documentação) é especialmente importante para as mulheres nos casos de separações, abandono ou morte dos maridos ou companheiros, por ser comum, no meio rural, a prática dos homens (titulares das terras) permanecerem na terra após a separação, com a saída da mulher e dos filhos.

“A titularidade conjunta evita a venda da terra ou sua inclusão como garantia de empréstimos pelos homens, sem o conhecimento de suas esposas ou companheiras.” Assim, Cintrão e Siliprandi (2011, grifo nosso) apontam que para o movimento de mulheres a propriedade da terra pesa na capacidade das mulheres influenciarem nas decisões econômicas da família. A titulação conjunta dos lotes ou a chefia dos mesmos auxilia ainda na

⁶⁹ O índice de Gini, utilizado para medir a concentração de terras, manteve-se praticamente o mesmo entre 1995 e 2006, passando de 0,857 para 0,856. De acordo com Hoffmann; 2010 (apud Cintrão e Siliprandi, 2011), as propriedades com menos de dez hectares representavam mais de 47% do total de estabelecimentos, mas ocupam apenas 2,36% da área total dos estabelecimentos agropecuários, ou seja, 7,8 milhões de hectares. Na outra ponta do espectro fundiário, os estabelecimentos com áreas acima de mil hectares somam apenas 0,91% do número total de estabelecimentos, mas detêm mais de 44% da área total, concentrando 146,6 milhões de hectares.

comprovação da situação de “trabalhadoras rurais” das mulheres assentadas, facilitando seu acesso aos benefícios da Previdência Social.

Cabe destacar que a titularidade em si não altera as relações de dominação existentes anteriormente no interior da família.

Assim, para Cintrão e Siliprandi (2011, p.197):

Embora o processo de luta pela terra envolva uma agenda muito mais extensa de questões, não estritamente ligadas à terra, incluindo a discussão sobre o lugar da mulher e seus direitos específicos (titulação, crédito, saúde, educação), e mesmo que as formas de dominação na família sejam “suspensas” nos momentos de luta, elas tendem a se refazer na volta ao cotidiano, após a concretização do assentamento. Há dificuldade de manter os laços de solidariedade que se constituem nos períodos de mobilização da luta pela terra. O rompimento da subordinação de gênero depende de um trabalho cotidiano de ressocialização que nem sempre tem continuidade na vida do assentamento

Como será visto nas análises das entrevistas, muito mais que romper com a dominação patriarcal da família é preciso que o Estado crie mecanismos de participação efetiva das mulheres. Por meio da fala das entrevistadas, a própria proposta de implementação do Assentamento do Estado fragiliza e enfraquece as mulheres, pois uma das questões que se coloca no cotidiano de suas vidas é como lutar por particularidades, se todo Assentamento passa fome e sede. Segundo elas, é preciso lutar primeiro por todos, mesmo que este *Todos* represente “um pouco menos nós mesmas”.

E) Tempo em que está no Assentamento Mário Lago

Em relação ao tempo no Mário Lago, 02 mulheres não responderam; 01 está no Mario Lago há três anos e 17 mulheres afirmaram estarem nele a mais de 05 anos, tempo que possibilitou acompanharem o processo de transição. Destacaram a dificuldade em viver na fase de Acampamento e também, agora, no Assentamento, diante de infraestrutura tão precária.

Ainda que aqui não se tenha pontuado sobre a produção das mulheres assentadas, 100% delas, mesmo que agregando o trabalho fora do assentamento, afirmaram lidarem com a roça. O assentamento conta com uma associação (AMAPRE - Associação de Mulheres Produtoras Rurais) e um projeto incipiente de uma cozinha industrial para o beneficiamento dos produtos produzidos no Assentamento.

Neste sentido, assim como as pesquisas que enfocam as experiências das mulheres agricultoras em grupos produtivos, também as mulheres do Assentamento Mário Lago encontram-se, em relação à produção, em situação informal, que é esporádica, pois se reúnem apenas em períodos de safra ou de entressafra, além do condicionante da chuva e/ou do precário acesso à água.

Em relação ao financiamento, este é quase sempre obtido junto às organizações não governamentais⁷⁰. Muitas vezes, envolvem o trabalho voluntário das mulheres na expectativa de obtenção de renda, caso a comercialização dos produtos seja efetivada, o que nem sempre ocorre. Como mencionado, por se dar de forma esporádica, não há uma especialização da produção. A venda é direta ao consumidor e/ou a mercados locais.

F) Origem

Em relação ao local de origem, destaca-se que a maioria vem da região sudeste, sendo 10 das mulheres entrevistadas provenientes de São Paulo, regiões próximas à região de Ribeirão Preto ou do próprio município, duas mulheres são naturais do nordeste e duas não responderam. O ingresso no movimento se deu por conta de condições muito precárias de trabalho e de vida, ou seja, no intuito de buscar, por meio do acesso à terra, estabilidade financeira (possibilidade da casa própria) e familiar, uma vez ser o que se configurava como um projeto para a família. Como se pode verificar através das informações do gráfico abaixo, a maioria se configurava como trabalhadoras domésticas, donas de casa, sapateiras e trabalhadoras do corte de cana (trabalho na roça).

G) Em que trabalhava antes de participar do MST

Em relação aos espaços sócio-ocupacionais, 03 eram domésticas, 03 donas-de-casa, 02 trabalhavam na roça, 02 eram sapateiras e, as demais, eram faxineiras, cozinheiras, balconistas, garçonetes, enfermeiras, sapateiras, trabalhavam no corte de cana e em fábrica.

A maioria dos trabalhos desenvolvidos pelas mulheres enquanto pré-egressas eram em empregos e/ou trabalhos precarizados e não contemplados pelos direitos trabalhistas, além de pouco e/ou nada reconhecidos socialmente. Esta situação, se associada às falas das

⁷⁰ Embora haja programas de financiamento como o PRONAF e o PRONAF Mulher, as assentadas do Mário Lago geralmente os solicitam, apontando os autos juros e as próprias condições precárias do Assentamento que não viabilizam a produção por falta de acesso à água. Com medo de não terem como pagar e perder a terra, este tipo de crédito quase não é acionado.

entrevistadas, possibilita verificar que as mulheres encontravam-se em diferentes níveis de pobreza

As discussões em torno da pobreza é feita, compreendida e analisada de diferentes formas e diferentes níveis. Atualmente classifica-se a pobreza em *absoluta* e *relativa*. De acordo com Bruschini (2011, p. 167):

[...] apesar de não ser possível fixar limites claros entre uma e outra, a primeira é vinculada à sobrevivência física e ao não-atendimento das necessidades mínimas vitais, podendo ser medida por meio de indicadores físicos, como a relação entre idade, peso e altura das crianças, ou necessidades nutricionais e adequação energético-protéica. Já a pobreza relativa define necessidades a serem satisfeitas em razão do modo de vida de cada sociedade, e serve também para formular um parâmetro de desigualdades entre indivíduos e delimitar indivíduos relativamente pobres em sociedades nas quais o mínimo já é garantido para todos.

Malgrado, também a renda é utilizada como critério para definição da pobreza. Nas economias modernas e monetizadas, esta é utilizada e se refere a um valor monetário associado ao atendimento das necessidades médias de uma população. Embora nas últimas décadas no Brasil se verifique um declínio significativo da pobreza em termos de acesso a bens essenciais, entre os quais se destacam educação, saúde e habitação, não se pode falar que esta tenha deixado de ser rural, mas verifica-se sua predominância em regiões metropolitanas. Cabe salientar que, embora alguns autores enfatizem que a pobreza tenha diminuído tomando como parâmetro o índice GINI (2009) que registra em uma queda de 0,5367 em 1960 para 0,5448 em 2009, não se pode apontar a diminuição absoluta das desigualdades sociais e da pobreza.

Tomando por referência Melo e Di Sabbato (2011), verifica-se que em relação à mulher trabalhadora doméstica ou dona de casa, o trabalho é apreendido como algo natural e inerente à sua condição (ser mulher), de modo que, para a economia, este não é considerado, de acordo com Melo e Di Sabbato (2011, p. 180):

Em todas as sociedades, as tarefas diárias de cozinhar, limpar, atender às crianças, velhos e doentes recaem sobre as mulheres. Segundo levantamento feito por Melo e Di Sabbato (2009, 2007), se este trabalho fosse contabilizado, sua contribuição seria de cerca de 10,3% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro para o ano de 2008. Estimou-se que as mulheres brasileiras trabalham, em média, 20 horas por semana nessas atividades. Contudo, apesar do avanço do movimento de mulheres, a percepção da sociedade sobre o trabalho doméstico não se alterou, e sua realização permanece como uma obrigação feminina.

Associa-se à isto, o caráter de que para executar este trabalho não se exija existência de uma legislação específica para regulamentar estas funções. Regidos por uma legislação especial – Lei 5.859, de 11 de dezembro de 1972, as trabalhadoras domésticas encontram-se numa situação de maior exposição à exploração do mercado de trabalho. Embora a Constituição de 1988 tenha equiparado os trabalhadores rurais brasileiros aos trabalhadores urbanos, às domésticas não foram estendidos muitos direitos do conjunto dos direitos trabalhistas. O seguro-desemprego e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) são exemplos de direitos que não foram incorporados.

Se tomarmos por referência as características das mulheres que trabalham no serviço doméstico ou como dona de casa, é possível considerar que o perfil das entrevistadas (sujeitos) desta pesquisa se assemelha ao perfil dos empregados domésticos ou donas de casa e que, se efetivamente o mercado de trabalho tem absorvido as mulheres mais velhas, com filhos e casadas e sendo este o perfil dos sujeitos desta pesquisa, estas, como mencionado, alocam-se majoritariamente como domésticas, explicando, portanto, a situação de baixa escolaridade. *“O universo das trabalhadoras domésticas ainda concentra uma alta taxa de mulheres sem instrução. Olhando os dados de 1995, 2001 e 2009 nota-se uma melhoria, as taxas de analfabetismo eram de 15,5%, 12,4% e 8,6%, respectivamente.* (MELO; DI SABBATO, 2011, p. 181).

De acordo com Melo e Di Sabbato (2011, p. 182):

Eu sou pobre e pobre continuo. Essa constatação pode resumir a situação das trabalhadoras domésticas. Ao longo dos anos analisados (1995, 2001 e 2009), essas trabalhadoras sofreram uma significativa queda em seus rendimentos. Em 1995, 19,7% de trabalhadoras domésticas recebiam até 1/2 salário mínimo. Em 2001, esta taxa de participação elevou-se para 22,7%, e, em 2009, esta cresceu de forma alarmante para 30,7% das domésticas brasileiras. Agregando a faixa salarial até um salário mínimo, esta taxa abrangia, em 2009, 72% das domésticas do Brasil. Não há outra categoria ocupacional que tenha 2/3 dos seus trabalhadores auferindo até um salário mínimo no país. Em 1995, esta taxa foi de 65,4%, em 2001 foi de 63,9% e no ano de 2009, imediatamente depois da crise de 2008, os rendimentos das domésticas caíram espetacularmente. É preciso esclarecer que a valorização real do salário mínimo entre os anos 2004/2009, talvez explique esta elevação do percentual de domésticas que auferem em 2009, este patamar de rendimentos.

Assim, acredita-se que a adesão das mulheres ao MST se dê por sua condição de pobreza relativa e absoluta. Os trabalhos que desenvolviam determinaram a busca de melhores condições de vida e trabalho e de alternativas junto ao MST. Acredita-se que,

embora estruturalmente a situação não seja tão diferente da qual se encontravam antes de ingressarem no movimento, a situação política e de categoria se transformou.

4.2 A Construção da Identidade de Gênero por Parte das Mulheres do Assentamento

Mário Lago de Ribeirão Preto

Antes de se discutir como a se deu a participação das mulheres na luta pela terra, analisar-se-á como a formação do MST contribuiu para a luta pela reforma agrária, pois foi neste espaço que as mulheres, sujeitos desta pesquisa, ingressaram na luta pela terra. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) surge no contexto da luta pela reforma agrária no Brasil na década de 1970 e se consolida com a abertura política em 1980.

De acordo com Oliveira (2001, grifo nosso), o MST, como movimento social rural mais organizado desde o final do século passado, tem representado no conjunto da história recente do país, mais um passo na *Longa Marcha* dos camponeses brasileiros em sua luta cotidiana pela terra. Para o autor, esta luta na atualidade se revela de uma nova maneira, pois “[...] *não se está diante de um processo de luta para não deixar a terra, mas diante de um processo de luta para entrar na terra.*”

No contexto da ocupação e utilização da terra no Brasil, já fora nesta dissertação descrito como a terra fora mantida improdutiva e apropriada para fins privado, servindo de reserva de valor e/ou reserva patrimonial às classes dominantes.

Neste sentido, a luta que ora se apresenta na sociedade brasileira em relação à questão agrária é, pois, “[...] *uma luta de expropriados que, na maioria das vezes, experimentaram a proletarianização urbana ou rural, mas resolveram construir o futuro baseado na negação do presente.*” (OLIVEIRA 2001, p. 13, grifo nosso).

Malgrado, a proposta de ocupação e utilização da terra pelo MST é uma proposta que se baseia na construção de uma nova sociedade. Para Oliveira (2001, p. 13):

Assim, essa luta contraditória não excluiu nem mesmo o interior do estado de São Paulo, onde o desenvolvimento do capitalismo fincou sua mais espetacular expansão nas últimas décadas. Por isso mesmo é que parte dos trabalhadores proletarianizados do campo e da cidade passaram a negar tal condição. E como produto desta negação, organizaram-se para lutar por um pedaço de terra, para poder reconquistar a perdida autonomia do trabalho, reconquistada, agora, nas experiências coletivas ensaiadas pelos campos conquistados na luta.

Diante do exposto, a realidade de luta que se assentou sobre o “coração” do agronegócio (em Ribeirão Preto), com a instituição do assentamento Mário Lago, propiciou uma aproximação das mulheres em torno da luta pela terra, ainda que esta fora inicialmente uma aproximação com certos aspectos de estranhamento. Este se evidencia por meio das falas das entrevistadas em relação à forma pela qual passaram a conhecer o movimento e suas propostas.

Em relação às formas pelas quais as mulheres passaram a conhecer e integrar o MST, das 22 entrevistas, 09 afirmaram terem conhecido o MST por intermédio de parentes e familiares próximos (como filho, mãe, pai, etc); 02 por intermédio da militância; 04 por meio de amigos; 03 por vizinhos e outras formas e 04 mulheres destacaram terem somente conhecido o MST por meio da televisão. Entre as falas das mulheres é possível notar uma profunda diferença em relação à forma como viam, compreendiam e lidavam com o movimento. As mulheres que conheciam o MST só por meio da televisão destacavam:

(Acácia): Só pelo o que eu via na televisão. Tinha aquela ideia né? De que eles eram um povo baderneiro...

*(Bonina): Então... Quando eu cheguei até aqui, realmente... Eu cheguei... A história é muito engraçada, né? Porque eu cheguei para buscar meu filho mais velho que tinha vindo para conhecer o negócio dos sem terra, né? Daí eu tava lá e minha filha**** ligou pra mim e falou: “mãe, a senhora não acredita numa coisa!”, eu: “o que filha?”, “ela: o*****foi pro sem terra”, “Você tá brincando?...” **Aquela turma de gente baderneira, né?** “Nossa! Eu vou lá buscar ele [...] Meu filho era coordenador da segurança. Aí ele falou: “Mãe, aqui não é nada do que os outros falam, a senhora vai participar da reunião pra ver como aqui é pacífico, é outra coisa né?” “Ai... eu tô com medo!”, “Não, a senhora vai participar!” Aí, no domingo eu fui na reunião... Menina! Fez uma roda ali, né? **Eu vi que era totalmente diferente do que a mídia tava falando, né?** O povo era tudo pacífico, era amigo, daí fui me interessando e fiquei.*

De acordo com as falas das entrevistas Bonina e Acácia a percepção que tinham do MST, era uma percepção “criada” pela mídia. Para Zanetti (2009), vive-se na sociedade capitalista não só pelo que determina seu modelo econômico ou pelas formas de produção, mas também pelo quanto seus valores estão entranhados em todos os âmbitos da vida social. Tomando por referência Comparato (2000), Zanetti (2009) afirma que a classe hegemônica busca seu reconhecimento social e sua legalidade por meio da cultura, do lazer, educação, das relações interpessoais, política, saúde, meios de comunicação, dentre outros.

Segundo Zanetti (2009), no cotidiano a lógica capitalista se propaga por meio da propaganda e, esta, induz ao individualismo, à concorrência e a disputa ao consumo

desenfreado, a exaltação do mercado e do privado e a negação dos direitos sociais. Propaga-se também, a negação da história, a neutralidade e o estímulo à passividade, à acriticidade e à não participação política.

De acordo com Silva (2009), se se parte da premissa de que o homem é um ser social, pode-se avançar na discussão sobre a importância da mídia na (con)formação da identidade dos indivíduos e/ou grupo social. De acordo com a autora em referência à Kellner (2001), nas sociedades pré-modernas a identidade do indivíduo era fixa, imutável, determinada por sua filiação, de modo que rapazes nascidos em uma família /clã/ tribo desenvolvia sua identidade a partir da função que desenvolvia dentro desta.

Com o advento da sociedade moderna, a identidade passa a ser mutável, múltipla, pessoal e reflexiva. Entretanto, como destaca Silva (2001), esta reconfiguração não elimina totalmente as limitações que emergem no processo de consolidação da identidade, haja vista esta ser circunscrita por fatores sociais, econômicos e políticos.

De acordo com Oliveira (2001, p. 14):

As transformações profundas pelas quais a agricultura brasileira passou no século XX revelam suas contradições, presentes no interior da estrutura agrária, e sua componente contemporânea: a luta pela Reforma Agrária. Mais do que isso, revela a relação orgânica entre a luta pela terra e a conquista da democracia por esses excluídos. Conquista da democracia que se consuma na conquista da terra, na conquista de sua identidade camponesa, enfim, na conquista da cidadania.

A fala de Bonina e Acácia devem ser destacas porque estas chegaram ao Acampamento Mário Lago (MST) com impressões criadas a partir daquilo que era transmitido pelos meios de comunicação de massa, principalmente pelo publicizado pela televisão. Em análise dos Jornais impressos Folha de São Paulo, Estado de São Paulo e Globo, Elizabeth Moraes Gonçalves, professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UMESP e responsável pelo projeto de pesquisa “*Os Discursos da Comunicação Científica*”, verificou que estes explicitam a divisão social das linguagens engendrada pela divisão social do trabalho. “*Trata-se daquilo que BARTHES (1988:96) chamou de socioletos. De um lado, os discursos (e ações) dos integrantes do MST e seus representantes e, de outro, os discursos da imprensa, dos donos dos jornais, do governo e seus ministérios, da polícia, dos latifundiários, dos produtores rurais e seus representantes.*” (GONÇALVES, 2004, grifo nosso).

Para a professora, a tônica dos discursos em relação ao MST nos três jornais estudados é que, apesar de diferenças de enfoque, a questão da ‘demarcação de territórios’ (não só no sentido de posse da terra que remete à questão fundiária, de concentração de terra no Brasil) é corroborada pelas demarcações linguísticas e ideológicas que separam os possuidores da terra, o poder estabelecido e o Estado dos interesses e razões dos “invasores”.

De acordo com Gonçalves (2004), também no âmbito da linguagem a divisão de classes se faz presente e pode ser verificada por meio das relações de poder. Assim, para a autora, a construção do discurso tanto do MST (que denomina de *acrático* - fora do poder) quanto do Estado e da Polícia (que denomina *enocrático*-apoiado no poder), há na escolha das palavras, a oposição e o conflito.

Verifica-se, portanto, que embora a imprensa (mídia em geral) tente se caracterizar e propagar sua neutralidade em relação à publicização dos fatos, esta, de forma vaga, difusa e aparentemente natural, impõe, segundo BARTHES (1998:102 apud GONÇALVES, 2004), *um discurso enocrático*.

Assim, de acordo com a pesquisa realizada pela professora Gonçalves (2004), verifica-se que:

Observando as chamadas de capa, os títulos das matérias e as legendas das fotos estampadas nos três jornais, percebemos que de um modo geral todas as chamadas apresentam-se agressivas: *MST avisa que fará onda de invasões em abril* (Estadão); *MST desafia Lula com invasões* (Globo); *Para governo, MST passou dos limites democráticos* (Folha). Os termos grifados reforçam a ideia de que o MST é um movimento de “invasores de terra, de “baderneiros”, que precisa ser contido.” Além disso, a referência a Lula na chamada d’O Globo induz à vinculação do presidente com o movimento que sempre foi apoiado pelo seu partido, o PT, sugerindo um enfrentamento entre os sem-terra e o presidente.

Diante disto, o que se processa das informações obtidas pelas assentadas *Acácia e Bonina* antes de atuarem junto ao MST, é o fato de que este se configurava como um grupo de baderneiros e que estariam, portanto, sujeitas às barbáries do movimento.

Vale ressaltar, que o MST só passou a ter visibilidade na mídia a partir de 1990, quando o conflito direto entre MST e União Democrática Ruralista (UDR) tornou-se evidente. Na época, cerca de 700 famílias de trabalhadores rurais sem terra ocuparam a fazenda Nova Pontal, no distrito de Rosana, Pontal do Paranapanema. A partir daí, o Estado, para além da

máquina política administrativa, revelou novamente sua face de instituição que detém o monopólio da violência sobre um território determinado e sobre ele exerceu seu controle⁷¹.

De acordo com Thomaz (2002), o que o Estado objetiva conter é o avanço dos movimentos sociais. Em relação ao MST é possível afirmar que, para disciplinar suas ações e conter seu avanço sobre o espaço e território, o Estado tem lançado mão sobre mecanismos de disciplinarização das condutas a fim de dirimir o enfrentamento entre o capital e o trabalho, de modo que o Movimento não manifeste uma consciência política de classe. Para Marx e Engels (2008, p. 72, grifo nosso), *“Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência, e, por isso pensam; na medida em que dominam como classe... dominem também como pensadores, como produtores de idéias...”*.

Destarte, é dentro desta perspectiva de divisão de classes que a classe dominante encontra forças para justificar, perante a classe explorada pelos meios de produção, sua condição de elite. Ao usufruírem da disponibilidade de tempo livre e ocioso, podem assim, melhor se dedicar àquilo que denominam “princípio superior e inicial do bem”, ou seja, o pensamento.

Paul Valéry (2002), em seu **Discurso sobre a Estética**, faz uma análise interessante ao criticar a soberania do “belo ideal”. Neste discurso, aponta para a necessidade de se utilizar uma análise dialética em relação à arte questionando a existência de um pensamento **puro** (grifo nosso) determinado pelos detentores do poder, ou seja, reforça a importância de se considerar a diversidade de belezas dentro de um contexto real de diversidades econômicas, culturais, de gênero, de época, de ambiente, idade, enfim, reforça a importância de se perceber que os monopolizadores do pensamento, devem ser analisados na perspectiva de detentores de uma soberania abusiva e arbitrária.

Essa monopolização do conhecimento só é possível devido à soberania de um pensamento individualista, ou seja, um pensamento que é reflexo de uma sociedade “despedaçada em indivíduos autônomos”, caracterizado como “mesquinho” e “fruto de uma vida material”. Marx (1978) defende a idéia de que o pensamento, ao contrário do que se percebe na sociedade capitalista, é social (parte do concreto), posto que ao pensar, o homem reproduz tudo o que apreendeu socialmente, ou seja, possui uma historicidade e, toda sua ação e pensamento refletem diretamente na sociedade na qual está inserido. Suas idéias não “brotam” do vazio. Daí surge na sociedade capitalista a concepção que dá ao pensamento uma

⁷¹ O massacre de Eldorado de Carajás ocorreu em 17 de Abril de 1996 no Pará. 19 Homens foram mortos por meio de uma violenta ação da Polícia que contou com a participação de 155 policiais, divididos em dois grupos: um em Paraupabas e comandado pelo major José Maria Pereira de Oliveira, outro de Marabá, comandada pelo coronel Pantoja, que tomou conta do outro lado da estrada.

perspectiva alienada que alimenta a idéia⁷² de que o pensamento seja uma concepção proprietária e que, para pensar, somente uma pessoa basta, sendo desta forma, uma criação individualista e não social. Esta perspectiva evidencia o que Kosik (1986) denominou de pseudo-concreticidade.

Essa concepção é o que sustenta a classe economicamente dominante, pois “toda formação é sempre ditada, sob o capitalismo, pelas necessidades de produção”.

Essa formação (ditada de acordo com as necessidades de produção) é verificável quando se analisa a falsa idéia de democracia (VIEIRA, 1992) quando das instituições que representam instrução “elementar para todos”. Falsa democracia porque, de certa forma, a gratuidade e acessibilidade às escolas, mídias, etc., representam a sustentação da ideologia dominante, pois possuem o “consentimento” de toda a sociedade para, sutilmente, invadirem suas vidas por intermédio de rádio, televisão, jornal, cinema e livros. Afinal, como afirmado anteriormente a partir das idéias de Paul Valéry (2002), é a classe economicamente favorecida que dita o que deve ser lido, o que deve ser visto, o que é belo, completando assim, sua dominação política e econômica.

Quando a aproximação com o MST se deu por meio de alguém que já o conhecia (mesmo que superficialmente), as impressões são mais próximas do que de fato é o movimento, como pode ser percebido na fala das mulheres.

Também se evidencia, desde o processo de ocupação da terra, o rompimento com as formas tradicionais de sociabilidade, ou seja, o rompimento com as formas de organização da força de trabalho, relações sociais de produção e reprodução da sociedade capitalista. Ao iniciarem como integrantes (mesmo que ainda não sabendo muito bem como este se organizava e como se constituía a luta pela terra) no MST, as mulheres passam, além de construí-lo, construir novas identidades.

⁷² Esta perspectiva parte do método funcionalista que defende que a sociedade é regida por leis naturais donde suas relações devem ser apreendidas e estudadas de forma neutra e objetiva. Esta perspectiva, defendida por Durkheim, incorpora a dimensão que nos leva à conclusões conservadoras que naturalizam as desigualdades sociais. Durkheim (apud Behring e Boschetti 2009), diz que o fato social possui uma natureza exterior e coletiva, cuja sede é a sociedade e não o indivíduo, que exerce coerção sobre a consciência individual e é regido em relação aos processos de transformação. Quando não se percebe mais a coerção exercida pelo fato social, este se torna um hábito a fim de desprender o fato social de toda contaminação. Este deve ser observado em seu estado de pureza. Pressupõe a teoria Durkheimiana (funcionalista), que os fenômenos sociais existem em si, mesmo destacados dos indivíduos conscientes que formulam representações à seu respeito. Isto porque, para que estes fenômenos sejam explicados/analizados, é preciso que sejam compreendidos pela razão e não pelo sentimento. Todavia, cabe questionar de qual “razão” faz menção o autor, até porque o mesmo diz que a assimilação dos fenômenos sociais se dá por meio da coerção e que, no desenvolver deste, há um processo de enraizamento e naturalização que faz com que este possa se tornar um hábito. Como exemplo, cita-se a educação. Como então acreditar nesta neutralidade, se o próprio exemplo tomado pelo autor (educação) representa, como é sabido, os interesses da classe que detém os meios de produção/ (burguesia)?

(Azaleia) Minha sogra fazia parte do Movimento e aí ela convidou nós.

(Bela Dona) Através da mãe e da irmã, com o surgimento do acampamento elas vieram, nunca participaram...

*(Camélia): Eu fiquei conhecendo aqui através de uma prima minha que veio primeiro [...] Aí, bem nessa época, o meu menino, o meu do meio, tinha falecido. Aí, não sei se foi um sonho... Não sei explicar... Eu tomei um banho, deitei e o meu filho **** que faleceu chegou e falou: “Ô mãe, por que a senhora não tá lá? A senhora gosta tanto de lutar e tal? [...] e tinha um amigo meu, o ****, que já tava e ajudou eu levantar o meu barraco. Numa semana... Não, três semanas. Ele tinha ido fazer um trabalho de base lá no bairro onde eu morava e eu não fiquei sabendo dessa reunião...Naquela semana eu tinha feito quimioterapia... Agora, cê imagina como é que eu tava, né? [...] Eu não gosto nem de lembrar porque eu tava num lugar assim... Aí eu conheci uma senhora que me falou assim: “Ô senhora, eu fiz janta lá em casa e eu vim chamar a senhora pra jantar com a gente”.... Aí, eu fui e a hora que eu cheguei lá e vi o barraco dela... Fogão de lenha... E me falou: “tá tudo fresquinho, cozinhei feijão...” Aquele feijão gordo, sabe? Aí eu pensei... Nossa! Tudo as coisa que eu faço lá na cidade! Aí, eu... No outro dia eles fizeram reunião e tudo e eu peguei e fiquei com o setor da... Aí comecei a entender... Aí que eu comecei a entender porque eu nunca participei... Eu comecei a entender o que é uma luta, a reivindicar... O que é o movimento, sabe?*

A fala de *Camélia* traz muitos subsídios para analisar como as relações no campo são estabelecidas. Inicialmente, a entrevistada demonstra receio em relação às novas situações que surgem à sua frente. A primeira delas é a vivência do luto pela perda do filho. Depois, acometida pela doença, se vê numa situação de fragilidade física, econômica e material.

Camélia traz em sua fala uma carga do processo histórico da qual não é única e/ou exclusiva, antes o contrário, traz na fala uma realidade que tem abarcado todos os homens e que não é resultado dela, porque é resultado da forma pela qual se tem construído “*individualidades solitárias e amedrontadas*”. De acordo com Lessa (2004, grifo nosso), “*O fundamento disto, deste paradoxo, está na mercadoria plenamente explicitada: o fetichismo e a reificação fazem com que as pessoas deixem de encontrar nas outras pessoas a substância autenticamente humana de que carecem. Perdem, então, as suas raízes genéricas.*” Para o autor resta-lhes apenas a construção de identidades a partir de si próprias. Esta construção tem se dado em contextos históricos determinados. À medida que o desenvolvimento das forças produtivas conseguiu derrubar barreiras naturais, espaciais e temporais, também conseguiu abrir novas e profundas barreiras.

A revolução industrial, a globalização, o predomínio do capital financeiro que implicou “[...] em termos de abertura das fronteiras nacionais para a sua circulação, fez com que a dependência de cada indivíduo para com a economia mundial correspondesse a uma

experiência banal da vida cotidiana de cada um de nós” (LESSA, 2004, grifo nosso). Assim, como a mercadoria tem se tornado obsoleta, no sentido em que tem se tornado cada vez mais descartável, as relações afetivas também o tem. Para Lessa, embora na vida cotidiana se verifique a interdependência entre as pessoas que, para viver estão intrinsecamente ligados uns aos outros, que a forma de viver, de sentir e de pensar seria impossível se não se pudesse incessantemente ter acesso aos produtos das atividades de outros, esta também tem, paradoxalmente, erguido barreiras que impõem o estranhamento e a alienação do homem frente ao seu semelhante.

Entretanto, o autor destaca:

Não há, na história da humanidade, nenhum outro momento histórico em que, de modo tão evidente, tão patente, os indivíduos tenham sido tão interdependentes uns dos outros. Nunca, antes, vivemos uma situação na qual tantos indícios cotidianos se acumulam a evidenciar como a vida de cada um é parte do destino de todos e como, reflexivamente, a vida de todos está presente na vida de cada um. Como nunca, enfim, os indivíduos viveram vidas tão genéricas, tão permeadas por possibilidades e necessidades que apenas podem existir enquanto produções coletivas de toda a humanidade. (LESSA, 2004)

Malgrado, na sociedade capitalista ao invés da individualidade estabelecer uma relação de intercâmbio com outros processos e complexos que contribuiriam para o desenvolvimento da sociabilidade, esta impõe comportamento padronizado que reduz cada individualidade ao que têm de comum, de mais banal e de casual o que, em relação à questão de gênero, significa rebaixar as necessidades e especificidades das mulheres, naturalizando e banalizando nestas o sofrimento, a opressão e a exploração.

No processo de desenvolvimento da individualidade na sociedade capitalista, o que deveria causar nas pessoas uma catarse, de modo coletivo, é escamoteado em detrimento da interioridade de cada um. *“O isolamento do sofrimento de cada um é condição necessária para que tal sofrimento seja suportado cotidianamente como algo inevitável e, neste caso muito diretamente, tal isolamento cumpre uma função na manutenção da reprodução social regida pelo capital.”* (LESSA, 2004, grifo nosso).

Entretanto, pode se perceber que na forma organizativa do movimento dos trabalhadores rurais sem terra é possível romper com esta forma de individualidade. Ao ser percebida pelos demais acampados, *Camélia* passa a não ter seu sofrimento e sua situação singularizados.

Ao objetivar romper com as formas de opressão geridas a partir do modo de produção capitalista, o MST tenta, por meio de relações mais solidárias, romper com o nomadismo das relações sociais e interpessoais nos Acampamentos e Assentamentos. Por não se configurarem como um átomo isolado na sociedade, as ações do MST visam o fortalecimento dos sujeitos coletivos para que estes, por meio de seu reconhecimento enquanto categoria e/ou classe social, possam ao menos estranhar as formas de relações precedentes ao ingresso no movimento, noutras palavras o MST tenta, evidenciar a fragmentação sob a qual os indivíduos estão se construindo ou sendo construídos.

Neste sentido, quando *Camélia* fala que conheceu uma senhora que a convidou para jantar em sua casa, verifica-se o estabelecimento de uma relação mais afetuosa, não mercadológica e por isto mais solidária.

A partir da relação estabelecida por meio do convite para jantar, foi despertado em *Camélia*, apesar de suas limitações emocionais e físicas, a vontade de participação política.

O movimento feito por *Camélia* foi o de apreender que “[...] *nossas vidas são partícipes da história universal no sentido mais puro do termo.*” Invariavelmente, o que individualmente se produz e se carece têm uma relação imediata com o que outros produzem ou carecem. Este movimento pode ser compreendido como uma aproximação/mediação da construção de uma nova identidade. Embora ainda não se configure como a identidade humana genérica, a identidade fora despertada em *Camélia* pode se dizer que foi de negação da condição de guardião da mercadoria (apud LESSA, 2004, grifo nosso).

Lessa (2004, grifo nosso) afirma que, embora o Homem e suas relações não sejam mercadorias, estas têm assumido feições como tal, porque “[...] *não somos mais capazes de uma interação social autenticamente humana, despida da coisificação promovida pela adoção da necessidade da mercadoria como nossa vontade.*” Entretanto, como o objetivo do MST não é manutenção da propriedade privada e/ou da ordem burguesa, acredita-se que este tem contribuído para a construção de mediações que possibilitem a superação de alguns elementos que compõem a alienação, ainda que nem sempre abranja a totalidade das relações estabelecidas pelo indivíduo. Como já mencionado, do estranhamento do Homem pelo Homem, ratifica-se a compreensão de que isto tem sido possível dentro das limitações das determinações sociais e históricas sob as quais se inscreve o Movimento.

A fala que se segue é de *Dona Dália* e o intuito ao apresentá-la é o de demonstrar como as relações no campo (aqui já explicitadas por Martins) também se configuraram como uma luta das mulheres e como estas contribuíram para a construção de própria identidade de gênero.

(Dália): Conheci no Espírito Santo. Lá onde a gente morava já existia muita luta pela terra. Acontecia muita coisa triste com o trabalhador... Ia preso, apanhava. Que ocupou um pedacinho de terra, sozinho, sem a orientação de ninguém. E morria... É!... Tinha fazenda dos homem que era quinze mil alqueire de terra que era tomada, quase toda grilada. Isso na década de 70. Até 76 isso piorou. : E eu participava da igreja católica, era da pastoral social. E aí nós criamos a pastoral da terra. Eu e outros membros fizemos curso, da paróquia de São Mateus, em Teófilo Antônio. Daí animamos e criamos a CPT. Daí houve um conflito de idéia entre igreja católica e a luterana. Houve um racha. Aí a igreja católica, muito ameaçada, os fazendeiro também... Tudo se armou pra atacar... Eles tiveram uma ação muito... Aí ficou a... Nessa época eu fui pra direção dos sindicato dos trabalhadores rurais sem terra. Uma situação bem delicada na época. E resolvemos continuar e fazer algo. Nesses curso que a gente fez, eu fiquei sabendo do Movimento dos Sem Terra que já existia. Só que não era de nível nacional, mas já existia e foi... Aí com essa união que a gente fez, comecei um trabalho numa favela muito ruim em 80... Eu comecei a criar a associação de bairro com outras pessoas. Criei um grupo de sem terra na igreja e descobrimos que o governo tinha dado pra uma empresa essa fazenda e começamos a conversar e peitar essa área. Aí eles tiveram que negociar.

A fala de *Dona Dália* volta-se para o início da constituição dos movimentos de luta pela terra. Representa o período contemporâneo, especialmente a partir dos anos finais do ciclo militar, ou seja, entre o fim da década de 1970 e a primeira metade da década seguinte, estendendo-se até os dias atuais. De acordo com Navarro (1995), este período apresenta um conjunto de processos sociais os quais caracterizam-se pela urbanização, tecnização do campo e precarização das relações de trabalho, além de um Estado com forte aparelho repressor (ditatorial).

A fala de *Dona Dália* possibilita verificar que o escamoteamento do privado (lar) em detrimento do público (político) não se dá de forma linear, contínua, sem refrações, antagonismo e embates. A fala demonstra como no final da década de 1970, mesmo com pouca instrução, *Dona Dália*, assim como outras tantas mulheres, participavam efetivamente da vida social e política. O contexto de participação de *Dona Dália* na formação do movimento dos trabalhadores rurais sem terra é cheia de conflitos políticos e sociais que tanto favorece o fortalecimento dos sujeitos coletivos como sua perseguição e extinção. Há na fala da entrevistada momentos importantes da constituição da história contemporânea recente do Brasil, quais sejam a contribuição da Igreja por meio das comunidades eclesiais de base, a formação dos grupos e associações camponesas, a invasão das terras públicas (por meio da grilagem), a perseguição aos trabalhadores do campo pelos latifundiários e Estado, a transição urbana, êxodo rural, dentre outros.

Para além dos aspectos já pontuados acima, chama atenção o rompimento com a bipolarização entre o que era e, ainda hoje é, denominado espaço feminino e espaço masculino (privado e público).

Desta forma, cabe pontuar que a fala de *Dona Dália* evidencia as afirmações de Brito (2001), de que se pode comprovar ainda que as mulheres assentadas não romperam com as atividades domésticas e de que sua participação tem sido efetiva na constituição dos processos sociais e históricos. Entretanto, mesmo diante da comprovação da participação política da mulher, no âmbito privado (lar) tem-se verificado a persistência da apreensão da categoria Gênero de modo binário. Para Brito (2001, grifo nosso), “*O feminismo contemporâneo, através da crítica à rigidez das oposições binárias como categorias explicativas, tem buscado referenciais de análise menos limitados, os quais permitam integrar homens e mulheres nas suas relações, no desenvolvimento dos processos sociais.*”

Assim, com a assunção da categoria gênero em detrimento da categoria sexo, priorizam-se as dimensões do masculino e do feminino na análise de forma relacional. Esta perspectiva compreende a interação entre masculino e feminino na totalidade da vida social, contrariando enfoques dicotomizados e binômias do tipo: Homem = Público, Público = Político, logo, Homem Político e Mulher = Privado, Privado = Apolítico, logo, Mulher Apolítica.

De acordo com Brito (2001, grifo nosso), estas novas abordagens têm dado visibilidade à presença de mulheres como agentes integrados aos processos sociais. Para a autora, várias pesquisadoras têm elaborado trabalhos enfatizando a necessidade de se repensar conceitos ideológicos enraizados e tidos como explicativos e, principalmente, de “[...] reavaliar o político no campo da história social do dia-a-dia”. Brito (2001), aponta algumas autoras e as propostas defendidas por ela: Perrot propõe à interrogação das práticas de poder, as imbricações, as redistribuições a agir na sociedade e sobre a especificidade do político; Scott, analisando o conceito de gênero, refere-se à política e ao poder como territórios praticamente inexplorados e a revisão da definição do político como domínio exclusivamente masculino, haja vista a compreensão de que há outras formas pelas quais em determinados contextos a população feminina tem conseguido expressar-se politicamente.

Em relação à participação da mulher na vida política, Brito (2001) aponta:

No Brasil, partindo do pressuposto, dos estudos pioneiros na área da participação político-partidária referem-se à “omissão” da mulher, ao “seu papel tradicionalmente passivo no acontecer político”, e consideram que “o quadro é particularmente cinzento” baseando-se em dados numéricos dos

processos eleitorais. As preocupações quantitativas "participacionistas", aliadas às dificuldades de obtenção de dados sobre o comportamento político-eleitoral, levaram os trabalhos que tinham como tema *mulher e política* a seguirem uma determinada linha de, por um lado, valorização da presença feminina na política institucional (candidaturas, cargos eletivos e diretivos), e por outro de desqualificação de outras atividades das mulheres no âmbito político, mas fora do sistema proposto, o que dificulta outras possíveis abordagens.

A perspectiva das pesquisas e análises sobre a situação da mulher adotada no Brasil, segundo a autora, compreende luta e espaços muito limitados. Além disto, Brito aponta que na utilização de técnicas, métodos e formas em muitas pesquisas, a questão de gênero acaba sendo, por isto, impregnada pela parcialidade.

A aferição por meios de outras técnicas e métodos de pesquisa constitui uma das reivindicações das pesquisadoras que analisam na atualidade a real participação feminina na vida pública. Neste sentido, Brito (2001) aponta a proposta da pesquisadora Tarrés que propõe como referencial de análise a *noção de campos*. Esta noção refere-se ao controle feminino sobre diferentes áreas do espaço cotidiano, que influencia processos sociais e políticos mais gerais. Trata-se de identificar uma forma distinta de fazer política, na qual sobressai a importância da participação das mulheres tanto nas mobilizações urbanas como nas atividades geradas a partir da prática religiosa. “*Este relevo vem a obstar à pouca visibilidade da participação das mulheres, na medida em que estas constituíram espaços de ação próprios que não são absorvidos nos conceitos das esferas pública ou privada.*” (BRITO, 2001, grifo nosso).

De acordo com a autora:

A idéia de um cotidiano feminino vivido no privado, isolado dos acontecimentos políticos e sociais, não encontra respaldo nas investigações empíricas, que, ao contrário, evidenciam relações que precisam ser analisadas a partir de novos referenciais. Certamente, a vida de muitas mulheres se constrói no espaço doméstico, mas este fato não pode ser entendido como sinônimo de isolamento e/ou conservadorismo. Debert, estudando a experiência de envelhecimento de mulheres de classe média em São Paulo, analisa depoimentos onde as entrevistadas, tidas como exclusivamente domésticas, demonstram conhecimento, interesse e entusiasmo pela política, o que leva a pesquisadora a questionar a redução da família ao privado entendido como apolítico. (BRITO, 2001).

Diante do exposto, cabe destacar que a fala de *Dona Dália*, assim como a fala de *Camélia* e das demais participantes da pesquisa, remontam histórias de vida que transmitem a realidade de vida da situação das mulheres do Assentamento Mário Lago de modo geral. São

carregadas de memórias que, de acordo com Pollak (1992 apud MENEGAT, 2008, p. 1), vislumbram um elemento construído pelo sentimento individual e pelo sentimento coletivo, podendo servir de fonte para a reconstrução do perfil de uma pessoa ou de um grupo.

Ao falarem de sua chegada e participação no Acampamento-Assentamento, as mulheres buscam elementos arquivados na memória que lhes permitam estabelecer um constante vai e vem entre tempos remotos e tempos presentes: da vida anterior, do período da luta pela terra e das estratégias criadas para a permanência na terra, o que demonstra que a memória pode ser o medidor entre esses dois tempos estabelecendo, dessa forma, uma visão de homem e de mundo.

Para Menegat (2008), ao analisar a vida de mulheres assentadas é preciso considerar o referencial teórico relativo à identidade que, conforme Pena (1992), permite perceber o mundo e apreendê-lo como dotado de sentido, sendo construído de forma dinâmica e dialética.

Assim, Brito (2001) afirma que a história da participação feminina na vida política e sua contribuição para o processo de formação da sociedade brasileira têm sido contada por uma perspectiva masculina e, por isto, contada equivocadamente. Ressalta ser necessário introduzir novas formas de pesquisa (técnicas e métodos) para apreender a realidade sob a qual se inscrevem as mulheres. *Dona Dália*, assim como as Assentadas pesquisadas por Menegat, ao relatar suas vivências e experiências remonta a história de vários segmentos, populações e movimentos sociais. É certo que, ao fazer ao seu modo, reconstrói essas histórias e as imbuí de novos significados construindo, portanto, novas identidades.

4.2.1 A Identidade Estranhada

Em relação às identidades que caracterizam os movimentos sociais é possível verificar, de acordo com Castells (1999), que estas podem ser apreendidas sob três formas, *a identidade legitimadora, a identidade de resistência e a identidade de projeto*. Cada uma destas estabelece uma forma de interagir socialmente o que faz com que cada uma produza resultados distintos.

A *identidade legitimadora* dá origem à sociedade civil introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação. Essas estarão presentes nos complexos sociais estruturados e organizados, porém muitas vezes de maneira conflitante. A sociedade civil é aqui apreendida em sua concepção originalmente formulada por Gramsci, no qual se entende que seja constituída de uma série de “aparatos”, tais como

igrejas, sindicatos, cooperativas entidades civis, partidos políticos, entre outros, que possibilitariam a democracia e a civilidade.

A *identidade de resistência*, de acordo com Castells (1999), leva à formação de comunas ou comunidades. É criada por complexos sociais que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação. Este tipo de identidade dá origem à formas de resistência coletiva diante das opressões sofridas em relação ao “contra-poder” da mídia. Thomaz (mimeo) aponta que o MST tem construído também formas de resistência midiáticas, tais como jornais, páginas na internet, dentre outros.

Desta forma, pode-se considerar que por serem espaços onde as resistências coletivas serão indispensáveis para a materialização dos processos de ressocialização do homem no campo, os Acampamentos/Assentamentos se configuram como locais de resistência. Por se constituírem por camponeses excluídos do acesso e do direito a terra, os Assentamentos – Acampamentos se configuram para estes camponeses como espaço de organização de luta e possibilidade de conquistas, conforme cita Oliveira (2001, p. 194):

[...] acampamentos e assentamentos são novas formas de luta de quem já lutou ou de quem resolveu lutar pelo direito a terra livre a ao trabalho liberto (...). nos acampamentos, camponeses, peões e bóias frias encontram na necessidade e na luta, a soldagem política de uma aliança histórica. Mais do que isso, as transformações da ação organizada das lideranças abrem novas perspectivas para os trabalhadores. Greves rurais na cidade para buscar conquistas sociais no campo brasileiro, sinal inequívoco de que estes trabalhadores, apesar de tudo ainda lutam.

A terceira e última forma de identidade apontada por Castells (1999), a *identidade de projeto* se constitui pela construção de uma nova identidade capaz de redefinir uma posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda estrutura social. Essa produz sujeitos que serão os atores sociais coletivos e, neles, os indivíduos atingem o significado genérico em sua experiência. A construção da identidade constituiria num projeto de vida diferente que possibilitaria transformações na sociedade, como por exemplo, numa sociedade pós-patriarcal seria possível a liberação das mulheres, dos homens e das crianças por meio da realização da identidade das mulheres.

Como anteriormente já afirmado, as identidades mesmo apreendidas nestas três formas, não podem ser analisadas - compreendidas de forma estática, pois mudam conforme o tempo. Neste sentido, uma identidade que tem característica de resistência pode-se tornar uma identidade de projetos, “[...] ou mesmo tornarem-se dominantes nas instituições da

sociedade, transformando-se assim em identidades legitimadoras para racionalizar sua dominação.” (CASTELLS, 1999).

Neste sentido, elas são aqui elencadas, pois acredita-se que a forma como cada uma se expressa, incida diretamente sobre a direção social e política dos movimentos e dos sujeitos que, neles inscritos, compõe a luta pela terra.

Para Silva (2009; 264-265), *“O indivíduo encontra-se, então, em uma nova dinâmica de realidade que lhe possibilita uma gama de opções no cerne da cultura moderna, capazes de interferir de um modo ou de outro na configuração de sua identidade”*.

Cabe destacar, tal como ponderado por Castells (1999), que há distinções entre o que é considerado identidade e papel. São considerados papéis as normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade, a sua importância está no ato de influenciar o comportamento das pessoas e depende de negociações e acordos entre os mesmos, como por exemplo, ser mãe, esposa, filha, trabalhadora, dentre entre outros. As identidades, por sua vez, constituem fontes de significado de um processo de individuação. Assim, através das falas colhidas nas entrevistas é possível verificar que há, por parte das mulheres, um estranhamento em relação ao que era atribuído como próprios das mulheres, como quanto ao “papel” do Movimento em relação à construção de um projeto societário diferente.

Em relação à construção da identidade feminina no campo é possível verificar que esta perpassa a resignificação das mulheres enquanto categoria social, o que segundo Moreira Alves (1980), perpassa a constituição destas mulheres enquanto força social, caracterizando a presença de interesses comuns que as colocam no que toca a sua especificidade, em oposição aos membros de sua própria classe, mas como estas não possuem consciência de classe para si, perpassa *a priori* a conscientização de classe, como observado em suas falas.

Diante do exposto, tenta-se por meio das falas das entrevistadas, problematizar a categorias emancipação política e emancipação humana, que emergiram em suas falas quando lhes fora indagado sobre o conhecimento que tinham sobre seus direitos. Primeiro, serão apontadas as falas das mulheres que não conheciam seus direitos antes de ingressarem no MST e, em seguida, as falas das que os conheceram a partir do ingresso no Movimento.

Como mencionado, o objetivo é demonstrar que a luta sob a qual o movimento de mulheres tem se debruçado tem partido quase que exclusivamente da perspectiva de assegurar os direitos políticos para este segmento específico. Neste sentido, considera-se ser este um papel de suma importância: emancipação política na constituição dos sujeitos coletivos. Entretanto, acredita-se que apenas estas ações ratificam a reforma do atual sistema de

produção (sociedade capitalista) e, dessa forma, aponta-se à associação da luta de gênero, a luta de classe (emancipação humana).

Acácia: Ah... Às vezes até conhecia, sabe? Mas, assim, você não faz questão de lutar por aquilo. Se a gente fala assim... Ah... Você sabe que tem o direito, a pessoa chega lá na previdência... E a pessoa fala assim: “você não tem o direito”. Eu ia aceitar aquilo, sabe? Hoje não. Se ele falar pra mim que eu não tenho o direito, eu vô recorrer.

Girassol: Eu conhecia sim um pouco de direitos, mas não tinha coragem de lutar por eles.

Gardênia: A gente sabe que nós tem direito tudo, né? Mas se for pra explicar assim... Aqui eu aprendi muito, sabe? O MST pra mim foi muito bom. Antes era sair de manhã, chegar de noite, fazer a janta, cuidar da sua casa... Mas você nunca pensa nos seus direito, né? Porque você tem o direito de ir e vir, né? Mas você nunca pensa nos seus direito. Então, eu aprendi muito no MST.

As falas das entrevistadas permite afirmar que, ainda que nos últimos dez anos os avanços no Brasil em relação à mulher tenham sido enormes, principalmente no que diz respeito à equidade, verifica-se enormes desigualdades. As falas das entrevistadas *Acácia*, *Gardênia* e *Girassol* demonstram que a participação da mulher como agente formulador das políticas para elas especificamente destinadas, ainda é pouco e inexpressiva e, o desconhecimento de direitos sociais e políticos, as colocam numa situação de agente passivo diante da realidade que vivem.

As falas das entrevistadas refletem uma realidade que Cecília Toledo (2001) acredita expressar a pouca participação das mulheres trabalhadoras nas instituições, organizações e movimentos sociais que lutam pela defesa dos direitos deste segmento em específico.

Para Toledo (2001), esta pouca expressividade em relação à participação da mulher trabalhadora se dá porque estes organismos pouco e/ou nada leva em conta a situação de classe. Para a autora, os estudos sobre gênero têm partido de uma perspectiva que a desigualdade entre homens e mulheres é apreendida como parte de si mesma, quer dizer, que a sociedade capitalista, diferente da que se conhece hoje, foi e é constituída em torno dos gêneros e não da situação econômica. Assim, alguns espaços instituídos em defesa dos direitos das mulheres crêem que a sociedade capitalista mudaria seus fundamentos a partir das mudanças na estrutura de gênero.

Para a autora, assim como para a defesa deste trabalho, acredita-se que a base que organiza os meios de produção (trabalho) é que seja o cerne da questão, embora se saiba que, ainda que a estrutura se altere, levará um bom tempo para que a superestrutura absorva tais

mudanças. Deste modo, acredita-se que ainda que a sociedade capitalista, cuja base de organização é a exploração do homem pelo homem, se alterasse, levaria algum tempo para que homens e mulheres se reconhecessem e se organizassem de modo igual e equitativo.

Malgrado, o gênero é compreendido:

Definiremos o sistema sexo/gênero como um conjunto de atitudes mediante as quais a sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos de atividade humana e através da qual estas necessidades são satisfeitas. Não é então só uma relação entre homens e mulheres, mas um elemento constitutivo das relações sociais em geral que se expressa em símbolos, normas, organização política e social nas subjetividades sociais e pessoais. (Vargas e Meyen apud TOLEDO, 2001, p. 29).

Deste modo, a perspectiva de gênero não ilustra a real situação da mulher, mesmo porque esta está inscrita numa realidade multifacetada que se expressa por meio das relações sociais que ela estabelece com as relações de produção, raça, sexo, orientação sexual, nacionalidade, etc.

Toledo (2001), afirma que a compreensão da opressão da mulher apenas apreendida a partir da perspectiva de gênero, escamoteia as expressões vivenciadas pelas mulheres ao **autonomismo**⁷³. Para a autora, isto é um equívoco, porque a união entre as mulheres num mesmo grupo não reflete lutas e reivindicações iguais (que tenham o mesmo objetivo): opressão, subordinação e exploração da mulher, entendidas nos aspectos estruturais e superestruturais. Assim, a mulher burguesa por mais subordinada que seja ao seu marido burguês, jamais se unirá às mulheres trabalhadoras que se rebelam contra este. Para Toledo, a luta só produz fruto se se somar a luta do conjunto dos trabalhadores para enfrentar o capital.

As concepções de autonomismo e de gêneros como estruturantes da sociedade foram construídas em oposição à visão marxista sobre o problema da mulher. Estas foram consideradas reducionistas (ao economicismo) por defenderem fortemente os processos sociais como consequência da estrutura econômica – expressão de uma sociedade de classe dependente do capitalismo mundial.

Para as feministas que acreditavam que o marxismo tem seu início e fim em função da estrutura econômica, a explicação da sociedade de classe não respaldava a situação da mulher. De fato, a sociedade de classe em si não explica, pois a opressão de gênero envolve um conjunto de atitudes que por sua vez também envolve categorias psicológicas, emocionais,

⁷³ Este, de acordo com a autora, “é uma forma de gerar um espaço de manobra para as mulheres e de iniciar um processo de crescimento pessoal e coletivo que assegure o questionamento as diferentes formas que assume sua subordinação, assim como a capacidade de desenvolver controle e poder sobre suas vidas, suas organizações e sobre seus contextos sociais, econômico, político e culturais específicos. (TOLEDO, 2001, 29).

culturais, religiosas e ideológicas. Para Toledo (2001, 30), “[...] a correspondência entre estas e a estrutura econômica da sociedade é muito complexa e varia de acordo com as épocas históricas.” Ressalta-se, que não se assume esta perspectiva na elaboração desta dissertação.

Cabe destacar, que a incorporação da questão de gênero nas políticas públicas é relativamente recente. Na esteira da promulgação da Constituição de 1988, o país ratificou importantes tratados internacionais e elaborou diversas leis. Mais recentemente, foram criadas a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, em 2002, – transformada em 2003 em Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), com status de ministério.

Estes avanços só foram possíveis porque as mulheres passaram a compor os diversos movimentos sociais (tais como étnico, de moradia, educação, político-partidário, reprodução sexual, trabalho-sindicato, rural, etc.), apontando nas agendas destes movimentos suas reivindicações em específico.

A fala de *Acácia* representa muito bem isto, pois assim como outras mulheres, não se via em condições de lutar por seus direitos. A esteira da violência social, física, psicológica e financeira em que se encontravam muitas mulheres na década de 1980 é marcadamente um momento histórico fundamental no processo de luta pelos movimentos sociais.

Se por um lado a fragmentação das reivindicações das mulheres resultou na incorporação de reserva de vagas para mulheres de o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas, a criação da secretaria de promoção da igualdade racial, em relação aos direitos sexuais e reprodutivos, resultou na mudança no plano formal das leis e das políticas públicas, onde se verifica o enfoque na ampliação e na organização do acesso à assistência obstétrica, ao trabalho, à extensão ao mercado às mulheres mais velhas e com filhos, além da publicização e da visibilidade ao problema da violência de gênero com intervenção da criação das delegacias especializadas e de serviços específicos no combate ao problema.

No entanto, cabe indagar se esta fragmentação não contribuiu para “mascarar” a realidade da situação das mulheres que tem por pano de fundo o modo de produção e reprodução social da sociedade capitalista, quer dizer, que se organiza por meio da exploração, opressão e subjulgo do Homem pelo Homem.

Isto porque, se se analisar a situação da mulher na sociedade atual, verifica-se que de acordo com IBGE, por meio da *Pesquisa Mensal de Emprego (PME)* intitulada **Mulher no**

Mercado de Trabalho: Perguntas e Respostas⁷⁴, realizada em 2009, as mulheres continuam trabalhando mais, estudando mais e ganhando menos.

De acordo com Toledo (2001, p. 27), após as décadas de 60 e 70 do século XX, “[...] a luta pela libertação das mulheres perdeu o que tinha de mais progressivo: o método de luta, as manifestações massivas, a mobilização, que envolvia outros setores da sociedade.” Para a autora, sob a direção de correntes médias e intelectuais, sem participação da mulher trabalhadora, a luta feminista se transformou numa luta reformista.

Assim, questionando a perspectiva do movimento feminista, Toledo introduz a indagação que leva a pensar se as reivindicações do movimento feminista (compreende-se também sua produção teórica) acerca da participação da mulher, também não tem sido construído com a perspectiva de almejar a participação (política) das mulheres sem, no entanto, que isto signifique mudanças na estrutura da sociedade capitalista. Parafraseando Luxemburgo, se é verdade que as teorias são as imagens dos fenômenos do mundo exterior refletidas no cérebro humano, é necessário acrescentar que, no que concerne a formulação de algumas feministas, estas imagens são invertidas.

Ao que tudo leva a crer, a perspectiva de garantir os direitos sociais e políticos das mulheres é uma tendência que parte da crença de que o desmoronamento da sociedade capitalista é cada vez mais improvável, uma vez que este demonstra uma capacidade de adaptação cada vez maior e, sua produção, é cada vez mais diferenciada (Luxemburgo, 2003).

⁷⁴ Aproximadamente 35,5% das mulheres estavam inseridas no mercado de trabalho como empregadas com carteira de trabalho assinada, percentual inferior ao observado na distribuição masculina (43,9%). As mulheres empregadas sem carteira e trabalhando por conta própria correspondiam a 30,9%. Entre os homens, este percentual era de 40%. Já o percentual de mulheres empregadoras era de 3,6%, pouco mais da metade do percentual verificado na população masculina (7,0%). Enquanto 61,2% das trabalhadoras tinham 11 anos ou mais de estudo, ou seja, pelo menos o ensino médio completo, para os homens este percentual era de 53,2%. A parcela de mulheres ocupadas com nível superior completo era de 19,6%, também superior ao dos homens (14,2%). Por outro lado, nos grupos de menor escolaridade, a participação dos homens era superior a das mulheres. Apesar de desde 2003 ter ocorrido uma redução de aproximadamente 36 minutos na diferença entre a média de horas trabalhadas por homens e mulheres, em 2009 as mulheres continuaram trabalhando, em média, menos que os homens. Cabe esclarecer que essa queda foi ocasionada pela redução na média de horas trabalhadas pelos homens. As mulheres, em 2009, trabalharam em média 38,9 horas, 4,6 horas a menos que os homens. Entretanto, não foram mencionados os trabalhos domésticos desenvolvidos quase que exclusivamente por mulheres. Estas realizam a jornada contínua. O rendimento de trabalho das mulheres, estimado em R\$ 1.097,93, continua inferior ao dos homens (R\$ 1.518,31). Em 2009, comparando a média anual de rendimentos dos homens e das mulheres, verificou-se que as mulheres ganham em torno de 72,3% do rendimento recebido pelos homens. Em 2003, esse percentual era de 70,8%. Considerando um grupo mais homogêneo, com a mesma escolaridade e do mesmo grupamento de atividade, a diferença entre os rendimentos persiste. Tanto para as pessoas que possuíam 11 anos ou mais de estudo quanto para as que tinham curso superior completo, os rendimentos da população masculina eram superiores aos da feminina. Verificou-se que nos diversos grupamentos de atividade econômica, a escolaridade de nível superior não aproxima os rendimentos recebidos por homens e mulheres. Pelo contrário, a diferença acentua-se: no caso do “Comércio”, por exemplo, a diferença de rendimento para a escolaridade de 11 anos ou mais de estudo é de R\$ 616,80 a mais para os homens. Quando a comparação é feita para o nível superior, ela é de R\$ 1.653,70 para eles. Estes dados demonstrar que a mulher continua sendo marginalizada socialmente e economicamente.

É preciso notar que a emancipação política significa um grande avanço em nossa sociedade. Paulo Netto (2007), aponta que a emancipação política não se restringe apenas ao modo de produção e à liberdade de locomoção restrita pelo modo de produção feudal, esta radica o sujeito e sua individualidade à uma fixação determinada. Assim,

[...] o mesmo tempo em que conferia ao indivíduo um lugar na comunidade, essa determinação estatal o separava do restante da sociedade e do Estado de um modo absoluto já que não poderia ser alterado pela vida cotidiana. Era um dado inevitável da vida, quase como ter dois pés e uma só cabeça” (PAULO NETTO, 2007, p. 2, grifo nosso).

Para o autor, com a instituição da propriedade privada de modo burguês se institui a independência da comunidade. Mesmo sendo privada, a propriedade pode se radicar em qualquer lugar (pode se transferir junto ao dono).

De acordo com Marx (1969:25-6 apud PAULO NETTO, 2007, p. 3)

O Estado [que surge da emancipação política, o Estado "político"] anula, a seu modo, as diferenças de *nascimento*, de *status social*, de cultura e de ocupação, ao declarar o nascimento, o status social, a cultura e a ocupação do homem como diferenças não *políticas*, ao proclamar todo membro do povo, sem atender a estas diferenças, coparticipante da soberania popular em *base de igualdade*, ao abordar todos os elementos da vida real do povo do ponto de vista do Estado. Contudo, o Estado deixa que a propriedade privada, a cultura e a ocupação *atuem a seu modo*, isto é, como propriedade privada, como cultura e como ocupação, e façam valer sua natureza *especial*. Longe de acabar com estas diferenças *de fato*, o Estado só existe sobre tais premissas, só se sente como *Estado político* e só faz valer sua *generalidade* (*Allgemeinheit*) em contraposição a estes elementos seus."

Paulo Netto (2007, p. 3, grifo nosso) aponta que o Estado, com a emancipação política, não se opõe à propriedade privada, ao contrário, o pressupõe. A propriedade privada, de acordo com o autor, instaura tanto no plano da subjetividade quanto na objetividade a disputa por um lugar no mercado, disto prescindindo a humanidade tornar-se guardião da mercadoria. *“E, enquanto guardiões de mercadorias, as vontades das pessoas se convertem na necessidade de a mercadoria ir ao mercado para ser trocada, ou seja, a vontade das pessoas se identifica às necessidades inerentes à reprodução da mercadoria.”* Neste contexto, estabelece-se a concorrência de todos contra todos. O Estado surge como única generalidade.

Diante disto:

Se a generalidade apenas pode comparecer como Estado, a individualidade apenas pode comparecer como cidadania. Todavia, como o cidadão apenas pode ter sua existência plena sob o Estado "político" (isto é, que surgiu da emancipação política) o qual, por sua vez, tem na propriedade privada seu "pressuposto", segue-se necessariamente que o indivíduo burguês deve ser, ao mesmo tempo, "politicamente" genérico e materialmente "um "guardião da mercadoria" e, por isso, é portador de uma personalidade egoísta, privada e mesquinha. Daqui, para Marx, que a individualidade burguesa seja ontologicamente cindida entre uma porção *citoyen* (o "politicamente genérico") e uma outra porção *bourgeois* (o "guardião da mercadoria" cuja vontade é a vontade da mercadoria). (PAULO NETTO, 2007, p. 4)

Destarte, as relações que os homens passam a estabelecer entre eles e com o mundo é de “venda”. A cidadania é convertida ao consumo e disto decorre uma existência e sociabilidade baseada no egoísmo e na alienação, pois a liberdade é apreendida como a liberdade da propriedade privada. Para Paulo Netto (2007), o estabelecimento da propriedade privada “despojou o mundo inteiro” do seu valor peculiar, converteu em valor universal o valor das coisas (dinheiro) e solapou a essência do trabalho e do homem ao cancelar o valor peculiar de *cada indivíduo e de cada trabalho*. Por meio do dinheiro o trabalho se tornou alienado e dominante. A emancipação política, ao converter a essência política do Homem, “*abstraiu os indivíduos concretos, historicamente determinados*” (Marx, 1969: 50, apud PAULO NETTO, 2007). Assim, Paulo Netto (2007) destaca este complexo de alienações, que articula como determinações reflexivas a propriedade privada burguesa, a cidadania e o Estado "político" que deverão ser superados pela emancipação humana.

Paulo Netto (2007, p. 4) continua:

[...] , nas palavras de Marx, a "emancipação (...) do *dinheiro* (...) seria a autoemancipação de nossa época"(Marx, 1969:55), a superação da "suprema expressão prática da auto-alienação humana"(Marx, 1969:56). A superação da existência alienada requer, necessariamente, portanto, a superação da propriedade privada, do Estado, da cidadania -- e Marx e Engels acrescentariam em seguida -- do casamento monogâmico. A emancipação política, portanto, é a realização histórica da sociabilidade regida pela propriedade privada burguesa na qual os homens não passam de "joguetes" de seus "poderes alienados".

Disto, pode se afirmar que a emancipação humana perpassa a emancipação da mulher e que esta é condição *sine quo non* para a superação das formas de opressão da sociedade capitalista.

Malgrado, acredita-se que tanto homens quanto mulheres inscrevem-se nesta sociedade por meio de relações determinadas, necessárias e independentes de suas vontades. De acordo com Marx (1996):

[...] estas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica social e política a qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona os processos da vida social, política e intelectual (prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política).

Diante disto, verifica-se que a emancipação política expressa um enorme progresso na constituição histórica da sociabilidade regida pela propriedade privada burguesa. Embora esta não signifique a liberdade (Cytoen) apontada por Marx, porque não significa a superação da propriedade privada e a constituição de uma sociabilidade comunista como apontado por Paulo Netto (2007, grifo nosso), sabe-se que a “[...] *única relação possível entre a emancipação política e a emancipação humana é a relação de negação histórica*”. Para Paulo Netto (2007, p. 9), emancipação política e emancipação humana sequer podem coincidir no tempo, pois o reino da emancipação da política é o da propriedade privada burguesa plenamente explicitada e a emancipação humana é a superação histórica mais completa e radical do mundo da emancipação política.

O autor aponta que a emancipação política é uma etapa histórica no caminho da emancipação humana no preciso sentido de que o comunismo apenas pode vir a ser a partir do patamar do desenvolvimento das forças produtivas possibilitado pelo capitalismo. Entretanto, destaca Paulo Netto (2007), não há como pensar que a radicalização da emancipação política possa realizar o milagre de convertê-la em mediação para a emancipação humana. A radicalização da "cidadania" só conduzirá a uma cidadania mais radical, mas jamais à superação do Estado, da propriedade privada e do casamento monogâmico.

Neste sentido, acredita-se que a radicalização da cidadania e dos direitos da mulher jamais significará sua emancipação humana, pois como afirma Lukács, “*A emancipação política, por si só, não é sinônimo de democracia e cidadania, não se contrapõe às diferenças reais dos indivíduos concretos historicamente determinados.*”

Entretanto, como o objeto desta pesquisa é a análise da construção da identidade de gênero no processo de implementação de políticas públicas agrárias para mulheres, o desconhecimento destas acerca dos direitos que lhes são específicos é um determinante na

implementação, gestão e avaliação das políticas públicas específicas a elas. Porém, acredita-se que com a participação política na estrutura organizativa do MST estas possam se apropriar deste conhecimento e isto já fora verificado em relação à própria situação dessas mulheres quando questionadas acerca de como era a vida antes de ingressarem no Movimento. A resposta vem ao encontro com aquilo que é atribuído à mulher na sociedade capitalista, ou seja, por meio das falas das entrevistadas verificou-se que eram, tanto em casa (lar) como no trabalho, exploradas, subjulgadas e oprimidas pelo homem (fossem companheiros, pais ou patrões). Depois que ingressaram no MST por meio da luta pela terra, passaram a conquistar mais espaço, a serem ouvidas (a terem o direito a fala) e a desconstruírem a identidade feminina que lhes foi atribuída.

4.2.2 O Processo de Trabalho

As identidades femininas e masculinas são construídas através de atribuições de distintos papéis que a sociedade impõe desde o nascimento à homens e mulheres delimitando, assim, os campos de atuação com bastante precisão. De acordo com Saffioti (1987), a socialização dos filhos é tradicionalmente atribuída às mulheres. Não obstante, mesmo quando desempenham função remunerada fora do lar, continuam sendo responsáveis pela educação dos filhos e organização da casa. Assim, como também ao Homem é atribuído o papel de prover os sustentos da família, mesmo quando este não tem condições.

Para Elisabete Soluza-Lobo (1991, p. 75), a relação com o trabalho é não apenas permanente, mas determinante na organização de suas vidas. Entretanto, ao contrário dos homens, as mulheres distinguem o trabalho em dois tempos: “[...] o tempo ligado à sobrevivência no campo ou em casa, no cotidiano, e o tempo de trabalho assalariado, que remete a um emprego e que produz a separação entre trabalho doméstico e o emprego em termos de espaços e relações.”

De acordo com Souza-Lobo (1991, grifo do autor), o trabalho doméstico é entendido como parte da condição da mulher e o emprego faz parte da condição *da mulher pobre*. Esta ideia de que o trabalho doméstico compõe naturalmente a identidade feminina parte da perspectiva da relação binária entre os gêneros e do estabelecimento e institucionalização da propriedade privada.

De acordo com Engels (1979), ao instituírem a família, os romanos instituíram o domínio do homem sobre a mulher. Ao estabelecer a monogamia feminina através do matrimônio sindiásmico é também estabelecido o patriarcado. Este baseia-se no predomínio

do homem cuja paternidade seja indiscutível, tendo como finalidade procriar filhos. Isso porque os filhos, na qualidade de herdeiros diretos, entrarão na posse dos bens do pai.

Os laços conjugais são, portanto, muito mais sólidos, cabendo somente ao homem rompê-los, a quem igualmente se concede o direito à infidelidade. Quanto à mulher, exige-se que guarde uma castidade e fidelidade conjugal rigorosa, representado para o homem, todavia, não mais que a mãe de seus filhos. A monogamia aparece na história sob a forma de escravização de um sexo pelo outro, como a proclamação de um conflito entre os sexos.

Para Engels (1979, p. 54-55), a primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos. “[...] O primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre homem e mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino, pois foi por meio deste que estabeleceu-se e de dicotomizou os espaços ocupados por homens e mulheres”.

Assim, na pesquisa de campo, quando as entrevistadas foram indagadas de como eram suas vidas (cotidiano) antes de entrarem para o MST, responderam:

***Gerânio:** Quando eu vim pra cá, na época eu não trabalhava, né? O meu marido não gostava que eu trabalhava fora. Então, eu passei dez anos sem trabalhar. Era só dentro de casa. Doméstica. Fazia sozinha. Já trabalhei até de servente de pedreiro. E depois que eu vim pra cá também só trabalhei dentro de casa, né? Tem também as atividades, né? A gente viaja muito, né? Assim... as tarefa de participar dessa atividade. Tem muita reunião, atividade fora, aqui teve a reintegração da favela, do aeroporto que teve, né? A gente cuida de criança, a gente cozinha, cuida de gente de mais idade... Cada um tem o seu setor, segurança, saúde, ciranda...*

A fala de Gerânio aponta possibilidades de análise de sua realidade. Primeiramente, a de que o trabalho fora do lar era considerado pelo marido como algo desnecessário. O que de fato se confirma é que Gerânio não trabalhava porque o marido acreditava que sua função “natural” fosse o trabalho doméstico. De acordo com Saffioti (1987), a sociedade burguesa trabalha no intuito de atribuir o espaço doméstico como naturalmente da mulher.

Ao afirmar que passou dez anos sem trabalhar, ainda afirma que se sentia sozinha nos afazeres domésticos que não eram divididos entre o marido e/ou os filhos e, quando sim, a tendência era que o fosse entre as mulheres da família ou agregadas. Diante disto, coaduna-se com o que postula Saffioti (1987) ao afirmar que, mesmo nas camadas trabalhadoras, cuja luta pela sobrevivência é brutal, ainda é muito incipiente o processo de construção da solidariedade. Para a autora, este processo é lento, pois as classes dominantes através da

ideologia machista, além de fortalecerem a dominação da mulher pelo homem, impossibilitam sua aproximação por meio da divisão sociotécnica do trabalho.

De acordo com Saffioti (1987, p. 22):

O trabalhador não chega espontaneamente à consciência de que paga um alto preço pelo poder de mando que detém em relação à mulher. Não é fácil mostrar uma parte deste preço. Todo trabalhador tem vínculo com mulheres: mãe, esposa, filha, irmã, sobrinha, enfim, parentes consanguíneos e afins...

Saffioti aponta que sempre que uma mulher é oprimida, explorada e dominada também o são sua família, grupo social a qual pertence e, os prejuízos, são estendidos à parte masculina.

Cabe destacar, que *Gerânio* não está nesta relação como sujeito passivo e que seu marido se configura como seu algoz. Como dito acima, a partir da fala de *Gerânio* pode-se estabelecer relações com a totalidade sob a qual se inscrevem as mulheres. Por isto é preciso primeiro esclarecer que, na relação analisada acima, o marido de *Gerânio* expressa a composição da humanidade formada por homens e, estes, como é sabido, pagam preço alto para dominarem as mulheres, uma dominação que extravasa largamente o terreno econômico. Segundo Saffioti (1987), o homem deve aceitar, ainda que inconscientemente, sua castração.

Por ser considerado naturalmente o provedor das necessidades da família, ainda que a mulher possa trabalhar, cabe ao homem garantir um salário para manter-se como chefe da família. Saffioti (1987) aponta que ao homem é imposto à necessidade de ter êxito econômico, independente das condições objetivas e materiais.

Além de garantir o sustento da família e o êxito econômico, espera-se que o homem seja associado à valores tais como a força, razão e coragem, de modo que são “marginalizados” aqueles que são tímidos, afetivos, solícitos, etc. A estes cabem adjetivações negativas, uma vez que são associados às qualidades caracteristicamente femininas. Para a autora, o homem é considerado macho na medida em que seja capaz de disfarçar e inibir seus sentimentos.

As falas de *Genciana*, *Bela Dona* e *Violeta*, são aqui utilizadas para ratificar a posição de que a experiência de *Gerânio* não é única, nem isolada.

Genciana: Olha... A gente era assim... Reprimida. Tudo tem que ser certinho, quem manda mais é o homem e... Lá fora... O povo não dá liberdade pra mulher. Meu marido é chefe... Eu não vou poder ser chefe? Por quê? Eu tenho capacidade pra chegar e ser chefe também! Não... Lá

eles diferenciam muito [...] Eu mesmo comecei trabalhar com doze anos. Lá fora... As pessoas começa a trabalhar e tem aqueles outros tipo de serviço que a gente tem como curiosidade de aprender e, antes, não davam a oportunidade de a gente aprender. Pra mulher não! Hoje é igual. Você pode entrar dentro de uma fábrica de sapato que é tudo igual. Se o homem trabalha numa molina, a mulher também trabalha.

Bela Dona: *Trabalhava. Era garçone. Trabalhava até tarde, acordava tarde... Daí, todas as atividades eram tarde por causa do trabalho mesmo... O trabalho era cansativo, mas precisava trabalhar.*

Violeta: *Eu cuidava da minha casa e era sapateira. Trabalhei de enfermeira, no curtume. Era outra vida, né?*

Todas as mulheres entrevistadas, quando indagadas acerca de seu cotidiano antes de ingressarem ao MST, apontam a relação com o trabalho, falam como trabalhavam dentro e fora de casa para contribuírem com o orçamento da família. Como demonstrado na caracterização dos sujeitos da pesquisa, o trabalho desenvolvido por estas mulheres se caracterizava pela precarização dos direitos trabalhistas e sociais e, neste sentido, verifica-se que, em relação às falas de *Genciana*, *Bela Dona* e *Violeta*, além da identidade atribuída do que é considerado ser mulher, percebe-se que estas trazem as experiências e vivências do trabalho fora do lar, mesmo quando são e/ou estão associadas a ele.

Este trabalho, entretanto, não pode ser considerado fruto das escolhas das entrevistadas. Ao destacarem que o trabalho era cansativo, dizem também que os espaços sócio-ocupacionais são também ocupados de modo desigual. De acordo com Souza-Lobo (1991), o trabalho não é fruto das escolhas das mulheres, porque estas não aprendem uma profissão, na maioria das vezes, segundo a autora, os empregos “são obtidos “[...] através da rede familiar, dos amigos, ou simplesmente percorrendo as ruas dos bairros industriais em busca de anúncios de empregos [...] A carreira, as mudanças de uma fábrica para outra, de um ramo industrial para outro, são determinadas pelas oportunidades do mercado de trabalho””. (SOUZA-LOBO, 1991, p. 75, grifo nosso).

A fala de *Genciana* traz representações da divisão sexual do trabalho, que fica bem demarcada quando diz, que dentro da fábrica todo trabalho, tanto poderia ser executado, por homens, quanto por mulheres. Entretanto ambos ocupavam postos diferentes e de forma desiguais. *Genciana* não vê diferença entre homens e mulheres no que diz respeito às capacidades de cada uma. Acredita que as mulheres sejam capazes de fazer o que fazem os homens. Os argumentos não naturalizam a divisão sexual, ao contrário, os negam. Ao dizer:

Quando eu trabalhava lá na fábrica era assim: serviço de mulher é a casa. De homem e fora de casa, na fábrica... Ai, com a gente participar do sindicato e movimento social, assim... Os homens não é mais que a gente. Mas também a gente não tem como mostrar. Se deixar a gente fica mais acanhada. O homem fala a gente abaixa a cabeça” (Genciana)

Acredita-se que *Genciana* inicia um movimento de ruptura com uma construção histórica e com a relação de submissão a qual vivencia, estabelecendo uma relação de resistência que se evidencia na seguinte fala:

Isso antes, porque depois que eu entrei no movimento a minha cabeça mudou completamente.

As falas de *Gerânio*, *Genciana*, *Bela Dona* e *Violeta* tomam como referência o trabalho que integra, diante de cada fala, um lugar. Para *Gerânio*, o trabalho era o não lugar, pois representa a solidão de não poder trabalhar fora e não ter com quem dividir o trabalho doméstico. Para *Genciana*, *Bela Dona* e *Violeta* este se caracterizava como inevitável e imposto, mas também (no caso de *Genciana*) um espaço de ação, de fazer. Com a vinda para o Assentamento (explicitado por *Gerânio* e *Genciana*), o trabalho passa a ser, muito mais do que um instrumento para ganhar a vida, um espaço de articulação de uma identidade comum entre as mulheres.

4.2.3 O Papel do Movimento (MST) na Reversão da Identidade de Gênero

Nesta categoria, o que se objetiva é analisar se o MST tem contribuído, para além da luta no campo, para a luta das mulheres e seu fortalecimento enquanto categoria social e política, pois como acima analisado, embora o fortalecimento político não se reflita na transformação social da sociedade, esta quando radicalizada pode contribuir para a radicalização da luta.

Se acima foram pontuadas as imbricações entre a emancipação política e a emancipação humana, aqui se discutirá o fortalecimento dos sujeitos coletivos (mulheres) em torno da participação política por meio do reconhecimento do que sejam seus direitos e a contribuição do MST para isto.

Como visto, a maioria das mulheres desconheciam seus direitos antes de ingressarem no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Verifica-se agora, quais alterações foram possíveis por meio de sua inserção do MST.

As falas das entrevistadas, em relação às mudanças em seu cotidiano, partem da percepção destas sobre o trabalho que desenvolviam, da responsabilidade que tinham e passam a ter com a nova configuração das suas participações no processo de organização e gestão do trabalho no Assentamento/Acampamento.

A partir disto é possível verificar que este processo compõe a apreensão destas em relação à objetivação da categoria trabalho. Quando falam das mudanças em relação a não serem mais escravizadas e da compreensão que têm a respeito do trabalho que desenvolvem com a totalidade do trabalho do assentamento, verifica-se a superação da imediatividade que é inerente ao trabalho, demonstrando por meio de suas falas o desenvolvimento de outros patamares de sociabilidade, tais como a liberdade, comunicação e a solidariedade.

Das 22 mulheres entrevistadas, todas disseram que de uma forma ou de outra o MST contribuiu para que se reconhecessem enquanto categoria ou classe social, verificando-se um sentimento de pertencimento ao grupo.

Crisântemo: *Ah... Eu aprendi muito com o MST, né? Um respeita o outro. Aprendi muita coisa que a gente não sabe. Mudou muito. Porque antes, a gente trabalhava que nem escravo. Direto dentro de casa. Não aprendia nada de novo. Educação, conviver com todo mundo, cozinhar pra muita gente, coisa que eu nunca tinha feito, viajar... Nossa! Eu viajei muito no movimento. Conheci muita gente. Os estudante... É muito bom.*

Hortênsia: *Como diz... assim, né? Minha vida começou depois que eu vim pro movimento. Eu não sabia que uma andorinha sozinha não faz verão, né? E depois que eu entrei para o movimento, pra mim foi gratificante [...] Eu sou tratada completamente diferente. Hoje sou tratada diferente[...] Antes, eu não tinha esta liberdade. É tipo um medo que se tem: MULHER NÃO PODE FAZER ISTO! MULHER NÃO PODE FAZER AQUILO. MULHER PODE TUDO! Desde a ocupação da terra até a luta pela habitação. A mulher pode tudo! Porque quando a gente ocupa a terra, o homem vai do lado e a mulher vai de outro, quando não vai o marido vai a mulher e assim vai. Não tem essa. O DIREITO DA GENTE, A GENTE CONQUISTA É LUTANDO.*

Girassol: *Ah! O conhecimento né? A maneira de ver, de entender as coisas...*

Acácia: *Ah... Mudou. Eu aprendi bastante depois que eu vim pra cá, sabe? Aprendi a me defender melhor... Como ser humano. A exigir que as pessoas me respeite e exigir os meus direitos também, sabe? Que eu não conhecia antes.*

Ao afirmar que por meio do MST aprendeu a respeitar, a se educar e a ver a materialidade de seu trabalho contribuindo para a participação de outros sujeitos, a fala de *Crisântemo* possibilita verificar o processo de trabalho como ato singular e ontológico, que

passa a fazer sentido a ela, operando a generalidade sobre o seu próprio trabalho e lhe impondo cada vez mais esse ato que, de acordo com Lukács (1979, p. 231):

[...] o qual modifica, adequando-o à sua crescente importância concreta e desenvolvendo-o em direção à generalidade, seja colocando todo trabalhador em um ambiente de crescente sociabilidade, a qual não pode senão adquirir uma influência cada vez maior sobre as posições teleológicas laborativas de cada indivíduo.

A fala de *Crisântemo* apresenta sua relação de estranhamento com o trabalho que desenvolvia na cidade, sua percepção de que trabalhava feito escrava e que agora sente prazer com o trabalho. Destaca que este trabalho lhe possibilita viagens, estabelecer relação com outras pessoas e com outros costumes, o que também pode ser percebido nas falas de *Acácia e Girassol*.

As falas de todas as mulheres demonstram que, após ingressarem no MST, passaram a ter direito à fala, à liberdade e ao trabalho. Cabe destacar, que o desenvolvimento destes complexos (fala, direito, trabalho) de modo efetivo ou mais emancipatório, só fora possível por meio do trabalho que passaram a desenvolver no Assentamento, pois puderam apreender a causalidade de seus trabalhos. Disto decorreram novas capacidades teleológicas, ou seja, ao retomarem o intercâmbio com a natureza (trabalho na roça) para que por meio deste suprissem suas necessidades vitais mais básicas (como comer, vestir e dormir) de forma ainda que precária, as mulheres assentadas puderam desenvolver um grau mais elevado e irreversível em relação ao crescimento extensivo e intensivo da genericidade humana e, isto, de acordo com Lukács (1979, p. 231), só foi possível porque ao aumentarem a singularidade de seus trabalhos, puderam defrontá-lo com a realidade dinâmica e móvel a qual estão inscritas, independentes da própria consciência. De acordo com Lukács (1979, p. 25, grifo nosso), “[...] *transformar o processo e o produto do trabalho em um fato genérico, ainda que no imediato se trata de um ato singular.*”

Depreende-se das falas das mulheres o que Lessa (mimeo) afirma, ou seja, que é por meio da objetivação teleológica que a materialidade em articulação com a causalidade funda o ser social. Disto pode decorrer que as mulheres, ao passarem a desenvolver uma nova atividade laboral, se repensaram enquanto categoria social, deixando de serem um ser em si e para se tornarem ser um ser para si, no sentido em que tomaram para si a voz e a fala.

O direito à fala (de se pronunciar/ falar /ser ouvida) também é bastante marcante nas entrevistas. As mulheres assentadas afirmam que após ingressarem no MST passaram a ter direito de se pronunciarem:

Hortência. [...] eu tenho liberdade de falar e eu não falo só em minha casa... Falo com qualquer pessoa, em qualquer lugar que eu estiver, se eu me sentir acuada com alguma coisa que eu não gostei.

A fala, enquanto complexo social inscrito no âmbito da reprodução social, embora não se confunda com o trabalho, está intimamente a este relacionado e, assim, “*Enquanto o trabalho visa a transformação da realidade para a produção dos bens necessários à reprodução material da sociedade, os outros complexos sociais buscam ordenar as relações entre os homens.*” (LESSA, 2006, grifo nosso).

Neste sentido, as entrevistadas apontam:

Genciana: Mudou, porque... Eu entrei já como da secretaria. Eu nem acreditava, mas um amigo meu dizia que eu ia aprender mexendo. Tinha que mexer com dinheiro. Dali, já me puseram na segurança. Fiquei sete anos. Mesmo depois de ter o meu menino, que eu tive aqui. Da segurança, eu fui segurança também, que eu passei pra minha mãe, porque eu tava com muita coisa. Era bom porque dão pra você o direito de você abrir a boca, falar, ajudar. Então, mostra que a gente tem capacidade. Perguntavam o palpite da gente, a opinião da gente daquilo que precisava mudar, melhorar. Até o meu menino, quando fala pra ele que tem atividade, ele quer ir junto. Eu vim de mala e cuia. Assim que eu acampeei, eu fechei a casa e vim pra cá. Morava lá em Pedregulho. Vim pra cá. Minha mãe veio depois. Foi aí que começou. Eu falava: “mãe, você tem que lutar pelos seus direito”. Mas ela não achava certo essa coisa de movimento. Hoje ela fala que não volta pra Franca. Hoje ela tá separada do marido já faz um ano. Eu que não ia mais ficar na cidade mendigando os meus direito e aqui eu não sou sozinha.

Gerânio: Assim... Hoje sou liberada. Ninguém mais manda em mim. Só eu mesma. Antes era o marido. Muita coisa muda na vida gente. Da água pro vinho. Depois que eu entrei aqui, que eu fiquei sabendo que a gente tem muitos direito, né?

Assim como *Hortência*, *Gerânio*, *Genciana* e *Violeta* destacam a apreensão da fala como instrumento de participação social e político. Isto só foi possível porque de acordo com Lukács (1979), é por meio do trabalho que se desenvolve a fala.

Inicialmente esta tinha função de fixar os conhecimentos e exprimir a essência dos objetos existentes. Entretanto, com o desenvolvimento das forças produtivas, esta também terá outros significados (tanto mais complexas as forças produtivas, quanto mais complexas os complexos sociais). Por ser racionalmente consciente, o homem se distingue dos outros animais. Para estes, a comunicação se dá por meio de gestos e, em relação ao homem, a fala se desenvolve por meio da práxis, isto é, sobre o avanço de conhecer o ignorado. Para Lukács (1979, grifo nosso), “*O ignorado, como é óbvio, existe objetivamente, mas não é percebido.*”

Neste sentido, o trabalho enquanto categoria ontológica cria continuamente novidades objetivas e subjetivas, derivando dele para o ser social, condições reprodutivas complementemente diversas.

De acordo com Lukács (1979, grifo nosso), “[...] no processo de reprodução, a fala surge, em sentido subjetivo, um órgão, em sentido objetivo, um medium, um complexo, com o qual, em circunstâncias tão radicalmente mutáveis, pode se dar uma reprodução”.

Em relação à presença ou ausência da fala das mulheres na sociedade capitalista, esta pode ser analisada sob a perspectiva aqui já discutida da apropriação do corpo da mulher para fins de institucionalização da monogamia, da incorporação da propriedade privada, que culmina na extrema dicotomização dos espaços ocupados por homens e mulheres bem como a bipolarização entre estes.

Neste sentido, para compreender a fala e/ou a ausência da mesma em relação às mulheres é preciso compreender sua relativa independência em relação à trajetória do desenvolvimento econômico.

Lukács (1979), diz que “Engels articula o nascimento da fala àquele do trabalho e, com o mesmo acerto, sustenta que ela deva surgir quando os homens têm alguma coisa para se dizerem uns aos outros. Neste ter – algo – a – ser – dito se esconde uma dupla dialética. [...]”.

De um lado Lukács aponta a fala como social para dar curso àquelas posições teleológicas que têm por finalidade induzir outros homens a determinadas posições teleológicas⁷⁵, mas que também pode assumir uma tendência afetiva de apelo pessoal aos homens. Isto para designar um modo de comunicação mais próxima e específica a um determinado grupo de pessoas. De modo que este processo, com o desenvolvimento da sociedade, se torna cada vez mais complicado, refinado, “individualizado”, passando, portanto, a expressar comportamentos, sentimentos e desejos de uma determinada classe.

Lukács (1979), diz que há no falar e escutar um crescente aperfeiçoamento que, na Estética, define como esfera do conhecimento dos homens (conhecimento correto do parceiro individual), como mencionado por Paul Valéry. Disto, decorre no interior da fala uma luta contra sua generalidade para se aproximar da expressão do individual-único.

⁷⁵ Também aqui, no fim último permanece a ação genérica do trabalho com todas as suas determinações objetivas, mas o caminho que por aí conduz, passa através da consciência dos outros homens, nos quais tal generidade, tal ir para além da própria particularidade, pode ser obtida com os meios e modos mais diversos. Aqui, a necessidade daquele caráter geral das palavras, que se conhece, se apresenta com maior evidência e em termos mais articulados. Lukács (1979, p. 64).

Diante do exposto, Lukács (1979, 63) aponta:

[...] a fala deve formar um complexo em-si - relativamente - acabado. Tão somente porque não se limita, apenas, em transformar, a consciência dinâmica e progressiva do processo da reprodução social como um todo, em portadora da relação viva entre os homens, mas também acolhe em si todas as manifestações da vida humana e dá a elas uma figura capaz de comunicá-las; portanto, só porque forma um complexo total, onicompreensivo, sólido, e sempre tão em movimento quanto a própria realidade social que reflete e torna comunicável, a linguagem é capaz de satisfazer esta necessidade social. Em suma, porque constitui um complexo tão total e dinâmico como a realidade por ela refletida.

Assim, quando as mulheres entrevistadas dizem que a partir da participação no MST puderam falar, estão superando o gênero mudo da fala e, esta superação, só é possível, porque superaram o que Lukács chama de “*epifenômeno do ser biológico*”, pois passaram a participar ativamente na formação do caráter peculiar do ser social e, ao se darem voz e se fazerem escutar, passaram a se promover.

Esta “promoção” foi mediada pela resignificação do trabalho desenvolvido por elas dentro do assentamento. Quando *Violeta* diz:

Violeta: Ah... Eu tenho certeza. Depois que eu vim pro MST... Aquilo que te falei... Se você sabe o que quer... E eu decidi trabalhar aqui. Eu gosto de trabalhar na roça, de cuidar dos meus bicho. Só que assim... O que mudou na minha vida é que quando você mora na cidade, você tem o seu emprego, você tem tudo que precisa, mas às vezes você não se sente útil e aqui, olha, eu cheguei e me colocaram como coordenadora... Você aprende a ser solidária, a ajudar as pessoas, a repartir. Eu tenho outra família. É muita união. Com muita dificuldade, mas eu gosto de viver aqui.

É possível afirmar que, ao se verem como sujeitos sociais, as mulheres passaram a desenvolver novas formas de “consciência”.

De acordo com Lukács (1979, p. 63):

Atividades obtidas na troca orgânica da sociedade com a natureza dá a este processo, na sua transformação e desenvolvimento, ao mesmo tempo uma maior solidez e uma maior elasticidade, uma univocidade de determinações tendencialmente mais precisas, e uma possibilidade mais articulada de variações ao projetar e executar, do que aquelas que poder-se-ia ter com um crescimento só natural. A linguagem é o órgão dado de uma tal reprodução da continuidade no ser social.

Ao “poderem” falar, as mulheres desenvolveram uma autêntica manifestação do ser social – que será fixada a partir da elaboração escrita sobre elas mesmas. Assim, quando a

sociedade burguesa, por meio dos ideólogos que buscavam justificar a “inferioridade feminina” ou a “superioridade” masculina (por meio da elaboração teórica de que as diferenças biológicas justificavam as desigualdades sociais), não fizeram outra coisa se não tentarem fixar as aquisições que desenvolvessem socialmente justificativas para a opressão e exploração do gênero feminino pelo gênero masculino.

Quando Saffioti, Souza-Lobo, Blay, dentre outros, falam que as identidades de gênero são socialmente construídas estipulando modos, hábitos, formas de ser de homens e mulheres e que, por muito tempo, a mulher fora marginalizada na produção teórica sobre a formação da sociedade, estão também afirmando que, por meio da teoria (fala – escrita), buscou-se traduzir uma prática que possibilitasse a reprodução na consciência de que o caminho percorrido pela humanidade, desde sua origem até os dias de hoje, fora um caminho percorrido exclusivamente por homens, quer dizer, que somente aos homens cabe o papel de sujeitos históricos.

Neste sentido, a fala (escrita) tem papel fundamental na superação ou continuidade, tanto extensivo, quanto intensivo no processo de sociabilidade. Para Lukács (1979, p. 65, grifo nosso), *“A fala é, portanto, um autêntico complexo dinâmico. Ela, por um lado, tem um desenvolvimento autolegal, mas naturalmente a autolegalidade possui um caráter histórico-social variável.”*

Para Bakhtin (2006, p. 94), a linguagem como componente de um sistema de normas morais, jurídicas e estéticas, exerce pela função de sua extensão um grau de coerção, podendo-se afirmar que quem detém a fala, detém o poder. As mulheres assentadas também “apropriaram-se” do poder sobre elas mesmas, quando se apropriaram da própria fala. Entretanto, como se percebe, as mulheres tem um longo caminho a percorrer em relação a segurança de seus direitos e, a falta de conhecimento sobre o que lhes é próprio, é um dos empecilhos a ser derrubado na busca desta efetivação.

Diante do exposto acredita-se que o reconhecimento e/ou fortalecimento das mulheres enquanto categoria social possibilite sua atuação no processo de reivindicações de políticas públicas e, neste sentido, como sujeitos coletivos que exercem pressão sobre o Estado.

Assim, passa-se à análise da contribuição do MST para o fortalecimento das mulheres enquanto categoria e seu conhecimento acerca dos direitos que lhes são específicos.

Em relação ao conhecimento acerca dos direitos após ingressarem ao MST, verificou-se que das 22 mulheres entrevistadas, 20 conheciam algum direito específico e 02 não quiseram responder.

As falas das mulheres entrevistadas demonstram que estas passaram a conhecer seus direitos mais profundamente após o ingresso no MST, demonstrando que passaram, a partir disso, a interrogar sobre sua identidade, pois quando perguntadas sobre o que mudou em suas vidas após esse ingresso, a maioria afirma que, além de se sentirem no direito de falar, não são mais humilhadas e subjulgadas por seus padrões, maridos e outros, algo que não ocorria antes.

Quando perguntadas se conheciam seus direitos antes de ingressarem no movimento, 12 mulheres afirmaram que não, 02 não responderam e 08 disseram que conheciam alguns. Como destacado, um dos fatores que contribuiu para a conscientização ou estranhamento dos papéis que até então lhes eram atribuídos, foi a resignificação do trabalho que passaram a desenvolver dentro do MST, possibilitando o desenvolvimento de outras identidades.

De acordo com Souza-Lobo (1991), este processo não deve ser apreendido como um movimento mecânico, pois não foi só porque saíram para trabalhar fora ou estudar que as mulheres descobriram seu corpo (apreendido aqui não só como físico, mas psíquico, econômico e social), sua sexualidade e as relações de poder a que se submetiam. De acordo com a autora, fora tudo isto e ao mesmo tempo a interpelação sobre os novos discursos, opostos e contrários. Ao passarem a fazer parte da organização do MST (estrutural, político e laborativo), as mulheres defrontaram-se com uma realidade na qual não se encontram mais abaixo do homem, mas ao seu lado⁷⁶.

De acordo com Thomaz (2004):

A discussão sobre gênero dentro do MST, ou seja, a reflexão sobre o que é construído socialmente em entre os gêneros, originando desta forma os papéis específicos de homens e mulheres, e as relações de poder oriundas deste processo, surgiram como uma preocupação que despontou dentro da organização, já que a participação das mulheres nos cargos de direção e demais atividades era reduzida, e o preconceito contra as mulheres, as quais sofriam com uma carga de formação conservadora em termos de costumes e cultura, era muito visível. Desta forma, sentiu-se a necessidade de introduzir essa discussão, com a finalidade de promover uma transformação nas relações de gênero, ou seja, a construção de relações mais igualitárias de participação e valores. E ainda dar margem a uma maior vinculação da mulher às ações promovidas pelo MST e a sua própria inserção na estrutura organizativa.

Malgrado, a construção destas novas identidades só foi possível porque o confronto da prática no MST com a prática que viviam antes de ingressarem no movimento, fez com que as

⁷⁶ A forma organizativa dos acampamentos/assentamentos coloca na distribuição das tarefas pares compostos sempre de homens e mulheres.

mulheres se interpelassem individualmente, enquanto pessoas sexuadas que, por isso mesmo, vivem experiências que são próprias às mulheres, mas não são definidas na relação entre o feminino e masculino. Para Souza-Lobo (1991, p. 249), “[...] se as pessoas são sexuadas e isso não implica que vivem diferentemente suas vidas, são vistas diferentemente pela sociedade e pelos outros. Se as pessoas não são neutras, se são diferentes, são também iguais em seus direitos humanos,”

Parafraseando Souza-Lobo (1991), a novidade nessa trajetória das mulheres não está só no fato da reapropriação de seu trabalho, redescobrirem seus direitos sociais, mas no fato de que tenham redescoberto seus corpos, suas experiências, seus direitos por meio de sua inserção no Assentamento.

Quando vai ao INSS dar entrada ao auxílio maternidade, *Acácia* afirma:

Eu tenho direito, por exemplo, ao auxílio maternidade, mas eu não recebi até hoje. Eu dei a entrada logo que o meu filho nasceu, eu fui lá, sabe? Eu me senti muito humilhada quando eu cheguei lá... Porque eu fui lá pra buscar um direito que eu tenho e eles fazem umas perguntas assim pra gente, que eu achei muito humilhante [...] Mas se tivesse um monte de mulher sem terra lá... Aí é diferente. Ah... a voz de várias mulher junta é diferente. Sozinha eles vão alegar que eu tô desacatando ou coisa parecida. Por isso que eu... Eu sou a favor das atividades, assim, das mulheres. Porque chega todo mundo junta e eles respeitam”. (*Acácia*)

A fala de *Acácia* possibilita verificar que a descoberta dos direitos sociais passa a ser um motivo para mobilizar as mulheres para vida pública, onde elas começam a exercer uma vontade política e intervir nos seus destinos.

Ao destacar que se junto dela houvesse várias mulheres reivindicando o auxílio maternidade seria diferente, *Acácia* aponta que, por meio da organização coletiva dessas mulheres, sua ação teria maior visibilidade. As falas de *Acácia* e *Gérbera* demonstram que elas adquiriram uma nova identidade surgida por meio das experiências em que se descobriram cidadãs e pessoas. Assim como afirma Souza-Lobo (1991), diante da fala das entrevistadas é possível verificar que há muitos momentos dessa descoberta. O momento da solidariedade como mencionado por *Camélia* e *Gerânio*:

Camélia: “[...] tinha um amigo meu, o *****, que já tava e ajudou eu levantar o meu barraco. [...] Aí eu conheci uma senhora que me falou assim: “Ô senhora, eu fiz janta lá em casa e eu vim chamar a senhora pra jantar com a gente”. Eu tinha tudo acomodadinho...”.

Gerânio: “A gente cuida de criança, a gente cozinha, cuida de gente de mais idade... Cada um tem o seu setor, segurança, saúde, ciranda...”.

Gérbera: Depois que eu vim pra cá. Lá fora... éh... Os homem acha que as mulher tem que ser sempre abaixo que eles. E aqui nós acreditamo que nossos direito são os mesmos.

Há também, o momento em que as relações entre homens e mulheres aparecem claramente como relações de poder e as práticas (a fala das mulheres), parecem estar sempre fora do lugar.

De acordo com Souza-Lobo (1991, 251), *“Saídas do espaço doméstico, onde não há competição, é muito difícil viver os confrontos do espaço público frente a um modelo que não corresponde a experiência das mulheres.”* Entretanto, ao valorizar estas experiências, o MST contribuiu para desnaturalizar as qualificações masculinas e femininas para a militância.

Cabe destacar, que embora tenha-se verificado enormes avanços em relação à atuação do MST para o fortalecimento das mulheres enquanto categoria social e política, este não consegue desconstruir algumas formas de opressão que ainda se expressam sobre as mulheres assentadas, por exemplo a naturalização das tarefas domésticas como única e quase exclusiva das mulheres. Entretanto, ratifica-se que o fato desta opressão ser ainda muito enraizada nas relações de gênero no MST (e este não se configura como uma bolha, alguém da sociedade), coaduna-se com a proposta de Carneiro de que este espaço também se configura como campo de luta social e política, portanto, que as mulheres não se encontram nesta relação como sujeitos passivos. Ademais, pontua-se que o intuito desta dissertação é focar a contribuição no fortalecimento da categoria de gênero (feminino) e não o aprofundamento do olhar para esta perspectiva.

Para Souza-Lobo (1991, p. 251, grifo nosso), a construção dessa nova identidade pode ser dolorosa, porém as práticas indicam que quando os modelos (que visam a desigualdade de gênero) são postos de cabeça para baixo, os efeitos que acompanham as “opções” das mulheres já não são mais os mesmos. *“Se foram trabalhar por necessidade, se viraram chefes de famílias porque abandonadas, se são donas de casa porque não conseguem se profissionalizar, o importante é que se descobriram como pessoa, como sujeitos de suas vidas.”*

Neste sentido, compreende-se que o processo sob o qual as mulheres assentadas passam a reconhecer seus direitos é de constituição do sujeito coletivo e que a identidade agora apontada só se desponta porque houve uma mudança estrutural que em primeiro lugar as colocaram em contato e em confronto com a identidade de classe para, após este processo, se defrontarem com a identidade de gênero e, a partir daí, combaterem as relações de subalternidade.

Destarte, pode-se apontar que a participação política das mulheres por meio do MST, diferente de muitos movimentos sociais, se dá por meio da sua participação na produção e reprodução da vida social, pois o objetivo do movimento não é outro senão a superação das classes sociais (emancipação da classe trabalhadora).

Cabe destacar, que o MST não é um movimento isolado na sociedade e, por isto, em seu cotidiano não consegue romper integralmente com as práticas discriminatórias e excludentes e, ainda hoje, o tema se mostra polêmico e causa conflitos entre os assentados. É preciso destacar que quando os sujeitos (homens e ou mulheres) passam a integrar o movimento, não chegam sozinhos e sem uma carga de vida histórica. Chegam na maioria das vezes adultos e já formados enquanto sujeitos sociais. Trazem histórias de vidas reais inscritas num contexto que já lhes são determinados. Deste modo, o que o MST passa a fazer é tentar, por meio de sua forma organizativa, contribuir para desconstrução das normas, valores, ideias e ideologias construídas ao longo de suas vidas.

A fala de *Margarida* expressa as tensões em relação à questão de gênero no Movimento:

Margarida: “[...] Agora, eu procuro situar isso porque os assentamentos não podem de nenhuma maneira serem considerados como isolados da sociedade [...]. Não, a gente está numa sociedade em que as mulheres estão expostas a uma série de contradições, não seria diferente nos assentamentos, né? No entanto, como no movimento tem toda uma discussão, reflexão e uma luta contra a dominação, essa questão ela aparece como uma tensão no assentamento. São muitos os casos de companheira que questionam... tem companheiras que são muito boas pra fazer discurso, de ir pra luta, inclusive da própria militância, mas essa capacidade de lutar e se emancipar não se traduz dentro de casa. É quase uma dupla atuação. Muitas criticam e relatam isso. Então, é um grande caminho a se percorrer, na minha opinião”.

De acordo com Thomaz (2004) e pelo o que aqui já mencionado, a discussão sobre a questão de gênero no MST partiu da verificação e estranhamento do que era socialmente construído em relação a homens e mulheres. Sentindo a necessidade de introduzir a discussão e com a finalidade de promover transformações nas relações de gênero, isto é, a construção de relações mais igualitárias de participação e valores e ainda dar margem a uma maior vinculação da mulher às ações promovidas pelo MST e a sua própria inserção na estrutura organizativa, foram criados o setor e os coletivos de gênero.

Segundo Fernandes (2000:38 apud THOMAZ, 2004), a primeira manifestação de organização das mulheres, surgiu no 1º. Congresso do MST no qual:

[...] as mulheres compuseram a organização e iniciaram os trabalhos para a formação da Comissão Nacional das Mulheres do MST. Em março de 1986, conquistaram o direito de receberem lotes na implantação dos assentamentos, sem a condição de serem dependentes de pais ou irmãos. Nesse período, nos Estados, as mulheres sem-terra organizaram encontros para reflexão e avaliação das formas de participação na luta.

O caminho que percorre o MST em relação à emancipação feminina não é diferente do caminho percorrido por outros movimentos e, defesa dos direitos das mulheres. As contradições e antagonismos vivenciados por estes também não se diferem daqueles vividos pelo MST. O que os distinguem e os distanciam e/ou os particularizam é o MST acreditar que a democracia, cidadania e a segurança dos direitos sociais e políticos não suprimem a opressão de classe. Este a denuncia e a confronta frontalmente.

Atualmente, a regional do MST de Ribeirão Preto, assim como o MST do estado de São Paulo, têm discutido a manutenção ou não do setor de gênero no movimento. De acordo com a fala de *Margarida*:

A gente discute muito de que talvez não ter mais o setor de gênero pra que a gente consiga fazer com que a questão de gênero com as relações sociais estejam em comum no movimento, então porque que a gente não termina com o setor de gênero?

Entretanto, a própria entrevistada aponta os motivos para a não extinção do setor:

Primeiro porque ela passou pelo coletivo de muitas pessoas e segundo porque ainda é um espaço que faz com que a gente consiga se organizar. Então, se a gente termina com o setor de gênero aí mesmo que a questão some. Então, a gente acha que o setor de gênero ainda é um espaço pra gente poder desenvolver a organização, não só das mulheres [...]". (Margarida).

Ao lembrar que a luta do MST é por uma nova forma de organização societal, *Margarida* aponta outras lutas que também estão inscritas no movimento como a luta contra a homofobia:

Margarida: *"O movimento, como toda a sociedade, é muito preconceituoso com relação aos homossexuais e a gente começou a perceber que nas mobilizações do 8 de março, começou a ter a participação de homossexuais masculinos e isso causou uma discussão enorme, conflitos... nos próprios companheiros causou um estranhamento muito grande, mas foi muito saudável. Numa das assembléias, um companheiro que inclusive foi da direção estadual do movimento, ele é homossexual e ele colocou "ah... vocês estão todos me olhando e se perguntando o que é que eu estou fazendo aqui no meio de você, né? Eu quero trazer um tema pro movimento". Começou a*

fazer toda uma discussão e tal e foi tão interessante porque, até mesmo as mulheres que são homossexuais, se sentiram mais seguras, mais acolhidas. Isso é muito tímido ainda.[...]”.

Ao apontar a homossexualidade como uma luta também a ser travada no seio do Movimento, *Margarida* ratifica a simbiose apontada por Saffioti entre racismo, sexismo e Heterossexismo. Neste sentido, a entrevistada, como representante estadual do MST no Estado de São Paulo, afirma que, a partir dessa apreensão, as lutas de 08 de Março passaram a ter papel de suma importância na luta contra o capital. Afirma ainda que, para que as ações das mulheres do MST tivessem mais visibilidade desde 2006, o dia 08 de Março tem sido um dia que marca a participação principalmente das mulheres na luta contra o Agronegócio.

Margarida: “[...] um marco histórico foi a ocupação da Aracruz em 2006 porque de lá pra cá, o 08 de março ele tem um outro caráter, um caráter mais voltado ao agronegócio. Então, foi uma reflexão que foi sendo gestada no movimento como um todo, mas foi protagonizado pelas mulheres, né? E assim... foi interessante porque a reflexão pra gente propor as lutas do 08 de março com outro caráter”.

O caráter desta luta, de acordo com *Margarida*, é de classe, denunciando as formas de opressão dos trabalhadores e trabalhadoras do campo.

Margarida: “O movimento deveria fazer também uma luta que questionasse o modelo do agronegócio, as empresas transnacionais, o aparato do Estado no fortalecimento dessas empresas. Agora, pra chegar nessa reflexão, imagina, é uma distância enorme... tem toda a necessidade do tema da violência contra as mulheres, o salário maternidade, moradia, questões específicas das particularidades das mulheres e pra chegar nessa reflexão e materializar numa ação como a da Aracruz, isso significa um processo que mexeu com a consciência das mulheres. [...] Então, por que isso partiu das mulheres? Porque nós tivemos outras ações também, mas a Aracruz foi um marco por causa da repercussão que deu, da forma como foi feito. Então, não é só uma reflexão política, mas também tem a ver com a forma que as mulheres se veem na sociedade. Então é uma dupla resposta. Uma resposta do movimento, política e uma resposta de gênero. Porque com as mulheres, a dominação é dupla e então a resposta tem que ser dupla também, né?”

A fala de *Margarida* aponta que numa sociedade marcada pela desigualdade e pela exclusão, os movimentos de mulheres desempenham um papel importante no questionamento do problema da desigualdade. Neste sentido, na emergência dos sujeitos coletivos, em que as desigualdades sociais e as diferenças são tratadas como “especificidades”, que supõem uma universalização neutra, estes sujeitos encontram no MST uma posição clara e explícita em relação aos conflitos e posição de classe. Assim, de acordo com Mezáros e corroborando com a fala de

Margarida, a “Igualdade que as mulheres reivindicam não é uma igualdade que não é possível o capitalismo oferecer. A luta pela igualdade coloca as mulheres num patamar de luta de classe”.

4.2.4 A Construção de Políticas Públicas Agrárias e a Relação com o Estado

Historicamente, as políticas sociais foram direcionadas à família ou à unidade de produção familiar. Entretanto, o parâmetro para organização destas políticas sempre fora a família burguesa, cuja existência é garantida pelo contrato econômico para assegurar o patrimônio. Neste sentido, a forma de controle sobre a mulher é o estabelecimento da monogamia e, o adultério, é tido como falta grave, sendo convertido à toda sociedade como forma de as mulheres serem vigiadas. Na família proletária, o controle sobre as mulheres recai sobre seu corpo, na medida em que a função exclusiva dessa família é a da reprodução de força de trabalho. De acordo Toledo (2001), a família pequeno-burguesa tem a finalidade de reproduzir os ideais e valores burgueses para a sociedade. Em todas as formas de família tem se por referência o homem como “chefe da família” que, dessa forma, sempre se pôs como interlocutor em relação às políticas sociais, uma vez que sempre lhe coube ocupar o espaço público (político).

Disto, pode se afirmar que as políticas sociais sempre reproduziram a lógica de exclusão. Com a divisão sexual do trabalho, as representações da desigualdade foram reforçadas pela noção de ajuda das mulheres no trabalho fora do lar.

No Brasil, historicamente as políticas públicas para mulheres têm partido de uma visão universalista e generalizante de mulher. Incapaz de se questionar sobre “quem é essa mulher brasileira?”, recai-se nos mitos da fragilidade, que historicamente justificou a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres.

Interessante notar que esta generalização da mulher por um lado nega as especificidades a cada grupo requerente e, assim, não se é respeitado às particularidades das mulheres negras, lésbicas, rurais, donas de casa, etc. Por outro, esta generalização não toma por base a questão de classe que pode ser uma unidade entre as reivindicações das mulheres.

Negligenciadas socialmente e pelo Estado, a ratificação da construção dos papéis de gênero explicita o tratamento que é despendido sobre a questão, de modo que se perpetua a construção desigual entre os sexos.

A ausência do recorte da construção dos gêneros tem postergado a análise e melhor compreensão das particularidades que o fenômeno pode adquirir quando relacionado especificamente ao entendimento do que é ser mulher e ser homem, bem como a intervenção do Estado na construção desse entendimento. Salienta-se, que o Estado por representar a

classe que detém os meios de produção não se interessa pela unidade de classe que se constitui uma identidade entre a maioria das mulheres.

Para Avelar (2001), as mulheres são um ótimo exemplo do longo caminho a se percorrer na luta pela extensão real dos direitos de cidadania e da democratização das políticas sociais. Segundo a autora, os mecanismos reais de democratização só se efetivam quando se concretizam em políticas públicas de “igualação” de todo e qualquer indivíduo independente de seu sexo, raça, nacionalidade e situação social.

Considerando ser este o enfoque principal deste trabalho, é preciso ressaltar a necessidade de um compromisso efetivo do Estado na implementação de políticas públicas agrárias sob a ótica de gênero, frente aos prejuízos do desenvolvimento pessoal e social que atingem as mulheres.

Até recentemente, o Estado não assumia, e ainda não assume de todo, a responsabilidade com a construção dessa desigualdade de gênero, raça/etnia. Portanto, ainda é muito recente a entrada deste debate e destas ações junto ao Estado. Com o final da ditadura militar e o fortalecimento da organização dos movimentos sociais e o de mulheres, o Estado passou a dialogar com as demandas das mulheres.

Os movimentos de luta por creches e carestia, a participação das mulheres nos movimentos de saúde, educação, moradia e direito humanos, são um marco importante deste processo. Ao longo da década de 80 do século XX, a renovação do poder público levou grupos de mulheres a se organizarem em torno de propostas específicas de luta contra a violência, opressão e exploração no trabalho. As mulheres, como sujeitos sociais, inauguraram um diálogo com o Estado, ou pelo menos, com setores mais abertos do poder e, nesse diálogo, destacaram as reivindicações de políticas públicas, que deveriam promover ações de igualdade.

Cabe destacar que o Brasil é signatário de várias convenções que objetivam a proteção, participação e apoderamento das mulheres, tais como a conferência do Cairo, Beijim e do Pará. Foi por meio de uma articulação nacional estruturada, a partir dos Fóruns Estaduais, e através de um processo amplo de discussões, que se definiu uma plataforma para garantir os direitos das mulheres no país. Uma das ações tomadas a partir das conferências, bem aceita pelo Brasil, foram as ações afirmativas. Foi a partir dessas ações, que as mulheres passaram a ganhar maior espaço na disputa do poder e da igualdade na sociedade, contribuindo para o combate contra o sistema patriarcal.

Outro acordo firmado foi a convenção de Belém do Pará (Convenção Interamericana para prevenir, punir, e erradicar a violência contra mulher /1994.), tratando diretamente do

temas violência sexual, de gênero e de todas as formas de discriminação, inclusive quanto a sua autonomia e direitos.

Em relação às mulheres rurais foram criados, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), o Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia do mesmo Ministério (Ppigre), que passou a ser denominado de Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia (Aegre), ligada ao Gabinete do Ministro. Posteriormente, no final de 2010, foi transformada em uma Diretoria de Políticas para Mulheres e Quilombolas.

A construção da Identidade de gênero no processo de implementação de políticas agrárias é o tema da dissertação apresentada. Nas categorias acima, discutiu-se a formação da identidade de gênero e como o MST tem contribuído para o fortalecimento das mulheres e, neste sentido, a análise, nesta categoria, de como o Estado tem respondido em políticas públicas para mulheres.

As falas das entrevistadas demonstram que o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) como Instituição burocrática que representa os interesses do Estado, tem, no assentamento Mário Lago, cumprindo o papel de legitimar as ações propostas pelo governo que, na atualidade da sociedade brasileira, são permeadas pelos interesses da classe dominante e hegemônica (agroindustrial).

As falas também permitem apreender o Estado como permeado pelo conflito e luta de classes. Neste sentido, apreendido em sua perspectiva ampliada que, de acordo com Gramsci, vai além de um aparelho coercitivo que por meio da violência tenta manter a ordem, mas como um aparato jurídico-político cuja organização e intervenção varia de acordo com a organização social, política, econômica e cultural da sociedade, mediadas pelas correlações de forças entre as frações de classes vigentes.

Neste sentido as falas que apresentam-se por ora, representam o universo das 22 mulheres entrevistadas. Destas, 21 dizem terem uma relação conflituosa com o INCRA. Uma apenas diz não ter problemas em relação à organização porque “já largou mão de correr atrás deles”, conforme fala da própria entrevistada.

Azaléia: “Ah... Minha relação com o INCRA... Éh... não muda, sabe? Porque o INCRA, quando ele entrou aqui dentro, ele entrou pra tá ajudando, mas depois fez piorar tudo... Ele promete, mas não dá conta de nada. Então...”

Begônia: “Olha... no começo nós fomos tudo enrolado. Eu não sinto mais confiança. Eu respeito se eles me respeita. Da boca deles nunca sai verdade,

cê entendeu? Eles enrola a gente. Vem, promete, sabe? Já sair o poço, o dinheiro da mulher, da casa, a água, nós ia poder comprar... Agora eu te pergunto pra você: Como que o ser humano pode sobreviver sem água? Não sinto confiança neles. Acreditar? Não. Inclusive, eu tenho um laudo da minha casa constando que o dinheiro que nós temos aqui, que saiu, nunca... recebemo a metade e o... cê entendeu? O superintendente do INCRA lá não ... Eu ví no jornal lá da hora do Brasil que eles pergunta: “aonde que foi parar esse dinheiro?” Então, eu não sinto confiança nenhuma não.”

Bela Dona: *“Você perguntou assim do INCRA, acho que o governo, o órgão do INCRA deveria olhar para gente assim...com mais carinho né? Porque viver assim como agente vive, né? Sabe, a pessoa viver sem água, as paredes da casa tá assim... sabe, porque não tem laje. Daí, não pode por a laje porque as paredes estão caindo. Perigoso por laje porque pode cair. Então, viver numa situação desta aqui não é fácil... então, eu acho que eles deveriam atender a gente com alguma coisa mais emergencial, tanto os acampados quanto os assentados, porque não é fácil nossa vida. Queria, assim... registrar aí, que eu sou outra pessoa depois do movimento... Quero agradecer o movimento. Hoje tenho uma casa... não é totalmente minha porque é do INCRA, mas é minha. Então, eu queria deixar registrado isto... Hoje, eu sou muito grata ao movimento por ter me proporcionado muita coisa de bom! A mim e aos meus filhos... Minha filha também, ela se formou. Muita ajuda a gente recebe do movimento. Em relação ao trabalho no Alfa-sol, é uma participação solidária, tenta alfabetizar e é uma alfabetização solidária do Governo, antes era o EJA, hoje a gente tenta alfabetizar quem não é alfabetizado aqui... Então, tem tido muita evasão, mas a gente vai atrás, procura saber porque não tá indo na alfabetização...A gente ganha uma bolsa sabe? Não é muita coisa, mas é uma bolsa do governo, já ajuda né? E é isto.”*

As falas de *Begônia* e *Azaléia* permitem verificar que as ações do INCRA na fase inicial de assentamento do Mário Lago, estavam voltadas para a desarticulação da organicidade do movimento dos trabalhadores rurais sem terra. Esta perspectiva se dava porque o movimento, por meio da organização dos trabalhadores, enfrentava e, pela primeira vez, conquistava terras no “coração do agronegócio”.

Quando as mulheres dizem que o INCRA entrou para ajudar, reforçam a idéia do assistencialismo promovido pelo Estado a fim de desarticular a luta e o fortalecimento dos sujeitos coletivos.

A falas destacam a promessa de implementar as políticas sociais específicas para a reforma agrária e para mulheres tais como o fomento mulher⁷⁷, no valor de 2.400 reais, que,

⁷⁷ De acordo com a Instrução Normativa do INCRA, nº 93, de 05 de março de 2010 que fixa valores e normas gerais para a implementação do Crédito de Instalação aos beneficiários dos projetos da Reforma Agrária. Em seu art. 2º consiste no provimento de recursos financeiros, sob forma de concessão de crédito aos beneficiários da Reforma Agrária, visando assegurar aos mesmos os meios necessários para instalação e desenvolvimento inicial e/ou recuperação dos projetos do Programa Nacional de Reforma Agrária. Parágrafo único. São modalidades de concessão de Crédito Instalação: Apoio Inicial; Apoio Mulher; Aquisição de Materiais de Construção; Fomento; Adicional do Fomento; Semi-árido; Recuperação/Materiais de Construção; Reabilitação de Crédito Produção e Crédito Ambiental.

posteriormente, foram divididos em 03 parcelas e, até o momento da coleta desses dados, só a primeira parcela havia sido repassado. Evidencia-se com isto a fragmentação da assistência prestada aos assentados, particularmente às mulheres.

De acordo com Fidelis (2005), tem sido comum confundir assistência com assistencialismo. Nos espaços de intervenção que se caracterizam pelo emergencial é comum taxar a atuação como uma prática assistencialista, entretanto, conforme Betânia, não se deve equiparar ou confundir ações de emergência com assistencialismo. A autora aponta que mesmo a Lei Orgânica da Assistência aponta a necessidade de medidas de intervenção emergenciais a fim de suprir as necessidades mais básicas e vitais do usuário (art. 5º LOAS).

Malgrado sabe-se que muitas destas ações são “coptadas” pelos dirigentes do Estado com intuito de escamotear esta política à condição de benefício, benfeitoria, benevolência. A política de assistência é assim tomada como assistencialismo. Como afirma Fidelis (2005), além de não contribuir para emancipação dos sujeitos reforçam sua condição de subalternização perante os serviços prestados.

Diante do exposto, considera-se que a promessa de implementação das políticas agrárias feitas aos assentados pelo INCRA tem partido desta premissa. Cabem destaque, como mencionado anteriormente, as políticas sociais no Brasil que têm um caráter de direito e que, a partir de 1980, com a constituição federal de 1988, a assistência passa a ser uma política pública que se configura como dever do Estado e direito da população.

Esta condição se materializou através da LOAS, aprovada em 1993, Lei, esta, que regulamenta o direito à assistência social e que a organiza como a política social. Desta forma redimensiona-se a assistência social que, deixa de ser apenas mais uma ação de imposição de interesses da classe dominante sobre os dominados e, passa a ter um caráter de política pública de direito, não contributiva, de responsabilidade do Estado, que insere-se no tripé da Seguridade Social e no conjunto das demais políticas setoriais visando o enfrentamento à pobreza, e a proteção social. (FIDELIS, 2005).

Diante do exposto, acredita-se que as falas das entrevistadas possibilita a verificação de que, embora o Estado tenha sua gênese nas relações sociais concretas, não pode ser compreendido como entidade em si e, neste sentido, a apropriação da terra por meio da luta dos trabalhadores significou sua vitória. Entretanto, como o Estado cumpre função precisa de garantir a propriedade privada, passou a atuar no assentamento de modo a desarticular politicamente os trabalhadores rurais e isto se evidencia nas falas de todas as entrevistadas que afirmam que, quando o INCRA entrou no assentamento, entrou para ajudar na construção da casa, do fomento, com a criação da escola e/ou do transporte que facilitasse o trânsito e,

principalmente, pelo acesso à água. No entanto, já há nove anos instituído o Assentamento Mário Lago, verifica-se que as condições estruturais ainda são bastante precárias. Não há poços artesianos, o que dificulta o plantio e a cultura de alimentos para a própria subsistência. A fala de *Bela Dona*, assim como as falas de *Begônia* e *Azaleia*, destacam que o acesso à água (bem essencial à vida), é feito por meio da companhia de água e saneamento de Ribeirão Preto semanalmente. Através de carros pipa, preenchem as caixas d'águas dos núcleos e cabe às famílias darem conta desse processo.

O acesso à saúde e ao transporte público (interno e externo ao Assentamento), também é bastante precarizado. Esta situação “infelizmente” não é apenas vivenciada no Assentamento Mário Lago, mas em aproximadamente quarenta mil assentamentos, como o demonstrado no relatório *O Progresso da Mulher no Brasil*.

Assim, a fala de *Margarida* aponta:

(Margarida) [...] O INCRA finalmente chegou na área. O INCRA veio e nós viemos para enfrentar o MST. E esse foi um processo muito difícil, bastante traumático para a comunidade. A primeira consequência foi o desmantelamento da nossa organicidade, né? Como é um assentamento muito grande. Mas quando era acampamento, eram muitas famílias reunidas, mas a nossa organicidade sempre foi uma característica muito forte. Então, o fato de termos os núcleos funcionando, reuniões, duas reuniões semanais... chegamos a ter oito setores funcionando aqui de fato, a coordenação... toda a organização, quer dizer, era um acampamento muito unido, início de assentamento bastante vivo e bastante organizativo.

Verifica-se por meio da fala da entrevistada que o INCRA, tal como aponta Coutinho (1996), como representante do Estado, passou a representar como entidade particular, um suposto interesse geral. Assim, acredita-se que por meio da inoperância do autoritarismo do Estado, as políticas públicas para os Assentamentos não são viabilizadas.

Destarte, a fala de *Margarida*, possibilita a compreensão de que ainda há muito que se avançar para assegurar as políticas sociais de assistências em sua perspectiva de fortalecimento dos sujeitos coletivos e emancipação do indivíduo. Como destaca Fidelis (2005), a política de assistência social ainda hoje, apesar dos avanços da constituição federal e do aparato das leis que corrobora com a democratização e participação da sociedade civil, tem encontrado ainda hoje dificuldades em se desenvolver e avançar em relação aos direitos sociais.

No contexto atual, tal como ponderam Netto e Iamamoto, a liberdade democrática na sociedade burguesa expõe como ápice de participação política os espaços formais democráticos de participação. Os trabalhadores quando de fato inscrevem-se nestes espaços,

encontram barreiras que se opõem a própria participação, pois a classe dominante e hegemônica cria, por meio do Estado, mecanismos que deslegitime a luta e passe por meio de suas instituições buscarem o consenso.

Esta perspectiva adotada pelo Estado, se analisada pela perspectiva gramsciana, aponta que a luta política não mais se trava entre, por um lado burocratas administrativos e policiais militares, que monopolizam o aparelho do estado e, por outro, exíguas classes subalternas e parlamentares representativos, que restringem a participação política.

Nesta perspectiva em que se verifica o Estado em sua concepção ampliada, apreende-se esta como lugar também sujeito à amplas organizações de massas. Neste, há um conjunto de instituições responsáveis pela representação dos interesses de diferentes grupos sociais, bem como pela elaboração e/ou difusão de valores simbólicos e de ideologias.

De acordo com Paulo Netto (2011), o Estado burguês evidencia o capitalismo monopolista recolocado num patamar mais alto, ou seja, o sistema totalizante de contradições que conferem à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica.

Assim, o autor aponta que o capitalismo monopolista, ao interferir na dinâmica da sociedade burguesa, além de firmar as contradições explicitadas no estágio concorrencial, também impõe novas formas de contradições e antagonismos.

Para Iamamoto (2008), este novo momento do capital se caracteriza pela inserção dos países “periféricos” na divisão internacional do trabalho – as classes trabalhadoras e suas lutas que criam riquezas para outros, experimentam a radicalização dos processos de exploração e expropriação, configurando novas condições históricas que metamorfoseiam a questão social.

Malgrado, por conta do momento histórico em que se encontram os processos de desenvolvimento da sociedade capitalista (meio de produção e reprodução) é possível verificar que o neoliberalismo tem reforçado o individualismo, a proteção da propriedade privada, redução dos direitos sociais bem como a mercantilização dos serviços, com a proposta de redução da intervenção do Estado sobre as políticas sociais.

Vive-se em um momento de retrocesso em relação às garantias dos direitos sociais e isto é evidenciado por meio das falas das entrevistadas.

CONCLUSÃO

A dissertação que ora se apresenta objetivou analisar a construção da Identidade de Gênero no processo de implementação de Políticas Públicas Agrárias para mulheres, bem como se o MST tem contribuído para seu fortalecimento enquanto categoria social e política.

Partindo do aparente, para compreender as mediações da essência do fenômeno estudado buscou-se, por meio de aproximações, verificar como, no processo de luta pela terra, as mulheres apreenderam o movimento real da sociedade e como, por meio do trabalho que passaram a desenvolver no MST, iniciaram o processo de “reversão” da identidade à elas atribuída. Porém, por acreditar ser a realidade complexa, histórica e dialética, sabe-se que ainda que tenha havido uma aproximação da realidade sob a qual objetivou-se pesquisar, apenas foi possível uma apreensão de algumas (poucas) mediações sob a qual se inscrevem as mulheres assentadas (sujeitos desta pesquisa) e da luta que travam em seus cotidianos.

Espera-se que a pesquisa possa contribuir tanto no processo de formação profissional, quanto para a prática profissional em Serviço Social que, como é sabido, se orienta pelo projeto ético-político o que se materializa por meio das ações profissionais, do projeto de formação e das atividades desenvolvidas pelo conjunto das entidades representativas da categoria profissional, quais sejam ENESSO, ABEPSS, CRESS/ CFESS, LOAS e através da relação e articulação que estabelecem com os movimentos sociais, sindicatos, associações e outras categorias profissionais.

Neste sentido, acredita-se que a pesquisa possa contribuir para o fortalecimento da profissão, uma vez que tanto em sua dimensão científica, quanto em sua dimensão política, buscou “romper” com a perspectiva conservadora e reacionária que se expressa através da perspectiva que nega à profissão esta dimensão política, contribuindo para o pluralismo dentro da profissão em sua perspectiva acadêmica e profissional, uma vez que se estabelece uma análise que privilegia a discussão e o confronto de ideias em relação à questão de gênero e dos Movimentos de Luta pela Terra, em específico o MST.

Na sociedade capitalista que tem por base a realidade histórica do conflito de classes, verifica-se que o objetivo da classe que detém o poder e a hegemonia seja mantê-lo por meio das forças produtivas e das relações de reprodução, buscando para tanto, através da ideologia, falsificar a realidade. Neste sentido, cabe à classe oprimida e/ou subordinada buscar formas de romper com esta “pseudo-realidade”, ruptura que propicia uma apreensão mais real e objetiva da realidade, explicitando a relação de desigualdade entre as classes e suas refrações sobre as categorias sociais em que se compreendem as relações de gênero.

O Serviço Social, neste contexto, inscreve-se como profissão comprometida com a democratização e universalização, com a participação dos usuários, com a qualidade dos serviços prestados à população nela incluída, com a publicidade dos recursos institucionais, instrumento indispensável para a sua articulação com os segmentos de outras categorias profissionais que compartilham de propostas similares e, notadamente, com os movimentos que se solidarizam com a luta geral dos trabalhadores.

Assim, acredita-se que a pesquisa sobre a construção da identidade de gênero no processo de implementação de Políticas Públicas Agrárias (para mulheres) é consoante com o código de ética do Serviço Social, cujos princípios reconhecem a liberdade, autonomia e emancipação como direitos fundamentais, reconhecendo ser necessário ampliar e consolidar a cidadania com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos, empenhando-se na eliminação de todas as formas de preconceito.

Malgrado a organização política dos profissionais de Serviço Social passar por dilemas atuais, estes trazem à categoria algumas reflexões. Entende-se que falar da atuação do profissional do Serviço Social junto aos movimentos sociais seja falar da atuação desta categoria no campo de atuação política e da militância, pois acredita-se que os movimentos sociais são um campo imprescindível e fortalecedor para a profissão, posto que a intervenção direta sob a segurança dos direitos incide indiretamente sob a questão social e, esta por sua vez, possibilita a compreensão maior da luta popular. Entende-se ainda, que a ação profissional do Assistente Social junto aos movimentos sociais se dá no campo político, atuando com as diversas representações e categorias da sociedade. Daí a necessidade de se desenvolver especificidades de atuação política.

Hoje a formação profissional é generalista, com uma base teórico-metodológica que permite apreensão da complexidade da questão social direcionada à compreensão dos processos de constituição da sociedade a partir das transformações e determinações históricas, econômicas, sociais, políticas e culturais da realidade brasileira, inserida no contexto do desenvolvimento capitalista. (LEITE, online).

Este esforço é também teórico, metodológico e prático, exigindo da categoria profissional uma abordagem fundamentada na teoria contemporânea e compromisso na execução e acompanhamento das lutas do movimento social. Portanto, compreende-se que o Serviço Social só influenciará e contribuirá na mobilização se estiver atuando conjuntamente com os movimentos sociais. Assim, a pesquisa apresentada visa contribuir para a reflexão sobre o que seja Identidade de Gênero e como esta se reflete na implementação das Políticas

Públicas Agrárias com recorte de Gênero, pois o II Plano Nacional de Reforma Agrária tem aceitado o desafio de enfrentar o padrão secular de subordinação e negação das mulheres rurais enquanto sujeitos políticos e econômicos do mundo rural, assumindo caber ao Estado a implementação de políticas dirigidas à superação dessa situação de desigualdade social. Para incorrer nesta realidade, no primeiro capítulo trouxe como o trabalho, enquanto categoria fundante do ser social na sociedade capitalista, tem sido utilizado para escamotear as relações de produção e reprodução à dicotomização público x privado e, neste sentido, reduzindo os espaços de atuação entre homens e mulheres à público (político) e privado (lar). Esta perspectiva possibilitou compreender o que aponta Silva (1999), ou seja, que a categoria trabalho não deve ser apreendida a partir das expressões da pseudo-realidade, pois esta cumpre função de nos apresentar as relações sociais de produção e reprodução numa construção de “*vazio social*”.

Apreende-se que a centralidade do trabalho ajuda a avançar na discussão sobre os processos de sociabilidade e favorece a compreensão dos complexos sociais. Portanto, o trabalho, enquanto categoria fundante do Ser Social, só se objetiva socialmente de modo determinado, pois respondendo às necessidades históricas, produz formas de interação humana, como a linguagem, as representações sociais, os costumes e cria necessidades e formas de satisfação, do que decorre a relação homem/natureza. Assim, quanto mais desenvolvidas as forças produtivas, tanto mais desenvolvidas a sociabilidade humana. Porém, é preciso destacar não se tratar esta relação de uma relação de continuidade.

No segundo capítulo o debate foi sobre as identidades femininas e masculinas e como estas são (de) limitadas a partir dos papéis que a sociedade espera serem cumpridos, ou seja, de modo dicotômico (bipolar) entre os gêneros.

Destarte, compreende-se que diante na naturalização destes papéis tenha-se encontrado uma série de complexas subdivisões de camadas e frações em que se encontram as mulheres. Portanto, aponta-se que estas (mulheres) não se configuram como uma classe, mesmo extrapolando as relações de produção. Acredita-se que as mulheres passam então a se caracterizarem como categorias sociais que buscam se localizar entre os possuidores dos meios de produção ou entre os que detêm a força de trabalho. “*Essas categorias cuja função não se esgota no âmbito das relações de classe propriamente ditas, são portadoras de características físicas e culturais que as distinguem e especificam e que, manipuladas pela sociedade de classe, justificam sua maior exploração.*” Esta exploração, como aponta Engels (1979, grifo nosso), se configura com a apropriação da propriedade privada, estabelecimento do casamento monogâmico e com a divisão sexual do trabalho.

Verifica-se ser na família que se corrobora que homens e mulheres devam agir conforme as regras impostas pela sociedade. É nesta instituição que cabe aos pais a responsabilidade de transmitir delimitações aos filhos, sendo a maior parte desta à mãe, mantendo a ordem do lar e, portanto, educando os filhos para que cumpram tais regras, delimitando qual papel cabe ao homem e qual à mulher.

Malgrado, apreendidas estas mediações verifica-se que na sociedade capitalista a situação da mulher, quando analisada a partir da realidade do campo, seja ainda mais complexa, pois esta enfrenta também as expressões das transformações no mundo do trabalho, em específico, a tecnização e modernização do campo, além de outras apontadas por Maria Aparecida de Moraes Silva (1999). Aponta-se como o modo de produção tem mudado este espaço (rural) e como esta mudança também tem tratado de marginalizar a mulher enquanto trabalhadora rural assalariada. Deste modo, no terceiro capítulo analisou-se como, a partir do II PNRA, as políticas sociais têm sido implementadas para este segmento em específico e como o MST tem contribuído para o fortalecimento desta categoria política e social.

Constata-se que múltiplos têm sido os movimentos sociais, bem como suas atuações. A abertura política no final da década de 1980 e início da década de 1990 favoreceram o crescimento de alguns movimentos sociais e surgimento de outros. Todavia, com a ofensiva neoliberal, muitos se tornaram adjacentes ao Estado, o que por sua vez fez com que se abrisse na sociedade uma insegurança/desconfiança em relação à atuação dos movimentos sociais em torno da garantia e da segurança dos direitos sociais e políticos. Associado a isto, o surgimento de “novos” movimentos sociais, a saber, os movimentos das mulheres, ecológicos, contra a fome e outros, sinalizou em princípio um distanciamento do caráter classista que se configurava nos movimentos sindicais e operários em torno do mundo do trabalho.

Assim, as políticas sociais têm sido implementadas a partir deste movimento real e dialético, o que significa que devam ser compreendidas a partir do “*mirante de análise*”, pois supõem sempre uma perspectiva teórico-metodológica e, portanto, uma visão de homem e de mundo. O mirante sobre as políticas sociais partiu da compreensão materialista histórico-dialética e, neste sentido, compreende-se que as políticas sociais são resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre o Estado e sociedade civil e, portanto, se localizam no âmbito dos conflitos e luta de classes que, apreendidas enquanto espaço de contradição e de luta, possibilitam a compreensão de que estas não são conduzidas pelo Estado capitalista apenas, pois as políticas sociais são “*resultado da relação e do complexo desenvolvimento das forças produtivas e das forças sociais*”.

Desta forma, tratar a questão da mulher na estrutura fundiária brasileira significa remeter à sociedade agrária colonial onde a estrutura familiar assumia um papel fundamental na organização social, desempenhando as funções econômicas e políticas num sistema marcado pela concentração fundiária e pelo predomínio das relações patriarcal-paternalistas.

Cabe destacar, que a desigualdade nas relações de gênero faz parte de um amplo processo histórico, cultural e estrutural, que perpassa as esferas da produção e da reprodução social. A opressão, subordinação e a consequente a (in) visibilidade na relação com a terra, se reproduzem nas esferas da informalidade e da formalidade. Na relação do privado com a casa rural, que é também uma relação com a terra e no campo da formalidade, a desigualdade nas relações de gênero se mantêm e resultam de ações historicamente reforçadas e reproduzidas pelo Estado, inclusive em aspectos decisivos que contribuem para neutralizar ou reduzir a participação da mulher no espaço público.

Objetivou-se, portanto, contribuir para a discussão da identidade de gênero “construída” em um período determinado, em específico na sociedade capitalista atual com seu modo de produção e reprodução, ou seja, opressão e exploração da força de trabalho. Depreendeu-se disto, a afirmação de que não há uma única identidade de gênero, mas identidades, como afirmado por Moreira Alves (1980). A apreensão do gênero enquanto categoria social significa sua apreensão como portadora de “particularidades tomadas” e escamoteadas pela sociedade capitalista e, neste sentido, a opressão, exploração e subordinação a que estão submetidas às mulheres, são concretizadas por meio da estrutura que lança mão sobre a superestrutura. Neste sentido, cada indivíduo apreende, em seu processo de socialização, a confrontar-se ou aceitar as regras de condutas estabelecidas por uma cultura que está relacionada ao real e às condições materiais de existência. Porém, não o espelha em sua verdadeira condição de base para relações de poder.

Como se vive numa sociedade historicamente determinada, estas identidades são modeladas a fim de fragmentar as categorias, as classes sociais e os papéis atribuídos, de modo a naturalizar a exploração e dominação de um gênero (masculino) sobre o outro (feminino). Vive-se num modo de organização societal em que a base de existência é a exploração do homem pelo homem, que a tudo tenta dominar e alienar.

O escamoteamento (espaço privado-lar) a que fora restrita a participação feminina nos diversos espaços e campos de luta, evidencia a contradição na qual esta categoria fora determinada e destinada. Esta contradição imbuída pela dicotomização – bipolar entre as relações sociais de produção e reprodução dos gêneros é que propicia a distinção da mulher nas lutas do conjunto dos trabalhadores rurais. Uma vez que se tornam públicas suas

reivindicações (reivindicações das mulheres trabalhadoras do campo), também se tornam públicas outras identidades que compõem a mulher, tais como o da trabalhadora- mãe e trabalhadora-esposa. Verifica-se, tal como Carneiro (1994), que é a própria condição de “[...] *pertencer ao gênero feminino e o de ocupar uma posição determinada na estrutura socioeconômica - que resulta a identidade, ou melhor, as identidades múltiplas da mulher rural.*” Para entender o movimento das mulheres trabalhadoras rurais é necessário levar em consideração não apenas os fatores objetivos decorrentes das condições materiais de vida, mas também valores ideológicos estruturantes das relações entre os sexos e conformadores das identidades sociais dos gêneros.

Na proposta de reforma agrária do Estado e dos trabalhadores, a desigualdade entre trabalhadores e trabalhadoras se apoia principalmente nos hábitos culturais e no direito positivo, que, historicamente, tem deserdado a mulher da cidadania, sobretudo no que concerne à construção de sua própria identidade.

Entretanto, toda a situação exposta acima vem sendo transformada com o fortalecimento da identidade de gênero por meio da “descoberta” da Identidade de Classe. Tomando por referência alguns autores como Thomaz (2010) e Carneiro (1994), é possível afirmar que a mulher, quando se insere na luta política, passa a possuir uma consciência de classe, assumindo uma "identidade", ou seja, a ideia de pertencimento a um grupo que compartilha dos mesmos valores, símbolos, discursos, etc. Esta nova conformação está imbuída de outros elementos, visto que em face da subjetividade intrínseca nessas relações, se tem uma série de transformações que buscam em certa medida, superar a concepção arcaica do que é ser mulher e aquilo que a ela é atribuído.

Para realização da pesquisa, utilizou-se a revisão bibliográfica, buscando referências do Serviço Social que abordassem as categorias *Trabalho, Políticas Sociais e Movimentos Sociais*. Recorreu-se à Antropologia, à Sociologia, à Geografia e à Psicologia buscando aprofundamento nas categorias *Gênero e Identidade*, uma vez ainda haver pouca produção acerca destas categorias pelo Serviço Social, como apontado neste trabalho. Esta pouca produção teórica pelo Serviço Social, em referência a essa temática, se dá porque este movimento (análise da identidade de gênero) na sociedade, caracteristicamente os estudos sobre as relações de gênero, emergiram na academia na década de 1980 e ainda hoje não se tem uma hegemonia, tantas são as perspectivas na abordagem desta categoria, assim como também é nova a produção acadêmica no Serviço Social desta realidade com uma perspectiva histórica e dialética e, isto, acredita-se, devido às transformações em curso dentro da própria profissão.

Para a pesquisa de campo foram entrevistadas 22 mulheres e, para coleta de dados, foram utilizados o questionário semi-estruturado e a observação participante, conforme apresentado no capítulo 4: *Levantadas do Chão*. A amostra foi intencional buscando-se, por meio do maior número de mulheres entrevistadas, corresponder à representatividade de cada uma delas.

Destarte, participaram representantes da coordenação do Assentamento Mário Lago, dos Setores de Saúde, da Educação, do Gênero, da Associação e da Coordenação Regional e Estadual. Nesse mesmo universo, assentadas de curto e longo tempo (desde a fase de Acampamento), de Coordenação de Núcleo, mulheres jovens e adultas, casadas, divorciadas, solteiras, mães, avós, mulheres que trabalhavam dentre e/ou fora do Assentamento, dentre outros. Todas as entrevistas foram agendadas, realizadas individualmente e, com o consentimento de todas, gravadas. Em seguida transcritas, analisadas e erigidas às categorias de análise.

Na categoria de análise *A Construção da Identidade de Gênero*, por parte das Mulheres do Assentamento Mário Lago de Ribeirão Preto, buscou-se discutir como, no processo de ingresso ao Movimento dos Trabalhadores Rurais, as mulheres chegam com uma perspectiva do que seja sua identidade e, neste sentido, com uma carga histórica sobre o *Ser Mulher* construída socialmente, traço do que lhes fora imposto ideologicamente durante toda a vida pré-egressa. Submissas, não sabiam quais direitos lhes eram garantidos, social e politicamente, achavam-se incapazes de desenvolverem algumas atividades e, o estranhamento em relação ao Movimento, era pré-concebido pelo que era publicizado pela mídia. Assim, realizou-se uma análise da categoria *Identidade Estranhada* onde pode-se verificar como, a partir da participação no MST, as mulheres passaram a desenvolver uma nova identidade (feminina) por meio da construção da identidade de classe. Na análise da categoria *O Processo de Trabalho*, verificou-se como as mulheres passaram a negar a identidade atribuída a partir da relação estabelecida com o trabalho e, neste sentido, verificou-se que este permanece como categoria fundante da sociabilidade e, por meio da negação da identidade atribuída, as mulheres passam à identidade “subvertida”. Tudo isto foi possível, como se verifica na análise da categoria *O Papel do MST na Reversão da Identidade de Gênero*, pois a partir da própria estrutura organizacional do movimento, as mulheres atribuem novos significados aos campos sociais e políticos onde atuam, embora verifique-se que o trabalho doméstico ainda permaneça restrito à força de trabalho feminino apreendido numa construção social, ou seja, negam o que fora naturalizado durante toda sua vida pré-egressa, mas a natureza deste trabalho atribuído, ainda é atrelado ao gênero feminino.

Na lida cotidiana no Assentamento, nas instâncias de participação política e nas condições precárias do assentamento que se refletia em péssimas condições de vida, as mulheres passaram a constatar a ausência e/ou negligência do Estado em relação às políticas públicas à elas em específico, assim como políticas de reforma agrária e/ou de assentamento. As entrevistadas apontaram para o posicionamento ideológico hegemônico do Estado, mas demonstraram acreditar neste como espaço de conflito e de luta quando se remetem à conquista da terra.

Diante do exposto, verifica-se que ainda há muito que se percorrer em relação à segurança dos direitos das mulheres e, dentro desta perspectiva, ainda há incorporação da *luta de classes* a qual indica uma relação entre sujeitos protagonistas e a *totalidade*, que implica pensar as políticas públicas a partir de uma ótica tanto política, quanto social e econômica.

Assim, pensar a implementação de políticas públicas a partir do recorte de gênero exige uma apreensão da dinâmica e do movimento próprio do Estado na sociedade capitalista moderna, pois as origens da política social estão inscritas em um processo permanente e complexo de mediações. Deste modo, as expressões da questão social que refletem sobre o gênero não serão resolvidas apenas pela ação do Estado ou dos movimentos sociais e de mulheres. É preciso um novo pacto que responsabilize o Estado pelo dever de dar condições básicas de cidadania e garantia de liberdade. Porém, é necessário compreender que as ações empreendidas pelo Estado não se implementam automaticamente. Têm movimento, contradições e podem gerar resultados diferentes dos esperados. Especialmente por dizer respeito à grupos diferentes, o impacto das políticas sociais implementadas pelo Estado capitalista sofre o efeito de interesses diferentes expressos nas relações sociais de poder.

Assim, pensar o bojo sob o qual se inscrevem as políticas públicas para as mulheres é pensar o movimento antagônico e dialético a qual estas estão inseridas, uma vez que sempre lutaram por sua liberdade e, em todas as épocas, verificou-se exemplos de mulheres excepcionais nas suas ações, resistências e proposições de tratados e manifestações em defesa da igualdade. Também é preciso pensar para além do que é visível ou atingível.

Por fim, acredita-se que o Serviço Social, na afirmação do projeto ético-político, discutindo os princípios da justiça, democracia, da autonomia, da defesa intransigente dos direitos humanos e da liberdade como valor ético central, possa, a partir da assunção de ações mais concretas, críticas e transformadoras, atuar sobre as relações sociais existentes em vista da superação da ordem social burguesa e de tudo que nela está subentendida. Aponta-se, para tanto, a afirmação de uma dimensão educativa que se volte para as práticas profissionais de

caráter emancipatório, voltadas para a transformação societária e a construção de uma nova ordem econômica.

Neste sentido, afirma-se ser indispensável para o Serviço Social assumir veementemente a luta pela superação das determinações históricas dos papéis de gênero alicerçados na opressão e subordinação da mulher, uma vez que acredita-se ser a exploração/opressão/ subordinação, funcional para a ordem capitalista. Por conseguinte, afirma-se que esta estrutura deva ser combatida e, como estratégia, aponta-se para a articulação com os diversos sujeitos sociais que se identificam com esta luta.

REFERENCIAS

ABESS. CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 17, n. 50, p. 143-71, abr. 1996.

ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, Rocicleide da. As relações de gênero na Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais (CONTAG). In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da. (Org.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

ALAMBERT, Zuleika. **Feminismo: o ponto de vista marxista**. São Paulo: Nobel, 1986.

ALBUQUERQUE, Ligia; RUFINO, Isaura. Elementos que dificultam a participação da mulher no processo da reforma agrária. In: LAVINAS, Lena (Org.). **Anais do seminário mulheres rurais: identidades e luta política**. Rio de Janeiro: Ed. IPPUR : Ed. UFRJ, 1987.

ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____.; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade: Revista de Ciência da Educação**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2012.

ARAÚJO, Alison Cleiton de; TAVARES, Maria Augusta. A centralidade do trabalho nos marcos da sociabilidade capitalista contemporânea. In: ENCONTRO LATINO AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 13.; ENCONTRO LATINO AMERICANO DE PÓS-GRADUAÇÃO, 9., São José dos Campos. **Anais....** São José dos Campos: Univap, 2009. Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2009/anais/arquivos/0899_0463_01.pdf>. Acesso em: 28 set. 2010

ASSENCIO, Sandro. **Trabalho e comunicação: a categoria fundante da sociabilidade humana em Marx e Habermas**. 2007. 193 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer : Ed. Unesp, 2001

_____. **O segundo eleitorado: tendências do voto feminino no Brasil**. 2. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1989

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Fundamentos ontológicos**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEBEL, A. **A questão de gênero: cartilha do coletivo nacional de gênero do MST**. São Paulo: MST, 1998.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivonete. **Política social: fundamentos e história**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BELLENTANI, Natália Freire. **Indicadores de desenvolvimento humano no campo e na cidade Ribeirão Preto- SP**. 2010. 196 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2010.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 31, p. 37-49, set./dec. 1997.

BORELLI FILHO, Dorival; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Organização da produção do assentamento Mario Lago: uma experiência de diversificação produtiva no centro da indústria agrocanavieira do interior do estado de São Paulo. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS: mundo rural, políticas públicas e atores em reconhecimento político, 4., Curitiba, 2010. **Anais....** Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. MDA. Incra. **II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz produção e qualidade de vida no meio rural**. Brasília, DF, 2004.

_____. MIRAD. Incra. **I Plano Nacional de Reforma Agrária**. Brasília, DF, 1985.

BRITO, Maria Noemi Castilhos. Gênero e cidadania: referenciais analíticos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 291-298, 2001.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha; LOMBARDI, Maria Rosa; UNBEHAUM, Sandra. Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios. In: CEPIA. ONU Mulheres. (Org.). **O progresso das mulheres no Brasil: 2003-2010**. Brasília, DF, 2011.

_____. **Mulher, casa e família: cotidiano nas camadas médias paulistanas**. São Paulo: Vértice : Ed. Fundação Carlos Chagas, 1990.

_____.; COSTA, Albertina de Oliveira. (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos : Ed. Fundação Carlos Chagas, 1990.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha; ROSEMBERG, Fulvia. **Trabalhadoras do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____.; UNBEHAUM, Sandra G. (Org.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Ed. 34, 2002.

BUARQUE, Cristina. Mulheres rurais e políticas sociais: uma experiência em Pernambuco. In: CEPIA. ONU Mulheres. (Org.). **O progresso das mulheres no Brasil: 2003-2010**. Brasília, DF, 2011.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. Variações sobre sexo e gênero: Beauvoir, Wittig e Foucault. In: BENHABID, Seyla; CORNELL, Drucila. (Org.). **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **A face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil: o caso de Cruz Alta**. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

CAMPOS, Simone Calil Ramos. **Representações e ensino de história: imagens de alunos do ensino médio sobre a escravidão negra no Brasil**. 2009. 256 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/VCSA-pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2012.

CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: reprodução social, trabalho e Serviço Social. mod. 2. Brasília, DF: Ed. UnB, 1999.

CAPPELLIN, Paola. Silenciosas e Combativas: as contribuições das mulheres na estrutura sindical do Nordeste, 1976/1986. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. (Org.). **Rebeldia e submissão: estudos sobre condição feminina**. São Paulo: Ed. Fundação Carlos Chagas : Vértice, 1989.

_____.; CASTRO, Elisa Guaraná. Fazer, pensar e decidir: os papéis das mulheres nos assentamentos rurais: algumas reflexões a partir de três estudos de casos. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, Campina Grande, v. 15, p. 113-130, 1998.

CARLATO, Cássia Maria. O conceito de gênero e sua importância para análise das relações sociais. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 3, n. 2, jan./jun. 2001. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v3n2_genero.htm>. Acesso em: 12 nov. 2010.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p. 22-55, jul./dez. 2001.

CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 11-22, jun. 1994. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/art/199406-011-022.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2011.

CASTELL, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Mary Garcia; LAVINAS, Lena. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha; COSTA, Albertina de Oliveira. (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos : Ed. Fundação Carlos Chagas, 1990.

CEPIA. ONU Mulheres. (Org.). **O progresso das mulheres no Brasil: 2003-2010**. Brasília, DF, 2011.

CFEMEA. **Guia dos direitos da mulher**. 2. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.

CFESS. **Terra para nossa liberdade**. 17 abr. 2012. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/noticias_res.php?id=772>. Acesso em: 18 abr. 2012.

CINTRÃO, Rosângela Pezza; SILIPRANDI, Emma. O progresso das mulheres rurais. In: CEPIA. ONU Mulheres. (Org.). **O progresso das mulheres no Brasil: 2003-2010**. Brasília, DF, 2011.

COLETIVO DE GÊNERO DO MST. **Refletindo sobre as relações de gênero no MST**. (mimeo).

CONTAG et al. **Pauta de reivindicações da marcha das Margaridas, mobilização das mulheres trabalhadoras rurais em adesão à marcha mundial de mulheres 2000: relatório**. Brasília, DF, 2001.

_____. FETAGs. STRs. CONGRESSO NACIONAL DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS: Rumo a um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável, 7., Brasília, 1998. **Anais....** Brasília, DF, [1998].

_____. **Relatório preliminar**. Brasília, DF, 1997.

COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. (Org.). **Rebeldia e submissão: estudos sobre condição feminina**. São Paulo: Ed. Fundação Carlos Chagas : Vértice, 1989.

COSTA, Claudia de Lima. O leito de procusto: gênero, linguagem e as teorias femininas. **Cadernos PAGU**, Campinas, v. 2, p. 141-174, 1994.

COSTA, Nelson Barros da. Contribuições do Marxismo para uma teoria crítica da linguagem. **DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 27-54, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/delta/v16n1/a02v16n1.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci e a sociedade civil**. 2000. Disponível em <<http://www.acesa.com/gramsci/?id=209&page=visualizar>>. Acesso em: 17 jan. 2006.

_____. **Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Intervenções: o marxismo na batalha das idéias**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Marxismo e política: a dualidade de poderes**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

D'ATRI, Andrea. **Pão e rosas: identidade de gênero e antagonismos de classe no capitalismo**. São Paulo: Iskra, 2008.

DEERE, Carmen Diana. Diferenças regionais na reforma agrária brasileira: gênero, direitos à terra e movimentos sociais rurais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 112-146, abr. 2002.

DESLANDES, Sueli F. A construção do projeto de pesquisa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: método e criatividade**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

DUARTE, Newton. A pesquisa e a formação de intelectuais críticos na Pós-graduação em Educação. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 89-110, jan./jun. 2006.

_____. **Lukács e Saviani: a ontologia do ser social e a pedagogia histórico-crítica**. Eixo temático 4: história, trabalho e educação. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/_files/GINNNi3M.pdf>. Acesso em: 23 maio 2011.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 115, p. 139-154, mar. 2002.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado capitalista: as funções da previdência e da assistência**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

FERNANDES, Maria Esther et al (Org.). **A cidade e seus limites: as contradições do urbano na Califórnia brasileira**. São Paulo/SP: Annablume : FAPESP, 2004. v. 1.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. A situação legal e real da mulher trabalhadora no campo. **Perspectiva**: Revista de Ciências Sociais, São Paulo, v. 5, p. 97-114, 1982.

FIDELLIS, Solange Silva dos Santos. Conceito de assistência e assistencialismo. In: SEMINÁRIO NACIONAL ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL, 2., 2005, Cascavel. **Anais...** Cascavel: Ed. UNOESTE, 2005. Disponível em: <http://cac.php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/poster/servico_social/pss13.pdf>. Acesso em: 20 maio 2011.

FISCHER, Izaura Rufino; GEHLEN, Vitória. **Reforma agrária**: pão masculino, chão feminino. fev. 2002. (Trabalhos para discussão, n. 130). Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/geral/textos%20online/discussao/gehlen.pdf>>. Acesso em: 6 jul. 2009.

_____.; MARQUES, Fernanda. **Gênero e exclusão social**. 2001. Disponível em: <<http://www.Fundaj.gov.br/tpd/113.html-53>> . Acesso em: 3 ago. 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

FRANKLIN, Ricardo Franklin. **Afro-descendente**: identidade em construção. São Paulo: EDUC; Rio de Janeiro: Pallas, 2000.

FREIRE, Nilcea. Mulheres e poder uma relação delicada. CEPIA. ONU Mulheres. (Org.). **O progresso das mulheres no Brasil: 2003-2010**. Brasília, DF, 2011.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórica-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira**. 2008. 347 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2008.

GIULIANI, Gian Mario; CASTRO, Elisa Guaraná. Recriando espaços sociais: uma análise de dois assentamentos rurais no Estado do Rio de Janeiro. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 138-169, jul. 1996.

GOHN, Maria da Glória. Classes e movimentos sociais. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: reprodução social, trabalho e Serviço Social. mod. 2. Brasília, DF: Ed. UnB, 1999.

_____. **Historia dos movimentos sociais e lutas sociais**. São Paulo: Loyola, 1995.

_____. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

GONÇALVES, Elizabeth Moraes. **O MST e a mídia: conflitos no campo e na linguagem**. 2004. Disponível em: <http://www.ufrrs.br/gtjornalismocompos/doc2004/elizabethmoraes2004.doc>. Acesso em: 25 jan. 2012.

GONÇALVES, José Cláudio; SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Desenvolvimento rural sustentável: um estudo de caso sobre as perspectivas de sustentabilidade agro ambiental num assentamento de reforma agrária na Região Nordeste do Estado de São Paulo. In: SIMPÓSIO DE PESQUISA DE PÓS-GRADUANDOS EM SOCIOLOGIA, 2., 2009, São Paulo. **Anais....** São Paulo: Ed. FFLCH, 2009.

GORENDER, Jacob. **A burguesia brasileira**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 1.

_____. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1970.

HEREDIA, Beatriz M. A.; CINTRÃO, Rosângela P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. In: Unifem. **O progresso das mulheres no Brasil**. Brasília, DF: Ed. Fundação Ford : CEPIA, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Trabalho e indivíduo social**. São Paul: Cortez, 2001.

IZQUERDO, Maria José. **Bases materiais del sistema sexo/gênero**. São Paulo: SOF, [1999]. (mimeo).

_____. **La desigualdad de las mujeres en el uso del tiempo**. Madrid: Instituto de La Mujer, 1988.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

LAVINAS, L. Gênero, cidadania e adolescência. In: MADEIRA, Felícia. (Org.). **Quem mandou nascer mulher**. Rio de Janeiro: Record : Rosa dos Tempos, 1997.

LAVINAS, Lena; SORJ, Bila. O trabalho a domicílio em questão: perspectivas brasileiras. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da. (Org.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

LEITE, Geórgia Munhoz Pereira. **O que faz o assistente social e como faz?** Disponível em: <<http://www.cress-ms.org.br/novo/2008/09/noticia-1221247734>>. Acesso em: 23 nov. 2011.

LESSA, Sérgio. **A centralidade ontológica do trabalho de Lúkács**. 1996. Disponível em: <http://www.sergiolessa.com/artigos_92_96/centralidadetrab_1996.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2011.

_____. **A emancipação humana e a defesa dos direitos**. 2008. Disponível em: <http://www.sergiolessa.com/artigos07_08/emancipacao_dirt_2008.PDF>. Acesso em: 21 jun. 2010.

_____. **Abaixo o casamento monogâmico**. 2010. Disponível em: <<http://rederelacoeslivres.wordpress.com/2010/09/17/3455>>. Acesso em: 29 nov. 2011

_____. **Contra-revolução, trabalho e classes sociais**. 2006a. Disponível em: <http://www.sergiolessa.com/artigos_97_01/contrarevol_trab_classes_2001.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2010.

_____. **Identidade e individuação**. 2004. Disponível em: <http://www.sergiolessa.com/artigos_02_07/identid_individuacao_2004.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2011.

_____. **Lúkács, ética e política**. Chapecó: Argos, 2007b.

_____. **Mundo dos homens**. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **Praticismo, alienação e individuação**. 1997. Disponível em: <http://www.sergiolessa.com/artigos_97_01/Praticismo_Individuacao_1997.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2010.

_____. **Reprodução e Ontologia em Lúkás**. 1994. Disponível em: <http://www.sergiolessa.com/artigos_92_96/reproducao_ontologia_1994.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2010.

_____. **Serviço Social e trabalho: porque o Serviço Social não é trabalho**. Maceió: Edufal, 2007a.

_____. **Sociabilidade e individuação**. Maceió: Edufal, 1995.

_____. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

LESSA, Sérgio. **Trabalho, objetivação e alienação**. 1992. Disponível em:
<http://www.sergiolessa.com/artigos_92_96/trabalho_objetivacao_alienacao_1992.pdf>.
Acesso em: 21 jun. 2010.

_____. **Trabalho, sociabilidade e individuação**. 2006. Disponível em:
<http://sergiolessa.com/artigos_02_07/trab_indivi_fiocruz_2006.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2010.

_____. Uma praga de fantasias. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 84–111, 2004a.

LUKÁCS, Georg. **Arte e sociedade: escritos estéticos 1932-1967**. Organização, introdução e tradução de Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009a.

_____. **Georg Lukács: sociólogo**. Organização de José Paulo Netto. São Paulo: Ática, 1981b.

_____. **Ideologia**. Disponível em:
<http://sergiolessa.com/ontologia_all/Ontologia_all/CapIdeologia/IdeologiaIeII.doc>. Acesso em: 21 jun. 2010a.

_____. **Marx y el problema de la decadencia ideologica**. México: Siglo XXI, 1981a.

_____. **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. Organização, introdução e tradução de Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009b.

_____. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979a.

_____. **Os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979b.

_____. **Per una Ontologia dell'Essere Sociale**. Roma: Ed. Rinuti, 1976. v. 1.

_____. **Per una Ontologia dell'Essere Sociale**. Roma: Ed. Rinuti, 1981. v. 2.

_____. **Reprodução**. Disponível em:
<http://sergiolessa.com/ontologia_all/Ontologia_all/CapReproducao/NovaTraduc/NovaTraducReprod.doc>. Acesso em: 21 jun. 2010b.

_____. **Socialismo e democratização: escritos políticos 1956-1971**. Organização, introdução e tradução de Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009c.

LUKÁCS, Georg. **Trabalho**. Disponível em:
<http://sergiolessa.com/ontologia_all/Ontologia_all/CapTrabalho/Trabalh_ivo.doc>. Acesso em: 21 jun. 2010a.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução?** Tradução de Livio Xavier. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

MACHADO, Lia Zanotta. **Perspectivas em confronto:** relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? Brasília, DF, 2000. (Antropológica, n. 284). Disponível em:
<http://www.bibliotecafeminista.org.br/index.php?option=com_remository&Itemid=56&func=fileinfo&id=353>. Acesso em: 31 maio 2004.

MARTIN, Vima Lia Rossi; TESCHE, Camile. **Levantado do chão, de José Saramago**. Disponível em:
<http://www.passeiweb.com/na_ponta_lingua/livros/analises_completas/l/levantado_do_chao>. Acesso em: 24 fev. 2011.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. **Reforma agrária:** o impossível diálogo. São Paulo: Edusp, 2000.

MARX, Karl. **A miséria da filosofia**. São Paulo: Global, 1985.

_____. **Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Globo, 1987.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **O 18 Brumário e cartas a Kugelman**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **O capital:** crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1996. t. 1. v. 1.

_____. **O método da economia política**. São Paulo: Abril, 1978. (Os pensadores.)

_____. **O capital**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. Para a crítica da economia política. In: MARX, Karl. **Textos selecionados**. São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Os pensadores).

_____.; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 3. ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.

_____.; _____. **Crítica da educação e do ensino**. São Paulo: Ed. Moraes, 1978.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; LENIN, Vladimir. **Sobre a mulher**. São Paulo: Global, 1980.

MATOS, Vanessa Cristina Santos. Um estudo teórico na perspectiva historiográfica: articulando gênero e classe no processo de produção e reprodução da força de trabalho. **Antíteses**, Londrina, v. 1, n. 2, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>>. Acesso em: 14 fev. 2012

MATTOS, Marcelo Badaró. Classes sociais e luta de classes: a atualidade de um debate conceitual. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 23-55, 2007.

_____. O que temos a ver com isso: o trabalho docente em meio à reestruturação produtiva do capital. **Cadernos ANDES**, Brasília, DF, v. 21, p. 17-24, 2005.

_____. **Trabalhadores e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MATTOSO, Jorge. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995.

_____. O trabalho sob fogo cruzado. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 13-21, jan./mar. 1994.

MELO, Hildete Pereira de; DI SABBATO, Alberto. Trabalhadoras domésticas: eterna ocupação feminina. Até quando? In: CEPIA. ONU Mulheres. (Org.). **O progresso das mulheres no Brasil: 2003-2010**. Brasília, DF, 2011.

MENEGAT, Alzira Salete. Mulheres de assentamentos rurais: identidades e trajetórias em construção. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO: corpo, violência e poder, 8., 2008, Florianópolis. **Anais....** Florianópolis: Mulheres, 2008. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST17/Alzira_Salete_Menegat_17.pdf>. Acesso em: 18 set. 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: método e criatividade**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

MMTR. **Uma história de mulheres**: uma história da organização do MMTR do Sertão central de Pernambuco no interior do movimento sindical. Serra Talhada, 1994.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MORAES, Eunice Léa. **Construindo identidades sociais**: relação gênero e raça na política pública de qualificação social e profissional. Brasília, DF: TEM : SPPE : DEQ : 2005. (Qualificação profissional e social, v. 1).

MST. **A questão da mulher no MST**. São Paulo: Coletivo Nacional de Mulheres do MST, 1996.

MST. **Mulher sem terra**. São Paulo: ANCA : INCRA, 2000.

MURARO, Rose Marie. **A mulher no terceiro milênio**: uma história das mulheres através dos tempos e suas perspectivas para o futuro. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

_____. **História do masculino e do feminino**. Rio de Janeiro: ZIT, 2007.

NARCIZO, Elaine Cristina; SILVA, Eliana; SILVA, Gislene Maria de. Serviço Social, instrumentalidade e arte: relato de pesquisa realizada no Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão – NEPE da Faculdade de Frutal – FAF. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE ITURAMA, 1., 2011, Iturama. **Anais....** Iturama: Ed. UMSA, 2011.

NAVARRO, Zander. Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no Estado do Rio Grande do Sul, 1978-1990. In: _____. (Org.). **Política, protesto e cidadania no campo**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1996.

_____. Mobilização sem emancipação: as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Ideologia e economia**: formatos organizacionais e desempenho produtivo em assentamentos rurais — o caso do assentamento ‘Nova Ramada’ (Rio Grande do Sul, Brasil)”. (Relatório de pesquisa não publicado). 1995.

_____.; MORAES, Maria Stela; MENEZES, Raul. Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio (Org.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil**: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

NICHOSON, Linda. Feminismo e Marx, integrando parentesco com econômico. In: BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla. (Ed.). **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001.

_____. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur, 2007.

PASTORINI, Alejandra. Quem mexe os fios das políticas sociais? avanços e limites da categoria concessão-conquista. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 1, n. 53, p. 80-101, 1997.

PAULO NETTO, José. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

PAULO NETTO, José. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **A construção do projeto Ético-Político do Serviço Social**. 1999. Disponível em: <http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-1.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2010.

_____. **Ditadura e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. Para a crítica da vida cotidiana. In: PAULO NETTO, José; FALCÃO, Maria do Carmo (Org.). **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 2. ed. São Paulo: Vozes, 1989.

_____.; BEHRING, E. A emancipação política e a defesa de direitos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 28, n. 90, p. 35-57, jun. 2007.

_____.; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

QUEIROZ, Danielle Teixeira et al. Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. **Revista de Enfermagem da UERJ**, Rio de Janeiro, 2007 abr/jun; v. 15, n. 2, p. 276-283, abr./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.facenf.uerj.br/v15n2/v15n2a19.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

RAICHELIS, Raquel. **A esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

ROCHA, Leandro. Na mira da mídia: reflexões sobre as relações entre a mídia, crime e identidade. In: SALES, Apolinário Mione; RUIZ, Souza de Lee Jefferson (Org.). **Mídia, questão social e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2009.

ROMÃO, Ana Paula Herminelli. **A dimensão socioeducativa na prática do assistente social que atua com os grupos nos CRAS em São José do Rio Preto/SP**. 2009. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2009.

ROWBOTHAM, Sheila. Lo malo del patriarcado. In: SAMUEL, Raphael. (Ed.). **Historia popular y teoria socialista** (pp.248-256). Barcelona: Crítica, 1984.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mitos e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

_____. **Gênero patriarcado e violência**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. **O poder do macho**. 9. ed. São Paulo: Moderna, 1987.

SANT'ANA, Raquel Santos. O desafio da implantação do projeto ético político do Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 21, n. 62, p. 73-92, mar. 2000.

SANTOS, Meire Cristina de Souza. **Açúcar amargo: condições de vida e trabalho das famílias de cortadores de cana, atendidas pela política pública de assistência social no Município de Pitangueiras/SP**. 2007. 123 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2007.

SARAMAGO, José. **Levantados do chão**. Lisboa: Caminho, 1979.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Das ações coletivas às redes de movimentos sociais**.

Disponível em:

<<http://xa.yimg.com/kq/groups/25175575/653286761/name/Das+A%C3%A7%C3%B5es+Coletivas+%C3%A0s+Redes+de+Movimentos+Sociais.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2011a.

_____. **Movimentos sociais de luta pela terra**. (nota técnica para CGEE-GSI). Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/gsi/saei/publicacoes/MOVSOCIAISCGEE-GSI.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2011b.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. **O processo organizativo do Assentamento sepé Tiarajú-SP: o sentido e os caminhos da cooperação**. São Paulo: Grafset- Ribeirão Preto, 2007.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1995.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Ed Unesp, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci, sua teoria, incidência no Brasil, influencia no Serviço Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SIMIONATTO, Ivete. **O social e o político no pensamento de Gramsci**. Disponível: <<http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv41.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

SIQUEIRA, Deis Elucy. A organização das trabalhadoras rurais: o cruzamento de gênero e de classe social. In: SIQUEIRA, Deis Elucy, TEIXEIRA, João Gabriel. (Coord.). PORTO, Maria Stela Grossi. (Org.). **Tecnologia agropecuária e a organização dos trabalhadores rurais**. Brasília, DF: Ed. UNB, 1991.

SIQUEIRA, Sandra Maria Marinho. O papel dos movimentos sociais na construção de outra sociabilidade. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 25., 2002, Caxambú. **Anais....** Caxambú, 2002. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/25/excedentes25/sandramariamarinhosiqueirat03.rtf>>. Acesso em: 29 out. 2011

SOARES, Bárbara Musumeci. **Mulheres Invisíveis**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. A questão da mulher na reprodução da força de trabalho. **Perspectiva**, São Paulo, v. 4, p. 43-47, 1981.

_____. O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho. In: BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha; COSTA, Albertina de Oliveira. (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos : Ed. Fundação Carlos Chagas, 1990.

STEDILE, João Pedro. (Org.). **A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas - 1954-1964**. Assistente de pesquisa: Douglas Estevam. São Paulo: Expressão Popular, 2009. v. 4.

_____. **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional - 1500-1960**. Assistente de pesquisa: Douglas Estevam. São Paulo: Expressão Popular, 2008. v. 1.

_____. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____.; FERNANDES, Bernardo Mancano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

_____. **Questão agrária no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Atual, 2009.

SUÁREZ, Mireya; LIBARDONI, Marlene. **Mulheres e desenvolvimento agrícola no Brasil: uma perspectiva de gênero**. Brasília, DF: IICA, 1992.

TELES, Vera da Silva. Questão social: afinal do que se trata? **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 10, n. 4, p. 85-95, out./dez. 1996.

TESCHE, Camille Cafrolina Pereir da Silva. **História e poder: uma leitura de Levantado do Chão**. 2007. 134 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Portuguesa) – Faculdade de Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

THIOLLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1980.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Jogo de cena e poder de classe no Brasil do século XXI: a contra-reforma agrária no Governo Lula. **Pegada**, Presidente Prudente, v. 4, n. 1, p. 127-139, jun. 2003. Disponível em:

<<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/819/841>>. Acesso em: 2 mar. 2012

_____. Povoando o território de luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil contemporâneo. **Pegada**, Presidente Prudente, v. 11, n. 2, p. 1-35, 2010. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA112/01THOMAZ1102.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2012.

_____. ; VALENCIANO, Renata Cristiane. O papel da mulher na luta pela terra: uma questão de gênero e/ou classe? **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, 2002. v. 6, n. 119(26), ago. 2002. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn119-26.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

_____. ; SOUZA, Sônia Maria Ribeiro de. O MST e a mídia: o fato e a notícia. **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 6, n. 119(45), p. 2-8, ago. 2002.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide**. São Paulo: Xamã, 2001.

VALÉRY, Paul. Discurso sobre a estética. In: LIMA, Luiz Costa (Org.). **Teoria da literatura em suas fontes**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 1.

VECCHIA, Agostinho Mario Dalla. Elementos teóricos para uma perspectiva interpretativa: modo de produção, conhecimento histórico. **Revista Digital Estudios Historicos – CDHRP**, año 3, n. 6, jul. 2011. Disponível em:

<<http://www.estudioshistoricos.org/edicion6/eh0604.pdf>>. Acesso em: 1 mar. 2012

VIEIRA, Evaldo. **Democracia e política social**. São Paulo: Cortez, 1992.

ZANETTI, Moara. Mídia e disputa de hegemonia: uma análise da cobertura da ação do MST na Aracruz Celulose/RS. In: SALES, Mione Apolinário; RUIZ, Jefferson Lee de Souza. **Mídia, questão social e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2009.